



Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

Polo II: UFCG / Cuité

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes
Marta Maria da Conceição**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO II - CUITÉ

Governo Federal

Presidenta Dilma Rousseff

Ministério da Educação

Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão**

Macaé Maria Evaristo dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande

José Edílson de Amorim

Coordenação de Material Didático

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Coordenação Pedagógica

Norma Maria de Oliveira Lima - Campina Grande

Marta Maria da Conceição - Cuité

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima - Sumé

Rosalva Dias da Silva - Patos

Juliana Fernandes Moreira - Pombal

Vorster Queiroga Alves - Souza

Edinaura Almeida de Araújo – Cajazeiras

Coordenação Operacional

Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES/UFCG

Técnicos de Apoio

Arlyson da Cunha Moraes

Alderiza Veras Albuquerque

Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Crislene Rodrigues da Silva Morais
Marta Maria da Conceição
(Organizadores)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO II - CUITÉ

José Justino Filho
Marta Maria da Conceição
Ramilton Marinho Costa



Campina Grande – Paraíba
2015

Direitos Reservados © 2015
Universidade Federal de Campina Grande

Avenida Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário
CEP: 58429-900 – Campina Grande (PB)

Impresso no Brasil

Texto de Apresentação

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Concepção da Capa

Raíssa Gonçalves Cavalcanti
Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Impressão

RDS Gráfica e Editora Ltda.
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia
60.020-150 – Fortaleza (CE) – rds1048@gmail.com

Morais, Crislene Rodrigues da Silva

Educação de jovens e adultos e economia solidária – Polo II - Cuité/ Crislene Rodrigues da Silva Moraes, Marta Maria da Conceição. – Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.
160p.

ISBN: 978-85-7997-134-1

1. Economia. 2. Economia Solidária. 3. Educação. 4. Educação de Jovens e Adultos.
I. Moraes, Crislene Rodrigues da Silva. II. Conceição, Marta Maria da. III. Título.

CDD 330

Sumário

Apresentação	7
Homenagem	9
A agricultura familiar no curimataú paraibano e o acesso a informação	11
<i>José Leonilton Dantas</i> <i>Ramilton Marinho Costa</i>	
A importância da aplicação da economia solidária na Associação de Apicultores do Sítio Espinheiro no município de Cuité-PB	24
<i>Flávia Maria da Silva Macêdo</i> <i>Ramilton Marinho Costa</i>	
Associativismo e autogestão: análise da Associação de Caprinos e Ovinos de Nova Floresta	38
<i>Thaisy Lavínia Andrade de Azevedo</i> <i>Marta Maria da Conceição</i>	
Contribuições no processo sócio-educativo dos pescadores da Associação de Pescadores do açude Boqueirão do Cais, Cuité-PB	50
<i>Maria Aparecida Oliveira Lima</i> <i>Ramilton Marinho Costa</i>	
Economia solidária: a percepção de educadores na prática pedagógica no Programa Projovem Campo Saberes da Terra em Jaçanã-RN	66
<i>Eusivan Santos Medeiros Silva</i> <i>Ramilton Marinho Costa</i>	
Educação de jovens e adultos e economia solidária: perspectivas dos alunos da EEEM Orlando Venâncio dos Santos	79
<i>Claudia Ramos Gomes da Silva</i> <i>Marta Maria da Conceição</i>	
Educação e economia solidária como mecanismo de superação para mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas pelo CREAS – Cuité-PB	93
<i>Lucineide Martins Barros Franco</i> <i>Marta Maria da Conceição</i>	
Implementação das diretrizes da economia solidária nos conteúdos programáticos da EJA	106
<i>Jacilda Macêdo de Oliveira M. Costa</i> <i>Marta Maria da Conceição</i>	
Mineração e relações de trabalho no contexto da economia solidária	119
<i>Maria Ferreira Marçal</i> <i>Marta Maria da Conceição</i>	

O perfil e a trajetória dos alunos da EJA de 6º a 9º ano do município de Cuité-PB..... 132

Sandra Sueli de Oliveira Santos

Ramílton Marinho Costa

Poesia e educação: combinação perfeita na busca por autonomia..... 145

Maria Gorete de Macedo Lira

Marta Maria da Conceição

Apresentação

A Economia Solidária (ES) vem ganhando espaço pela característica inovadora de geração de trabalho e renda, tendo como principal foco a inclusão socioeconômica. Esta economia compreende um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas de forma autogestionária. As experiências em ES no Brasil demandam aprendizagens específicas que requerem a alfabetização dos trabalhadores empreendedores, tornando-se necessária a aquisição de certas competências e habilidades.

Tendo em vista a necessidade de difundir esta temática na Educação de Jovens e Adultos, foi criado na UFCG, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (EJAECOSOL) que visou ampliar a compreensão dos educadores sobre as possibilidades de novas formas de inserção dos sujeitos da EJA ao mundo do trabalho.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL foi realizado nos 07 (sete) Câmpus da UFCG, proporcionando aos profissionais envolvidos a possibilidade de um ambiente de reflexão acerca de suas práticas como educadores e/ou gestores. Este curso ajudou os educadores da Economia Solidária e da EJA, gestores e coordenadores de EJA, além outros participantes da ES a ter maior proximidade com a temática da Economia Solidária, dialogar com seus pares, refletir sobre suas práticas como educadores e aprofundar seus conhecimentos, além de executar uma atividade mais eficaz, do ponto de vista da transformação da sua realidade e dos alunos/trabalhadores que frequentam as turmas de EJA.

Esta proposta teve como objetivo promover a integração dos conhecimentos e práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, na Paraíba, através da articulação entre os diversos atores envolvidos em atividades de formação e produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA/Economia Solidária, como forma de possibilitar aos educandos da EJA e a comunidades a apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável.

No que se refere a difusão e transferência de conhecimentos o projeto conseguiu atingir quase todo estado da Paraíba tendo em vista que os cursos aconteceram em sete municípios do estado (Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras), e alcançou cerca de 280 profissionais das mais diversas áreas de atuação, além do envolvimento de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que contribuíram na ministração de disciplinas e orientação dos profissionais envolvidos.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL formou em 2013 na Paraíba, 190 especialistas em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, estando suas monografias distribuídas nas bibliotecas dos Câmpus da UFCG.

Esta coletânea de artigos apresentadas em sete volumes com aproximadamente 21 capítulos cada, pretende contribuir para a formação de educadores, comunidades e gestores, na construção de conhecimento sobre as práticas de economia solidária no

Semiárido paraibano. Para tanto, os artigos relatam as experiências e reflexões dos autores e das comunidades envolvidas, acerca das relações entre educação e trabalho associado, promovendo uma educação problematizadora que contribuiu para a autonomia dos educandos e dos educadores.

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Homenagem aos Mestres e Doutores da UFCG (ECOSOL e EJA)

Começamos em Outubro
Professores a estudar
Pesquisadores e mestres
Todos a nos ensinar
Essa nova economia
Veio para inovar.

Pioneira em ECOSOL
Vivências nós vamos ter
Conhecimentos diversos
Sobre a EJA vamos ver
Seremos pesquisadores
Populares vamos ser.

Nosso mestre Irelânio
Veio nos mostrando as leis
Que irá nos ajudar
Cada um por sua vez
Argumentos sobre EJA
Iremos ver este mês.

E vem chegando Xangai
Educador exemplar
Falar sobre educação
Paulo Freire a lembrar
Mostrando sua vida
De educação popular.

E a nossa mestra Sônia
Disciplina fundamentos
Nos deu orientações
E muitos conhecimentos
Pela atração filosófica
Com grande contentamento.

Doutora Socorro Lopes
Traz a metodologia
Na direção de caminhos
Vivencia, ideologias
Como aplicar na aula?
Veja como contagia.

Doutora Ângela Ramalho
De parangolé falou
De filmes libertadores
A didática anunciou
Dediquei um dos cordéis
A mestra que aqui marcou.

Ela falava baixinho
Quando a turma se agitava
O seu nome é Idel
De currículo ela falava
Valorize o ser humano
“Carpe Diem” nos lembrava.

Mestra Socorro retorna
Com a nova disciplina
Ela usa suas dinâmicas
Coisas de sua rotina
No trabalho científico
Vivência o que ensina.

E o professor Gilvan
E doutor em economia
Nos mostrou pra que veio
Dúvidas não caberia
Se o aluno fosse esperto
Ele tudo sabia.

E o nosso mestre Robson
Levou-nos experiências
Falou de associações
E também suas vivências
Fomos às cooperativas
Deduzir as sapiências

O mestre Luiz Antônio
Já chegou bem de mansinho
Mostrou que o ser solidário
Nunca anda tão sozinho
Repartiu tudo que sabe
Ensinou um novo caminho.

A mestra Sônia retorna
Com uma nova disciplina
Falou da pedagogia
Práticas da nossa sina
E da nossa educação
Que a todos contamina.

Nossa mestra Adriana
Vem falando com cuidado
Cuide bem da nossa terra
Não fique ai parado
O solo pede Socorro
Reciclar e o seu recado.

À coordenadora Norma
Venho aqui a divulgar
Em nome da nossa turma
Devemos agradecer
Tao humilde e singela
Educada e popular.

É doutora em ECOSOL
Muitas lutas a enfrentar
Ela segue sempre em frente
Para ECOSOL divulgar
Todo aprimoramento
Crislene irá mediar.

Temos as incubadoras
Para nos direcionar
Os fóruns nos motivou
Temos muito a praticar
Desconstruir e construir
Falta conscientizar.

Em nome da nossa turma
Fica o agradecimento
Quero agradecer a Deus
Com grande contentamento
Para os mestres e doutores
O nosso conhecimento.

Jaidete Dias de Sousa

A agricultura familiar no curimataú paraibano e o acesso a informação

*José Leonilton Dantas
Ramilton Marinho Costa*

1 Introdução

A discussão sobre a agricultura familiar, atualmente, vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e do pensamento acadêmico.

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema em outros países, a expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir década de 90.

Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. Afirmando assim a legitimidade da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro que o governo propôs, em 1996, quando criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo esquecidos das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas.

As discussões sobre a importância e o papel da agricultura familiar vêm ganhando força, impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também, na geração de emprego e renda e segurança alimentar. A questão agora não é discutida em tratar mais de produzir em grandes quantidades, mas também, e principalmente, com qualidade, com técnicas socialmente aceitas e menos agressivas ao meio ambiente.

No Semiárido nordestino, a Agricultura Familiar é apontada como um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. No entanto, o Brasil ainda não reconheceu as vantagens da agricultura familiar como sendo uma estratégia ao desenvolvimento rural. A agricultura patronal modelo ainda predominante no Nordeste brasileiro, emprega cada vez menos trabalhadores, acarretando cada vez mais concentração de renda e exclusão social, ou seja, absurda ineficiência distributiva, diferentemente da agricultura familiar que é tida como padrão redutor da pobreza.

Desta forma, essa pesquisa teve como objetivo identificar o acesso da agricultura familiar do Curimataú paraibano diante da informação. Em termos específicos, visou: identificar o perfil dos agricultores familiares do curimataú paraibano; investigar se os agricultores familiares estão tendo acesso as informações no meio rural e verificar se eles têm anseios de busca de conhecimento.

No curimataú paraibano, caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas, a agricultura familiar oferece uma grande contribuição ao desenvolvimento econô-

mico da região. Entretanto, se repensada, tal modalidade pode dar uma contribuição ainda maior: poderá garantir a sustentabilidade do meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local. Por essa razão, ela é apresentada como uma alternativa viável ao desenvolvimento sustentável.

A intenção de adentrar nos estudos acerca da agricultura familiar se alimentou da necessidade de uma concepção crítica, de conhecer um pouco mais desse meio que vem gerando sérias consequências tais como: êxodo rural, movimentos sociais, urbanização desenfreada, desemprego, condições objetivas de enfrentamento e adaptação de que os agricultores dispõem que intencionam e que, quando podem, realizam. Como também, a partir da aula de campo com a Professora Marta Maria da Conceição instigou-se em debruçar sobre esse tema.

É na tentativa de participar e contribuir com este debate que propôs desenvolver este trabalho, cuja questão principal é se os Agricultores Familiares do Curimataú paraibano tem acesso à informação?

O estudo divide-se em quatro partes. Na primeira parte do estudo aborda-se o referencial teórico onde são abordados a definição da Agricultura Familiar, Agricultura Familiar e Políticas Públicas, a Agricultura Familiar no Brasil, no Nordeste brasileiro e no município de Picuí-PB. Na segunda parte evidencia a metodologia, processo de pesquisa utilizado para a realização do estudo. A terceira parte aborda os dados coletados na pesquisa de campo, com a apresentação dos dados e análise, e, as considerações finais, onde se explana a importância da pesquisa sob a ótica da agricultura familiar no Curimataú paraibano.

2 Revisão da literatura

2.1 Definição da agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser definida como o conjunto das unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família.

De acordo com Hecht (2000): A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar.

Completando esse pensamento, afirma Abramovay (2004), que:

A agricultura familiar possui as seguintes características: A gestão é feita pelos proprietários; Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; O trabalho é fundamentalmente familiar; O capital pertence à família; O patrimônio e os ativos são objeto de transferência inter-gerencial no interior da família; Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Ainda segundo esse autor, as definições de Agricultura Familiar não são unânimes. Contudo, em todas elas estejam presentes três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

A agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável do espaço rural. A produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasi-

leiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante.

Nesse sentido, afirma Bittencourt (2002), que:

é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não.

No Brasil, a grande maioria dos produtores familiares é de pequenos proprietários. Por isso, o conjunto da produção agrícola familiar tem sido bastante prejudicado no decorrer do tempo. No entanto, ao longo do processo histórico, o estado sempre se voltou para beneficiar aos grandes produtores, desde a distribuição de terras, concedendo a formação dos grandes latifúndios no período colonial até a distribuição de subsídios e incentivos em geral a que só os grandes proprietários têm acesso.

Observam Buainain et al. (2002, p. 55), que *“a agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito”*.

Por outro lado, *“a maioria dos agricultores familiares no Brasil não está preparada ou não tem condições para ocupar mercados exigentes com produtos de qualidade e padrões constantes de produção”* (BITTENCOURT, 2002, p. 91).

É importante ressaltar que um dos fatores que dificultam o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil é a maneira como são atribuídos os subsídios aos agricultores nos países industrializados.

2.2 A agricultura familiar no Nordeste brasileiro

Afirma Lamarche (1993), que a agricultura familiar no Brasil nasceu da precariedade econômica e social, do controle dos meios de trabalho e, especialmente da terra, num caráter rudimentar dos sistemas de culturas e das técnicas de produção.

No entanto, é importante destacar que as origens da agricultura familiar no Brasil, foram demarcadas pelos aspectos que caracterizaram o período colonial, ou seja, a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura.

Assim, constata-se que a origem da agricultura familiar no país possui características secundárias no que se refere ao seu papel de assumir atividades que possibilitem gerar divisas para o país, sendo sua característica marcante, desde sua formação.

Analisando o surgimento da agricultura familiar brasileira, Denardi (2001) afirma que a mesma se conformou na história nacional (principalmente a nordestina) como um setor bloqueado, excluído do progresso social. Motivada pela concepção dominante existente no país, a agricultura familiar vinculou-se à noção de garantia da subsistência, mantendo a propriedade.

Apesar de todos esses bloqueios e exclusões na economia, na política e na sociedade, a agricultura familiar nordestina tem passado por várias fases e conseguido sobreviver nessas últimas décadas.

No entanto, o novo eixo de Desenvolvimento Sustentável adotado nas atuais políticas sugere uma mudança no que diz respeito ao avesso da tradição rural brasileira no grande latifundiário, dando, com isso, destaque à importância do papel que a agricultura familiar tem na dinâmica econômica do país (SILVA, 2000)

Na opinião de Cazella, Mattei e Schneider (2004, p. 32), a agricultura familiar nordestina deve ser vista como alternativa para a obtenção de um desenvolvimento mais sustentável através do incentivo para aumentar a sua produção de subsistência ou até criar estratégias de sobrevivência fora das porteiras de sua propriedade. Esse incentivo deve partir dos governantes dos estados nordestinos, no que diz respeito aos investimentos adequados para a transforma-

ção da agricultura familiar de subsistência em agricultura familiar empresarial. Essa transformação não é impossível, mas demanda tempo para se concretizar.

No Nordeste brasileiro, o ponto de partida para a obtenção de um desenvolvimento agrícola mais sustentável, está no potencial e na capacidade da agricultura familiar, que está ligada, também, a sua prática social e econômica cotidiana, que traz consigo um conjunto de experiências cuja sistematização oferece uma preciosa ferramenta para diagnosticar os problemas existentes, bem como para propor políticas em direção a sua superação.

Em síntese, conclui-se que o caminho para o desenvolvimento na região nordestina do potencial que os agricultores familiares podem oferecer, através dos limites e potencialidades econômicas de seu território.

2.3 A agricultura familiar no Município de Picuí-PB

O município de Picuí se encontra no Território do Curimataú paraibano, uma região tipicamente semi-árida, que traz consigo uma história de lutas e organização dos atores sociais em busca de melhoria de sua qualidade de vida. Sua vegetação tipicamente de área seca, a caatinga. Em seu aspecto demográfico apresentou uma população total de 18.222 habitantes distribuídos em seus 665 Km², configurando uma densidade demográfica de 36,5 habitantes por Km². Em termos de distribuição espacial, 6.102 habitantes ocupavam a zona rural e 12.120 residiam na zona urbana. (IBGE, 2010)

A situação enfrentada pela população do município de Picuí, interior da Paraíba, é muito similar com todas as cidades interioranas do nordeste brasileiro, no que se refere às dimensões socioculturais, educacionais, ambientais, socioeconômicas e político-institucionais se apresentam, convivendo com limitações, notadamente no que diz respeito à oferta de serviços básicos.

Com pouca disponibilidade de terras, assistências técnica deficitária e intensa irregularidade pluviométrica, o município de Picuí apresenta a agricultura familiar como alternativa de renda e uma forma de subsistência no campo.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2010) sobre produção agrícola municipal, é evidente o predomínio de lavouras temporárias. Como podemos identificar o cultivo de três principais lavouras (feijão, mandioca e milho), já a lavoura permanente se destaca o sisal, um dos símbolos do município, devido sua grande produção em tempos remotos, já a lavoura de algodão não apresentou dados de produção para o ano de 2010.

Como é característica da região em estudo, as lavouras de subsistência estão associadas à pecuária. Predomina a criação caprinovinocultura semi-intesivos, já a bovinocultura se apresenta uma decadência mostra-se em descendência ao longo do período, enquanto a declínio. Vemos que se encontra em destaque na pecuária municipal a criação de pequenos animais. Isso, por sua vez pode estar associado às pequenas áreas das unidades de produção, como também, devido aos problemas de escassez de água.

Os quintais familiares preservam a cultura das pequenas criações, com ênfases nas aves e suínos, além de uma diversidade de plantas frutíferas e medicinais, gerenciadas pelas mulheres agricultoras, configurando assim, um importante espaço de produção.

As formas de comercialização ocorrem sempre com presença de atravessadores na compra dos produtos dos agricultores dessa região, e são comercializadas nas feiras locais.

3 Metodologia

Neste item, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 Tipo da pesquisa

O presente estudo iniciou-se através de uma investigação na zona rural do município de Picuí situado no território do Curimataú paraibano (BRASIL, 2010), numa comunidade de agricultores familiares, por meio de observação, para então, definir o tema-problema do estudo. Nessa primeira etapa, a pesquisa caracterizou-se como exploratória (GIL, 2008).

A segunda etapa da pesquisa teve início com a elaboração e definição do referencial teórico sobre a Agricultura Familiar, levantada em periódicos de dissertações, monografias, artigos, livros e por meio da internet na área das Ciências Sociais e Agrária.

Posteriormente foi realizado uma pesquisa de campo junto aos agricultores familiares pertencentes à região do Curimataú paraibano, no sitio Serra Baixa município de Picuí-PB pertencente ao objetivo do estudo, através de um entrevista elaborada pelo autor e aplicada a 10 agricultores familiares do campo em estudo.

A abordagem utilizada na pesquisa foi a de uma análise qualitativa, porém pautada na aplicação de questionário semi-estruturado para aferição – sem pretensão de validade estatística – de características gerais e comuns aos pequenos produtores, complementada com dados colhidos através de entrevistas, visitas e observação direta.

3.2 Grupo pesquisado

Realizamos um o estudo de caso, tomando os agricultores familiares da comunidade Serra Baixa, do município de Picuí, situado no território do Curimataú paraibano, que atualmente possui um total de 18 famílias.

O critério da escolha dos pesquisados foi o acidental e não probabilística. Na amostragem acidental, conforme Tafner, Silva e Weiduschat (2003, p. 26) explicam: a amostra acidental é formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que são possíveis de se obter até que atinja um determinado tamanho.

O questionário acompanhado com o termo de consentimento livre e esclarecido o objetivo da pesquisa, foram levados pelo pesquisador, no dia 14 de setembro de 2013, foi lido o termo de consentimento livre e esclarecido e assinado por todos, e iniciado a entrevista. Dos 18 agricultores da comunidade foram pesquisados e entrevistados apenas 10, compreendendo desta forma uma amostragem corresponde a 55,55% da população.

3.3 Instrumento de coleta

Para a coleta de dados primários foi utilizado entrevista constituídos por perguntas semi-estruturadas, de caráter anônimo. Lakatos e Marconi (2007), afirmam que a entrevista semi-estruturada “o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”.

O conteúdo do referido entrevista foi elaborado pelo próprio autor. Precedeu aos dados relacionados ao perfil dos agricultores familiares, tendo incluído três variáveis: sexo, idade, e escolaridade, posteriormente buscou saber a participação de entidades associativas, nível de entendimento sobre informação e comunicação e em seguida a área de educação.

Para a obtenção dos dados secundários foram pesquisados livros, dissertações, teses e revistas científicas da área.

4 Resultados e análise dos dados

Após o levantamento de dados sobre os agricultores familiares do curimataú paraibano, foi realizada a tabulação, sendo possível, traçar o perfil dos agricultores familiares dessa comunidade, levando em consideração suas características intrínsecas.

a) Sexo

Dos 10 agricultores, 09 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Ressaltamos que a participação da mulher, ainda é muito tímida, apesar de sua grande importância no processo produtivo. Se houver participação feminina efetiva nas atividades associativas, haverá também maior contribuição delas para melhoria de vida de suas famílias e conseqüentemente, da comunidade.

Para identificar o perfil dos agricultores familiares foram analisados também a faixa etária, nível de escolaridade.

b) Faixa etária

Com relação à faixa etária dos agricultores familiares, constatamos que a concentração maior está na faixa dos 41 a 50 anos, com quatro agricultores (40%), seguidos pela faixa de 51-60+, que perfaz um total de três (30%) agricultores. Os mais jovens, totalizando três, são divididos nas respectivas faixas, dois (20%) de 31 a 40 e um (10%) de 21 a 30.

Concluimos que a maioria dos agricultores pesquisados está com seus conhecimentos bastante consolidados na prática agrícola, uma vez que a maioria está concentrada na faixa dos 41 até os 80 anos. Percebemos um número alto de agricultores praticamente na terceira idade, que precisam estar engajados no sistema previdenciário.

c) Nível de escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade dos agricultores pesquisados verificamos, que três (30%) responderam sem escolaridade, enquanto cinco (50%) responderam que cursaram apenas o ensino fundamental I incompleto. Constatamos que dois (20%) cursaram o ensino médio, dos quais um (10%) chegou a concluir o ensino médio, enquanto o outro (10%) foi registrado como ensino médio incompleto.

Conforme a UNESCO (apud IBGE, 2003), a pessoa é considerada analfabeta funcional quando tem menos de quatro anos de estudo completo, portanto, na análise atual percebemos que os agricultores familiares dessa comunidade fazem parte deste processo cerca de 80% dos agricultores. Vale ressaltar que as taxas de analfabetismo nas áreas rurais são em média quase três vezes maiores que nas áreas urbanas, fato que não se altera desde 1992.

d) Participação em entidades associativas

Como podemos observar, a maioria, sete (70%) dos agricultores participa de associações de classe organizadas. Essa participação implica na defesa dos direitos políticos e sociais dos agricultores, assim como possibilita a sua atuação como captadores de recursos para produção e comercialização.

Essa participação em entidades associativas permite mais facilmente resolver seus problemas, pois os mesmos são também enfrentados por outros associados.

Dessa forma, para que os agricultores familiares se tornem eficientes, necessitam estar organizados em associações e cooperativas, pois essas representam espaços sociais que permitirão a eles o resgate de sua cidadania.

No entanto, pelo resultado desta pesquisa podemos identificar que três (30%) dos agricultores não participam de entidades associativas.

e) Conceito de informação

Levando em consideração a essência deste trabalho, onde procuramos fazer uma ponte entre a agricultura familiar e a educação, a partir do entendimento dos agricultores da comunidade Serra Baixa, do município de Picuí-PB, perguntamos qual seria sua percepção e qual o significado que atribuem à informação. Dessa forma, estaremos construindo o conceito de informação a partir do saber local dos agricultores familiares.

Conhecer as necessidades, demandas e usos de informação pelos agricultores dessa comunidade têm um significado especial quando precisamos entender a sua lógica e estratégia de sobrevivência e gerenciamento do seu sítio.

Percebemos que há várias idéias sobre informação expostas pelos agricultores, traduzidas em diferentes formas. Uma delas é manifestada pelo Sr. J.B.S., quando afirma que informação abre um espaço para permitir que atinja seus objetivos:

[...] O que eu entendo por informação é o seguinte: por exemplo, é... pra mim informação me traz um espaço pra mim é... chegar aonde? no meu objetivo, ou seja, eu me encontrar com alguém, né? Ou resolver um problema meu qualquer, porque, por exemplo, eu não tô sabendo o que eu tenho que fazer, aí eu tenho uma informação que vai me levar aquele...né? àquela área. (Agricultor J.B.S.).

Lembramos Gonzalez de Gomes (1984), na sua afirmativa de informação para “solução de situações-problemas”. O conceito emitido por outro agricultor, Sr. P.F.C., se traduz em educação e fica claro que ele ressentia-se muito de não ter uma escola onde os adultos possam estudar. Apesar das dificuldades que o país atravessa, o otimismo permeia as pessoas, para as quais a idade não é obstáculo e a vontade de estudar e aprender a escrever o próprio nome são pontos fundamentais.

[...] Rapaz, o que eu entendo assim... dentro da comunidade aqui, é que eu digo assim que tem mais precisão. Ela é importante pra mim, pra outros e pra outros, aqui na comunidade aqui. Nós somos um pessoal aqui, um bocado de vizinhança aqui, um bocado de vizinho aqui. E todos nós, bem dizer aqui se considera tudo analfabeto, uns sabe assinar o nome, outros não sabe. Tudo pessoa de idade. Em torno de quarenta anos, cinqüenta anos... Então, uma hipótese, se essa nossa associação fizesse uma escola pra educar os idosos, da minha idade, da idade da mulher, e de outros vizinhos. Então pra mim era uma grande importância.... [...] pra esses velhos que não sabem de nada. Era uma importância muito boa. Que nem lá na cidade. Tem um pessoal lá, que trabalha de dia e estuda a noite.

Lá não tem gente analfabeto, né? Aqueles velhinhos, mais velho do que eu, trabalham o dia, mas tem o estudo a noite, né? Então isso é que é importante pra nós aqui. É muita gente aqui. Se informação é como uma escola... [...] pra ensinar os velhos de noite, né? (Agricultor P.F.C.).

Este agricultor faz relação entre a sua condição de vida e de agricultores que trabalham e moram na zona urbana da cidade de Picuí, onde os agricultores trabalham de dia, mas estudam à noite.

A importância da trilogia — educação, informação e conhecimento, na sociedade contemporânea assume papel fundamental sendo responsável pelas transformações conforme estudos de Thiollent (2000, p.20).

Dessa forma, a informação proveniente do agricultor da zona rural dessa comunidade, está sendo traduzida na necessidade dos agricultores em contar, na sua localidade, com uma escola onde os adultos possam estudar.

Podemos afirmar que a informação neste caso, teve efeito no (usuário), pois foi traduzida em ensino-aprendizagem-educação, e suscitou no mesmo a vontade de ter, em sua localidade, um espaço ou ambiente para aprender, estudar e aumentar os seus conhecimentos.

A percepção de que informação é importante para o desenvolvimento rural é destilada paulatinamente na fala de um agricultor, quando afirma:

[...] Informação é tudo que a gente precisa pra poder desenvolver qualquer trabalho, um trabalho que é um projeto, a gente não sabe.

O horário de funcionamento de algumas empresas, repartições a gente não sabe. Esse é um tipo de informação. Isso que eu entendo por informação, tudo que a gente precisa pra desenvolver a vida, que a gente precisa aqui, o pessoal perdido aqui no mato. Porque tem informação da cidade, vê como é que tá acontecendo, vê como é que tá, de repente vão recolher as moedas do Brasil, a gente não sabe se tão recolhendo as moedas. Perderam um bocado de dinheiro de um real, porque não sabiam que as notas iam ser recolhidas.

Teve gente que ficou com as notas na mão. Isso tudo é informação que faltou chegar aqui, através de alguma coisa, quer seja um folheto, que seja é... escrita ou falada... De qualquer jeito, tem que chegar aqui. Não tá chegando..." (Agricultor L.G.F.).

O agricultor ressentia-se de não ter acesso à informação, seja através de diferentes suportes informativos, ou mesmo através dos meios de comunicação. Informação para outro agricultor é "[...] tudo aquilo que vai tirar uma dúvida de você quando você está com dificuldade de uma certa... determinada coisa você vai ouvir aquela informação e tirar sua dúvida. (Agricultor F.A.C.)". Neste caso específico, permite ao agricultor perceber que a informação é fundamental para a tomada de decisão.

Assim, o agricultor, ao desconhecer a informação para solucionar determinado problema, reconhece que há necessidade de se informar com quem sabe ou conhece, para esclarecê-lo, *"porque a gente não sabe, a gente vai e se informa né? Até que procura saber com uma pessoa que mais ou menos já fez aquele tipo de coisa e aí qualquer coisa que a gente não sabe, aí a gente pergunta né? (Agricultor A.F.M.)"*. Idéias semelhantes sobre informação estão presentes na fala da agricultora M.T.C., quando afirma:

[...] a gente pede informação para que a gente possa desenvolver aquilo que é mais necessário pra gente. [...]. A pessoa as vezes trabalha, mas não sabe, as vezes faz do jeito da gente né, mas aí é o momento da gente pedir informação ao outro de como é que gente deve fazer aquele trabalho."

Na medida em que os agricultores conceituam o termo informação, identificamos, em suas falas, a relação que há do termo com a troca de idéias, conversas que podem de repente tirar as dúvidas, especialmente àquelas relacionadas às atividades no sítio. Isto evidencia a relação entre comunicação e informação, processos indissociáveis.

Apesar do desconhecimento de determinadas informações que o agricultor possa ter, ou seja, que foge à sua realidade, ao seu cotidiano, para que ele venha, a saber, há necessidade de alguém que possa lhe indicar como e onde chegar até a informação necessária. Neste caso, o intermediário da informação ou o profissional dessa área teria um papel importante no processo. Diferentemente, nos meios profissional, acadêmico e científico, o usuário, por sua formação e conhecimento, pode chegar, sozinho, à informação desejada. Para isto, o fundamental é que esteja organizada, registrada, processada e disponível para acesso e uso.

Segundo o agricultor J.S.A. informação é:

[...] a gente conversar com uma pessoa assim que abre as idéias da gente. Que muitas vezes a gente tá assim mal informado, né. E a gente conversando com uma pessoa que entende mais de que a gente, aí... o que ele pode fazer... traz umas boas informações pra gente. Que muitas vezes a gente tá por fora de alguma realidade que a gente precisa e sabe que existe aquilo pra gente, mas a gente não tem como chegar lá. E algum companheiro que chega com a gente, diz: olha a situação é essa e eu te levo até lá. E eu acho muito bom essas informações.

Outras vezes o conceito de informação é traduzido em notícias, as quais são veiculadas pelos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio e a televisão. O agricultor A.G.S.

confirma que: “a informação que a gente mais recebe é através de rádio de televisão né...” (Agricultor A.G.S)

As informações veiculadas pelos meios de comunicação permitem aos agricultores o acesso com maior rapidez. O agricultor J.S.S. expressa sua idéia de informação:

[...] Eu entendo por informação... Eu acho que no caso uma notícia né, no rádio como teve agora esses dias. Eu estava escutando o rádio, teve uma notícia do PRONAF Programa Familiar. Então isso foi uma informação que eu tive, procurei né a comunidade pra gente chegar até o banco e a Emater e pra ter mais um recurso pra nossa agricultura né. Isso foi uma informação que tive. Então eu acho que informação é tudo pra gente desenvolver, é o Jornal Nacional que aquelas notícias né aquilo são as informações. Muitas vezes a gente está desinformado ai vem uma informação através do jornal, do rádio, então acho que é cercado dessas informações a gente se desloca da nossa localidade né pra ir atrás de algumas coisa é através de uma informação né então a informação é vale tudo pra gente porque a gente não vai sair daqui pra no caso o nosso município que é Picuí se a gente não tiver uma informação. (Agricultor J.S.S.).

A informação também é algo que pode ser traduzido como indicação, sinalizando o conhecimento em determinado assunto, permitindo fazer uma tarefa corretamente. Podemos constatar esta situação quando o agricultor E.T.D. explicita:

“[...] entendo por informação, se eu vou fazer uma coisa né? e eu não souber e vir uma pessoa me indicar: E.T.D. é assim, você tá fazendo errado, o certo é assim, isso eu entendo por uma indicação, informação”.

f) Conhecendo os canais de comunicação preferenciais ou utilizados pelos agricultores

Procuramos identificar, junto aos agricultores, como gostariam de receber informação, para possibilitar o atendimento eficaz das suas necessidades e demandas de informação.

O agricultor J.S.A. indica a comunicação pessoal, afirmando:

[...] através de comunicação pessoal né? Amigos trás pra mim. Por exemplo, eu preciso resolver um problema que diz respeito o meu trabalho aqui no sítio, ai amigo meu trás a informação, ai daqui eu corro atrás né.”

O agricultor M.T.C. é da mesma opinião, pois, segundo ele:

“Se a pessoa conversa comigo é melhor, que a gente entende melhor, porque negócio de escrito, o cara tá conversando com outro é melhor de que mandar assim uma carta pra pessoa, tem muita diferença né, conversando se entende melhor”.

Mesmo apresentando um nível de escolaridade baixo, o agricultor P.F.C. demonstra preferência por cartilha explicativa:

[...] tendo a cartilha que tá ensinando tudo [...] como é aplicado as doses de veneno pra misturar um com outro, [...] então acho que seria melhor a cartilha de que bocalmente porque de uma hora pra outra a gente pode esquecer aí vai na cartilha e sabe como é que se aplica a dose né, que ali é uma que tá escrito ali, então não tem porque a pessoa esquecer né.

O agricultor F.A.C. concorda:

“Eu acho que através de folhetos, com figuras, com desenho. [...] só de informação pessoal a vez você esquecer de algum detalhe e já no folheto, se você tiver alguma dificuldade você vai no folheto e tira sua dúvida né.”

Outro canal de comunicação, o vídeo, é apontado pelo agricultor J.B.S.:

Eu acho que através assim do vídeo né que a gente podia é vê como estão fazendo aquela prática né. O vídeo seria assim junto com a comunidade, a gente reunia a comunidade né e todos os agricultores ia pra lá pra assistir esse vídeo e teria assim uma informação mais útil pra gente. [...] através assim numa revista né explicando também as fotos né acho que seria uma informação mais ideal pra gente.

Esta fala reforça o material áudio-visual como um dos mais adequados à comunidade de agricultores, facilitando o seu entendimento pelas imagens ou ilustrações explicativas sobre determinado assunto e possibilitando também o uso coletivo.

Pelas respostas verificamos que as preferências dividem-se em comunicação pessoal, cartilha explicativa e folhetos, além de vídeos demonstrativos para assistência coletiva, portanto, a elaboração de produtos de informação deve seguir esta orientação, num processo não excludente e sim complementar, por exemplo, um cartilha ou material de divulgação acompanhada de vídeo.

Ao perguntarmos se eles tinham vontade de voltar a estudar? Nove dos entrevistados responderam que sim, e apenas um respondeu que não. O desejo pela escolarização esteve presente durante a vida desses sujeitos desde a infância, quando não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos quando jovens até chegarem à idade adulta. A privação que sofreram, seja por terem que ajudar aos pais ainda muito jovens na agricultura, ou por falta de escolas públicas, levou estes sujeitos a uma condição de excluídos. Sobre a exclusão, Martins (1997) define: A exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de bem-estar, privação de direito, privação de liberdade, privação de esperança.

A exclusão, primeiramente de um direito, levou-os a serem excluídos em diversas outras situações vivenciadas como, por exemplo, de uma melhor oportunidade de emprego, de uma maior e mais efetiva participação social, de conhecer de forma mais ampla seus direitos como cidadãos e lutar por estes. Foram privados até mesmo, de muitas vezes, poder sonhar com dias melhores e de usufruir de uma melhor qualidade de vida.

Ao questionar se eles já ouviram falar sobre a Educação de Jovens e Adultos? Todos os dez agricultores entrevistados responderam sim, que já haviam ouvido falar, alguns até falaram que freqüentaram turma de educação de jovens e adultos na cidade, mais devido atualmente a distancia do sítio a cidade, como também a insegurança, não continuaram.

A.G.S. mencionou até as amizades construídas e a perda da vergonha como algo positivo que conquistou através da EJA. Ao fazer isso, está se reportando, ao curso do EJA como um espaço de relações sociais e de como essas relações favoreceram a auto-confiança. Naquele ambiente, o senhor A.G.S. estava entre seus pares. Possivelmente, todos se encontravam em situação semelhante, portanto, não havia quem o fizesse sentir-se inferior. Sentindo-se mais confiante este senhor passa a frequentar outros lugares e agrupamentos, ampliando suas relações.

Também foi perguntado se abrissem uma turma de educação de jovens e adultos na comunidade Serra Baixa, se eles participariam? A resposta também foi unânime, dos dez entrevistados todos responderam que sim, J.S.S. até mencionou que se abrisse uma turma, voltaria a estudar para que possa aprender a ler e escrever, e poder tirar sua carteira de motorista.

É preciso um elemento forte, que venha do interior dessas pessoas. É preciso sonhar, desejar esta escolarização. Em relação à importância dos sonhos Freire (2001) diz:

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma boa conotação da forma histórico-social de estar no mundo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se... não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança...

Sonhar é, portanto, um importante constitutivo da natureza humana que nos impulsiona a viver. A todos os seres humanos, seja em qualquer etapa da vida em que se encontre, a motivação e os sonhos são necessários. Para as pessoas da Terceira Idade não é diferente, muito pelo contrário, é um fator importante para garantir a vontade de viver. Foi a partir dos sonhos, nutridos durante toda uma vida, que esses agricultores pensam em voltar a estudar, tendo nela um objetivo de vida. Cada um deles, ao ver-se diante da oportunidade de frequentar uma escola.

A escola significa para cada um, uma forma de completar algo que julga deficitário em suas vidas.

5 Conclusões

Pode-se afirmar que o perfil dos agricultores familiares do curimataú paraibano é predominantemente constituído por agricultores do sexo masculino (90%), com faixa etária concentrada entre os 41 anos aos 80 anos (70%), e com nível de escolaridade baixa, 80% dos agricultores não tem escolaridade e cursaram apenas o ensino fundamental I incompleto. O que, para a UNESCO é esse percentual é considerado pessoa analfabeta funcional e (70%) dos agricultores participa de associações de classe organizadas.

Na identificação e análise das necessidades, demandas e acesso de informação pelos agricultores familiares, no processo de comunicação e informação para ação e como subsídio para o desenvolvimento rural do município de Picuí, a partir dos resultados, podemos chegar a algumas conclusões, relativas aos agricultores dessa comunidade, levando em consideração o saber local dos agricultores.

Ficou claro que os canais de comunicação preferenciais para recepção da informação pelos agricultores dividem-se em comunicação pessoal, cartilha explicativa e folhetos, além de vídeos, portanto, os produtos elaborados para um melhor entendimento aos agricultores familiares tem que ser algo impactante que possa também ser manuseado e eles possam ter contato sempre que necessitarem.

Diante dos resultados e de sua discussão, além das reflexões propiciadas pela pesquisa, acreditamos estar contribuindo também para novos estudos sobre informação, no segmento da agricultura familiar.

Como pudemos observar, os depoimentos são de pessoas com baixas escolaridades, algumas até voltaram a estudar na vida adulta, já com família formada, que infelizmente não puderam frequentar à escola enquanto crianças por dificuldades sócio-econômicas, mas que sonham em retomar os estudos com o objetivo de melhorar de vida, no sentido de conseguir um emprego melhor; conquistar independência e autonomia através da leitura e da escrita, bem como satisfazer necessidades e desejos não conseguidas pela falta de alfabetização; oferecer qualidade de vida para suas famílias, principalmente para os filhos.

O papel social da escola, particularmente do EJA, pode ser identificado nos depoimentos e podemos dizer que a alfabetização e as práticas de letramento dentro da escola contribuíram significativamente para a vida dessas pessoas. A maioria delas almeja realizar “sonhos” e necessidades através da alfabetização, da inserção no mundo letrado.

No decorrer desta pesquisa podemos propor que com a ajuda da secretaria de educação do município, poderá contribuir com a participação dos agricultores e suas famílias com a Educação de Jovens e Adultos na comunidade, deixando de ser analfabetos funcionais para

tornarem-se pessoas alfabetizadas, verdadeiros cidadãos. Rompendo com seus medos, dúvidas, sentimentos de vergonha e inferioridade, enfim conscientizando-os que nenhum indivíduo é uma vasilha vazia, cada um é produtor de cultura e este deve ser valorizado em qualquer meio ou circunstância, seja ele criança, jovem, adulto ou idoso. Sempre é tempo para aprender, pois como Freire diz somos seres inacabados que estamos em constante processo de aprendizagem, pautados na ação, reflexão e ação. Contribuindo efetivamente para a melhoria da sua qualidade de vida dos agricultores, de seus familiares e da comunidade onde vivem.

O conhecimento engrandece o homem, fazendo com que ele seja capaz de compreender o mundo e as coisas ao seu redor, e o curso de EJA pode ajudar aqueles que fracassaram ou não tiveram a oportunidade de continuar os estudos quando crianças, a melhorar, antes de tudo, a auto-estima. O relacionamento com as pessoas, os trabalhos em grupo propostos pelos professores, fazem com que os alunos aprendam muito mais do que somente a leitura e a escrita. Aprendem também, valores morais, sociais e éticos, a respeitar o limite de cada um, porém nunca desistindo de seus sonhos e metas, ainda que voltar a estudar implique em fazer uma viagem em busca do conhecimento para obter melhores condições de vida: *“Pra mim voltar a estudar será uma viagem mental, uma viagem no espaço e no tempo. Eu penso que a escola é um lugar sagrado, e eu tenho vontade de estudar mais”*. (L.G.F.).

Um fato observado na comunidade é a prática coletiva e expressões de solidariedade entre os agricultores e suas famílias na Serra Baixa. Através de conversas informais, ao lembrarem as debulhas de feijão em mutirão, as limpas coletivas dos roçados e até novenas beneficentes, como forma de confraternização entre vizinhos e amigos de outras comunidades. Afirmando assim, Costa, Duque e Rocha (Apud FERREIRA 2012): quando constatam a existência de diversas formas de ajuda mútua existente na rotina das comunidades, muitas vezes não visível em determinadas avaliações formais, mas indispensáveis à manutenção das relações socioeconômicas camponesas.

Com a ajuda de uma Organização não-governamental, o Centro de Organização e Educação Popular-CEOP, a comunidade sofrendo com escassez de água, já que a mesma se encontra localizada no semiárido, propôs a criação de um Fundo Solidário para construção de cisternas de placas na comunidade. O que foi aceito com entusiasmo e interesse. As construções dessas cisternas são feitas em regime de mutirão (ajuda mútua entre os membros da comunidade) e gerida pelos próprios agricultores através de contribuições mensais dos membros da comunidade.

A economia solidária abrange essas experiências iniciadas por pessoas que resolvem pôr o homem no centro de todo agir econômico, fazendo com que esses passem a ter como principal objetivo não mais o lucro, e sim, as relações humanas, de modo a gerar o desenvolvimento econômico que decorre do crescimento da comunidade e dos indivíduos.

Espera-se que este estudo constitua uma contribuição para a difusão do assunto, pelo menos no sentido de divulgá-lo para que possa servir como ajuda para estudos posteriores ligados à Agricultura Familiar, Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.

6 Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Território do Curimataú-PB**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: www.sit.mda.gov.br. Acesso em 25 set. 2013.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, XLII., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 09 de set. de 2013.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *In: Agroecologia e desenvolvimento rural susten-*

tável, Volume 2, nº 3, Julho/Setembro, Porto Alegre, 2001. Disponível em: www2.ufersa.edu.br. Acesso em: 08 de set. de 2013.

FERREIRA, J. R. S. **Fundos rotativos solidários e comunitários: um estudo de caso da atuação do CEOP no Curimataú e Seridó Paraibano**. Monografia (Graduação – Tecnologia em Agroecologia). IFPB, 2013

FREIRE, A. M. A. (Org) **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, G., Maria N. **Informação e conhecimento**. Ciência da Informação, Brasília, v.13, n.2, p.107-114, jul./dez. 1984.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.informacoesdobrasil.com.br. Acesso em 17 de set. de 2013.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2003**. Rio de Janeiro, 2004. p.72 (IBGE. Estudos e Pesquisas, 12). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 de set. de 2013.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, ed. da Unicamp. 1993.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Silabo, 2003.

SILVA, A. M. A agricultura familiar no Brasil: Características e Desafios. *In*: RV Econômica. **Análise e perspectivas sócio-econômicas**. Ano 2, edição nº 4- Maio de 2000 - Centro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos.

TAFNER, J.; SILVA, A. C.; WEIDUSCHAT, I. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Indaial: Asselvi, 2003.

THIOLLENT, M. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. *In*: THIOLLENT, Michel, ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, R. L. S. (Org.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EDUFF, 2000. p.19-28.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. *In*: ZEMAN, J.; GOLDMANN, L.; GRANGER, G.G.; LWOFF, A.; DE SANTILLANA, G.; FRANK, H.; WIENER, N.; BONSACK, F. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p.154-179. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 01 de Out. 2013.

A importância da aplicação da economia solidária na Associação de Apicultores do Sítio Espinheiro no município de Cuité-PB

*Flávia Maria da Silva Macêdo
Ramilton Marinho Costa*

1 Introdução

A economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital. Possui base associativista e cooperativista, sendo voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, onde sua maior finalidade é a reprodução ampliada da vida na comunidade. Para tanto fundamenta o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana, viabilizando um processo de democratização econômica, criando alternativas, diferenciando-se da questão assalariada das relações do trabalho capitalista.

Singer (2000) sugere que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

“Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista...”.

Já para Mance (1999), o conceito vai além e agrega ao conceito a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim uma colaboração solidária visando à construção de sociedades pós-capitalistas em que se garanta o bem-viver de todas as pessoas:

“ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade...”.

Desse modo, a economia solidária, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção. De acordo com Gaiger (2003):

“fornece uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano”.

Estudos relativos ao tema de maneira mais científica denotam sua origem, próxima à Primeira Revolução Industrial, como resposta por parte dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Mostrando-se depois de forma mais acentuada, na passagem do século XVIII para o século XIX, onde na Grã-Bretanha, surgem as primeiras Uniões de Ofícios e as primeiras Cooperativas. Ganhando destaque a fundação da Cooperativa de Consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844). Segundo GAIGER e LAVILLE (2009), a expressão economia solidária, foi ratificada somente na última década do século XX.

No tocante ao estudo da temática em questão foi procurado trabalhar com a associação de apicultores do Sítio Espinheiro, zona rural do Município de Cuité – PB, no sentido de lhes apresentar de forma mais incisiva informações para o desenvolvimento de suas atividades laborais usando o princípio da economia solidária, levando-se em conta que desde sua implantação até os dias atuais, não foi utilizado tal sistema. Outro ponto do estudo foi focado nas ações que

levaram a criação da associação, como foram formulados, trabalhados, aceitos ou rejeitados os princípios e práticas do sistema associativo.

Para tanto se observou a influência da associação na evolução social, econômica, educacional e cultural dos seus associados. Foi analisado o grau de aceitação do sistema associativo, quando da implantação na comunidade. Verificando-se como foram trabalhados os pontos positivos e negativos, identificados pelos associados no decorrer do tempo. Analisando a influência do grau de escolaridade dos associados em relação a sua participação na prática produtiva. E por fim observado como são distribuídos os ganhos financeiros entre os associados, fazendo correlação com o sistema de cooperativismo a nível regional e nacional.

O presente trabalho enfocou na Associação de Apicultores do Sítio Espinheiro no Município de Cuité – PB, desde a sua fundação em meados da década de 1990, até os dias atuais. Analisando principalmente como foi conduzida, pois, desde a sua fundação optou pela inovação, onde se propôs implantar na região um sistema, até então desconhecido, que foi o de cooperativa de produção. Desse modo, verificando passo a passo todas as dificuldades iniciais, seu pico de funcionamento e ainda como se encontra nos dias atuais, identificando quais foram os avanços produzidos por esse sistema de gestão participativa, onde o coletivo deve ser sempre o ponto dominante em detrimento de posições individualistas.

Desse modo se fez necessário identificar dentro da comunidade, o interesse individual e coletivo, no sentido de aceitação de outro passo mais adiantado que é a implantação do sistema de economia solidária. Tal verificação foi feita através de visitas e aplicação de questionários onde se procurou identificar a situação econômica da associação e também dos associados de forma particular, verificando as condições do espaço físico, sondagem quanto a uma proposta de divisão equitativa dos lucros para os associados obtidos da exploração do mel de abelha e derivados. e analisar de forma ampla se a introdução do sistema de economia solidária terá chance de sobreviver em uma região rural tão carente.

2 Referencial Teórico

Como consta no Atlas da Economia Solidária no Brasil, elaborado pela SENAES, coloca-se como definição de Economia Solidária:

“(…) uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada e melhorada da vida dentro da comunidade”, MTE (2006).

Segundo Singer (2002):

“a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Prega o princípio de não exploração dos outros, contrariando aqueles que trabalham apenas querendo levar vantagem, procura também, agir de forma a agredir o mínimo possível o ambiente. Desse modo coopera para o fortalecimento do grupo de modo que cada um pense no bem de todos, muitas vezes em detrimento do seu próprio bem. Apresenta-se então como alternativa inovadora de autogestão de trabalho, renda e ainda como uma resposta a favor da inclusão social”.

É composta por uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de cooperação, entre outras. Sempre procurando realizar atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Desse modo a economia solidária, aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

Laville (apud Lechat, 2002):

“caracteriza a Economia Solidária como sendo um conjunto de atividades econômicas cuja lógica diferencia-se da lógica do mercado capitalista, bem como da lógica do Estado, enquanto que a economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado, funciona a partir de relações competitivas tendo como objetivo o alcance de interesses individuais”.

Na corrente contrária à economia solidária organiza-se a partir de fatores com base na solidariedade humana, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade, da autogestão, adotando sempre as formas comunitárias.

2.1 Histórico da Economia Solidária

A Economia Solidária surgiu pouco tempo depois do capitalismo industrial, em resposta ao repentino e espantoso empobrecimento da classe artesã, como consequência da difusão veloz das máquinas e da organização das fábricas de produção em massa, características da revolução industrial. Tal modelo ideológico liberal causou uma exploração demasiada da classe operária através de jornadas de trabalho excessivas, utilizando-se de mão de obra infantil e condições de trabalho insalubre e alto grau de desemprego SINGER (2002).

Nesse contexto, foram dados os primeiros passos em direção a um tipo novo de economia, que pudesse estabelecer novas formas de se trabalhar com menos desumanidade, logo os pensadores do campo econômico passaram a direcionar ou pautar, suas ideias no sentido de criar uma economia nova que denominaram futuramente de solidária. Desse modo surge no início do século XIX na Europa, com destaque para França e Inglaterra, uma sequência de eventos, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858).

Na perspectiva de construção de sociedade cooperativista, os quatro pensadores, contribuíram para a criação e organização de diversas cooperativas em meados do século XIX na Europa, destacando-se entre eles a figura de Owen.

Logo se tornou muito evidente a ligação da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Como consequência, Houve, na Inglaterra e nos Estados Unidos, ainda no século XIX, o surgimento de inúmeras iniciativas guiadas ou influenciadas por esses pensadores. Destacando-sena história, como a mais famosa das cooperativas de consumo, a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Inglaterra), criada em 1844. Nela, os princípios da economia solidária foram tão bem estabelecidos, que até os dias atuais servem de inspiração para o cooperativismo moderno e sua legislação a nível mundial.

2.2 A economia solidária no Brasil

No Brasil, as iniciativas de implantação da Economia Solidária, emergem com particular significado nas organizações e movimentos sociais populares no decorrer dos anos 90 e início da década posterior. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária –(SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para ser uma mediadora e proponente de alternativas de Economia Solidária, em particular, na perspectiva de direcionamento da ação do Estado, Munarim (2007).

Em 2003 cria-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e hoje há fóruns locais e regionais para debater e promover o assunto. A atividade ganhou também o apoio de governos municipais e estaduais, o que levou a um aumento no número de programas de Economia Solidária, como bancos do povo, centros populares de comercialização e projetos de capacitação.

O FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), contando com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelam-se na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” onde se tratava da auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. Quanto à organização e funcionamento, integram o FBES os três segmentos da Economia Solidária: empreendimentos da Economia Solidária, grupos de assessoria/fomento e gestores públicos.

Para ARROYO e SCHUCH (2006), Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características:

“1) Coletivas são organizações suprafamiliares, singulares e complexas, como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes e grupos produtivos; 2) Seus participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário”.

Entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa; através dos gestores públicos que elaboram, programam, coordenam e executam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

A economia solidária surge no Brasil, em um período que o mundo passa por uma crise quase que global, principalmente os países em desenvolvimento, se encontram muito endividados. Como forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora, contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal, que se dá a partir da década de 80, tanto no meio privado, quanto no público. Em meados dos anos 90, despontam-se em várias universidades as “Incubadoras de Cooperativas Populares”, com o objetivo de ajudar os grupos comunitários a desenvolverem-se coletivamente em atividades econômicas.

Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

O número de programas de economia solidária tem aumentado com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de co-

mercionalização etc. A estrutura atual da economia solidária no Brasil estar montada, como pode ser visualizada abaixo:

Figura 1 - Estrutura da Economia Solidária no Brasil



Fonte: www.brasil.gov.br, 2013.

2.3 A Economia Solidária na Paraíba

O Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba foi um espaço de organização dos segmentos que compõem o campo da Economia Solidária e de articulação com movimentos sociais. Tem atribuições de promover os mais variados tipos de encontros, no sentido de promover o crescimento da Economia Solidária no Estado. Com segue abaixo:

“Com a realização do Encontro Estadual de Economia Solidária da Paraíba, entre os dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro, o FEES/PB avançou na construção de suas definições e sobre sua organização. O Encontro foi realizado em formato de oficina, onde os participantes discutiram o tema AUTOGESTÃO, através de encaminhamentos, como: 1. Formação de dois grupos de Trabalho (Comercialização; Marco Legal e Finanças Solidárias). 2. O Planejamento definiu a organização das Plenárias Estaduais, sendo que as reuniões passam a ser organizadas em Campina Grande ou em Patos, com a finalidade de aproximar todos os Regionais. 3. Uma nova coordenação foi escolhida, com a indicação de três entidades de assessoria (IMS, PASPP e CAAASP) e seis empreendimentos (Grupos Reviver e Vitória (João Pessoa), Feira Agroecológica (Aparecida) e Grupo Gruma (Cajazeiras). Os empreendimentos da região do Agreste ficaram de indicar seus nomes no dia 17/10 e indicaram COOARTE (Fagundes) e Loja de ES (Campina Grande). 4. A Rede de Gestores Públicos passou a ser representada no Fórum por Patrícia Melo da Agência de Desenvolvimento Municipal (AMDE) de Campina Grande e Sandro Gomes (Cidades) foi indicado para representar o Fórum no Conselho Gestor do Cfes”.

O movimento paraibano de Economia Solidária, representado por diversos empreendimentos econômicos solidários (grupos de produção, associações e cooperativas), por organizações de assessoria, de apoio e de fomento e por gestores públicos do campo da Economia Solidária, reunidos em sua Plenária Estadual, na cidade de Lagoa Seca, nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, expôs suas preocupações, convicções e propostas, frente aos problemas que consideramos de vital importância para a construção de relações sociais e humanas, no contexto das questões políticas, culturais, ambientais e econômicas, que afetam diretamente a vida de trabalhadoras e trabalhadores, submetidos cotidianamente às desigualdades impostas pelo sistema econômico vigente.

No encontro é debatido e ressaltado que o capitalismo é um sistema gerador de crises cíclicas decorrentes das bases estruturais desse modo de produção, da sua necessidade permanente de revolucionar as condições de produção para manter a exploração do trabalho como base da acumulação do capital, ao mesmo tempo em que explora a natureza como fonte inesgotável de recursos.

Na contramão desse sistema, foi colocada a economia solidária como sua forte opositora, afirmando, em suas práticas, que existem outras formas possíveis de organização do trabalho, da sociedade e das relações entre seres humanos e o meio ambiente, que buscam, em detrimento da exploração do mercado, afirmar um desenvolvimento que valorize o bem viver.

O encontro foi finalizado com a determinação de seus participantes por buscar o apoio necessário da sociedade, das organizações dos trabalhadores e dos movimentos populares (espaços de convergência), em busca da construção de um campo que favoreça e fortaleça as bandeiras de luta da economia solidária: por uma legislação específica (Marco Legal), por recursos orçamentários para o financiamento das políticas públicas (Fundo de Economia Solidária) e por instrumentos de incidência e controle social (Conselhos de Economia Solidária); pelo fomento e apoio a educação, a assessoria técnica e aos seus instrumentos de comercialização.

**Figura 2 - Foto do Encontro Paraibano de Economia Solidária.
Lagoa Seca – PB, 30 e 31 de agosto de 2012.**



Fonte: anchietacaritas@hotmail.com, 2013.

Em síntese, para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, há a necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores (as) às condições socialmente necessárias o de produção e como dever do Estado.

Desta feita, o estudo da aplicação de práticas de economia solidária na associação de apicultores do Sítio Espinheiro, zona rural do Município de Cuité – PB vem a se tornar uma forma de visualizar como se daria esta prática na Região Nordeste, em especial no Estado da Paraíba, onde são comuns problemas sociais. Podendo vir a ser mais uma medida de combate a tais problemas.

3 Metodologia

3.1 Caracterização da pesquisa do ponto de vista da sua natureza

Esta pesquisa tem em sua natureza um caráter aplicado, visto que não objetiva o avanço da ciência a partir da criação de novos conhecimentos, e sim a aplicação de conhecimentos existentes em casos específicos.

3.2 Caracterização da pesquisa do ponto de vista da forma de abordagem do problema

A abordagem do problema neste trabalho de estudo de caso, tem uma forma qualitativa, uma vez que não necessita do uso de técnicas e métodos estatísticos para a interpretação dos dados. Sendo necessária apenas a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos seus significados, de forma que a chave da pesquisa está no pesquisador e a fonte direta para a coleta de dados é o seu ambiente natural.

3.3 Caracterização da pesquisa do ponto de vista de seus objetivos.

Esta pesquisa assume um caráter descritivo. Por procurar descrever as características atuais do objeto de estudo para uma posterior proposição das mudanças necessárias, utilizando para isso observações sistemáticas. Como o levantamento bibliográfico com o intuito de proporcionar uma familiarização com o problema, tendo como característica o fato de ser um estudo de caso. Para tanto se traçou os seguintes objetivos:

- Realizar um levantamento de informações acerca da questão da implantação da Associação de Produtores de Mel de Abelha do Espinheiro. Buscando dentro do levantamento bibliográfico, conceitos relacionados ao estudo de caso e fazendo uma interação entre a literatura existente e a realidade vivida na comunidade.
- Proceder às visitas ao local de pesquisa a fim de identificar a atual situação da associação em relação aos objetivos propostos desde a sua implantação e os avanços ou retrocessos ocorridos ao longo do tempo.
- Propor uma parceria entre associados e os programas de educação de adultos, no sentido de montar parcerias entre a atividade produtiva e o aumento da escolaridade em geral dos membros da comunidade.

3.4 Caracterização da pesquisa do ponto de vista dos procedimentos técnicos

Devido ao fato de ter sido fundamentada a partir de material já publicado, esta pesquisa tem um caráter bibliográfico. De levantamento, pelo fato de ter envolvido a interrogação direta

das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. E sendo considerado também um estudo de caso, por objetivar o profundo detalhamento de um único objetivo e por fim tendo a característica de ser uma pesquisa-ação por ser associada com a proposição de implantação de um sistema conjunto de trabalho associativista no campo com a educação de adultos da comunidade.

Este estudo de caso e busca o detalhamento de um único objetivo, mas tem também a característica de ser uma pesquisa-ação por ser associada com a proposição de implantação de um sistema conjunto de trabalho associativista no campo com a educação de adultos da comunidade.

A partir das visitas realizadas no local da pesquisa e a análise dos questionários aplicados, foi identificada a necessidade educacional da comunidade e posteriormente propostas as devidas ações para implantação de um projeto mais eficaz para melhoria da situação socioeconômica e educacional dos membros da Associação de Produtores de Mel de Abelha do Espinheiro e comunidade em geral.

3.5 Instrumentos de pesquisa

- Visitas de campo para produção Relatório técnico montado a partir das respostas colhidas e visualização da estrutura física.

- Questionário estruturado aplicado ao responsável pela administração da Associação de Produtores de Mel de Abelha do Espinheiro, a fim de caracterizar a estrutura da associação e comunidade em geral.

4 Resultados

O ambiente no qual foi desenvolvido este estudo foi à região do Espinheiro, zona rural do município de Cuité – PB, distante cerca de 20 km da sede municipal. Na região foi instalada uma associação de apicultores no ano de 1995 com 12 participantes, desde então a associação vem desenvolvendo suas atividades, de modo que melhore a condição de vida de seus associados, que atualmente são em número de 36 e de cinco municípios diferentes da região do Curimataú paraibano. É uma região predominantemente seca, pois está encravada dentro da área conhecida como polígono das secas do nordeste brasileiro e com clima quente e seco durante a maior parte do ano. A criação técnica de abelhas, conhecida como apicultura, foi implantada na região como uma forma de se procurar melhorar a renda dos agricultores, uma vez o que ainda predomina na região é a cultura de feijão e milho com características de subsistência.

A sede da associação foi instalada na propriedade do senhor Givanildo dos Santos, em local estratégico da região, de onde todos os associados tem acesso quase que de maneira equidistante. O presente estudo foi realizado com os associados visando identificar suas condições de vida, nos aspectos socioeconômicos e intelectual desde a criação da associação até os dias atuais, principalmente procurando fazer uma ponte entre a questão intelectual e a aplicação de um sistema cooperativo de produção.

A Associação de Apicultores do Espinheiro, foi fundada no ano de 1995, nasceu de uma iniciativa de dois moradores da região, que ao participarem de uma reunião agrícola promovida pela EMATER, escritório local da cidade de Nova Floresta – PB se interessaram pela criação técnica de abelhas, uma vez que não existia tal exploração na região. A colheita do mel de abelha era feita de maneira extrativista, sendo esta muito prejudicial a todo o ecossistema, tanto animal quanto vegetal. Desse modo a notícia de criação de abelhas de forma controlada se espalhou, e mais moradores da região se tornaram interessados, pois, viu-se primeiramente a questão financeira se tornar mais viável. Tendo em vista que a comunidade trabalhava apenas com culturas de subsistência (milho e feijão) e um pouco de fruticultura nativa (caju e pinha), tudo de forma temporã e sem nenhuma assessoria técnica por parte do Estado.

Para complementação de renda também praticavam a pecuária de forma extensiva e des-
tecnificada. Ainda no ano de 1995, decidiram se juntar aos precursores Lincoln Ribeiro e Giva-
nildo Santos, no sentido de formarem uma associação de apicultores, a qual permanece ativa
até os dias atuais. A principal dificuldade que os membros da associação encontram para que
houvesse produtividade satisfatória de mel de abelha, foi ainda a cultura do desmatamento
desordenado e indiscriminado provocado por alguns moradores da região, que preferem agir
com o ambiente de forma desregrada, não medindo consequências para seus distratos com as
gerações presentes e futuras. Outro ponto que é levantado como limitador da produção de mel
de abelha é o fator climático da região do Espinheiro, já que se encontra localizada no centro do
Curimataú Ocidental paraibano, dentro do polígono das secas do Nordeste brasileiro.

Por outro lado a associação se preocupa com a admissão dos novos membros, no sentido
de prover-lhes da maior assistência possível em termos de capacitação para desempenhar suas
atividades laborais. Outro ponto que merece destaque tem sido o apoio governamental, no
sentido de parceria para divulgação dos produtos da associação, treinamentos e capacitações,
financiamentos, incentivos e por último vale-se destacar a presença constante do Projeto Co-
operar, com o fornecimento de uma nova unidade de extração de mel. A condição socioeconô-
mica dos associados tem melhorado consideravelmente, pois mesmo enfrentando dificuldades,
os resultados de produtividade vêm melhorando com o passar dos anos e os produtos possuem
um alto grau de aceitação no mercado consumidor da região.

A gerência da associação mantém um relacionamento amigável com os membros e os
projetos existentes são amplamente discutidos antes da apreciação final para aprovação. Existe
entre os membros a cultura de constante avaliação dos membros diretores, sempre se procu-
rando a renovação da mesa diretora através do processo eleitoral. Outro ponto que deve ser
levado em consideração é a constante procura por novas informações, para os associados, isso
se justifica pelo fato de filhos de associados estarem cursando faculdades agrícolas localizadas
na região.

A Associação de Apicultores do Espinheiro teve seus trabalhos iniciados em 1995, após a
comunidade observar o exemplo de dois agricultores locais, começarem a trabalhar com abe-
lhas de maneira técnica e obterem lucros com a nova atividade. No início eram apenas 12 as-
sociados, todos do município de Cuité, da região do Espinheiro, atualmente são 36 associados,
sendo 18 do município de Cuité e o restante de 4 municípios diferentes (Picuí, Nova Floresta,
Baraúna e Damião).

No primeiro momento, a comunidade viu a nova atividade de forma desconfiada, porém,
seus divulgadores obtiveram rápido sucesso, uma vez que a comunidade logo abraçou novo
projeto. De um modo geral o povo da comunidade era semianalfabeto em sua grande maioria,
atualmente seus filhos encontram-se em escolas de nível médio e faculdades, por outro lado os
mais velhos são alunos dos programas de alfabetização de jovens e adultos.

A economia local tem melhorado, uma vez que o tipo de produção organizada faz com
que as vendas também sejam programadas e o retorno financeiro é visível; o meio ambiente
tem sido protegido ao máximo possível, pois os associados estão cada vez mais conscientes que
quanto menos destruir o ambiente, melhor respostas receberam do mesmo.

O processo político para administração da associação tem ocorrido ao longo do tempo
de forma tranquila, pois, a estrutura gerencial é aceita pelos associados de forma pacífica, mas
com uma vigilância de perto, através de constantes reuniões e assembleias.

Os produtos oriundos da associação são bem aceitos pelo comércio local e regional, pois
a associação conta com ampla divulgação institucional e possuem qualidade satisfatória. No
tocante ao nível de participação dos associados em todo o processo produtivo, tem ocorrido
de forma participativa e são comprometidos com o bom andamento da instituição, tanto que
a mesma está se desenvolvendo de maneira positiva e melhorando a condição socioeconômica
daqueles que lá estão.

Entre as maiores dificuldades apontadas pelos apicultores, encontra-se a problemática de aquisição de insumos, uma vez que a região da Paraíba, não possui tradição apícola, sendo necessária a procura de tais insumos em estados vizinhos como Ceará e Piauí. Abaixo será mostrada uma tabela com a evolução do número de associados desde a sua fundação até os dias atuais.

Tabela 1 - Evolução numérica no quadro de sócios da Associação de Apicultores do Espinheiro, desde a sua fundação até os dias atuais e sua origem.

Ano	Quantidade	Região de. Origem
1995 – Ano de Fundação	12*	Cuité – PB
2013	36*	Cuité, Picuí, Nova Floresta, Baraúna e Damião (PB).

Como podemos observar nos dados acima, nota-se uma evolução significativa, tanto em quantidade, como em expansão territorial da atividade, já que saiu da região inicial do espinheiro no município de Cuité – PB e se expandiu por mais quatro localidades ou diferentes municípios do Curimataú paraibano. Mostrando dessa forma que é uma atividade diferenciada para a região, pois tem conseguido ao longo dos anos, fazer com que o agricultor possa se manter em seu habitat de origem, conseqüentemente não precisando migrar para outras regiões do país em busca do seu sustento.

A Educação de Jovens e Adultos na Região do Espinheiro:

A educação de jovens e adultos tem se feito presente no município de Cuité – PB, desde os tempos do antigo MOBREAL, nos idos da década de 1970. Ao longo dos anos, os programas têm mudado de nome, mas continuam com a mesma filosofia, que é a de dar mais uma oportunidade de escolaridade, aqueles que por inúmeros motivos passaram sua infância, juventude e fase adulta, sem terem tido a chance de ao menos se alfabetizarem.

A partir da década de 1990, o Programa de Alfabetização Solidária passou a ser chamado a nível nacional de Educação de Jovens e Adultos, tendo recebido vários incentivos do governo federal, vindos diretamente para as Secretarias Municipais de Educação em todo o país. Atualmente o programa de Educação de Jovens e Adultos, tem introduzido em sua metodologia de trabalho, temas que estejam presentes ou inseridos no cotidiano de sua clientela e para tanto foi possível observar que através dos métodos didáticos desenvolvidos em classe, um emprego prático no tocante a participação de alunos e seu envolvimento ativo nos projetos existentes na comunidade.

Figuras 3 e 4 - Agricultores da Comunidade do Espinheiro, em momento de aprendizagem escolar, pelo Programa de Jovens e Adultos, no município de Cuité – PB.



Nas figuras 3 e 4 podem ser visualizados os agricultores da comunidade do espinheiro em momento de participação em sala de aula, dentro do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. As aulas são desenvolvidas em horário oposto ao de suas atividades diárias. Nesses momentos são sempre trabalhados conteúdos do cotidiano dos agricultores e sempre procurado fazer-se uma ponte entre o teórico visto nos livros, com as experiências vivenciadas individual e coletivamente na comunidade.

Figuras 5 e 6 - Pesquisadora, no momento da entrevista ao presidente da Associação dos Apicultores do Espinheiro, mostrando a nova área de beneficiamento do mel de abelha colhido no campo.



Figuras 7 e 8 - Equipamentos de beneficiamento do mel de abelha.



As figuras 5 e 6 mostram à chegada da pesquisadora a sede da Associação do Espinheiro, para produzir entrevista com o presidente. Já as figuras 7 e 8 mostram o cuidado que os associados desempenham com o produto por eles trabalhado, tendo em vista que além dos equipamentos serem novos, são altamente higienizados. Por isso, o produto final apresenta uma qualidade aceitável em toda a região.

Figuras 9 e 10 - Equipamentos de criação técnica das abelhas, distribuídas entre a vegetação nativa da região.



As figuras 9 e 10 mostram como são conduzidas as criações de abelhas, pertencentes aos associados da região do Espinheiro, seguindo um padrão técnico a nível nacional. Com caixotes feitos em madeira serrada, com altura, largura e tamanho, preparados de forma que o enxame

se desenvolva dentro de uma comodidade e segurança necessários para uma produção de mel de forma otimizada.

A entrevista com o presidente da Associação de Produtores de Mel de Abelha da Região do Espinheiro, foi altamente produtiva, pois foram respondidas todas as perguntas de maneira sintética e de forma a atender aos objetivos propostos na elaboração da pesquisa.

5 Considerações finais

Ao finalizarmos esse estudo de caso, pudemos observar que a implantação do sistema associativista de produção de mel de abelha de forma tecnicizada na comunidade do Espinheiro, no município de Cuité – PB tem trazido ganhos significativos para a comunidade e seus componentes. No entanto também se pode observar que o sistema não funciona de todo satisfatório, uma vez que tanto o próprio sistema de associação comunitária é pouco desenvolvido na região, como também o nível educacional dos integrantes da comunidade é baixo.

Ao longo dos anos a comunidade vem sendo contemplada com várias etapas dos programas nacionais de erradicação do analfabetismo no país (MOBRAL, EJA, Alfabetização Solidária), no entanto os resultados não tem sido de tudo satisfatórios, uma vez que inúmeros fatores influenciam de forma negativa (êxodo rural e regional, má alimentação, desinteresse da clientela, ...). Mas, vale ressaltar que enquanto os adultos oferecem certa resistência para encararem a área das letras, o mesmo não acontece com a população mais jovem, uma vez que frequentam em número bastante satisfatório, os cursos oferecidos, em escolas técnicas, regulares e até universidades agrícolas na região.

Também foi notado através de entrevistas ao comando geral da associação, bem como a alguns associados, que após o surgimento do projeto de criação de abelhas para produção comercial do mel, avanços ocorreram principalmente na mudança da qualidade de vida das famílias integrantes da atividade, tais mudanças são facilmente notadas nas áreas econômica, social, educacional e cultural, bem como aos cuidados com o meio ambiente, já que os associados têm sido constantemente informados da necessidade de preservação, já que a região estar localizada em região seca.

De um modo geral, também pode ser constatado que os programas governamentais de assistência técnica rural tem se feito presente na realidade da comunidade, fato este, comprovado, pois desde o início da atividade de exploração comercial do mel de abelha na comunidade, a EMATER – PB esteve presente apresentando aos agricultores, os benefícios que poderiam receber se aceitassem montar parceria e trabalhassem de forma cooperativa. Outro ponto importante a ser destacado é o de oferta de recursos financeiro por parte do Estado (PROJETO COOPERAR), comprovado pelo recém-investimento na comunidade, que é a construção de nova instalação física para tratamento do mel de abelha colhido no campo, o qual será processado com alto rigor de higiene e conseqüentemente boa qualidade.

Ao finalizarmos podemos concluir que existe uma necessidade urgente de unir as práticas produtivas da região, as práticas pedagógicas/educacionais, tendo em vista ao caminharem juntas, favorecerão ao desenvolvimento sustentável. Para tanto se faz necessário se propor parcerias mais fortes, entre os órgãos governamentais, sociedade civil organizada e comunidades rurais, no sentido de identificar necessidades e procurar soluções que beneficiem a sociedade como um todo.

6 Referências

A Economia Solidária na Paraíba. Disponível em: www.feespb.blogspot.com.br. Acesso em 30/08/2013.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

As origens recentes da economia solidaria no Brasil. Disponível em: www.portal.mte.gov.br. Acesso em 10/08/2013.

CHARLES F. Disponível em: www.pt.wikipedia.org. Acesso em 11/08/2013.

Cidadania e EcoSol. Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em 20/08/2013.

CLAUDE S.-S. Disponível em: www.wikipedia.org. Acesso em 10/08/2013.

Cooperativismo e Sindicatos no Brasil. **A origem do cooperativismo**. Disponível em: www.lead.org.br. Acesso em 05/08/2013.

GAIGER, L.I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. (05/2002). Disponível em: www.webartigos.com. Acesso em: 05/08/2013.

SOBRINHO, A. P. **A economia solidária frente a novos horizontes**. São Leopoldo – RS. (2003). Disp. www.ecosol.org.br. Acesso em 05 de agosto de 2013.

LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. et all. (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNARIM, A. SENAES. **Superação do capitalismo?, Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420**. CGCE. UFSC. Florianópolis, SC. 2007

PIERRE, P. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em 11/08/2013.

ROBERT, O. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em 11/08/2013.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Associativismo e autogestão: análise da Associação de Caprinos e Ovinos de Nova Floresta

*Thaisy Lavínia Andrade de Azevedo
Marta Maria da Conceição*

1 Introdução

A ideia de pesquisar sobre essa temática surgiu no decorrer do curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, realizado na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no campus de Cuité, oferecido pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Diante das disciplinas e leituras feitas no decorrer do curso sobre Economia Solidária, tive a curiosidade de analisar a Associação de criadores de caprino/ovinocultura do município de Nova Floresta, através de um estudo de campo, despertei o interesse em pesquisar sobre a temática, na perspectiva de compreender se todos os associados conhecem de fato e direito seu papel dentro da associação. Compreender as práticas de Economia Solidária através das atividades produtivas que são desenvolvidas na associação como alternativa de geração de renda para as pessoas envolvidas.

A opção em estudar uma experiência desse tipo acontece por considerar que existe um diferencial entre as relações de trabalho desenvolvidas nessa experiência e as atividades que são desenvolvidas fora dos empreendimentos econômicos solidários.

A participação dos associados possibilitou verificar que diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuram criar alternativas que os levem à inserção no trabalho. Uma das modalidades tem sido a economia solidária que, para Singer (2003), constitui-se como uma forma de acesso aos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (associados) e destinação do excedente anual (sobras).

Avançando nas reflexões, procuramos qualificar o que seria a autogestão praticada nestas unidades, para perceber quais as características que a afastariam da heterogestão, a praticada em empresas capitalistas. Em Albuquerque (2003, p. 20), encontramos:

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

O objetivo deste artigo foi avaliar a realidade da Associação de Caprino/Ovinocultura (APCONF) do município de Nova Floresta - PB como alternativa de desenvolvimento local e individual, bem como verificar seu potencial para promover a capacitação da mão-de-obra, suas políticas de gestão e relação com a Economia Solidária.

2 Fundamentação teórica

2.1 Economia Solidária

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária propõe um meio de geração de renda e trabalho, favorecendo a inclusão social e como uma alternativa ao sistema capitalista. Na Economia Solidária as pessoas podem comprar, vender, reproduzir sem explorar ou serem exploradas, sem levar vantagens, de forma justa e em cooperação com o próximo.

De acordo com o site do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui como marcos sociais a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e solidária.

A cooperação busca a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha, os resultados e a responsabilidade solidária.

Na autogestão os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. A dimensão econômica, uma das bases de motivação de agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

E a solidariedade, onde seu caráter nos empreendimentos e expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com o meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A Economia Solidária tem representado uma nova forma de se organizar enquanto trabalhadores e um empenho coletivo de se manter ou se inserir (quando excluído) no mercado e na sociedade. Nos últimos anos, principalmente nos países emergentes, tem crescido os movimentos de empreendimentos econômicos populares e de redes associativas. Este crescimento é tanto quantitativo como qualitativo, e não é apenas o resultado da reação espontânea dos trabalhadores à crise do trabalho assalariado, mas também da ação de agências de fomento a este novo tipo de mecanismo produtivo (TIRIBA, 2001). Agências públicas e ONGS – que apostam em uma nova economia moral das multidões na criação e o fortalecimento de uma economia, cuja cultura do trabalho contrai a própria lógica capitalista.

Em suas formulações, nos artigos e livros observados, Paul Singer deixa claro sua visão da Economia Solidária como um diferente “modo de produção”; alternativo e competidor ao capitalismo; mas gestado em seu próprio seio; e que carrega em seu bojo um potencial revolucionário numa hipotética transição para o socialismo. Singer sugere inclusive um paralelismo com a própria história do capitalismo, que nasceu com a exclusão social em massa praticada no feudalismo e que foi, clandestinamente, criando uma economia alternativa à economia oficial até o momento em que essa economia alternativa se tornou, na Inglaterra, mais forte e passou a ser o modo de produção dominante (SINGER, 2001).

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, no entendimento de Singer, abriu possibilidades de substituição quase que plena do homem pela máquina no processo produtivo. Esse fenômeno pode ser positivo tanto para trabalhadores quanto para os capitalistas, muito embora os interesses dessas classes pelo avanço científico sejam conflitantes. Esse

conflito, natural, estaria determinado pelo fato de que “a ética científica de conquistar conhecimento novo para a humanidade deve se chocar com sua comercialização” (SINGER, 2004, *apud* NOVAES, 2005, p.97).

Segundo Marx, o modo de produção capitalista constitui “uma totalidade complexa, cujo desenvolvimento é movido por um impulso endógeno originado das suas contradições internas” (GERMER, 2005 p.4). Sendo assim, os elementos de um novo modo de produção emergem, espontaneamente, até atingirem uma dimensão incapaz de ser contida pelos beneficiários do modo de produção vigente, o qual encontrará seu fim “sob o impacto das potências transformadoras geradas pelo seu próprio desenvolvimento” (Ibidem).

Ao examinar as experiências cooperativas de seu tempo, Marx atribuiu grande importância ao fato de estas demonstrarem pela primeira vez a desnecessidade de uma classe de patrões na produção. Em outras palavras, os trabalhadores têm capacidade de eles próprios gerirem a produção, não apenas em pequena escala, mas também sob toda dimensão que o avanço tecnológico e gerencial possa atingir. Assim:

Reconhece-se o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de subjugação do trabalho ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da associação de produtores livres e iguais (Marx, 1866, *apud* GERMER, 2005, *itálicos no original*).

O que se pode apreender disto é que, admitindo as iniciativas de Economia Solidária atual como sendo uma reinvenção do movimento cooperativista estudado por Marx, conforme Singer, as iniciativas de Economia Solidária da atualidade, são formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, porém ainda no interior do capitalismo.

No entanto, essas formas associadas de produção têm como pressuposto o avançado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, em que estas não permitam mais ao homem produzir sua existência de forma isolada, mas sim “como universalidade histórica, em que todos os homens estejam em contato uns com os outros” (GRADE, 2007 p.4).

A partir do momento em que os homens dominarem as forças produtivas, e colocá-las a favor da produção humanizada, estarão “criadas as condições para o ser social se pôr como ser independente, e criar uma sociedade onde o pressuposto da existência humana é a liberdade de sua existência humanizada” (AUED, 2005, *apud* GRADE, 2007). Enfim, o “Reino da Liberdade”.

2.2 Associativismo

O Associativismo é uma política permanente que privilegia a cooperação sobre a disputa, baseando-se na soma de esforços entre os membros de um determinado agrupamento para, assim, todos juntos, poderem melhor enfrentar desafios comuns.

São regidas pelo código civil que no artigo cinquenta e três as define da seguinte maneira:

Art. 53: Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.

A sustentabilidade dos empreendimentos associativos pressupõe que os seus associados se encontrem habilitados para assumir as condições do empreendimento. A eficiência econômica e forma de gestão (democrática) não podem ser pensadas separadamente. Um pressuposto primordial à sustentabilidade dos empreendimentos associativos é que seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem ou pretendem im-

plementar tenha maior chance de êxito, um instrumento essencial a ser utilizado é o estudo de viabilidade.

O estudo de viabilidade é um processo de aprendizado de todos os participantes, é um instrumento que instiga a reflexão dos trabalhadores sobre as questões internas ao grupo (a organização e o processo de trabalho, o que cabe a cada um fazer e por que, as relações de cada um com os outros), e externas (as relações com a comunidade local, com o mercado, com as entidades de apoio e fomento, com o Estado e com as diferentes esferas do governo), contribuindo para gerar demandas por políticas (crédito, educação etc.) adequadas à sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. Ela não se restringe, portanto aos aspectos estritamente econômicos. Entendido dessa forma o estudo de viabilidade não é uma questão técnica, mas essencialmente educativa e política.

2.3 Importância da caprino/ovinocultura na região

De acordo com informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, o Nordeste brasileiro tem sido destacado durante séculos como área de vocação para a exploração de ruminantes domésticos, notadamente caprinos e ovinos, pelo potencial da vegetação natural para a manutenção e sobrevivência dos animais destas espécies. Nesta região tanto os animais machos como as fêmeas não apresentam estacionalidade reprodutiva, não sendo o fotoperíodo fator limitante para sua reprodução. Dentre as várias alternativas encontradas para a convivência com a seca, a caprinocultura e a ovinocultura têm sido apontadas como as mais viáveis.

A caprinocultura tem uma afinidade com o semiárido brasileiro, notadamente com o Curimataú, Cariri e Sertão paraibano, sendo considerado como uma das atividades de maior potencialidade para sustentação e competitividade da agricultura familiar.

Por outro lado, deve-se registrar que o simples fato de os animais apresentarem potencial produtivo ao longo do ano, não atende aos requisitos básicos de uma atividade voltada para as demandas que se manifestam em um mercado moderno e cada vez mais exigente. Assim, a exploração agropecuária através dos sistemas tradicionais de criação não mais constitui solução para a fixação do homem na terra.

Novos conceitos de organização e gerenciamento da unidade produtiva, a implementação do regime de manejo adequada para cada fase da exploração (produção, recria e terminação) e a adoção de técnicas modernas, são pré-requisitos para a promoção da qualidade de vida do homem rural, com coerência com os índices indicados pelas organizações internacionais em relação aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

O mercado da carne ovina está em franca ascensão em todo o país. Os preços hoje praticados no âmbito da unidade produtiva representam bem mais do que o preço pago pela carne bovina nas mesmas condições.

No momento cerca de 50% da carne ovina consumida no Nordeste e Centro-Oeste são provenientes do Uruguai, da Argentina e da Nova Zelândia. Esta informação mostra uma possibilidade enorme de mercado a ser conquistado, principalmente porque no Brasil, especialmente no Nordeste, tem-se potencial para produzir carne de melhor qualidade do que àquela importada. A produção de carne proveniente de animais deslanados poderá perfeitamente atender à demanda interna e em futuro próximo adentrar no mercado internacional. A pele por sua vez, agrega valor ao produto, uma vez que forem adotadas regras básicas de manejo, este produto poderá representar até 30% do preço final do animal.

Entende-se que as intempéries climáticas representam sérias ameaças ao desenvolvimento da caprinocultura e ovinocultura no Nordeste brasileiro. No entanto, as tecnologias disponíveis e os acenos positivos do mercado tendem a estimular e fortalecer a cadeia produtiva da região. A manutenção de níveis dignos de sobrevivência de uma população passa pela eficiência

produtiva, representada pela qualidade dos produtos e por escalas de produção e regularidade da oferta.

De acordo com os dados do IBGE, a região Nordeste concentra mais de 8,5 milhões de cabeças de caprinos (91% do rebanho do país). Os estados da Bahia (2,3 milhões) e Pernambuco (1,7 milhões) lideram em números de cabeças. A Paraíba detém o quinto maior rebanho (624 mil), mas registra a maior produção de leite do país (IBGE, 2002).

O IGA – Internacional Goat Association (Associação sem fins lucrativos) é um evento mundial que chega ao Brasil e, particularmente, ao Nordeste em função do apoio do projeto Aprisco, Sebrae, INSA e da UFRPE, o que demonstra força de articulação das entidades na região. Segundo o pesquisador da Embrapa-PB, Wandrick Hauss, diz que o projeto Aprisco tem três desafios para vencer e se tornar dentro de uma década uma atividade relevante para a Região Nordeste. Primeiro, os proprietários de estabelecimentos rurais precisam avançar na gestão do segmento e tratar a caprinocultura como um negócio; segundo, incorporar os avanços tecnológicos como meio para elevar a produtividade e melhorar sua competitividade para agregar valor aos produtos e terceiro, promover a mudança de seu modelo que é predominantemente tradicional (baixa produção) para de escala como forma regularizar e oferecer segurança ao mercado.

O município de Nova Floresta está situado na Mesorregião do Curimataú Paraibano - Região Nordeste - uma região tipicamente semiárida, que traz consigo uma história de lutas e organização dos atores sociais em busca de melhoria de sua qualidade de vida. Diante das condições favoráveis alguns criadores de caprinos e ovinos se organizam em torno de uma cadeia produtivas, com o objetivo de produzir leite e carne. Esta é uma política incentivada pelo Território da Cidadania, Sebrae, Emepa, Associação de criadores de caprinos e ovinos da cidade de Picuí.

A base da economia da zona semiárida é a agricultura familiar, visto que, essa atividade está calcada nos saberes e técnicas populares, contribuindo decisivamente para a reprodução de expressiva parcela da população local. Além da base agrícola e da pecuária, merece destaque a caprino/ovinocultura. Essa atividade é explorada em quase todo o Território. Estes Animais de pequeno porte apresentam significativas vantagens em relação à bovinocultura, principalmente no que diz respeito à área ocupada e manejo. A rusticidade desses animais, bem como a facilidade de adaptação às condições ambientais são outros fatores que contribuem para tornar essa atividade relevante, nas pequenas e médias unidades de produção familiar.

A caprinocultura leiteira está cada vez mais presente na agropecuária brasileira, mostrando-se no Nordeste, especialmente na Paraíba, como uma das principais opções de sustentação da pecuária familiar, por ser uma propensão natural da economia regional.

Diferente do que antes ocorria, a criação de caprinos leiteiros deixou de ser uma atividade complementar, para se tornar atividade principal das pequenas propriedades rurais paraibanas, ensejando no Estado políticas públicas estratégicas de proteção e desenvolvimento desse segmento da pecuária.

3 Metodologia

Nesta pesquisa, em forma de estudo de caso, da Associação de caprinos e ovinos de Nova Floresta, foram aplicadas as seguintes técnicas:

1. Questionários aos associados;
2. Entrevista com um dos responsáveis pela diretoria da associação;
3. Observação participante, a fim de analisar a relação dos membros da associação.

Quanto à relação da associação com os outros públicos em suas práticas, foram analisados documentos pertinentes às atividades da associação (estatutos, registro de convocações para reuniões, encontros, livro de ata).

O questionário usado foi do tipo heterogêneo apresentando dez questões, direcionadas para coleta de dados com perguntas objetivas e subjetivas – como dados pessoais e profissionais – até as mais específicas.

4 Resultados e discussão

4.1 Contexto histórico da associação de caprinos e ovinos de Nova Floresta

A associação de caprinos e ovinos de Nova Floresta, doravante denominada APCONF, foi fundada aos doze dias do mês de março de dois mil e dez. É uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Os fins da Associação são assistir todas as atividades relacionadas à caprino/ovinocultura de seus associados, dando-lhes suportes administrativo, técnico-científico e incentivos a projetos governamentais e privados. Dispõe de todo aparato legal, possui estatuto (em anexo) e quaisquer documento jurídico necessário para seu funcionamento.

A APCONF surgiu como uma alternativa de renda, diante das dificuldades econômicas existentes no município de Nova Floresta, como um meio de melhorar a caprino/ovinocultura no município, adquirir serviços de orientação técnico-científico e jurídicas para atender aos associados e familiares, podendo celebrar contratos e convênios e intermediar projetos e incentivos com qualquer entidade e órgãos públicos ou privados e com organização não governamental, bem como apresentar proposta de projetos e financiamentos junto às instituições de crédito.

A Associação dispõe de, aproximadamente, quarenta associados. Não possui sede própria, sendo as reuniões realizadas no auditório da Câmara Municipal de Nova Floresta, ou na residência dos associados. Diante da pesquisa realizada, as reuniões são esporádica, geralmente realizadas quando surge algo novo de acordo com a necessidade da Associação (cursos, tomada de decisões, eleições, projetos, dentre outros).

A Associação prioriza curso de capacitação para os associados, com apoio do SENAR, com o intuito de melhoramento do rebanho. Já foram desenvolvidos vários cursos e treinamentos dentre eles destacam-se: aplicação de medicamentos, casqueamento dos animais, cursos de fabricação de queijos e derivados do leite de cabra, como também participação das feiras agropecuárias nas regiões circunvizinhas e estaduais, com a finalidade de incentivar a comercialização dos animais e produtos oriundos da caprino/ovinocultura, visitas aos câmpus da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), localizada no município de Bananeiras e no campus localizado em Areia, para palestras com o objetivo de melhoramento zootécnico dos caprinos e ovinos do município de Nova Floresta.

No ano de 2010, foi criada a primeira Caprifeira de Nova Floresta, com intuito de incentivar a criação e exploração dos caprinos e ovinos. Neste evento tivemos a exposição de raças especializadas na produção de leite. Também houve um torneio leiteiro com premiação definida para os animais campeões. Através de feiras desta natureza podemos ter acesso a novas tecnologias genéticas, melhorando o plantel de caprinos e ovinos na nossa região. O governo da Paraíba através da Emepa e com parceria do Condomínio Agro Industrial de Amparo, localizado no município de Amparo, PB, foi oferecido para a Associação como empréstimos, reprodutores de caprinos e ovinos.

Os caprinos criados por essa associação são das raças leiteiras, sua exploração é feita através do regime semi extensivo (os animais são criados soltos nos cercados durante o dia e trancados em apriscos durante a noite). Este regime tem a vantagem do criador ter um melhor controle sanitário, reprodutivo e produtivo da sua criação. A APCONF é formada por pessoas que exerçam a atividade caprino/ovinocultura independente de ser pequeno, médio, ou criador de grande porte, o que importa é que concordem com as disposições contidas no estatuto e que,

pela ajuda mútua e com base no princípio do associativismo, desejem contribuir para consecução dos objetivos da entidade.

O leite produzido por alguns criadores que fazem parte da Associação é comercializado através do Condomínio Agro Industrial de Amparo, e após passar pelo processo de pasteurização é repassado para o governo do Estado da Paraíba. A Paraíba dispõe nos dias atuais de vinte e duas agroindústrias que beneficiam o leite de cabra. A produção de leite da APCONF é congelada e transportada até a cidade de Amparo. O leite é então distribuído através do programa do leite do estado da Paraíba.

Os associados também promovem meios para defender e divulgar a importância do consumo humano do leite de cabra e seus derivados através de entrevistas em rádio, som volante e folders, tentando mostrar as propriedades nutritivas e a semelhança ao leite materno.

Introduzida como alimentação humana há séculos, o leite de cabra é um alimento nutritivo natural, sendo largamente utilizado na nutrição de crianças e idosos, por baixa capacidade de provocar alergias, e na produção de leite pasteurizado, leite ultrapasteurizado (UHT), leite em pó, iogurtes, sorvetes, doces e queijos.

Diante da pesquisa feita na Associação, percebeu-se que existe parceria com o governo do Estado da Paraíba, dentre elas é o Projeto Empreender, que se designa a compras cabras para a Associação, palestras com o Sebrae para orientar sobre o cultivo de palma forrageira adensada e irrigada e também sobre sanidade animal voltada para a cabra leiteira. Além dos programas governamentais também percebeu-se o apoio técnico oferecido, tais como visitas do veterinário Louis Elves, para realização de exames OPG, dia de campo para descorna em cabritos (morchão). Trabalhos desse tipo só através da associação são viáveis para os criadores.

4.2 Análise dos dados coletados

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores, criadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência.

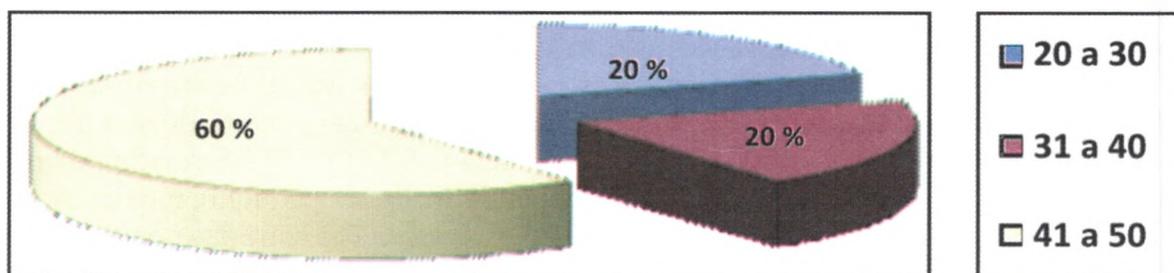
Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários.

Os pequenos criadores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado.

Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitam-lhes explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.

Dos questionários aplicados na APCONF foram respondidos dez. Quanto ao perfil dos associados 100% foi do sexo masculino e a faixa etária predominante foi de 41 a 50 anos (Figura 1).

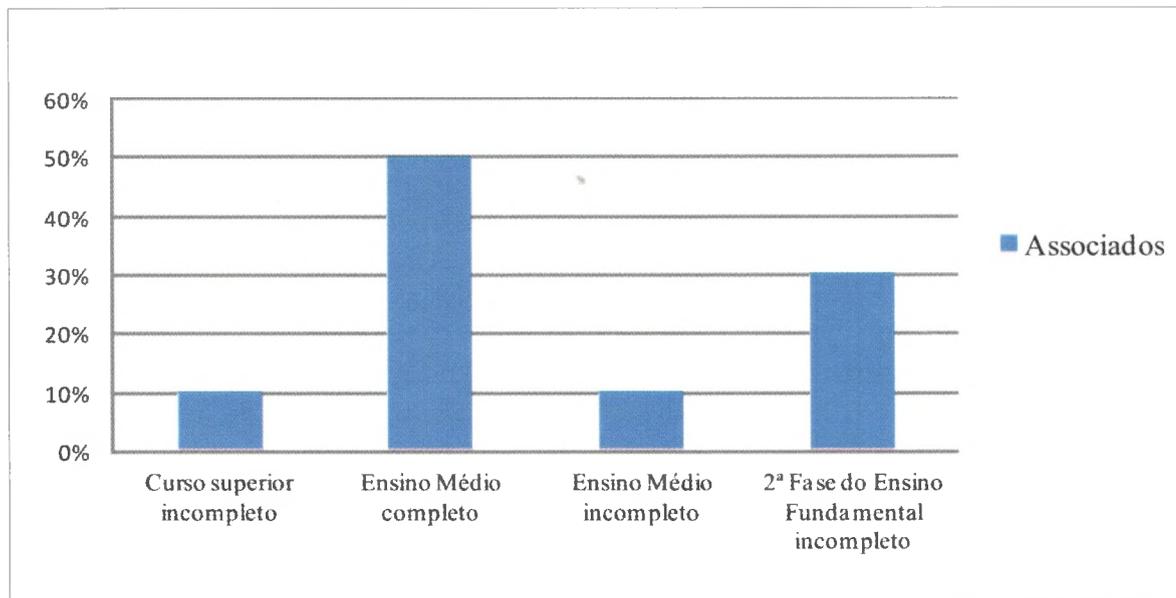
Figura 1 - Faixa etária dos Associados.



Após os trinta anos o número de associados aumentou isso se deve ao fato de que nessa idade a maioria dos associados já constituiu família e a criação passou a ser uma forma econômica de sobrevivência, geralmente procuram a associação por ser uma das alternativas de melhorar a qualidade da criação com base na capacidade de trabalho e nas oportunidades.

Quanto ao grau de instrução, 10% tem curso superior incompleto, 50% tem o Ensino Médio completo, 30% tem o Ensino fundamental incompleto e 10% não completou o Ensino Médio e não está estudando (Figura 2).

Figura 2 - Grau de Instrução.



Assumindo-se que a educação é um meio de se estabelecer um compromisso ético com a dignidade humana, implica no direito básico do trabalhador, que permita a formação para a cidadania e, também, para o atendimento das demandas do mundo produtivo contemporâneo.

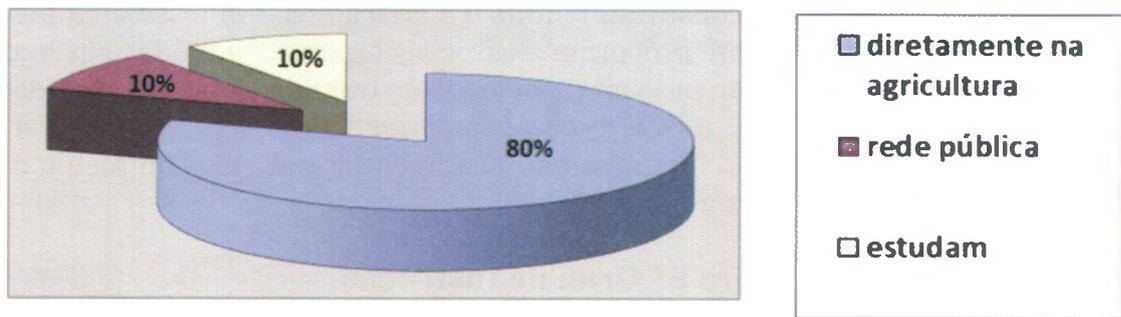
Precisa incluir, sincrônica e prioritariamente, conhecimentos que sirvam para facilitar o nível de sociabilidade dos indivíduos, para melhor prover seu sustento e de sua família.

Segundo Paulo Freire, na Educação Libertadora. Tomando como ponto de partida as condições de vida e trabalho dos educandos, o educador abre um diálogo com eles sobre a questão “para quê desejam educar-se”. Fica logo evidente por suas respostas que suas motivações para a educação estão vinculadas não a um desejo abstrato de “saber”, mas a pretensões concretas como trabalhar melhor, conseguir um trabalho que rende mais, melhorar a vida para si e para a família.

Portanto, a EJA é uma modalidade de ensino que pode casar trabalho e educação, para isso, é preciso ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Tem que ser desenhada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que têm como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias quer como arrimo de família, quer para obter rendimento complementar.

Verificou-se que 80% dos associados trabalham diretamente na agricultura, 10% trabalha na rede pública e 10% é estudante. Existe uma diversificação na atuação de trabalho por parte dos associados, embora a agricultura seja a atividade que predomina (Figura 3).

Figura 3 - Área de atuação dos associados.



A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento. Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e o criador certamente sai lucrando, pois reúne esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e de capacitação profissional.

Percentual de 20% dos associados respondeu que o principal produto comercializado é o leite, 10% afirmaram que há comercialização de carne e queijo e 70% afirmaram que a Associação não faz comercialização.

De acordo com o estatuto da Associação APCONF, no Art. 5º. Um dos objetivos desta é promover meios para facilitar a comercialização, inclusive exportação de animais e produtos oriundos da caprino/ovinocultura.

Percentual de 60% dos associados afirmaram que a comercialização dos produtos é realizada de forma individual pelos produtores, enquanto 10% responderam que não existe comércio e 30% não responderam.

A APCONF, não dispõe de estrutura para desenvolver a atividade de comercialização dos produtos, 100% dos associados respondeu que não existe lucro de comercialização, a associação é focada na formação dos sócios, assistência técnica e aquisição de produtos.

Através do questionário aplicado na APCONF, percebeu-se que 90% dos associados, entendem por associativismo “a união de forças para melhorar e aprimorar sua atividade”.

A gestão da APCONF é democrática, as tomadas de decisão acontecem de forma coletiva, através de reuniões. 80% dos associados responderam que o trabalho dessa associação é focado na melhoria de vida do associado, sempre buscando capacitação para que os produtores tenham um melhor resultado na produção, criação e comercialização dos seus produtos, enquanto 20% não opinaram (Figura 4).

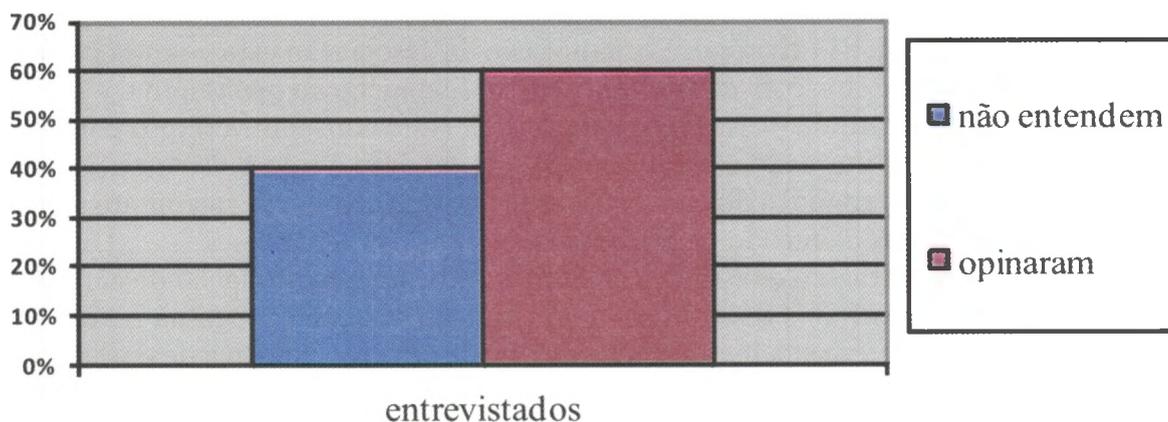
Figura 4 - Participação na gestão.



Segundo Singer (2000) caracteriza a autogestão pela capacidade autônoma de trabalhadores de gerirem sua própria empresa. Define ainda, como um modelo de gestão onde o controle da empresa e suas decisões são praticados pelos trabalhadores. Eles tomam as decisões, sejam elas, metas de produção, participação dos resultados, política de investimento e modernização política de relacionamento entre as pessoas e mercado. Para ele esses são os aspectos que levam a autogestão a ser bem sucedida.

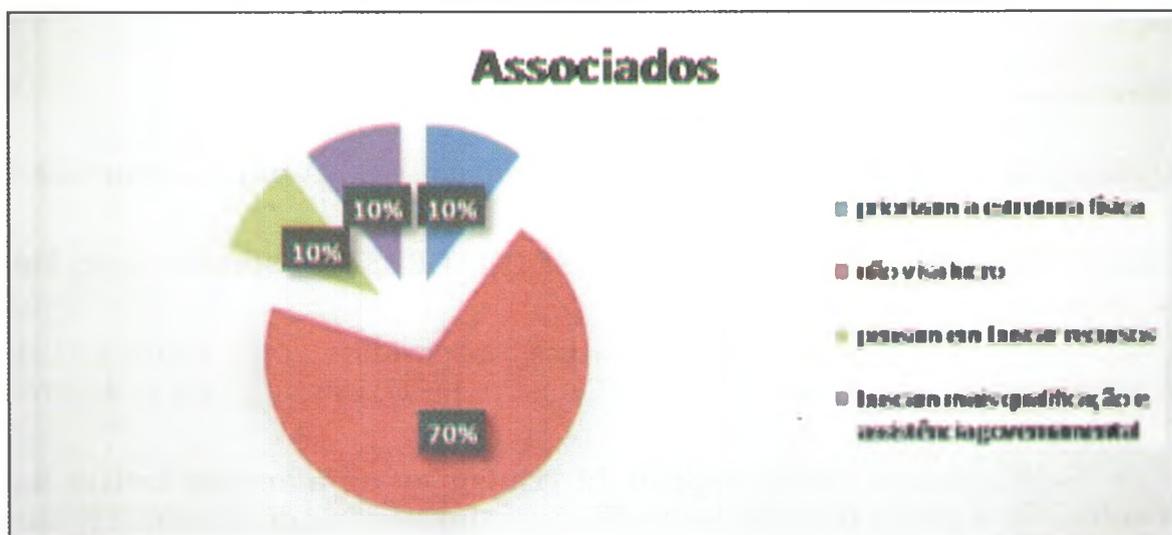
No que diz respeito à Economia Solidária 40% dos entrevistados não souberam responder, ou seja, não tem conhecimento do que se trata, embora já tenham ouvido falar. Enquanto 60% responderam que: “É a economia que busca um lucro para todos que fazem parte da Associação” (Figura 5).

Figura 5 - O que os associados entendem ser Economia Solidária.



Quanto à perspectiva de melhorar a infraestrutura, com o objetivo de obter um lucro maior, 70% dos associados responderam que não existe, até porque a associação trabalha sem fins lucrativos e dão prioridade ao desempenho dos associados em seus trabalhos dentro da área da caprino/ovinocultura. Enquanto 10% pensa em buscar recursos para montar um pequeno laticínio para produção de leite pasteurizado, visando aumentar o lucro dos produtores, 10% visa mais qualificação e assistência governamental e 10% prioriza a estrutura física para desenvolver de uma forma melhor as atividades da associação (Figura 6).

Figura 6 - Perspectiva de melhorar a infraestrutura.



5 Conclusões

Identificou-se a importância da organização do trabalho concebido em termos de que, as mudanças de comportamento do trabalhador geram mudanças nos comportamentos individuais e sociais, que por sua vez, impactam as relações de trabalho, sob a ótica da economia solidária. A pesquisa bibliográfica consultada no decorrer da pesquisa permitiu uma caracterização geral da Economia solidária como pensamento cooperativista, como sendo uma associação coletiva (formal ou informal) onde há a socialização dos meios de produção, onde as decisões técnicas e gerenciais são tomadas de forma coletiva (autogestionárias) pelos atores envolvidos, e não como uma associação a serviço somente dos seus sócios, mas sim de toda a comunidade.

A análise dos resultados proporcionou um maior entendimento sobre a dinâmica organizativa da APCONF. O processo de comercialização dos produtores que fazem parte da APCONF está dentro dos conceitos do associativismo, o processo de comercialização é feito de forma individual e o lucro também é individual, a organização da associação está voltada para aquisição de insumos e equipamentos com custos mais baixos, capacitação profissional e assistência técnica. A dificuldade constatada desses pequenos criadores é conseguir crédito para investir, para o capital de giro e um mercado consumidor garantido, isso é tido pelos associados como um grande entrave para a expansão dos negócios. Suas atividades são basicamente artesanais, sem requerer um nível mais avançado de tecnologia.

A pesquisa por amostragem e os dados coletados indicam que a criação de cabras é relevante na realidade dos associados dado os elevados índices de desemprego na região e por se tratar de trabalhadores que, em sua maioria, não dispõe de outra alternativa de emprego, tendo também como problemática o fato de que no município não há indústrias e a cidade de Nova Floresta não oferecer outras condições de trabalho, a alternativa econômica mais viável para o momento foi a caprino/ovinocultura.

A Economia Solidária na associação ainda precisa ser melhor esclarecida, só assim, poderá haver mudanças importantes no cotidiano do pequeno produtor, incentivando a equidade, a democracia, a cooperação, a solidariedade, a qualidade das relações no trabalho, e, mais que tudo, a valorização do ser humano.

As associações vêm se expandindo notadamente no país nos últimos anos, representando uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social e econômica, destacando-se a atuação das chamadas instituições de fomento à Economia Solidária. Estas dão suporte às iniciativas associativas comunitárias, promovendo a constituição de empreendimentos populares solidários, de caráter autogestionário, cooperativas ou grupos solidários, objetivando a sustentabilidade em todas as dimensões da vida humana.

6 Referências

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS DE NOVA FLORESTA. **Estatuto**. Nova Floresta, Paraíba. 2010

GERMER, C. A Economia Solidária: uma crítica com base em Marx. 2005. **Anais**: 4^o Colóquio Marx e Engels. Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH, Unicamp, 8 a 15 de novembro de 2005.

GRADE, M. **Solidariedade como Espaço da Transição: uma análise crítica da economia solidária a partir de Karl Marx**. XII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2007. Disponível em: www.sep.org.br. Acessado em agosto de 2013.

GRADE, M.; AUED, Idaeto Malvezzi. **MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 1999. 318f..

MARX, K. **O Capital**. L. 3, vol.V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

Plano Rural de Desenvolvimento rural sustentável – PTDRS. Paraíba 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SINGER, P. **Solidariedade na Economia: Uma Alternativa à Competição Capitalista**. 2003. Entrevista Disponível em: www.twiki.im.ufba.br. Acesso em 20 de agosto de 2013.

SINGER, P. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre implantação do socialismo via autogestão, *In*: OLIVEIRA, Paulo S. (Org.): **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001. p 229-239.

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogi(as) da produção associada**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

Contribuições no processo sócio-educativo dos pescadores da Associação de Pescadores do açude Boqueirão do Cais, Cuité-PB

*Maria Aparecida Oliveira Lima
Ramilton Marinho Costa*

1 Introdução

É bastante visível a situação em que vivem trabalhadores e trabalhadoras em todo mundo, em decorrência do grande índice de desemprego e do avanço tecnológico criado para interesses, que não visam o bem coletivo, sob o controle do atual modo de produção capitalista que se baseia na acumulação de capital, na propriedade privada e no engrandecimento do mercado. Em meio a esse contexto de desigualdade social, surge uma nova alternativa que tende a amenizar essa dura realidade de exclusão para com as classes menos favorecidas, ou seja, as Incubadoras Universitárias.

Esse estudo acerca da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) remete a Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB, a qual apresenta em sua composição, pescadores, piscicultores e agricultores com nível de escolaridade relativamente baixo e que sobreviviam da prática da agricultura e da pesca predatória. Porém, estas atividades não tinham mais viabilidade econômica e serviam apenas como fonte de subsistência. Em meio a essa situação se depararam com uma alternativa viável para a região que veio com o intuito de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas de forma sustentável, capacitando e auxiliando-os a organizar uma associação onde todos trabalhassem mutuamente. Essa alternativa se deu através da assessoria do Programa e Estudos Para Ações no Semiárido (PEASA) e, posteriormente, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), o qual traz em sua concepção uma metodologia de suporte e assistência a projetos e programas do setor de ciência, tecnologia e inovação.

As Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Solidários podem constituir-se em um espaço importante onde se desenvolvam pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, cuja ação política está voltada para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. O empreendimento permanece vinculado à incubadora por um tempo indefinido, isto é, até que alcance sua autonomia para atuar sozinha no mercado.

Uma incubadora é o ambiente mais adequado para o surgimento de empreendimentos saudáveis. Os empreendedores, principalmente aqueles que não tiveram acesso a uma educação formal, não têm todas as informações necessárias quando iniciam, e esse é um dos motivos que resulta na alta taxa de fracasso de empresas logo no seu primeiro ano.

Esse trabalho foi desenvolvido no intuito principal de identificar os pontos de maior relevância dentre as contribuições da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG para com a Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Boqueirão do Cais, Cuité – PB. Esses pontos dizem respeito à melhoria na qualidade de vida em termos culturais, socioeconômico e educativo, esse estudo será feito a partir da análise do papel da incubadora, no empreendimento e na vida dos associados; e na identificação da relação entre o empreendimento e a economia solidária.

Diante desse contexto foi necessário um estudo mais aprofundado para que fossem identificadas as contribuições da Incubadora Universitária para a referida associação, tendo em vista que a identificação de indicadores que determinem claramente a relação causal de empreendimentos sociais e seu impacto é um dos maiores desafios dos projetos de desenvolvimento atualmente.

Vale salientar que os impactos positivos vindos dos empreendimentos assessorados pela incubadora não se limitam à criação de empregos e negócios sustentáveis, mas também apresentam impactos na forma de geração de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidos dentro da comunidade transformando a realidade da mesma.

Este trabalho não se propõe a redefinir o conceito de desenvolvimento, mas sim apresentar o nível ou a correlação das atividades das incubadoras, como agentes de desenvolvimento, com o melhoramento das condições socioeconômicas das regiões onde atuam.

2 Fundamentação teórica

Criada em 1984, entre os quatro primeiros parques tecnológicos do país, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), é uma instituição sem fins lucrativos voltada para o avanço científico e tecnológico do Estado.

Foi instituída pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Governo do Estado da Paraíba e Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN).

[...] Um parque tecnológico é uma organização gerida por especialistas, cujo objetivo principal é aumentar a riqueza da comunidade, através da promoção da cultura da inovação e da competitividade das empresas e instituições baseadas no conhecimento que lhe estão associadas (BIZZOTTO, 2008 apud IASP, p. 13).

Ao longo dos anos, a instituição tem sido uma espécie de pilar, para dar suporte a projetos e programas do setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Grande parte da sua história de prestígio é fruto dos resultados alcançados na sua atuação e das parcerias firmadas com várias instituições. Suas ações têm se pautado no desenvolvimento de atividades dentro das normas e objetivos propostos, sendo inquestionável sua reputação ética e profissional.

A cooperação, colaboração e articulação com seus inúmeros parceiros formam o tripé responsável pelo reconhecimento nacional e internacional obtido através da promoção de empreendimentos inovadores e por liderar iniciativas e ações centradas na vocação do desenvolvimento regional.

A incubadora tem como papel promover o empreendedorismo inovador no Estado da Paraíba, apoiando a criação e crescimento de empresas de base tecnológica e de empreendimentos sociais, através da apropriação dos conhecimentos e tecnologias e da inserção de produtos, serviços e processos no mercado – inclusive no exterior – contribuindo para o desenvolvimento do país.

A Fundação PaqTcPB tem como uma de suas atribuições, o fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo uma de suas funções dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais. Com um leque extenso de atuação, a instituição age como apoio técnico-administrativo a universidades, como agência de fomento à pesquisa, como interveniente na captação de convênios e como prestadora de serviços especializados. Entretanto, têm funções também específicas, sua expertise é estimular e acompanhar os projetos, sendo especialista na resolução de questões burocráticas.

No que diz respeito ao trabalho que é desenvolvido através das incubadoras universitárias, pode-se dizer que o mesmo tem como foco a conciliação entre o saber popular e o saber técnico-científico. Ou seja, a Incubadora visa a assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004), as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, denominada de Economia Popular Solidária, bem como os seus integrantes.

As incubadoras podem estar vinculadas às universidades federais, comunitárias e privadas. Por meio das incubadoras de economia popular solidária, estas visam incubar e/ou asses-

sorar as experiências de geração de trabalho e renda, fortalecendo e potencializando-as de forma que adquiram espaço no mercado. Busca-se também, por meio do trabalho de incubação, a inserção socioeconômica de sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, e contribuir, também, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável local e regional. Vale salientar ainda, que o processo de incubação busca por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento da SENAES, formalizar e legalizar as experiências coletivas que estão constituídas por meio de grupos de trabalho, transformando-as em associações e/ou cooperativas. Outro aspecto importante no que se refere às incubadoras universitárias de economia popular solidária está relacionado com a conciliação entre a pesquisa, o ensino e a extensão por meio das incubadoras. Para desenvolver as atividades de incubação, se faz necessário que as incubadoras universitárias se constituam em espaços de produção de conhecimento, em que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvam estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre procedimentos e metodologias de incubação, bem como sobre a economia popular solidária como um todo.

O público-alvo que envolve o processo de incubação advém de duas modalidades: a) trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho; b) trabalhadores que perderam o emprego, devido a globalização da economia e reestruturação do capital (Incubadora, 2006). Ou seja, são os desempregados e indivíduos que trabalhavam de modo autônomo e informal.

O processo de incubação e/ou assessoria, está respaldado em três etapas: a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação. O processo de incubação/assessoria atende experiências coletivas em fase de formação e também empreendimentos já em período de desenvolvimento de suas atividades (Incubadora, 2006). Pela etapa de pré-incubação pode-se relacionar com o momento em que grupos, associações, cooperativas, ou seja, experiências de economia popular solidária, por meio de seus representantes, solicitam o processo de incubação. Num primeiro momento será realizada uma visita ao empreendimento coletivo, esclarecendo os integrantes acerca do significado da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o comprometimento e interesse da experiência coletiva, é desenvolvido um diagnóstico sobre o empreendimento – sua viabilidade econômica, sua forma de organização, caracterização dos processos de gestão, entre outros – e de seus integrantes (EID, 2004). Este trabalho deve ser desenvolvido de forma participativa. Após a elaboração deste diagnóstico são encaminhadas propostas de assessoria/incubação ao empreendimento objetivando a sua sustentabilidade. O trabalho deve ser sempre desenvolvido de forma participativa, de modo que desde o princípio da incubação vise à viabilidade da experiência assessorada e de seus integrantes. Por meio de utilização de técnicas e instrumentos para a realização do diagnóstico, os assessores terão condições de fazer uma delimitação das necessidades e possibilidades da experiência que solicita a incubação, bem como deverão também trabalhar as expectativas dos trabalhadores destes empreendimentos em relação ao processo de incubação. A incubação terá continuidade após o aceite das experiências e da incubadora por intermédio de um planejamento participativo, que determinará as ações a serem desenvolvidas, tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Em seguida é desenvolvida a etapa da assessoria, que envolve a qualificação administrativa, contábil, ambiental e demais demandas advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade. É bastante visível, em meio à atuação das incubadoras, que um processo de incubação bem estruturado e gerenciado é o passo inicial e fundamental para se alcançar altas taxas de sucesso e sobrevivência das empresas que passam por essas etapas (FIATES, 2005).

Bizzotto (2008) também deixa claro para o fato de que o tempo de incubação deve possuir um limite máximo, mas não pode ser um critério para a graduação, já que esta é uma sequência natural do processo de acompanhamento e orientação realizado pela incubadora.

Por fim ocorre o período de pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais a partir das demandas e das necessidades das experiências coletivas. Nesta etapa a incu-

badora terá um papel de aconselhamento e de proposições de decisões estratégicas, ou seja, conforme a necessidade dos empreendimentos, com vistas a continuar dando um aporte à viabilidade destas experiências coletivas (EID, 2004).

Como ambiente onde se realiza boa parte do processo educativo de incubação, as incubadoras concretizam a ideia de que podem contribuir, de forma expressiva, para a organização da sociedade, nesse caso, dos setores empobrecidos, voltadas à promoção de atividades associativas. Uma contribuição à organização de pessoas que sofrem com o desemprego para que assumam ocupações no campo do trabalho, apossando-se de mais renda e procurando melhoria em suas condições de vida. Uma incubadora nesses moldes é uma importante ferramenta para a fundação e para a execução de muitos empreendimentos democráticos voltados, substancialmente, ao exercício da autogestão, como um estilo alternativo de vida e de sociedade.

A condição de aprender terá maior adequação ao expressar a relação do ser humano com o mundo mesmo, tomando como base o trabalho. Este é o ponto de partida que parece necessário para uma educação que se paute pelos interesses dos participantes dos empreendimentos solidários populares, considerando que o trabalho é a fonte de sua existência. Esse processo educativo fundamenta-se no aspecto de que o conhecimento de algo concreto pode instigar as forças humanas à promoção de mudanças devidas o seu alcance da promoção do conhecimento daquilo que lhe é mais próximo e contraditório.

São importantes as técnicas que ajudam os trabalhadores a pensarem, agirem e descreverem o mundo, com base nas relações humanas e o próprio mundo, como expressão dialética de um movimento de análises e novas sínteses que externarão, possivelmente, através da história e da crítica, os anseios gerais ou locais das transformações necessárias.

A economia popular solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. As incubadoras universitárias objetivam, por meio do processo de incubagem, assessorar e fomentar os trabalhadores e os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, com vistas a contribuir com a viabilidade destas experiências. Para isto, faz-se necessária a colaboração de instituições, redes, e, principalmente, de programas sociais governamentais – entre eles estão o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, ambos vinculados a SENAES inserida no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio de liberação de recursos financeiros e processos de capacitação destinados à equipe de profissionais que trabalham com esta demanda social, para que as incubadoras em parceria com o Estado possam desenvolver com efetividade suas atividades, de modo que colaborem com o desenvolvimento social local-regional.

Uma incubadora é o ambiente mais adequado para o surgimento de empresas saudáveis. Os empreendedores principalmente aqueles que não tiveram acesso a uma educação formal não têm todas as informações adequadas quando começam, e esse é um dos motivos que resulta na alta taxa de fracasso de empreendimentos no seu primeiro ano.

As incubadoras universitárias de empreendimentos solidários podem constituir-se em um espaço importante onde se desenvolvam pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, cuja ação política está voltada para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. O empreendimento permanece vinculado à incubadora por um tempo indefinido, isto é, até que alcance sua autonomia para atuar no mercado.

A incubação é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico a esses empreendimentos.

[...] Uma das características que diferencia uma incubadora de empresas de outras iniciativas (como condomínios empresariais) é a realização de um acompanhamento sistemático e formal do desempenho da empresa (BIZZOTTO, 2008, p. 45).

As atividades das incubadoras também estão focadas na educação, como apresenta Culti (2009, p. 153) ao afirmar que este trabalho envolve a “[...] construção/reconstrução de conhecimento por meio do processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários” – considerando-se a necessidade destes projetos ou iniciativas com relação ao suporte técnico e social para sua implantação, desenvolvimento e manutenção.

Vale ressaltar que o processo de incubação não é algo simples, onde se seguem regras pré-estabelecidas e, assim, resultados pré-determinados serão obtidos. Incubar exige principalmente quando é necessário lidar com grupos que estão à margem da sociedade, buscando uma nova saída para encontrar a alternativa socioeconômica para sobreviver e levar uma vida digna. No entanto, a metodologia de incubação é importante para estabelecer os passos e os princípios que devem ser seguidos. Os processos e demandas não devem partir só da incubadora, nem tão pouco só do grupo incubado.

De acordo com Singer (2004), a prática da economia solidária, exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não pela competição. No entanto as pessoas que passam do capitalismo à economia solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade apenas com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança.

No plano econômico, cada um está condicionado a se preocupar com seus próprios interesses, os quais são vistos como antagônicos aos dos outros, neste sentido prevalece à lógica do mercado, em que todos competem com todos, cada um visando vender caro e comprar barato, para maximizar seu ganho. O individualismo impõe-se, enquanto ideologia, levando os participantes a manifestarem comportamentos racionais nos mercados. A norma implícita dessa racionalidade é que os ganhos de uns correspondem a perdas de outros. O que a economia solidária propõe é a prática da solidariedade no campo econômico. Ela sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem. Esse pressuposto tem comprovação empírica. Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma encarrega-se de uma parte diferente, via de regra produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando trabalho por inteiro.

Fica claro que a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas e viveram por muito tempo centradas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação precisa acontecer de forma coletiva, entre todos que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição.

Para Singer (2004), essa reeducação coletiva representa na verdade, um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo uma nova visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de variedade de práticas de ajuda mútua e tomadas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros.

Na realidade, a educação que a luta de classes proporciona aos operários está relacionada à valores solidários e igualitários, os quais estão na base do socialismo, enquanto projeto a ser colocado em prática. O real objetivo da classe trabalhadora se remete sempre a valorizar a solidariedade e a democracia como norma de suas organizações. Há socialistas em todas as classes, mas é a classe trabalhadora que sustenta o socialismo como bandeira de luta e como paradigma da sociedade desejável.

Neste sentido, destaca-se também o processo educativo no sentido de transformação social que é intrínseco à incubação, conforme aponta Pereira (2007):

[...] a incubação dos empreendimentos coletivos está fundamentada no processo de educação dialógica, no sentido da transformação social. Por um lado, procura-se pro-

blematizar a realidade dos estudantes, professores e funcionários no âmbito acadêmico e da sociedade englobante. Por outro lado, procura-se problematizar a realidade dos trabalhadores desempregados, que trabalham de forma precarizada ou que estão excluídos do mundo do emprego formal. São dois mundos, duas realidades distintas, mas que se propõem a se encontrar por meio das ações educativas no âmbito das Incubadoras (PEREIRA, 2007, p.167).

A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas, seus valores precedem sua prática.

A economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido e que aponta para a construção de novas relações de trabalho, de respeito às pessoas, à vida, construindo relações de sustentabilidade econômica de forma humanizadora que não pode se sustentar apenas na lógica do discurso, mas que deve ser intrínseca às relações sociais. Constitui-se numa forma de economia socialmente justa, respeitando a biodiversidade, procurando satisfazer as necessidades humanas de todos. Refletindo também nos mecanismos de gestão, é no desenvolvimento de alternativas com intuítos educativos populares que se pode experimentar uma gestão compartilhada, que ao invés da competição dê lugar à cooperação.

Dois aspectos importantes são destacados com relação à incubação de empreendimentos solidários: a sustentabilidade e a inclusão social. Isso no que diz respeito ao comprometimento com o desenvolvimento do país através da geração de empregos e empresas que irão ter um índice de sobrevivência muito além do das empresas não incubadas.

Singer (2006, p.10) define a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, afirmando ser um modo de produção, “cujos princípios básicos são a produtividade coletiva ou associada dos meios de produção e o direito à liberdade individual”, tendo como resultado a solidariedade e a igualdade.

Ainda de acordo com Singer a economia solidária é mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social: “A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...” (SINGER, 2000, p. 138).

Na perspectiva de Laville e França Filho (2004), assim como nas práticas da economia popular, a economia solidária, vem a ser o lócus de um sistema que articula recursos da economia capitalista.

A busca pela autogestão precisa ser entendida como um processo longo e complexo que articula sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanente. Aprendizagem para melhoria de eficiência organizacional e desenvolvimento pessoal para cidadania.

A autogestão é um critério fundamental na verificação de um empreendimento como economia solidária por ele ser o item de mais fácil verificação e por nortear, de certa forma, todos os outros. Não é definida como economia solidária nenhuma cooperativa ou associação que não desenvolva a prática da autogestão (GUERRIERI, 2009).

A autogestão não se apresenta como um modelo, mas seus princípios básicos possibilitam o crescimento e o desenvolvimento não apenas de uma liderança isolada, mas de todos como responsáveis pelo processo de desenvolvimento de produção da vida real como também pelo desenvolvimento das potencialidades humanas.

As concepções metodológicas daqueles que estão trabalhando, a partir de uma incubadora universitária, constitui no mínimo, ponto de partida relevante para a socialização dessas concepções, no âmbito da coletividade. Nesse sentido, as atividades de formação, enquanto ferramenta de fortalecimento da educação no e para o trabalho, devem pautar-se em relações horizontais, potencializando o vínculo grupal e a projeção da imagem dos trabalhadores, para que os mesmos sejam vistos como sujeitos ativos, capazes de decidir coletivamente seus destinos, ainda que conscientes de suas possibilidades e limites.

3 Metodologia

O presente trabalho baseou-se num estudo de caso qualitativo. A triangulação dos dados é apontada por alguns autores (ANDRÉ, 2005; YIN, 2005; MARTINS, 2008) como procedimento fundamental à validação da pesquisa, considerando que:

[...] a confiabilidade de um Estudo de Caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. A convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias. O processo de triangulação garantirá que descobertas em um Estudo de Caso serão convincentes e acuradas, possibilitando um estilo corroborativo de pesquisa. (MARTINS, 2008, p. 80).

3.1 Área de estudo

O estudo foi realizado na Associação de Pescadores e Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB, a qual foi fundada no dia 03 de Agosto de 2008, visando uma melhor autonomia no gerenciamento e comercialização do pescado. A região do semiárido paraibano apresenta duas estações climáticas bem definidas, uma chuvosa, com duração de três a quatro meses e uma de estiagem na maior parte dos meses do ano (BARBOSA, 2002), compreendendo a região com os menores índices pluviométricos de Brasil (DANTAS et al., 2003). A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. O clima é do tipo tropical chuvoso, com verão seco.

Diante dessa caracterização climática é possível observar que a prática da agricultura, não era viável, daí a importância de ter sido implantado o projeto de piscicultura na área.

3.2 Coleta de dados

A realização do trabalho de campo para a coleta de dados da presente redação contou com a colaboração e apoio do público associado à Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Boqueirão do Cais, Cuité – PB.

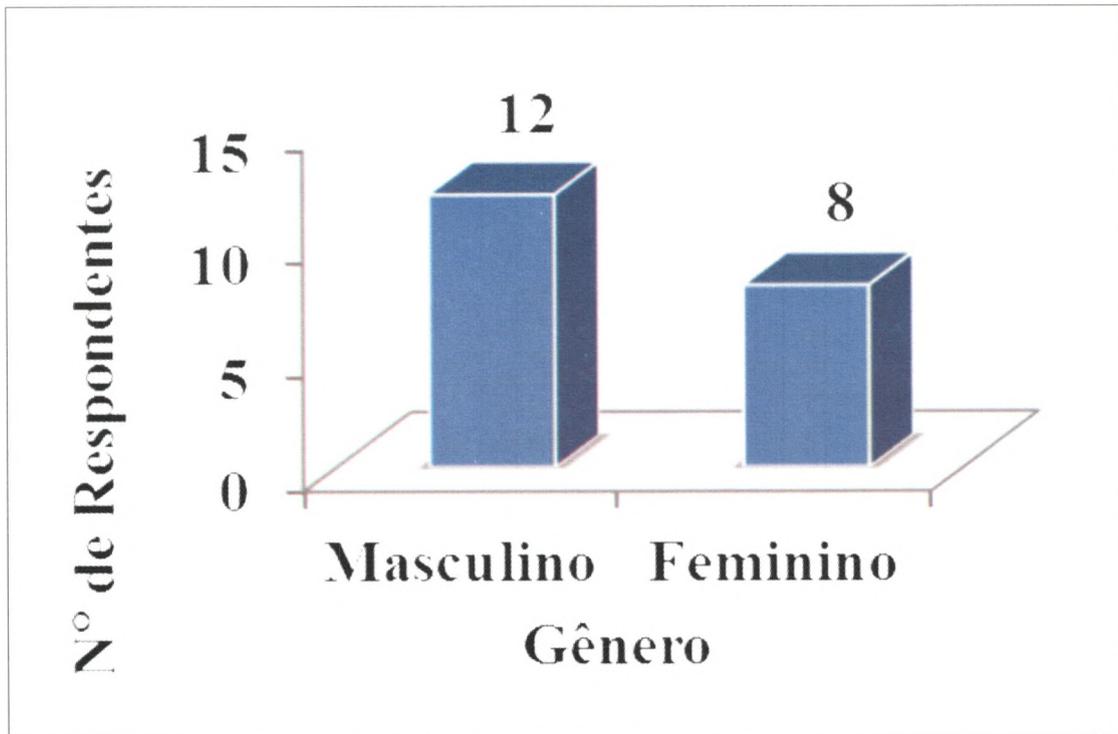
Foram realizadas entrevistas informais e aplicação de questionários semiestruturados com a população integrante da Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Boqueirão do Cais, Cuité – PB e suas famílias. As entrevistas foram realizadas com 20 pessoas, sendo (9) pescadores e (11) familiares dos mesmos. Posteriormente teve aplicação de 20 questionários semiestruturados acerca da importância da incubadora universitária para a associação e o que ela acrescentou na vida desses pescadores/piscicultores, em termos de educação, trabalho e sustentabilidade.

4 Resultados e discussão

4.1 Perfil sócio demográfico dos associados

De acordo com a análise dos questionários respondidos e das entrevistas realizadas, pôde-se identificar que o público que compõem a Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB bem como suas famílias são agricultores e/ou pescadores, a maioria do sexo masculino, faixa etária varia entre 18 e 60 anos de idade. (Figura 1).

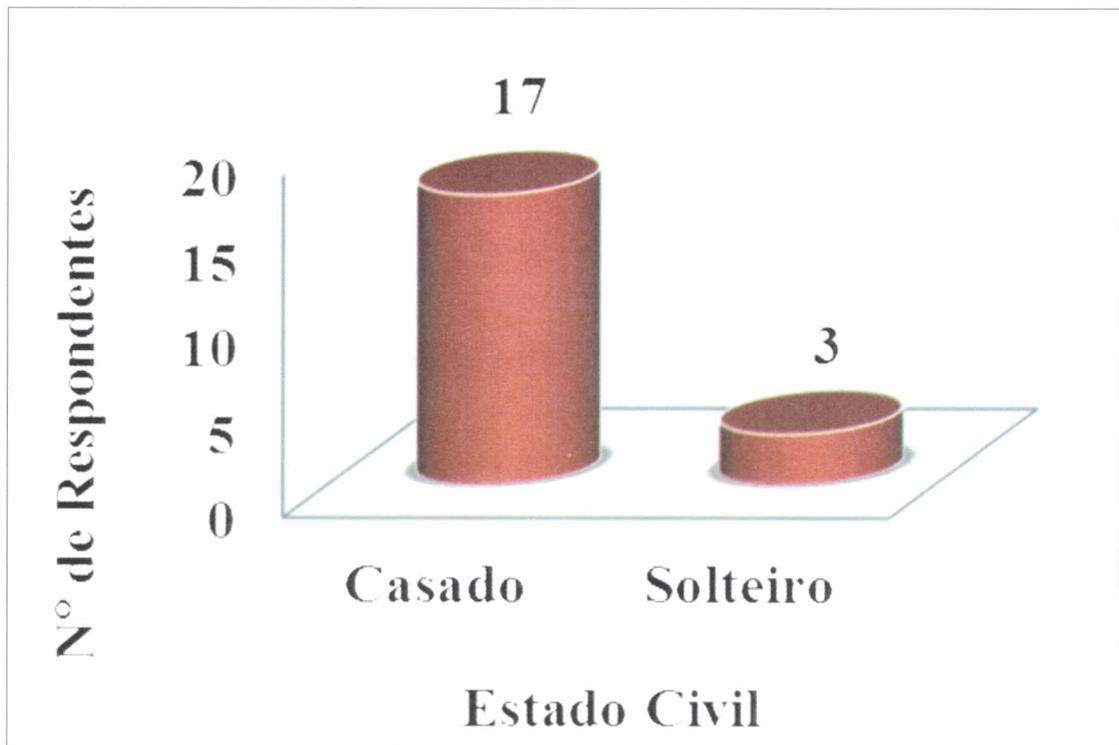
Figura 1 - Gênero dos associados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao estado civil dos associados, a grande maioria disse ser casados (Figura 2).

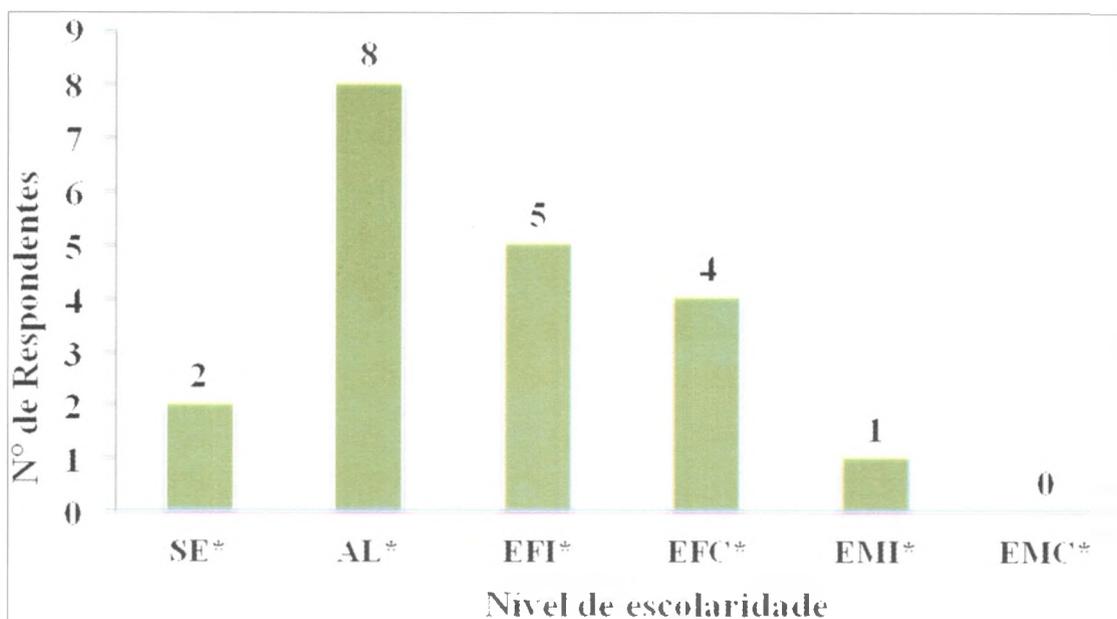
Figura 2 - Estado civil dos associados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao nível de formação escolar, apanhou-se que alguns não apresentam nenhum grau de escolaridade, outros já frequentaram a escola por um curto período de tempo. Em síntese, com relação ao nível de formação escolar dos entrevistados é de dois sem escolaridade, oito de alfabetizados, cinco com Ensino Fundamental incompleto, quatro têm o Ensino Fundamental completo e um possui o Ensino Médio incompleto (Figura 3).

Figura 3 - Nível de escolaridade dos associados.



SE = Sem escolaridade; AL = Alfabetizado; EFI = Ensino Fundamental Incompleto; EFC = Ensino Fundamental Completo; EMI = Ensino Médio Incompleto; EMC = Ensino Médio Completo.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntado: *Por que não estudou e/ou não foi mais adiante nos estudos?* Cinco dos entrevistados responderam que “precisaram trabalhar desde cedo para ajudar os pais e não tinha tempo pra estudar”; dois disseram que “os pais não achavam importante o estudo”; cinco responderam que “não gostavam de estudar”; cinco por “falta de oportunidade” e três “ainda estão estudando”.

A serem inquiridos: *Já enfrentou dificuldades por não ser alfabetizado e/ou não ter ido adiante nos estudos?* 16 dos entrevistados disseram que “sim” e apenas três disseram que “não”.

Quando indagados: *Você acha importante o conhecimento adquirido na escola?* Todos os entrevistados disseram que “sim”, a maioria responderam que é fundamental. Já quando interrogados: *Gostaria de ainda frequentar a escola?* 16 dos entrevistados disseram que “sim”, se arrependem muito de não ter estudado mais, um que “não” e três “ainda estudam”.

O nível de formação escolar dos associados Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Açude Boqueirão do Cais, entrevistados, é de 20% sem escolaridade, 40% de alfabetizados, 15% com Ensino Fundamental incompleto, 25% têm o Ensino Médio incompleto e 10% possui o Ensino Médio completo.

É possível identificar que a taxa de alfabetização dos pescadores do Açude Boqueirão dos Cais, está relativamente baixa, se comparada com a média nacional e estadual.

No entanto, a maioria dos entrevistados ainda sente um grande interesse em voltar a estudar, pois já enfrentaram muitas dificuldades por não terem ido mais além nos estudos. Alguns relataram que não estudaram porque antes tudo era mais difícil não tinha tanta facilidade e oportunidade quanto hoje em dia. Precisavam trabalhar desde cedo para ajudar os pais no sustento da família. Já outros falaram que estudaram um pouco e não foram mais além por falta de interesse deles próprios, mas que hoje se arrependem muito por isso.

Segundo os associados o fato de não terem um bom grau de escolaridade atrapalha bastante no empreendimento, pois determinadas atividades que envolvem um conhecimento mais direcionado para o lado científico eles não conseguem desempenhar e cita como exemplo a análise da água, atividade essa realizada por bolsistas universitários envolvidos em projetos de extensão. Dessa forma, se lançar e enfrentar essas dificuldades ainda não é algo que faz parte da realidade da associação.

4.2 Atividades realizadas pela incubadora

A assessoria da incubadora teve início com a palestra de Elma Leal, da Fundação Parque Tecnológica da Paraíba, que falou sobre Empreendedorismo Solidário. Durante sua explanação, explanou sobre a importância da cooperação, da confiança e solidariedade no trabalho, também enfatizou aos pescadores e piscicultores para as vantagens na organização dos grupos e a cooperação como estratégia para os desafios da globalização.

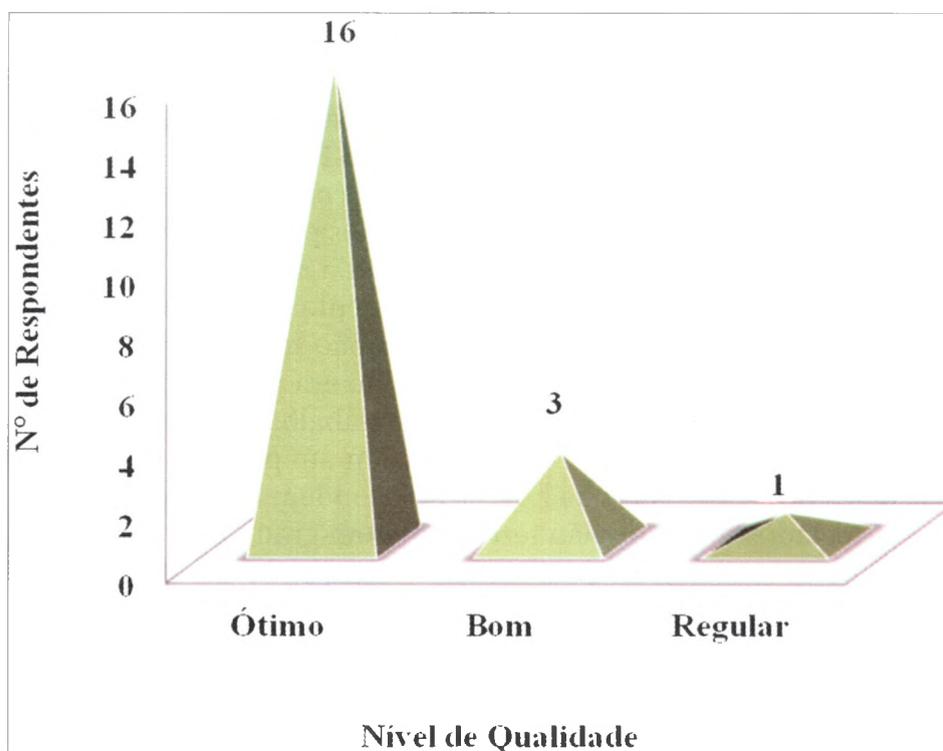
A parte que versava sobre manejo de peixe/tilápia em tanques-rede foi ministrada pela engenheira de pesca do projeto Ana Cynthia Ulisses de Araújo Souza. Essa parte do curso aconteceu às margens do Açude Boqueirão do Cais, próximo ao local onde os tanques-rede

foram instalados. Como atividade das aulas práticas os pescadores e piscicultores fizeram a repicagem (transferência de alevinos em fase de crescimento de tanques-berçário para outros tanques), para melhor desenvolvimento do cardume.

Além de palestras e cursos oferecidos pela incubadora universitária, houve também capacitações para aprimorar os pescadores e suas famílias. A capacitação dos envolvidos no projeto, nas questões associativistas, nas técnicas de captura, ordenamento pesqueiro, na criação de tilápia em tanques-rede, no gerenciamento, aplicação dos recursos e na comercialização do pescado, foi feito por meio de cursos práticos (GALVÃO, 2011). Para tanto, a proposta contou também com a ministração de aulas de qualificação aos pescadores, com a elaboração de apostilas didáticas para acompanhamento, vídeos de treinamento e aulas práticas, visando

disponibilizar um curso completo de técnicas de cultivo de tilápias em tanques-rede. Segundo Apolinário (2011), foi ministrado os seguintes cursos: (1) Associativismo, cooperativismo e empreendedorismo; (2) Técnicas de captura e ordenamento pesqueiro; (3) Cultivo e produção de tilápias em tanques-rede I e II; (4) Processamento de pescado para obtenção de derivados; (5) Curtimento de pele de tilápias; (6) Economia solidária; (7) Higiene e controle de qualidade do pescado; (8) Processamento de pescado; (9) Gerenciamento e comercialização da tilápia e; (10) Design em couro de tilápia (Figura 4).

Figura 4 - Avaliação dos cursos de formação para melhoria do empreendimento.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao serem inquiridos: *Você sabe o que é economia solidária?* Dez responderam que “sabem”, segundo eles é quando todos trabalham unidos, e os outros dez que “não sabem”.

Já ao serem indagados: *Você acha que o projeto está fundamentado na economia solidária?* Dez dos entrevistados disseram que “sim” e os outros dez que “não”. Para os que disseram sim, é graças à economia solidária, que o projeto continua, pois ninguém é mais que ninguém, todos trabalham por igual.

Foi possível observar que o empreendimento está inserido no contexto da economia solidária e que os associados estão cientes desse novo modelo de economia.

A proposta da incubadora universitária, juntamente aos cursos e formações oferecidos, visou assegurar aspectos essenciais da socialização necessária às pessoas para a sua plena emancipação na esfera da política, da realização pessoal e da competência para a produção e para a inserção em um mercado justo, ético e solidário.

4.3 Fatores que tiveram maior impacto na consolidação os associados

Dentre todas as atividades de assessoramento da incubadora universitária destacam-se a construção da unidade de apoio à produção de tilápias do Açude Boqueirão do Cais – Cuité/PB, na qual a comunidade de pescadores/piscicultores se empenhou ao máximo na construção da unidade de apoio do projeto.

Eles mesmos, juntamente com suas famílias produziram os tijolos com o auxílio de máquina própria cedido pelo Programa de Estudos e Ações Para o Semiárido (PEASA). Outro fator de destaque é a unidade de processamento de pescado do CES, Campus Cuité – PB.

4.4 Importância da incubadora universitária para a associação

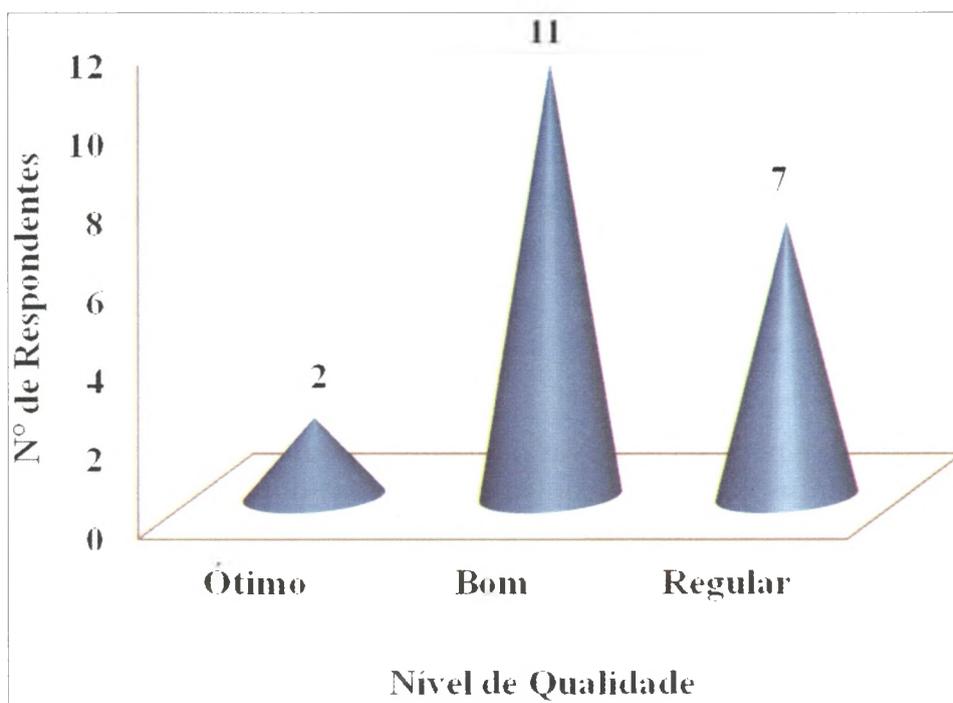
Quando perguntado: *Qual é a importância do projeto de criação de tilápia em tanques-rede desenvolvido no Açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB? Por quê?* Todos os respondentes consideram “muito importante”. Tanto para o abastecimento de água, quanto para a criação da Tilápia e para a pesca.

Ao ser perguntado: *Qual é a importância da incubadora universitária? Como você a avalia?* Todos os entrevistados responderam que “ela é muito importante”, pois auxilia nas atividades do projeto. Já quando indagados: *A incubadora universitária contribuiu na viabilidade do projeto?* Todos os respondentes disseram que “sim”.

Os entrevistados vêem na associação de pescadores uma alternativa de melhorar a renda familiar e destacam com muita ênfase a importância da Incubadora Universitária na viabilidade do projeto de criação de tilápia em tanques-rede, pois segundo os mesmos, esse projeto contribuiu bastante na melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

Para eles a assistência técnica da incubadora foi imprescindível, ressaltando a participação de outros órgãos que deram contribuição no empreendimento (Figura 5).

Figura 5 - Avaliação do projeto para melhoria da qualidade de vida.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntado: *Qual a importância do Açude Boqueirão do Cais para vocês pescadores/piscicultores associados?* Todos os entrevistados responderam que é uma das “principais fontes de sobrevivência”.

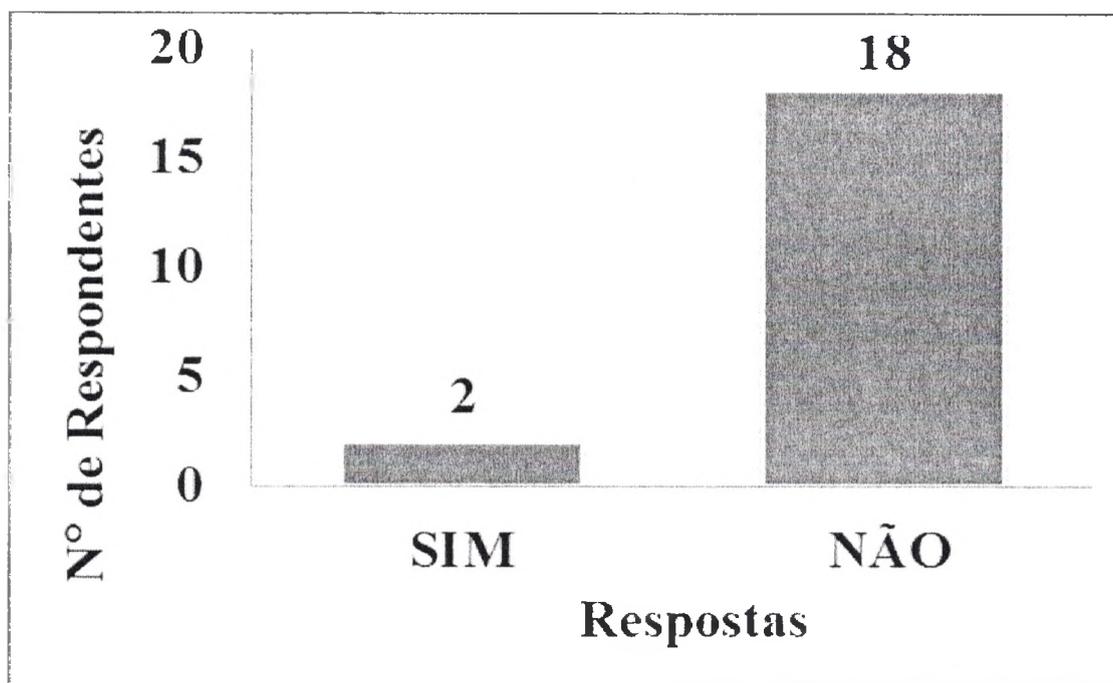
Quando foram inquiridos: *Há quanto tempo são integrados a Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB?* Oito dos entrevistados disseram que “desde o início” da associação e um respondeu que faz “três anos”.

A incubadora universitária com sua assessoria foi uma alternativa viável para a associação na pessoa dos associados e suas famílias, pois a qualidade de vida dessas pessoas melhorou bastante, sem contar que os mesmos saíram da linha de exclusão social passando a ter um lugar e uma participação no mercado.

A incubadora foi responsável também no processo de aprendizagem, pois acrescentou para os associados um nível mais elevado de conhecimento junto às formações e os cursos, não um conhecimento adquirido em sala de aula em termos formais, mas um conhecimento de mundo, de uma vivência coletiva em meio a um ambiente solidário de ajuda mútua.

No que se refere ao processo de desincubação, mesmo tendo aprendido a lidar com o empreendimento, não se sentem seguros para passar para o passo de desincubação, isto é, para eles a associação não tem autonomia suficiente para caminhar sozinha (Figura 6).

Figura 6 - Opinião acerca da autonomia da associação para se desincubar.



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto é possível observar o quanto a Incubadora Universitária pode contribuir nos empreendimentos solidários, contribuições essas também visíveis na Associação de Pescadores, Piscicultores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB, a qual está inserida no contexto da economia solidária, apresentando em sua composição agricultores e pescadores que já vinha há algum tempo sem expectativas de vida, pois as atividade que vinham desenvolvendo não tinham mais viabilidade econômica. Em meio a essa situação surgiu uma alternativa viável para a região que melhorou a vida dos pescadores e de suas famílias. Essa alternativa se deu através da assessoria da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), o qual deu suporte e assistência ao projeto de criação de tilápia em tanques-rede.

5 Conclusões

É bastante notório que o cenário do desemprego estrutural tem excluído muitos trabalhadores da economia capitalista. Porém essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver novos meios de geração de trabalho e renda para garantir a estes sujeitos desempregados sustentabilidade e sobrevivência.

A falta de emprego leva, portanto, a refletir sobre a existência de outros mundos do trabalho que não somente o assalariado. Do mesmo modo que outros processos de produção existem que não somente o modo capitalista. O trabalho cooperativo, inserido na chamada economia solidária, vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, porque é gerido com a participação igualitária de todos os membros, que detêm o mesmo poder decisório e igualdade na apropriação dos resultados do trabalho.

A incubadora universitária objetivou, por meio do processo de incubagem, assessorar os trabalhadores e os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, no intuito de contribuir com a viabilidade desta experiência. O empreendimento solidário foi uma alternativa que oportunizou o acesso à geração de renda por meio de uma gestão coletiva e ao mesmo tempo possibilitou a inserção dos sujeitos ao mundo do trabalho, usando de métodos democráticos, ou seja, é uma forma de inclusão social que amenizou os efeitos da desigualdade social. Proporcionou melhor qualidade de vida aos associados, os quais trabalharam e continuam a trabalhar em conjunto sem qualquer tipo de exploração.

A comunidade participante do projeto de tilapicultura do Açude Boqueirão do Cais, é formada por um grupo de pescadores, basicamente, homogêneo do ponto de vista da escolaridade e das expectativas socioeconômicas. A maioria apresenta níveis baixos de escolaridade. Eles têm consciência das dificuldades e das perspectivas da atividade pesqueira.

A universidade por meio da incubadora buscou resgatar o compromisso que, principalmente, a universidade pública tem para com a sociedade que a mantém ao disponibilizar para a sociedade o seu saber técnico e científico. Ela desempenhou um papel relevante, na medida em que disponibilizou conhecimentos para a coletividade que não teve acesso ao ambiente acadêmico e/ou se teve num período de tempo relativamente curto o que deixa o nível de escolaridade dos indivíduos envolvidos abaixo da média estabelecida.

O processo de incubação permitiu, desde o início, que fosse realizada análise da viabilidade econômica do empreendimento. A associação seguiu sendo instrumentalizada sobre o processo de gestão do próprio empreendimento, sua relação com o mercado e outros pontos importantes que surgiram no decorrer do processo. A incubadora universitária se apresentou como uma opção acessível para os trabalhadores que buscavam melhorias na qualidade de vida. Além de todos os benefícios em termos econômicos a incubação foi e continua sendo um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a associação de pescadores interessados na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico a esses empreendimentos.

6 Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

APOLINÁRIO, M. O. **Cultivo da tilápia *Oreochromis niloticus* (linhagem chitralada) em tanques-rede para a comunidade de pescadores do açude Boqueirão do cais, Cuité – PB**. Relatório técnico, Cuité – PB, 2011.

BARBOSA, J. E. L. **Interferência de alterações climáticas globais no funcionamento de um açude do trópico semiárido paraibano**. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade de São Paulo. 26 p. 2002.

BELMINO, J. F. B. **Caracterização do processo de implantação do projeto de cultivo da tilápia *Oreochromis niloticus* (linhagem Chitralada), em tanques-rede no açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB**. Monografia (Curso de Licenciatura em Biologia) – Centro de Educação e Saúde – CES/UFCEG, Cuité – PB, 2010.

- BIZZOTO, C. E. N. **Incubação de Empresas – Aspectos Chaves**. Blumenau: Editora Di-retiva, 2008.
- CULTI, M. N. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. **Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, n. 111, p.153, jan. 2009. Disponível em: www.fase.org.br. Acesso em: 10 jul. 2013.
- DANTAS, E. W.; BARBOSA, J. E. L.; DIAS, J. B. e MENEZES, J. S. Aspectos qualitativos de algas epífitas em cinco ambientes lênticos da bacia do Rio Taperoá – Semiárido Paraibano. **Resumo**. IX Congresso Brasileiro de Limnologia, Juiz de Fora – MG. 2003.
- EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES. *In*: PICANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Orgs). **Trabalho e Educação**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 167-188.
- FIATES, J. E. A. **Incubação de empresas – Ferramentas, métodos e técnicas para gestão de um programa de sucesso**. SEBRAE e ANPROTEC. Brasília-DF, 2005.
- FRANÇA FILHO, G. C.; DZIMIRA S. Dádiva e Solidariedade. *In*: MARTINS, P.H.; NUNES, B.F. **Nova ordem social: perspectivas de solidariedade contemporânea**. Brasília: Pa-ralelos 15, 2004.
- FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação destruição da vida. *In*: CIATIVATTA, Maria e FRIGOTTO, Gaudêncio. **A experiência do trabalho e da educação básica**. Rio de Janeiro, DP&A (2002 p. 11-27).
- FRIGOTTO, G. **Fundação Parque Tecnológico da Paraíba**. Disponível em: www.paqt.org.br. Acesso em: 20 de ago. 2013.
- GALVÃO, J. W. L. **Cultivo da tilápia *Oreochromis niloticus* (linhagem Chitralada) em tanques-rede para a comunidade de pescadores do açude Boqueirão do Cais, Cuité – PB**. Relatório (curso de Licenciatura em Biologia) – Centro de Educação e Saúde – CES/ UFCG, Cuité – PB, 2011.
- GUERRIERI, M. A. 2009. **Educar para a cooperação: A nova racionalidade e as perspectivas para a educação crítica**. Tese de Doutorado – Departamento de Filosofia, da Uni-versidade Federal do Espírito Santo.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. **A economia solidária: uma abordagem inter-nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARX, K. **O capital**, 7. D. São Paulo: Difel, 1982.
- ORTIZ ROCA, H. Economia solidária: hacia una nueva civilización, 2001. *In*: TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contem-porânea**, Rio de Janeiro, 6 (1):107-122, jan./jun. 2002, p. 108. Disponível em: www.ie.ufrj.br. Acesso em: 20 de ago. 2013.
- PEREIRA, J. R. Considerações metodológicas sobre o processo de incubação de cooperativas populares. *In*: CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Economia solidá-ria, cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO**. Palmas: NESol/UFT, 2007. v. 1.
- PINHEIRO, I. F. Políticas Públicas de Apoio à Economia Solidária como Alternativa para o Desenvolvimento Local no Brasil. **Revista OIDLES** - Vol. 4, Nº 8. 2010. Disponível em: www.eumed.net. Acesso em: 05 set. 2013.

- SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.
- PINHEIRO, I. F. **Desenvolvimento às comunidades pobres**. Teoria e Debate, n. 59, ago./set. 2004.
- PINHEIRO, I. F. Disponível em: www.memelab.com.br. Acesso: 31 jun. 2013.
- PINHEIRO, I. F. Disponível em: www.ufcg.edu.br. Acesso: 31 jun. 2013
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Economia solidária: a percepção de educadores na prática pedagógica no Programa Projovem Campo Saberes da Terra em Jaçanã-RN

*Eusivan Santos Medeiros Silva
Ramilton Marinho Costa*

1 Introdução

Diversos são os elementos a serem compreendidos a partir da ação coletiva que passam por diferentes conceitos de Economia Solidária, seus processos de produção de circulação e de consumo. Vários fatores são levados em consideração entre eles a vivência e a leitura de mundo dos envolvidos na construção do conhecimento.

A Economia Solidária é originária das mais diversas lutas e bandeiras defendida pela classe trabalhadora e organizada através dos movimentos sociais e se apresenta como alternativa ao modelo econômico capitalista, que produz riquezas gerando desigualdades sociais e a destruição do meio ambiente. Portanto, a Economia Solidária surge como alternativa, pois vem de encontro à ausência de políticas públicas para absorção de trabalhadores e suprir as necessidades imediatas de soluções decorrentes do desemprego e da falta de qualificação profissional impulsionados por um regime capitalista (SCHIMIDT; LIMA; SECHIM, 2010).

Foi a partir da década de 1990 que o Brasil viveu forte processo de reestruturação produtiva e econômica havendo um aumento considerável de desemprego e um longo processo de espera para reintegração do trabalhador no mercado seguido da queda real nos valores salariais e a precarização das condições e relações de trabalho. Considerando, pois que nos anos 1980 a democratização se fortaleceu nas discussões às questões referentes ao trabalho, dessa forma, vários trabalhadores e movimentos sociais passam a se organizar e criam empreendimentos solidários que passam a ser apoiados pelas universidades e outras entidades o que denominou iniciativas fundamentais: a Cáritas Brasileira, concentrada no Rio Grande do Sul, possui desde os anos 1990 várias incubadoras de cooperativas espalhadas por todo o país.

Em 1994 com a iniciativa de um setor sindical e para dar suporte técnico a experiências já existentes nasce a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão (ANTEAG). Como iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (COPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), seguida então da fundação no ano de 1998 da Rede Universitárias de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, atualmente 37 Incubadoras Universitárias, com o intuito de difundir e de vincular de forma dinâmica e interativa socializando os conhecimentos e as novas tecnologias.

A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e a Cooperativa Central de crédito e Economia Solidária (ECO-SOL) são entidades que fomentam a Economia Solidária através da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Foi a partir de 1999 e após um grande debate sobre as novas configurações do trabalho e da reestruturação produtiva e a crescente necessidade de melhorar a renda e criar alternativas de geração de trabalho na busca de alternativas e tendo como princípios fundamentais a Economia Solidária e o desenvolvimento sustentável que a ADS foi criada (FRAGA, 2011).

Dados da UNESCO (2005) apontam o Brasil entre os 12 países com menor taxa de alfabetização. Isso nos mostra um número enorme de jovens e adultos que não são possuidores dos saberes relacionados à leitura e a escrita.

A identidade cultural e a pluralidade de conhecimentos significativos que cada um possui em suas diferentes formas de expressão levam os envolvidos a reconhecer seus valores, suas

tradições e lembranças, limites e possibilidades de uma sociedade justa e humana numa combinação didática, política e ética. (PEREIRA, 2009).

Para ser educador em Educação de Jovens e Adultos (EJA) é necessário conhecer a história de exclusão por que passa as classes populares deste país e que busca emancipação e condições de melhoria financeira.

Dessa forma, as salas de aula da EJA oferecem um espaço privilegiado que favorece conhecimento e emancipação. Nelas, são detectadas as experiências que servem como ponto de partida para elaborar e definir os saberes, sabendo, pois, que coletivamente é possível construir estratégias de inserção no mundo de forma participativa, crítica e cidadã com um olhar que possa promover a construção coletiva dos saberes, do diálogo, que promova a autonomia e a aprendizagem efetiva nas áreas de conhecimentos.

Para entender tal identidade relacionada à EJA, o professor precisa entender os motivos reais desta parcela de discentes estarem fora da dinâmica escolar como também despertar expectativas futuras para continuidade dos estudos e sua qualificação profissional. A proposta do Programa Projovem Campo Saberes da Terra vem fortalecer os conhecimentos e ao mesmo tempo promover uma aprendizagem diferenciada e direcionada para a promoção da qualificação profissional dos jovens entre 18 a 29 anos de idade que tenham ao longo de sua vida escolar abandonado seus estudos a fim de proporcionar oportunidade de conclusão do ensino fundamental e consequentemente promover sua permanência no campo, possibilitando além do avanço nas séries iniciais, conhecimentos teóricos na área social e profissional com o intuito de potencializar o desenvolvimento sustentável e solidário relacionados através de atividades curriculares e pedagógicas.

2 Referencial teórico

2.1 Economia Solidária

Uma grande evolução no campo da Economia Solidária aconteceu em junho de 2013 quando o Congresso Nacional criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o objetivo de desenvolver políticas públicas que valorizem a cooperação e a autogestão, contribuindo para o combate à pobreza e à desigualdade social através de processos de desenvolvimento mais justos e solidários. Essas medidas buscam o fortalecimento não apenas das fábricas ocupadas por trabalhadores, mas o conjunto de atividades de produção, comercialização, crédito e consumo de cooperativas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão (FISCHER; TIRIBA, 2009).

Incentivos são feitos por parte dos gestores na área de Economia Solidária através de campanhas de divulgação de expansão do conhecimento com o intuito de sensibilizar a população em geral e qualificar agentes em Economia Solidária, visando promover outra economia existente e atuante, inspirada por valores que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, uma economia baseada em princípios de gestão coletiva, participação igualitária dos membros, com resultados compartilhados, autonomia, interdependência e foco no desenvolvimento da comunidade (BRASIL, 2013).

Historicamente a Economia Solidária passou por uma reinvenção devido ao desemprego em massa e a falta de trabalho formal de grande parte da população impulsionando esses trabalhadores para uma nova forma de produção econômica com princípios de democracia e igualdade nos empreendimentos desenvolvidos pelos próprios trabalhadores que repudiavam o assalariamento e persistiam na autogestão garantindo o sucesso e a sobrevivência de várias famílias (NASCIMENTO, 2011).

No campo da autogestão é importante que os trabalhadores perpassem a simples visua-

lização dos meios de produção, é preciso que haja a apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos permitindo a compreensão do real sentido do trabalho além de contribuir para a formação de uma nova cultura que absorva as entrelinhas envolvidas nas questões sociais dos processos modernos de trabalho, excluindo-se assim, as experiências históricas de embate entre a exploração e a degradação do trabalho e trabalhadores (TIRIBA, FISCHER, 2009).

Desta forma a economia solidária não se apresenta como um campo novo de trabalho e sim como uma reação ao capitalismo industrial que provocou o empobrecimento dos artesãos incitado pela difusão da organização fabril das produções. Isso implica na reversão da dialética capitalista ao se contrapor ao abuso do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (SINGER, 2002).

2.2 Educação de Jovens e Adultos

A Constituição Federal de 1988 – estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família...” e ainda, que o ensino fundamental deve ser obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, caracterizando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2000).

A Campanha de Educação de Adultos foi conduzida por Lourenço Filho e deu abertura para iniciar uma discussão sobre a visão do analfabetismo no Brasil. Segundo Cunha (1999), analfabetismo dos adolescentes e adultos era considerado a causa do pouco desenvolvimento do país, o adulto analfabeto era incapaz porque não tinha o domínio cultural e conhecimento necessário para votar e ser votado, ser produtivo e menos explorado no trabalho. Neste período a visão sobre o analfabetismo da população brasileira começa a ser considerada uma consequência da desigualdade social, econômica e política.

Com objetivo de romper com esta visão sobre o adulto, Lourenço Filho propõe a criação de materiais didáticos cujos temas faziam parte do cotidiano do adolescente e do adulto, mas ainda os conteúdos abordados eram do currículo do ensino primário comum. Apesar das recomendações que orientavam acerca da necessidade de criar propostas pedagógicas que atendessem as especificidades do adulto e do adolescente os professores ainda reproduziam nas classes noturnas as práticas realizadas com as crianças.

Beisiegel (2010) afirma que este contexto abriu precedentes para a grande contribuição de Paulo Freire a educação dos adultos e adolescentes, o educador propôs um método em que o processo de alfabetização é além do domínio da técnica de ler e escrever, mas alfabetizar é conscientizar o adulto e o adolescente analfabeto de que sua condição é gerada pelas desigualdades, no entanto tem saberes construídos por causa de suas vivências e experiências de vida que podem ser mobilizadores do processo de alfabetização.

A reflexão sobre a realidade e a condição social, política e econômica podem modificar seu meio e conseqüentemente a sociedade brasileira. O método foi proeminente e trouxe um grande desafio aos professores, traça um novo perfil de professor cuja prática educativa seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe os meios com os quais possa se alfabetizar (CUNHA, 1999).

Em 1997 o Conselho Nacional de Educação lança o parecer 05/97 que aborda a questão da denominação “Educação de Jovens e Adultos” e “Ensino Supletivo”, define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio (BRASIL, 2000).

Com base nesta resolução a EJA trata-se de uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a

educação como direito humano fundamental para a formação de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem, possibilitando uma aprendizagem contextualizada e viabilizando conhecimentos teóricos para que estes tenham acesso ao ensino superior e/ou melhores oportunidades de carreira (BRASIL, 2000).

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal onde pessoas “adultas” desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. Inclui também a educação formal, a não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos (BRASIL, 2010).

2.3 Programa *projovem campo saberes da terra*

O Projovem Campo - Saberes da Terra trata-se de um Programa que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo (BRASIL, 2011).

Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja gestão é da Secretaria Nacional de Juventude. O Projovem possui outras três modalidades, Adolescente, Trabalhador e Urbano (BRASIL, 2011).

Em 2008, foram aprovados projetos de 19 estados e 19 instituições de Ensino Superior públicas, os quais foram executados com a meta de atender a 35 mil jovens agricultores familiares. Em 2009 foram aprovadas 30.375 novas vagas a serem ofertadas por secretarias estaduais de educação de 13 estados (BRASIL, 2011).

Deve-se registrar que esta política pública voltada ao homem do campo foi inserida no município de Jaçanã – RN através de movimentos sociais, entre eles, o Sindicato dos Trabalhadores Rural, ao qual, foi designado a responsabilidade e o compromisso de matricular duas turmas com o perfil inerente as propostas do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, para agricultores e filhos de agricultores que não concluíram o ensino fundamental. A gestão municipal, através de sua adesão, comprometeu-se com estrutura física o que consolida uma ação política e social.

Os agricultores participantes recebem uma bolsa de R\$ 1.200,00 em 12 parcelas e têm de cumprir 75% da frequência. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância - intercalando tempo-escola e tempo-comunidade. O formato do programa é de responsabilidade de cada estado, de acordo com as características da atividade agrícola local (BRASIL, 2011).

O percurso formativo se dá através de 05 Módulos com Eixos Temáticos que apontam para questões da realidade e questões teóricas.

O Programa apresenta duas ações principais, sendo estas de promover a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental, integrada a qualificação social e profissional inicial para educandos e oferecer a especialização “lato senso” aos educadores e coordenadores das áreas do conhecimento em efetivo exercício e curso de atualização pedagógica para os educadores da qualificação profissional (BRASIL, 2011).

A proposta do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra vem possibilitar uma interpretação e caracterização do público que possui uma história de exclusão, é consciente, militante e busca sua emancipação. Essa formação tem em seu princípio a qualificação profissional e social possibilitando aos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (educa-

dor e educando) diferentes formas e momentos de apropriação e produção de aprendizagem respeitando e contextualizando com a realidade do educando.

2.4 Formação dos educadores

O Projovem Campo Saberes da terra trata-se de um programa relativamente novo, sendo que a formação dos professores para tal campo torna-se de fundamental relevância, devido às especificidades inerentes ao desenvolvimento do programa. A pedagogia tradicional normalmente empregada nas instituições de ensino não é uma ferramenta que detenha a curiosidade e a vontade de aprendizagem deste grupo específico de alunos. Portanto a formação acadêmica destes professores não é voltada para a Educação Popular, apresentando-se assim como um desafio para estes profissionais atuarem de forma satisfatória nesta modalidade de educação. Um dos grandes entraves para a disseminação da pedagogia de libertação dentro do Programa Projovem Campo Saberes da Terra trata-se do início das atividades curriculares para os alunos antes da formação *Latu-Sensu* para os educadores.

Paulo Freire demonstra em sua obra *Pedagogia da Autonomia* em 1996 que o educador progressista, deve ser fundado na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando. Como nos demais saberes, este, demanda ao educador um exercício permanente. É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a assumirem-se enquanto sujeitos sócio-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças.

Com esta perspectiva, o papel do educador é ser o militante que deve mediar e permitir aos grupos experimentar, aquele que em qualquer situação vivencia os valores da experimentação, é o que ajuda, reenvia aos grupos suas próprias análises e não certezas, interpretações entre outras, sem esquecer-se da relevância na valorização dos saberes acumulados pelos próprios trabalhadores em seus locais de trabalho.

As salas de Educação de Jovens e Adultos oferecem um espaço privilegiado que favorece conhecimento e emancipação. Nelas, são detectadas as experiências que servem como ponto de partida para elaborar e definir os saberes, sabendo, pois, que coletivamente é possível construir estratégias de inserção no mundo de forma participativa, crítica e cidadã com um olhar que possa promover a construção coletiva dos saberes, do diálogo, que promova a autonomia e a aprendizagem efetiva nas áreas de conhecimentos.

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Tipo de estudo

A abordagem metodológica adotada para esta pesquisa foi um estudo de caso com abordagem qualitativa. Segundo Cartoni (2009, p. 56) estudo de caso configura-se como “uma análise qualitativa e empírica, investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto social”.

Partindo desta visão e contextualizando com a realidade vivenciada pelos docentes no ensino e aprendizagem na educação de jovens e adultos foi possível observar a necessidade de entendimento de formadores para atuar nessa modalidade de ensino com um firme propósito de mediar soluções coletivas e solidárias.

A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2004, p. 21) “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Neste sentido, esse tipo de estudo possibilitou o conhecimento da economia solidária por parte de professores de EJA.

3.2 Cenário da pesquisa

Apesar da existência deste Programa desde dezembro de 2005 em 12 Unidades da Federação, a saber, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Roraima, Tocantins, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará e Santa Catarina, recentemente é que o estado do Rio Grande do Norte e conseqüentemente alguns municípios, entre eles, Jaçaná - RN tiveram oportunidade de desenvolver este projeto.

Foi então este o município onde a pesquisa foi desenvolvida, com professores da rede pública da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Oscar Cordeiro da Costa e Escola Municipal Joaquim Alfredo, ambas presentes na zona rural do município.

3.3 População e amostra

Mediante análise curricular realizada pela Secretaria Estadual de Educação foram selecionados para o município que aderiu ao Programa Projovem Campo Saberes da Terra, 06 profissionais pedagogos com formação em Linguagem Códigos e Tecnologias, Linguagem Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas, além de 02 Técnicos Agrícolas para desempenharem as atividades propostas pelo referido programa levando-se em conta alguns critérios e entre eles a participação em movimentos e ou associações comunitárias locais.

Os profissionais selecionados desenvolvem seus trabalhos em duas turmas, uma intitulada Mandacaru do Sertão com 25 alunos matriculados e a outra denominada Caju e Maracujá com 30 alunos, ambas na zona rural. Logo se identifica o grande público com o qual os professores desenvolvem suas atividades. Diante deste quadro, a população existente é de 07 envolvidos dos quais 05 participaram desta pesquisa.

A amostra escolhida foi de caráter intencional que “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2008, p.94).

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Adotaram-se nesta pesquisa os seguintes critérios de inclusão: professores de EJA que estivessem atuando no Programa Projovem Campo Saberes da Terra; Educadores com licenciatura em Pedagogia ou nível técnico na área de Ciências Agrárias; docentes que desenvolvam atividades articuladas entre o conhecimento teórico e prático; e que se dispuseram a participar livremente do estudo. Como critérios de exclusão foram todos os sujeitos que não respeitaram os critérios descritos anteriormente.

3.5 Instrumento de coleta de dados

O instrumento para coleta dos dados foi um questionário contendo exclusivamente questões subjetivas que permitiram a identificação do perfil dos profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos e seu conhecimento acerca da Economia Solidária.

Acerca do questionário, Gil (2008) o define como uma ferramenta para investigação, composta por várias questões elaboradas com base no objetivo do estudo a fim de obter dados sobre conhecimentos, sentimentos, interesses expectativas, entre outras.

3.6 Procedimento para coleta de dados

Para a realização da coleta de dados foram seguidos os seguintes passos: solicitou-se o requerimento através dos Termos de Autorização Institucional à Unidade Acadêmica de Educa-

ção (UAE/CES/UFCG), depois a permissão da Secretaria Municipal de Educação para a realização da pesquisa com os professores do Programa Projovem Campo Saberes da Terra através do Termo de Autorização Institucional.

3.7 *Processamento e análise dos dados*

Os dados qualitativos foram analisados através da técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2009, p. 33), como sendo: “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações” caracterizado por uma diversidade de formas e adaptação às comunicações.

De acordo com a autora supracitada, a análise do conteúdo divide-se em quatro fases as quais são necessárias para analisar os dados: 1ª Fase – pré-análise: é uma fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura, determinação das palavras chaves e recortes dos depoimentos; a 2ª Fase – exploração ou codificação do material: implica na transcrição dos dados e agrupamentos em unidades de registros, possibilitando uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo; 3ª Fase – categorização: para a construção de categorias temáticas e a 4ª Fase – tratamento dos resultados: interpretação. Posterior à categorização e interpretação dos resultados, os mesmos serão analisados e discutidos a partir das leituras feitas para a construção do estudo.

4 **Resultados e discussões**

Em concordância com o instrumento da pesquisa utilizado, este capítulo descreve a análise e os resultados encontrados nas entrevistas efetivadas com os professores de EJA envolvidos no Programa Projovem Campo Saberes da Terra. Mediante isso, os dados foram dispostos através de tabelas e na forma de categorias.

4.1 *Caracterização dos participantes*

Para caracterização dos indivíduos entrevistados, foi utilizado um roteiro abrangendo perguntas sobre o sexo, o nível de escolaridade e a função dentro do Projeto. Essas informações são relevantes para caracterizar os participantes deste estudo.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual dos participantes da pesquisa, segundo o sexo, o nível de escolaridade e a área de atuação dentro do projeto. Cuité, set. de 2013.

SEXO	Nº	%
Masculino	01	20%
Feminino	04	80%
Total	05	100%
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº	%
Nível Técnico	02	40%
Graduação em Pedagogia	03	60%
Total	05	100%
ÁREA DE ATUAÇÃO DENTRO DO PROJETO	Nº	%
Agronomia	02	40%
Códigos e Linguagem	03	60%
Total	05	100%

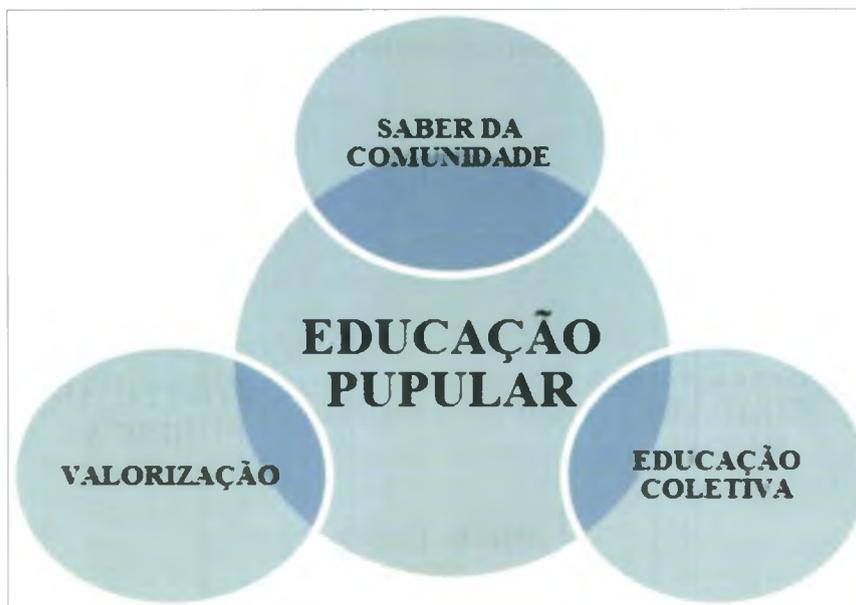
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Analisando a Tabela 1 observa-se que participaram da pesquisa 05 professores, dos quais apenas 01 era do sexo masculino e 04 do sexo feminino. Quanto ao nível de escolaridade 02 dos entrevistados possuíam nível técnico e os demais (03) possuíam formação superior em pedagogia. Quando questionados acerca da função que exercem dentro do Projeto Campo Saberes da Terra todos os entrevistados responderam que atuam como educadores, sendo 02 na área de Ciências Agrárias e 03 na área de Códigos e Linguagem.

4.2 Identificação dos objetivos do estudo

Com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa, bem como levando em consideração a análise do material coletado, surgem duas categoria, a saber: Educação Popular, Dificuldades no ensino-aprendizagem.

Figura 1 - Representação esquematizada da primeira categoria temática.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Quando questionados quanto à percepção do que é Educação Popular obteve-se:

Educação Popular é a educação baseada no saber do público alvo incentivando o diálogo e troca de saber entre eles. (A)

Educação Popular é uma educação participativa, construtiva na perspectiva da união dos saberes [...] baseia-se no saber da comunidade. (C)

Partindo da compreensão de que todo professor recebe, independente de sua formação, instruções de treinamentos a cada novo desafio que encara. O trabalho com jovens e adultos requer um conhecimento maior das necessidades de vida diárias de seus alunos, uma vez que o ensino regular não é prioridade para essas pessoas. É preciso que os educadores perpassem os ensinamentos de sala de aula e introduzam atividades inerentes ao cotidiano de seus alunos (FRAGA, 2011).

Embora a educação popular sempre estivesse histórica e organicamente vinculada ao movimento de forças políticas e culturais empenhadas na construção das condições humanas imediatas para a elevação da qualidade de vida das classes subalternas, a construção de uma sociedade onde realidade e liberdade fossem cada vez mais igualitárias sempre foi um sonho distante para a população carente (PEDROSA, 2007).

Grande responsável pela educação popular no país, Paulo Freire difundiu e vivenciou essa prática capaz de mudar a realidade de homens e mulheres excluídos de seus direitos à educação, saúde, emprego e renda. Numa visão freiriana, a concepção de educação é constituída por métodos sucessivos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos (BRANDÃO, 2006).

O ministério da Saúde também determina o que conhecemos por educação popular como mensageira da lógica política da participação social na transformação de das práticas tradicionais de educação em práticas pedagógicas que garantem a qualidade de vida que todos nós merecemos (BRASIL, 2007).

A Educação Popular mostra-se como um instrumento de crítica social e das situações vivenciadas por indivíduos, grupos e movimentos, permitindo a visão de fragmentos que estavam, invisíveis aos olhos da sociedade. Os campos de mudanças tornam-se viáveis através da construção de cenários de comunicação em linguagens diversas, transformando as informações em dispositivos para o movimento de construção e criação.

Figura 2 - Representação esquematizada da segunda categoria temática.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Quando questionados quanto às dificuldades na prática pedagógica relacionada aos temas do Programa Projovem Campo Saberes da Terra obtiveram-se as seguintes falas:

- Por que falta capacitação para melhor adaptar-me aos novos conhecimentos [...] (E)
- No início sim, mas hoje já me sinto bem mais segura em relação aos temas sugeridos pelo programa [...] (B)
- Por motivo desses temas serem complexos e sistemáticos e por oferecerem apenas subsídios importantes para o desenvolvimento e formação dos sujeitos [...] (C)
- [...] é que não houve formação para essa modalidade de ensino. (D)

Os trechos acima relatados são voltados para a questão das dificuldades na prática pedagógica quando relacionada aos temas sugeridos pelo Programa Projovem Campo Saberes da Terra. Dessa forma, obteve-se que os profissionais responsáveis por esses ensinamentos não se sentem preparados para atuar nessa área.

Nessa égide, o processo educativo encontra dificuldades ao se deparar com a experimentação do real sentido da economia solidária na prática pedagógica. Portanto, para evitar a institucionalização escolarizada da EJA deve fazer parte do perfil de seus educadores o resgate histórico constante das características desta modalidade da educação juntamente com os responsáveis pelo desenvolvimento dessas ideias.

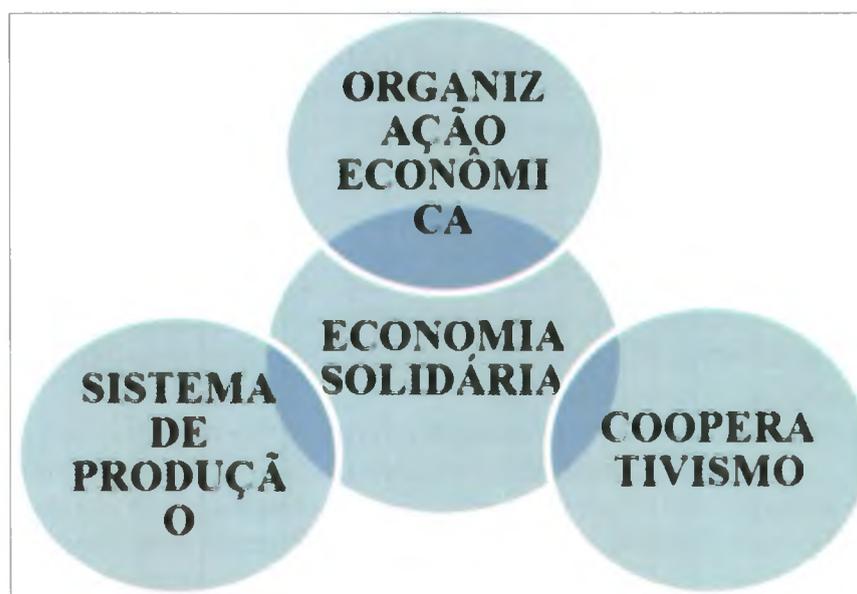
O grande desafio para esses educadores é a construção de uma teoria pedagógica fundamentada nos processos de formação dos adultos vinculada as grandes matrizes formadoras que tiveram por referência a vida adulta, tornam-se indissociáveis na construção do conhecimento a educação, trabalho, movimentos sociais e cultura (ARROYO, 2006).

Portanto, é preciso atualização no processo de construção de Educação de Jovens e Adultos com princípios da Economia Solidária porque além dos alunos, o Educador/Professor é mobilizado e também necessita de vivenciar experiências de desconstrução e reconstrução de suas práticas pedagógicas, o professor então se torna também educando. Neste contexto a formação de professores precisa de uma proposta metodológica emancipadora.

Práticas de educação permanente e continuada são necessárias a qualquer professor, principalmente aos envolvidos na educação de jovens e adultos na qual a abrangência de conhecimento perpassa os ensinamentos dos livros e adentra no conhecimento popular construído individualmente através da rotina de cada um. Nesse âmbito, o educador aprende tanto quanto ensina e a troca desses conhecimentos exige um preparo maior por parte desses profissionais para lidar com as diversas situações existentes nesse cenário.

É muito importante para os professores da EJA participação em conferências e capacitações que incentivem e aprimorem os conceitos e as práticas em Economia Solidária para que eles possam articular sua atuação profissional, além de despertar sobre a importância de levar esses conceitos para sala de aula. Essa modalidade de educação também é responsável pela geração de renda, valorização do trabalho e incentivo a participação coletiva.

Figura 3 - Representação esquematizada da terceira categoria temática.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Quando questionados quanto à percepção do que é Economia Solidária obtiveram-se:

[...] um sistema de produção que interage diretamente na comunidade, com a participação e colaboração de todos, buscando organização, planejamento e qualificação profissional. (e)

é uma nova forma de organização econômica a partir do trabalho coletivo, um jeito diferenciado de produzir, vender, compra e trocar [...] um meio de inclusão social. (b) uma economia voltada ao socialismo e cooperativismo, onde ninguém ganha mais do que ninguém. (d) [...] economia anti-capitalista [...] forma de produção de consumo e distribuição está centrada na valorização do ser humano e não no capital. [...] respeita seus atores e suas produções através de suas potencialidades locais. (c)

Para a maioria das pessoas que participaram dessa pesquisa, fazer parte de um programa de economia solidária representou um claro divisor de águas entre a passividade e a exclusão social e o retomar das rédeas da própria existência, o que representa uma grande potencialidade da economia solidária.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (BENINI et al., 2011).

Azeredo (2013) compreende economia solidária como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão. Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Essas medidas implicam na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integridade e finalidade da atividade econômica.

Identifica-se na fala dos entrevistados que a ideia de economia solidária partiu da possibilidade de abraçar outros métodos de trabalho que não fossem tão nocivos e não explorassem tanto os trabalhadores. Corrobora com essas informações as ideias de um rico industrial francês, Robert Owen que enxergou os benefícios para sua empresa ao proporcionar melhores condições de trabalho aos seus funcionários, diminuindo a carga horária de trabalho e proibiu o trabalho infantil. Esse foi um grande passo para as melhorias das condições de trabalho e para as ideias de criação de economias solidárias (CRUZ; SANTOS, 2008).

5 Considerações finais

Considerando a necessidade de formação específica para professores envolvidos na Educação de Jovens e Adultos este estudo propõe subsídios teóricos como possibilidade de nortear docentes para reconhecimento do universo de empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos por diferentes seguimentos sociais.

Os anseios dos discentes desta modalidade educativa em discussão estão mais direcionados à resolução de questões imediatas, e a presença de ações que demandam projetos coletivos/ emancipatórios, o que solicita dos docentes conhecimentos que apresentem ações que o encorajem a reivindicarem direitos negados, quando relacionados ao homem do campo.

Neste contexto é fundamental trabalhar relatos que resgate conhecimentos numa perspectiva de informações integrada aos saberes nos sistemas de produção e agriculturas familiares, do cultivo da horticultura, fruticultura, de criação e de beneficiamento de farinha, a caça, a pesca e a colheita de frutas.

Tão relevante quanto conhecer estas questões, é saber também os problemas com a modernização elencados pelo empobrecimento da agricultura familiar, êxodo rural, violência no campo, produção de alimentos contaminados produzidos por produtos tóxicos, degradação ambiental, concentração latifundiária, a perda de recursos genéticos, a fome, etc.

Diante o universo de saberes e com a finalidade de proporcionar uma formação e qualificação profissional são necessários estudos articulados em eixos temáticos que possibilite refletir as questões impostas das relações autoritárias e individualistas da agricultura familiar, resgatando os fundamentos para fortalecimento da solidariedade.

Para tanto, os conhecimentos inerentes a esta parcela de educadores é indispensável para a organização da aprendizagem deste público proporcionando sentido e significado ao discente, enquanto que, para o educador motivação na produção desses sentidos.

É perceptível a necessidade de formação docente para atuar na área de Educação de Jovens e Adultos, apesar de ter conhecimento da Educação Popular, empreendimentos solidários, cooperativismo, associativismo e outras organizações que possam favorecer emancipação e desenvolvimento sustentável ainda precária essa concepção de coordenação.

Objetivando a relevância deste estudo e suas contribuições, à mesma está voltada a formação do professor de EJA, neste universo de saberes e de organizações das práticas educativas que possam contribuir para a transformação social dos envolvidos neste processo.

6 Referências

- ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: Soares, Leôncio (org.) **Formação de educadores de jovens e adultos**. Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- AZEREDO, R. F. **A autogestão nos empreendimentos econômicos solidários: o desafio da contabilidade solidária**. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed revista e atualizada. Portugal: Edições 70, 2009.
- BEISIEGEL, C. R. Paulo Freire. **Recife**: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 p. : il. – (Coleção de Educadores).
- BENINI, E. A. *et al.* **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- BRANDAO, C. R. . **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p.160, 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **A economia solidária**. Disponível em: www.portal.mte.gov.br. Acesso: 28 set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **8 Anos de SENAES: Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal**. Brasília, ago. 2011.
- CARTONI, D. M. **Construindo o projeto de pesquisa**. V. 3, nº 5, Valinhos, 2009.
- CRUZ, Z. G. **Economia Solidária: Potencialidades e desafios dos empreendimentos solidários em Londrina**. Maringá, 2008.
- CUNHA, C. M. Discutindo conceitos básicos. *In*: SEED-MEC **Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.
- FISCHER, M. C. B.; TIRIBA, L. **De olho no conhecimento encarnado sobre trabalho associado e autogestão**. Ed. 13, v. 3, p. 201-210, set. – dez. 2009.
- FRAGA, S. L. **Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NASCIMENTO, C. **A autogestão e o novo cooperativismo**. 1. ed. São Paulo: Expressões, 2011.
- PEREIRA, C. M. C. **Educação por escrito**. Ano 12, Linha direta: 2009.
- SCHIMIDT A. B.; LIMA, S. O. S.; SECHIM, W. Z. **Economia Solidária: caderno pedagógico educadoras e educadores**. Ministério da Educação. Brasília, 2010.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Educação de jovens e adultos e economia solidária: perspectivas dos alunos da EEEM Orlando Venâncio dos Santos

*Cláudia Ramos Gomes da Silva
Marta Maria da Conceição*

1 Introdução

A Economia Solidária vem se consolidando como uma nova forma de pensar as relações de trabalho, na qual, ao invés da competição acirrada que vemos no capitalismo, as pessoas trabalham juntas, em prol do bem comum. Enquanto no capitalismo, os empregados estão subordinados a um chefe, um patrão, cujo interesse maior é o lucro, no modo de produção voltado à Economia Solidária, as pessoas são os próprios donos do negócio e visam à melhoria das condições de vida de todos os cooperados e/ou associados.

Os princípios da Economia Solidária, de acordo com a AIC (Aliança Cooperativa Internacional – Congresso de 1966) são: Adesão livre; Gestão democrática; Taxa limitada de juros ao capital; As sobras eventuais pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas; Neutralidade política, social, racial e religiosa; Ativa cooperação entre as cooperativas, nos planos local, nacional e internacional; Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral. (AGUIAR, 2002)

No Brasil já existem diversos empreendimentos considerados solidários: associações, cooperativas, sindicatos; sendo que, algumas dessas organizações conseguem aliar os dois modos de produção, pondo em prática ações voltadas para a solidariedade, ajuda mútua e sustentabilidade, para melhorar a vida de todos ao seu redor.

Como conseguir que essas práticas solidárias insiram-se mais na nossa atualidade? Como fazer as pessoas irem de encontro a um modelo de produção e trabalho, que vigora há séculos e está tão arraigado em nosso modo de viver? Uma solução, talvez, seja através da educação. O cooperativismo e a educação são decorrentes da prática social, da cultura humana, de necessidades humanas, por isso, o cooperativismo pode oferecer elementos importantes para a educação, se considerarmos a cooperação como a base da sociabilidade.

A educação pode ser entendida como uma ação cooperativa. Tendo em vista a aprendizagem como um processo cooperativo de descoberta do conhecimento, esse só ocorre como resultado de uma socialização, uma construção coletiva (Andrioli, 2007).

Por que escolher principalmente a EJA para trabalhar esses conceitos? Porque os alunos da EJA são, geralmente, as pessoas que ficam à margem do sistema capitalista, excluídas dos benefícios que um modo de vida consumista pode trazer.

Considerando que os alunos da EJA estão em uma condição diferenciada, também pelo fato de serem trabalhadores, é necessário conhecer esses sujeitos, suas experiências anteriores, os motivos que os levaram a sair da escola e a relação deles com o trabalho, para poder pensar em estratégias diferentes de ensino para os mesmos.

Dentro dessas estratégias de ensino é preciso pensar em novas formas de abordar o tema trabalho, que é de fundamental importância na vida de todos, e em particular, desses alunos. É dentro dessa temática que os conceitos de Economia Solidária podem vir a ser abordados pelos professores da EJA, fazendo com que os mesmos adquiram as primeiras noções de como transformar a sociedade ao seu redor em um lugar melhor.

O principal objetivo desse trabalho foi tentar descrever o perfil socioeducativo e econômico dos alunos da EJA da Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos, no

semestre 2013.1 e verificar suas perspectivas com relação ao TRABALHO e a importância desse tema em suas vidas, para buscar maneiras de introduzir esses novos conceitos de Economia Solidária nessas salas de aula. Os objetivos específicos foram: Demonstrar a importância que o trabalho tem na vida dos alunos da EJA; Relacionar os motivos que os levaram a evadir-se da escola quando criança; Relacionar os motivos que os levaram a voltar a estudar e relacionar os motivos que os levaram a escolher a EJA.

A EEEM Orlando Venâncio dos Santos é a única a ofertar vagas para essa modalidade de ensino em nível de ensino médio, na cidade de Cuité-PB. No Município, no nível fundamental, existem 11 escolas com turmas da EJA, sendo seis na zona urbana e cinco na zona rural, tendo ao todo, em 2012.2, 467 alunos matriculados, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação.

No nível médio, ofertado pela rede estadual, existiam, em 2012.2, apenas três turmas da EJA, totalizando 105 alunos. No semestre 2013.1 a escola possuía, de acordo com informações da coordenadora pedagógica, cinco turmas da EJA, todas no turno noturno, distribuídas da seguinte forma: 1º ano do ensino médio (03 turmas), com um total de 120 alunos matriculados; 2º ano do ensino médio (02 turmas), com um total de 60 alunos matriculados.

Podemos perceber que existe uma queda no número de alunos matriculados na EJA, do nível fundamental ao nível médio.

As questões a serem respondidas, com a realização desse artigo foram: Qual o tipo de trabalho realizado por eles? Qual a influência do trabalho nas suas vidas e nos seus estudos? Como trabalhar Economia Solidária com esses alunos?

2 Fundamentação teórica

2.1 Economia Solidária

As primeiras ideias de associativismo e cooperativismo surgiram, no século XVI, na Inglaterra e na França, centros de irradiação da cultura econômica. Essas primeiras ideias não passaram de teorias, criadas para pensar em maneiras de melhorar a vida da classe operária da época, mas tiveram uma importante contribuição para as ações posteriores, adotadas contra o modelo econômico vigente.

Impregnados por um ideal de justiça e fraternidade, os chamados socialistas utópicos ingleses buscaram, com suas teorias, melhorar o meio socioeconômico, através da idealização de organizações sociais equitativas e voluntárias. Para esses teóricos, “a vontade humana poderia atuar sobre a evolução econômica” (AGUIAR, 2002).

De acordo com a autora, a primeira experiência prática, relacionada ao cooperativismo, que obteve sucesso foi a dos pioneiros de Rochdale, no ano de 1844, quando vários tecelões uniram-se para criar um armazém comunitário, onde pudessem comprar víveres em conjunto, para baratear o preço. Para isso, eles juntaram, durante um ano, pequenas quantias de seu salário e no final desse ano, compraram mantimentos que seriam revendidos no armazém comunitário; durante a inauguração desse armazém, lançaram um Manifesto, com os princípios que deveriam guiá-los: adesão livre e espontânea, neutralidade política e religiosa, democracia pura, eliminação do lucro mercantil, venda à vista dos bens de consumo e FOMENTO À EDUCAÇÃO.

Em 1886, durante o II Congresso das Cooperativas da França, Gide pronunciou o discurso-programa do cooperativismo e nesse mesmo ano, durante a fundação da Escola de Nimes, Gide enumera as doze virtudes do cooperativismo:

Viver melhor, através do auxílio mútuo; pagar em dinheiro (para evitar a dívida); poupar sem sofrimento; eliminar os intermediários; combater o alcoolismo; interessar as mulheres nas questões sociais; educar economicamente o povo; facilitar a todos o

acesso à propriedade; reconstituir uma propriedade coletiva; estabelecer o justo preço; eliminar o lucro capitalista e abolir os conflitos. (AGUIAR, 2002).

O cooperativismo surgiu em um período de grandes transformações, ocorridas devido à Revolução Industrial e ao nascimento da classe de trabalhadores, explorada pelos patrões. As pessoas sentiram necessidade de se unirem para criar estratégias que os ajudassem a melhorar de vida. De acordo com Ilha (2008), os pensadores dessa época, ao imaginarem as organizações baseadas em autoajuda, entendiam que assim “(...) fundariam uma nova ordem econômica, mais humana e mais livre, em que a riqueza seria distribuída por igual”.

Para alguns estudiosos, o conceito de Economia Solidária surgiu com essas primeiras ideias de transformação social e princípios de igualdade e solidariedade. Singer apud Leite (2009), nos diz que “A Economia Solidária é o projeto que, em inúmeros países, há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando”. Porém, para Laville (2006); França Filho (2006) apud Leite (2009), “trata-se de um fenômeno novo, que tem mais a ver com a crise salarial nas décadas de 80 e 90 e que assume novos significados no atual contexto econômico e social”.

De qualquer forma, convém lembrar que a expansão das experiências associativas se dá em momentos de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, de trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo), portanto, tais experiências carregam consigo riscos e possibilidades, junção de velho e novo, potencialidades e limites.

2.1.1 Economia solidária no Brasil

Até os anos 80, as experiências cooperativas no Brasil, limitavam-se ao meio rural. A partir dessa década, começou a ocorrer uma reestruturação produtiva e econômica no país, que trouxe como consequências: diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários, terceirização e precarização do trabalho. Nesse contexto, surgem medidas voltadas para geração de emprego e renda e a Economia Solidária desponta como uma alternativa viável.

Existe uma diversidade muito grande no que diz respeito ao cooperativismo em nosso país, desde falsas cooperativas até empreendimentos verdadeiramente autogestionários. Guimarães *et al.* apud Leite (2009), nos diz que,

a autogestão deve ser analisada como uma categoria dinâmica, num crescendo ou continuum, partindo de formas embrionárias, até atingir experiências concretas de autogestão no contexto organizacional, onde não somente os meios de produção e o controle acionário da empresa passam para os trabalhadores, mas também, o controle da gestão, inserindo-se aí o controle do processo do trabalho.

Vários autores destacam, ainda, os diversos problemas enfrentados pelos empreendimentos cooperativos, dentre eles: a defasagem tecnológica, a falta de recursos, a baixa escolaridade dos associados, o uso da mão-de-obra intensiva, a fragmentação do trabalho, jornadas extenuantes, diferenciações na distribuição das retiradas, pouco compromisso dos trabalhadores com o ideal autogestionário.

Além disso, existem algumas diferenças com relação à forma como essas cooperativas se originaram. Algumas nasceram a partir da falência de algumas fábricas, como é o caso da COOPAPEL, em Campina Grande-PB. Outras foram formadas por programas de ONGs ou órgãos governamentais e, ainda, há aquelas que nasceram a partir de iniciativas de movimentos sociais. Para Guimarães *et al.* apud Leite (2009), “os empreendimentos originados dos movimentos sociais são os que revelam características mais evidentes de autogestão”. Neles, os trabalhadores participam ativamente em todas as decisões e é verificada uma verdadeira trans-

formação nas relações de trabalho.

Apesar do crescente número de empreendimentos solidários no país, Leite (2009) considera que, isso não significa que a Economia Brasileira se transformará, por completo, mas ela coexistirá, juntamente com o capitalismo e com outras formas de economia, com uma certa presença do Estado e, quem sabe, até uma economia doméstica.

A prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas e essa reeducação tem que ser coletiva, constituindo-se um desafio pedagógico. Segundo Singer (2002), “todos têm inclinação tanto por competir, quanto por cooperar e qual dessas inclinações predominará, dependerá muito da prática frequente que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive”.

No modelo atual, a escola transmite às crianças e jovens a ideia de competição, onde sempre precisa haver um ganhador e um perdedor. De acordo com os defensores do capitalismo, no mundo do trabalho não há espaço para todos, por isso, cada um precisa lutar para eliminar o outro e vencer, conquistando, assim, seu espaço.

Dentro dos ideais de solidariedade, o professor repassaria outros valores, no qual todos são capazes, e a verdadeira vitória consistiria em promover a ajuda mútua, onde todos se beneficiariam, o bem coletivo surgiria a partir do próprio bem individual. As turmas da EJA são um campo extremamente promissor para o repasse desses conceitos, pois, nesses locais encontram-se os verdadeiros excluídos dessa sociedade, aqueles que são deixados à margem do caminho, que se perderam no contexto do modelo econômico capitalista.

2.2 Economia solidária e educação de jovens e adultos

De acordo com Alves (2009), “os jovens são as principais vítimas do atual modelo de desenvolvimento econômico, formando, assim, uma grande massa de desempregados e/ou de pessoas que vivem em condições precárias de trabalho e exploração”.

Jovens e adultos são pessoas que já possuem um saber acumulado de décadas de vida e/ou trabalho. Os jovens da EJA são pessoas orientadas principalmente para o mundo do trabalho, portanto, sua ocupação principal não é estudar, mesmo quando entram para os cursos da EJA. Então, os professores se deparam com um verdadeiro dilema: devem superpor o conhecimento ao trabalho que esses jovens já realizam e capacitá-los para competir melhor na busca por uma melhoria no emprego ou ensiná-los novas formas de sobrevivência?

O principal é conseguir unir os dois conceitos, trabalho e educação. No modelo econômico atual, o trabalho significa um mero emprego e o ser humano é considerado uma mercadoria. A Economia Solidária desconstrói esse conceito de trabalho e nos impulsiona a pensar em novas formas de relacionamento, onde todos colaboram entre si, para o bem comum; ou como toda ação transformadora do mundo da Natureza. Toda vez que o ser humano transforma a Natureza, acaba por transformar-se a si mesmo e isso é considerado trabalho para a Economia Solidária.

Arruda (2003) salienta que, “reconhecer a educação escolar na perspectiva da Economia Solidária implica introduzir nos programas de ensino-aprendizagem a “alfabetização” em Filosofia da Libertação e em Economia Solidária”.

As práticas da Economia Solidária envolvem mudança de valores, mudanças culturais e mudanças de comportamento, que só a formação pode estabelecer. É preciso criar uma pedagogia da Economia Solidária, pois as pedagogias clássicas não dão conta de ensinar essa nova realidade. Não se pode ensinar autogestão e trocas solidárias apenas na teoria, é preciso prática. De acordo com Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 2011)

Para pensar em formas de trabalhar essas questões com os alunos da EJA, é imprescindível entender quem são essas pessoas, o que eles pensam sobre o trabalho, como vivem, como se relacionam e que ideias eles já possuem a respeito de Economia Solidária.

2.3 Educação de Jovens e Adultos no Brasil e perfil dos alunos

O Brasil é um país cheio de contrastes. Enquanto uns têm muito, outros sobrevivem com quase nada, e isso é mais marcante ainda no que diz respeito à educação. A elite usufrui de boas escolas, com professores preparados e excelente infraestrutura, enquanto uma significativa parcela da população, os chamados “excluídos”, não tem sequer acesso às salas de aula.

De acordo com o relatório anual de acompanhamento das cinco metas, feito pela ONG Todos pela Educação, no ano de 2011, cerca de 3,8 milhões de brasileiros, entre crianças e jovens, de 4 a 17 anos encontram-se fora da escola, sendo mais de um milhão na região Nordeste e destes, mais de 73 mil na Paraíba.

Os motivos que explicam esses dados alarmantes vão desde a falta de vagas nas escolas públicas, até a precariedade das mesmas, que faz com que as crianças e jovens abandonem os estudos, pois, em sua maioria, deparam-se com condições tão precárias que, desmotivados, acabam por evadir-se do ambiente escolar, geralmente para trabalhar e ajudar os pais a prover o sustento da família.

Mesmo com todas essas dificuldades, alguns voltam e tentam aliar o trabalho ao estudo, matriculando-se na EJA. Sobre os motivos da evasão escolar, ainda no relatório de 2011 da ONG Todos pela Educação, é citada a pesquisa “Motivos da evasão escolar”, coordenada por Marcelo Neri, na qual consta que:

a evasão afeta mais a população de 15 a 17 anos e é fundamentada, majoritariamente, pela decisão do jovem de procurar a escola ou não. No estudo, 67,4% dos jovens desta faixa etária fora da escola (ou seus pais, quando estes foram abordados) declararam que a falta de interesse ou a necessidade de trabalhar são os principais motivos da evasão. Fatores relacionados à oferta de Educação, como falta de vaga e transporte escolar, foram apontados por somente 10,9% da amostra.

Após deixar a escola, uma ou mais vezes, pela necessidade de trabalhar, eles acabam sendo pressionados pelo próprio mercado de trabalho a voltar aos estudos, para obter uma melhor qualificação. Maia (2010), em seu artigo sobre alunos trabalhadores da EJA relata:

E, é aí, que eles se tornam alunos trabalhadores. Ou seja, estudam à noite na EJA e durante o dia cumprem uma carga horária de trabalho, na maioria das vezes, desgastante, física e psicologicamente falando. O resultado dessas duas jornadas (trabalho e estudo) não poderia ser diferente: fracasso escolar, visto que em sua maioria, quando se acham envolvidos em dificuldades para cumprir essa ou aquela tarefa, acabam priorizando o trabalho e, por conseguinte, aumentando a taxa de evasão escolar da EJA.

É preciso procurar entender quem são essas pessoas para as quais estão sendo criadas essas leis. Quem é aluno da EJA, hoje, já foi criança um dia, e não conseguiu entrar na escola na idade certa ou, mesmo conseguindo, evadiu-se. Quais os reais motivos dessa evasão? Trabalhar para ajudar à família? Nesse caso, é preciso pensar em sua condição social, sua família, a pobreza em que vivem e é preciso pensar em meios de erradicar a pobreza.

Além das ações do governo, que são fundamentais, é de suma importância que a família e a sociedade envolvam-se no processo. É uma luta que diz respeito a todos os seres humanos, preocupados com o futuro da educação do nosso país.

3 Metodologia

3.1 Caracterização do local de estudo

A Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos foi fundada em outubro de 1972 e recebeu o nome de seu primeiro gestor. Esta escola faz parte do setor administrativo da 4ª Gerência Regional de Educação e Cultura – GREC da Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEEC, tem suas atividades docentes e/ou administrativas norteadas pela LDBEN, PCNs, Regimento Interno comum a todas as escolas estaduais e as resoluções do Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba. (BELMINO, 2009).

A EEEM. Orlando Venâncio dos Santos passou a ofertar vagas na modalidade Educação de Jovens e Adultos a partir do ano 2008. No semestre 2013.1, a escola possuía, de acordo com informações da coordenadora pedagógica, cinco turmas da EJA, todas no turno noturno, distribuídas da seguinte forma: 1º ano do ensino médio (03 turmas), com um total de 120 alunos matriculados; 2º ano do ensino médio (02 turmas), com um total de 60 alunos matriculados.

3.2 Coleta dos dados

Para realização dessa pesquisa foi realizado um questionário com questões abertas e fechadas. A aplicação de questionários caracterizou essa pesquisa como descritiva, mas também constituiu-se uma pesquisa aplicada, na medida em que poderá contribuir para um melhor entendimento dos sujeitos da EJA, categoria a quem se destinam diversas políticas públicas do governo

No mês de março de 2013 foi feita uma seleção das perguntas a serem formuladas, para montagem do questionário. Ao mesmo tempo, foram feitas visitas à escola, para contatos com a diretoria e professores, no intuito de explicar a importância do trabalho que seria realizado, planejar os dias em que os questionários seriam aplicados, bem como estabelecer os primeiros contatos com os alunos. De um total de 150 questionários aplicados, no mês de abril de 2013, 109 foram respondidos e os dados relacionados às perguntas foram tabulados, sob a forma de gráficos.

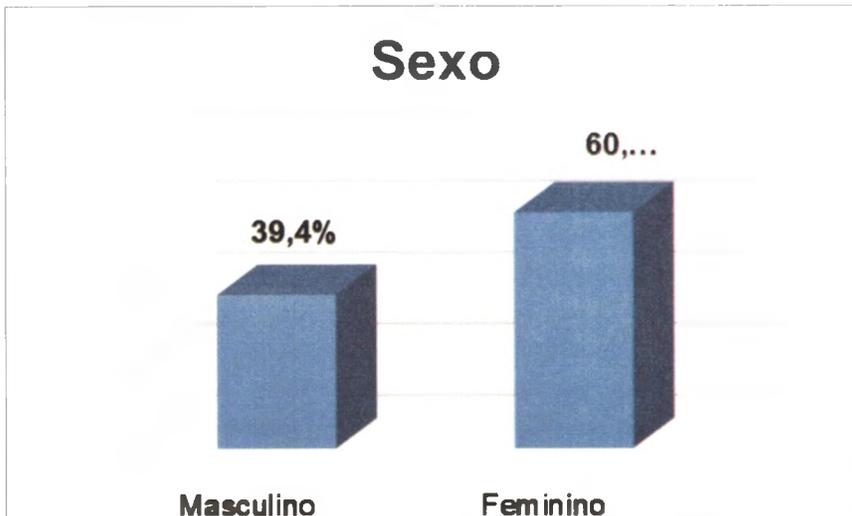
4 Resultados e discussão

Neste tópico apresentam-se os resultados referentes à distribuição por gênero, idade, estado civil, renda familiar, pretensão curso superior, trabalho, noções a respeito da Economia Solidária e se conheciam alguém que pertencesse a alguma associação ou cooperativa.

4.1 Gênero

Em relação ao gênero (Figura 1) os alunos da EJA da Escola EEEM Orlando Venâncio dos Santos, do semestre de 2013.1, apresentaram a seguinte distribuição: a maioria dos estudantes (60,5%) é do sexo feminino, enquanto 39,4% é do sexo masculino.

Figura 1 - Representação quantitativa dos alunos quanto ao gênero.



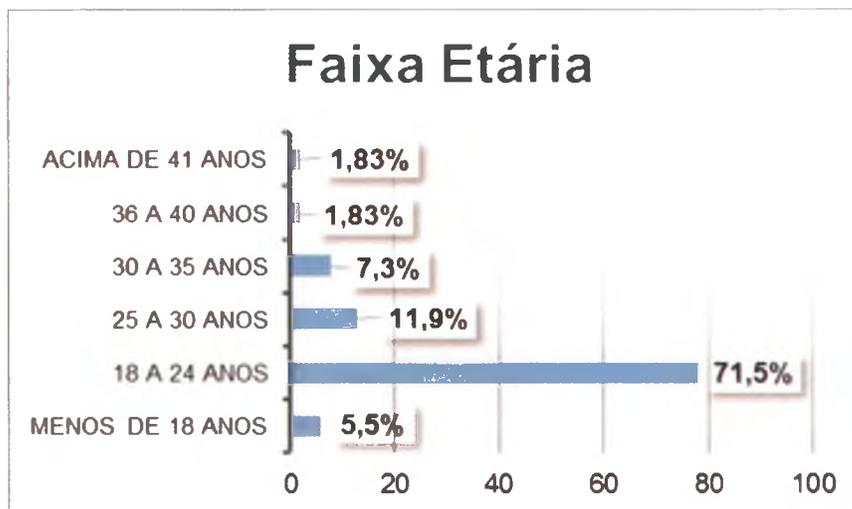
Essa predominância feminina também foi encontrada em pesquisa de Soares (2007), onde a autora pressupõe que esse fato ocorria porque os homens preocupavam-se mais com o trabalho e acabavam deixando os estudos em segundo plano. A autora cita, também o fato de ainda estarmos inseridos em uma sociedade patriarcal, na qual o homem ainda é considerado o provedor, que tem a obrigação de trabalhar para manter o sustento da família

Cunha & Souza (2010) encontraram resultados diferentes. Entre os entrevistados na Unidade Escolar Maria do Carmo Reverdosa da Cruz, em Teresina-PI, 60% são do sexo masculino, enquanto 40% são do sexo feminino. Isso mostra que os homens são os que mais se interessam em voltar a estudar, talvez porque as mulheres se acomodem em casa, preocupem-se mais em cuidar dos filhos, marido e deixem os estudos em último plano.

4.2 Faixa etária

Com relação à idade (Figura 2) os alunos apresentaram a seguinte distribuição: a grande maioria está na faixa dos 18 a 24 anos de idade (71,5%); 5,5% têm menos de 18 anos; 11,9% encontra-se na faixa etária dos 25 a 30 anos; 7,3% têm entre 30 a 35 anos, somente 1,83% têm entre 36 a 40 anos e a mesma porcentagem está acima de 41 anos de idade.

Figura 2 - Representação quantitativa dos alunos quanto à faixa etária.

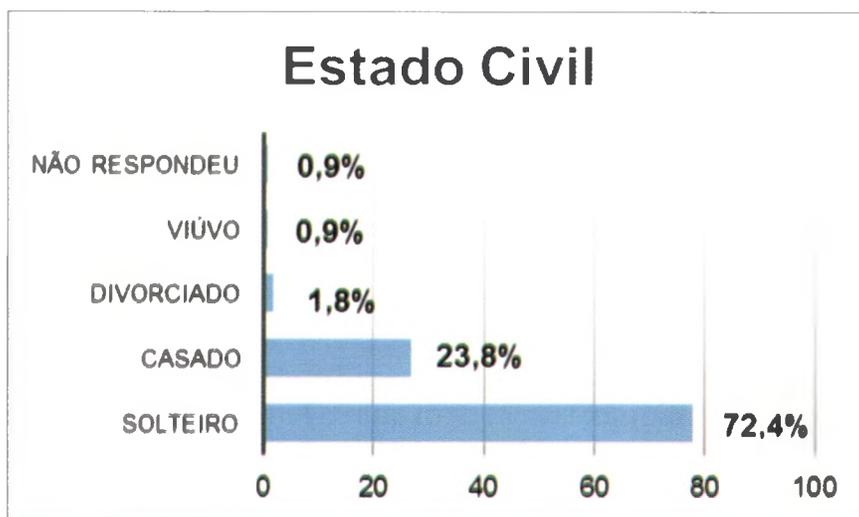


O rejuvenescimento da população que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fato que vem progressivamente ocupando a atenção de educadores e pesquisadores na área da educação. O número de jovens e adolescentes nesta modalidade de ensino cresce a cada ano, modificando o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem entre os sujeitos que ocupam este espaço. BRUNEL (2004) apud Soares (2007)

4.3 Estado civil

Em relação ao estado civil (Figura 3) verifica-se que mais da metade dos alunos (72,47%) são solteiros; 23,8% são casados; 1,8% divorciados, 0,9% viúvos e a mesma porcentagem (0,9%) preferiu não responder.

Figura 3 - Representação quantitativa dos alunos quanto ao estado civil.

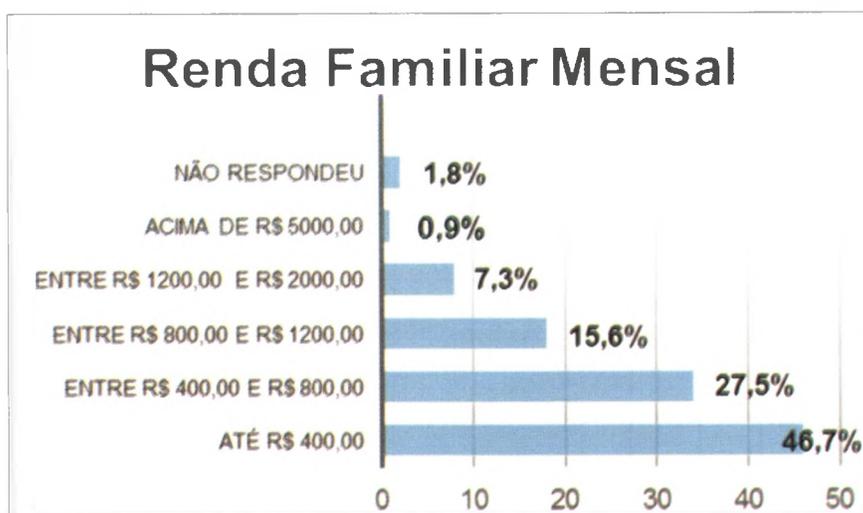


Vale ressaltar, ainda, que dentre os casados (as) e solteiros (as) apenas 35 dos 109, ou seja, 32,1% têm filhos, destes, 22 (20%) têm um único filho, 9 (8,2%) têm dois filhos, 3 (2,7%) têm três filhos e somente 1(0,9%) tem quatro filhos. As mulheres relataram mais dificuldades em conciliar os estudos e a criação dos filhos, pois, precisavam amamentar ou não tinham com quem deixar as crianças para ir às aulas.

4.4 Renda familiar

No que diz respeito à renda familiar (Figura 4) verifica-se que a grande maioria (46,7%) possui renda familiar mensal de até R\$400,00; 27,5% entre R\$400,00 e R\$800,00; 15,6% entre R\$800,00 e R\$1200,00; 7,3% entre R\$1200,00 e R\$2000,00; 0,9% acima de R\$5000,00. 1,8% não responderam.

Figura 4 - Representação quantitativa dos alunos quanto à renda familiar mensal.



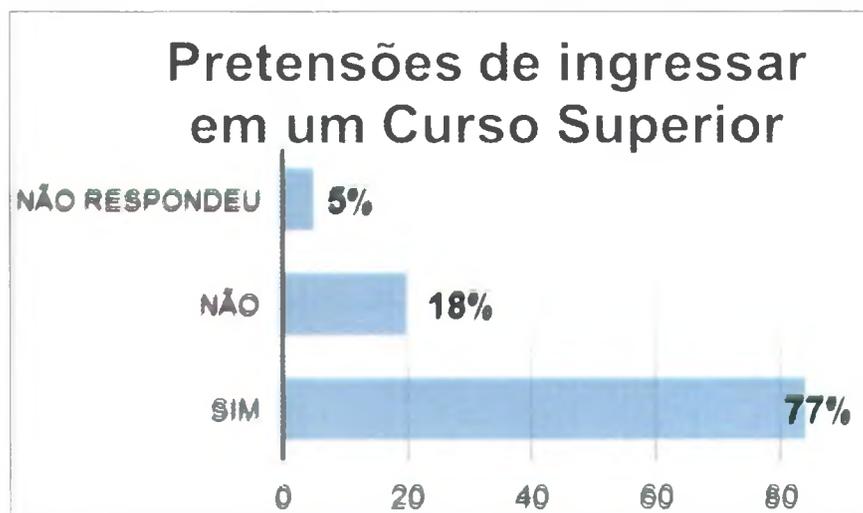
O fato de a maioria dos alunos possuir uma renda familiar mensal inferior a um salário mínimo pode vir a dificultar sua permanência na sala de aula, principalmente quando entram na adolescência e passam a ser mais cobrados, até pela própria família, para ajudar com as despesas de casa. Por outro lado, mesmo que não sejam obrigados a trabalhar, eles se preocupam com os problemas financeiros da família, ao ver os pais preocupados com as contas do final do mês, o que pode interferir no seu aprendizado.

Costa (2007) ao apresentar os resultados de uma pesquisa de campo, desenvolvida em três escolas da Rede Municipal de Ensino de Goiânia, sobre alunos trabalhadores da EAJA (Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos), demonstrou que 37% dos 246 respondentes dos questionários sobreviviam com um salário mínimo mensal e 19% com menos de um salário mínimo. Para a autora, esses alunos apresentavam maiores dificuldades em acompanhar o processo ensino-aprendizagem e havia, também, altos índices de frequência irregular ou desistência.

4.5 Pretensão de fazer um curso superior

A grande maioria (77%) pretende ingressar em um Curso Superior; apenas, 18% disseram não ter interesse em prosseguir seus estudos e 5% não responderam (Figura 5).

Figura 5 - Dados dos alunos quanto à pretensão de ir para a Universidade.

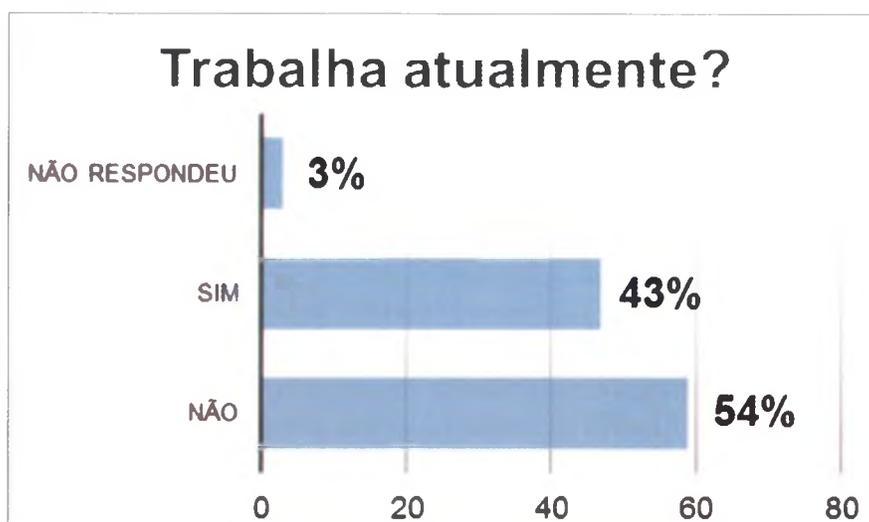


A principal motivação dos jovens para ingressar em Curso Superior é conseguir um emprego, ou para aqueles que estão empregados, um emprego melhor. As palavras e frases mais utilizadas por 31 alunos (28,4%) como motivação foram o crescimento profissional, relacionando esse crescimento a um melhor emprego, arrumar um trabalho e melhorar de função. Cerca de 13 alunos (11,9%) aliaram um Curso Superior à melhoria na qualidade de vida, melhor condição financeira e uma vida melhor para a família.

4.6 Trabalho

Quanto ao trabalho (Figura 6) verifica-se que a maioria (54 %) não trabalha, enquanto 43% trabalham e 3% preferiram não responder.

Figura 6 - Representação quantitativa dos alunos quanto ao trabalho.



O Parecer CEB/CNE nº 11/2000, considera que muitos dos alunos da EJA trabalham e aqueles que ainda não se inseriram no mercado de trabalho, pretendem fazê-lo. De acordo com esse Parecer, os sistemas de ensino devem garantir ofertas educacionais apropriadas para esta parcela da população, mas não propõe uma estratégia que viabilize horários que torne compatíveis o estudo e o trabalho para todos que desejem fazê-lo. Quando indagados sobre os motivos pelos quais deixaram a escola, alguns responderam que precisavam trabalhar e que os horários eram incompatíveis.

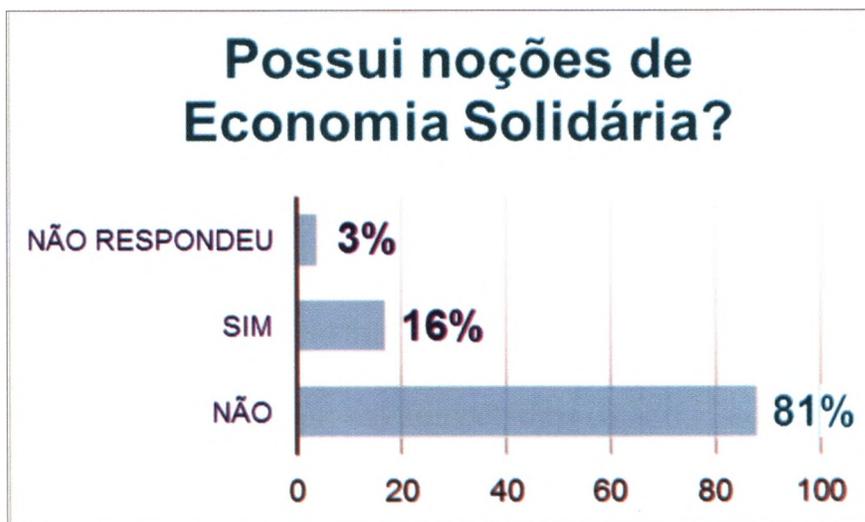
Apesar de, a maioria citar o trabalho como principal motivo de evasão da escola, eles não conseguem permanecer por muito tempo em seus empregos, pois trabalham sem garantia alguma, sem condições dignas, com baixos salários, então, percebem que precisam voltar a estudar para conseguir um emprego melhor.

Coraggio apud Leite (2009), inclui algumas atividades domésticas dentro do contexto da Economia Solidária, como, trabalhos de limpeza, de cozinha, tomar conta das crianças, da horta, conserto e confecção de roupas, construção de móveis. Para esse estudioso, ao realizar essas atividades, a população excluída estaria buscando novas formas de subsistência, porque o capitalismo atual se mostraria incapaz de inseri-la dentro do seu contexto. Além do mais, as políticas públicas compensatórias não estariam suprindo as necessidades decorrentes do desemprego e da precarização do trabalho.

4.7 Alguma vez, já ouviu falar em Economia Solidária?

Quanto a Economia Solidária (Figura 7) 81% nunca ouviram falar sobre Economia Solidária, enquanto 16% citou já ter ouvido falar sobre esse tema, mas não soube precisar exatamente qual o significado e 3% não responderam.

Figura 7 - Representação quantitativa dos alunos quanto aos conhecimentos a respeito de Economia Solidária.



Estes dados já eram esperados, pois, esse conceito de Economia Solidária, apesar de não ser relativamente novo, não está muito presente na sociedade atual, mais acostumada ao capitalismo.

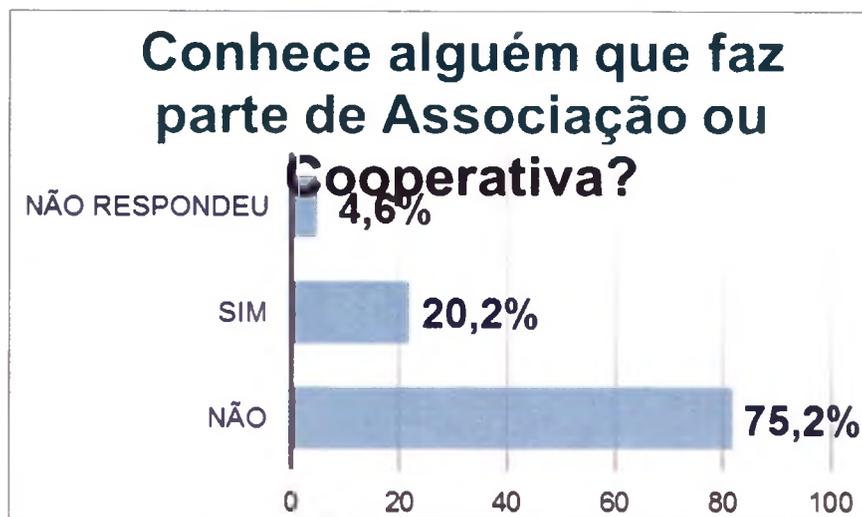
Tiriba (1998) apud Corrêa (2000) compreende a Economia Popular como sendo composta basicamente por cinco tipos de atividades e empreendimentos, explicitando a diversidade e complexidade que permeiam estas relações: Soluções assistenciais e filantrópicas (mendicância, Programas Oficiais de assistência); atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos); iniciativas individuais não estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, microempresas e pequenas oficinas; negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (as mais diversas formas de Associativismo); organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como as Cooperativas.

Nem todas essas atividades populares são atividades solidárias, tendo como objetivo, apenas, garantir a subsistência daqueles que a praticam.

4.8 Conhece alguém que faz parte de alguma associação ou cooperativa?

Verificou-se que 75,2% não conhece ninguém que trabalhe em associações ou cooperativas, enquanto 20,2% disseram que conheciam e 4,6% preferiram não responder (Figura 8).

Figura 8 - Representação quantitativa dos alunos quanto aos conhecimentos sobre alguém que trabalhe em associação ou cooperativa.



Dentre aqueles que disseram que conheciam alguém que trabalhava em cooperativa, quando questionados sobre o tipo de trabalho que era realizado no local, citaram os seguintes itens: Indústria, produção de carnes, cooperativas de mel de abelha; Associação dos agricultores da zona rural; reciclagem de lixo; Associação dos Mototaxistas de Cuité (AMCT), Artesanato, Sindicato rural (fazer cisternas no sítio), Associação dos moradores de um bairro de Cuité, Móveis e Instalação de cerca elétrica.

5 Conclusões

Diante dos dados obtidos podemos ter uma ideia a respeito do perfil dos alunos da EJA da EEEM Orlando Venâncio dos Santos, no semestre 2013.1. A partir do conhecimento desse perfil podem ser feitas algumas sugestões de como introduzir conceitos de Economia Solidária nessas turmas. Podemos verificar, pelos resultados obtidos, que o conceito de trabalho está bastante difundido em seu universo, mas um modo de trabalho capitalista, explorador, que prioriza as ações voltadas para a competitividade. Eles são estudantes que vivem na era da globalização, rodeados de tecnologia, mas sem acesso a elas ou com acesso muito restrito.

Existem várias propostas educacionais, baseadas em dois modos distintos de pensar: competitivo ou cooperativo. Atualmente, predomina o modo competitivo, as escolas ensinam aos alunos, desde a mais tenra infância, a vencer a qualquer custo, competindo com os colegas de diversas maneiras. O problema dessa prática é que nem todos podem ganhar, em uma competição. Se só os melhores poderão sobressair-se, ser os vencedores, e esses serão uma minoria, o que fazer com os que não conseguirão, a grande maioria dos excluídos. Essa prática, que começa na escola, chega até nossa sociedade, capitalista, competitiva e extremamente excludente, e o resultado é uma grande parcela da população sem opções de vida digna, lutando cotidianamente pelo pão de cada dia, subjugados e sem esperanças.

Como mudar essa realidade? Um modo de iniciar essas mudanças poderia ser inserindo, aos poucos, na escola, ideias a respeito de práticas de solidariedade, para viver em um mundo melhor. Essas práticas precisariam estar vinculadas não apenas à teoria, mas a algo vivenciado por todos dentro do contexto escolar, desde o momento em que o aluno é recepcionado na escola, no respeito com que ele é tratado e no respeito com que são tratados todos os funcionários, desde os mais humildes.

Em suma, antes de ensinar os conceitos de solidariedade e vivenciá-los dentro da sala de aula, com pequenas práticas, de nada adianta tentar colocar na mente desses jovens ideias de Economia Solidária, ou teorias rebuscadas de filósofos, vindas de outras realidades.

6 Referências

AGUIAR, C. S. & REIS, C. N. dos. **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho.** Sociedade em Debate. Pelotas, RS. p. 184-185, dez-2002.

ALVES, M. J. D. **Perfil do jovem trabalhador da educação de adolescentes, jovens e adultos.** Goiânia, 2009. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 22 de maio de 2012.

ANDRIOLI, A. I. Educação: um processo cooperativo. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 71. Abril/2007. Ano VI. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

ARRUDA, M. **Redes, educação e economia solidária:** novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. Humanizar o infra-humano; a formação do ser humano integral; homo evolutivo; práxis e economia solidária. Petrópolis, Vozes, 2003.

BELMINO, J. F. B. **Relatório: Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia I.** Curso de Licenciatura em Biologia – UAE/CES/UFCG – 2009.

CORRÊA, L. O. R. **Economia Popular, Solidária e Autogestão:** o papel da educação de adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS), 2000.

COSTA, C. B. **Sujeito da EAJA:** trabalhador-aluno do noturno e os desafios no processo ensino-aprendizagem. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 30 de junho de 2013.

CUNHA, N. da S. & SOUZA, K. C. de. **Perfil dos alunos de Educação de Jovens e Adultos de Teresina.** Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: www.ufpi.br. Acesso em: 30 de junho de 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

ILHA, P. C. da S. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. **Revista da FAE.** Curitiba, PR, v. 11, n 22, p.25-34, jul/dez 2008.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.24, Nº 02, p. 31-51, fev/2009.

MAIA, A. A. **Origem, realidade e futuro dos alunos trabalhadores da EJA.** Disponível em: www.webartigos.com. Acesso em: 15 de jun. de 2012.

MEC: Secretaria de Educação Infantil e Fundamental – Departamento de Políticas Educacionais. **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar— Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar.** Brasília, maio de 2005. Disponível em: www.porlainclusionmercosur.educ.ar. Acesso em: 30 de junho de 2013.

ONG TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De olho nas metas 2011:** quarto relatório de monitoramento das 5 metas do Todos pela Educação. Disponível em: www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em: 20 de jun. de 2012.

PARECER CNE/CEB Nº 11/2000. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 29 de junho de 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**: A economia solidária como ato pedagógico. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, 2002.

SOARES, M. A. F. **Perfil do aluno da EJA / Médio na Escola Dr. Alfredo Pessoa de Lima**. Monografia - Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - UFPB. Bananeiras-PB, 2007.

Educação e economia solidária como mecanismo de superação para mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas pelo CREAS – Cuité/PB

*Lucineide Martins Barros Franco
Marta Maria da Conceição*

1 introdução

A sociedade contemporânea cultiva uma cultura que reforça vários tipos de violência. Elas são baseadas em ideias tais como a que mulheres são propriedade dos homens; filhos propriedade dos pais; os mais fracos, propriedade dos mais fortes, e de que tudo deve ser feito para manter essa ordem. Neste prisma, muitas mulheres tem sido vítima de violência doméstica, mas apenas uma pequena minoria tem se reconhecido enquanto vítima, denunciando o agressor. Devido à baixa escolaridade, a dependência financeira, e a falta de apoio por parte de familiares e até mesmo a ausência de informação, tais mulheres acabam se submetendo a situações de violência doméstica.

Dessa forma, se faz necessário enfrentar desafios, superar as desigualdades sociais e contribuir para a transformação social de realidades injustas, bem como assegurar o direito à educação de qualidade, tendo como foco principal a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua condição de cidadão, a partir de políticas pedagógicas libertadoras. Para tanto, é importante propor reflexões e ações compartilhadas de transformação social, onde mulheres vítimas de violência doméstica sejam capazes de reescrever sua própria história, por intermédio de processos democráticos, dialógicos, participativos e solidários.

Partindo deste pressuposto, propõe-se que as mulheres vítimas de violência doméstica, tais como as acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, devem receber uma formação inicial referente à Economia Solidária, cujo intuito é informar, capacitar e preparar tais mulheres para esta economia alternativa, onde as mesmas serão habilitadas a produzir e comercializar, objetivando a geração de renda, bem como integrá-las a rede pública de ensino para aquisição de novos conhecimentos.

Tais proposições atuarão como mecanismo de superação para mulheres, que devido à situação de violência que vivenciaram encontram-se sem perspectiva de melhoria de vida.

2 Fundamentação teórica

2.1 Breve histórico da educação de Jovens e Adultos

A história da educação brasileira apresenta um grande número de experiências criativas não formal, envolvendo práticas de formação política, qualificação para o trabalho e para geração de renda, os desafios da alfabetização e elevação de escolaridade tendem a ocupar o centro do debate público atual a respeito da educação de jovens e adultos no Brasil.

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do Governo Federal. Para isso, foi criada a secretaria extraordinária de erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo. Para cumprir essa meta foi lançado o programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que desenvolvam ações de alfabetização (GADOTTI E ROMÃO, 2006).

2.2 Economia Solidária

A Economia Solidária é um novo modelo de economia e de produção, idealizado para superar o capitalismo, visto que, este é fundamentado na propriedade privada dos meios de produção, visando sempre o lucro e a competitividade.

Segundo SINGER (2002, p. 10);

“A Economia Solidária é outro modo de produção, seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Esse tipo de economia aponta como uma alternativa à desigualdade e exclusão produzida pelo capitalismo. Os excluídos precisam construir um processo de cooperação e solidariedade necessário à concretização de alternativas, cuidado com as pessoas, com respeito ao outro e ao ambiente”.

Entretanto, a Economia Solidária se apresenta de forma antagônica aos princípios capitalistas, sendo concebida como um modelo de produção que tornasse possível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios de produção, além da união de associações ou cooperativas dos pequenos produtores. Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino (SINGER, 2002).

Neste sentido, a Economia Solidária se constitui em uma forma de economia socialmente justa, respeitando as diferenças, procurando satisfazer as necessidades humanas de todos e todas. Refletindo também nos mecanismos de gestão, e no desenvolvimento de alternativas, com intuítos educativos, onde se pode experimentar uma gestão compartilhada, que ao invés da competição dê lugar à cooperação. O autoritarismo é superado pelo poder compartilhado. A exploração pela produção é superada pela co-responsabilidade nesse processo, realizando-se uma construção de outras maneiras de se viver melhor.

2.3 Violência doméstica

Em todos os países do mundo se evidencia um grande número de casos de violência doméstica contra mulheres. Todavia, a maioria desses casos não são identificados, visto que, muitas vítimas permanecem no silêncio, por medo, vergonha, ameaças ou mesmo falta de esclarecimento, isto implica que ainda são poucas as notificações registradas nas delegacias e outras unidades de proteção a mulher.

No Brasil, a violência atinge a mulher independente da classe social, nível de escolaridade e condição de raça/etnia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil e esse tipo de violência é a terceira causa de morte entre mulheres no país. De acordo com a referida organização, a cada cinco anos, a mulher vítima de violência doméstica perde 365 dias de vida saudável. Um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas (SANTOS, 2008).

No Estado da Paraíba a violência contra a mulher contabiliza números alarmantes. Segundo o Centro 08 de Março, organização não governamental que contabiliza estatísticas de violência contra o sexo feminino na Paraíba, o número de mulheres mortas por violência doméstica na Paraíba, nos setes primeiros meses deste ano, é maior do que a quantidade de vítimas femininas que atuavam no tráfico de drogas. Ao todo foram 24 mulheres mortas quando o suspeito tinha algum tipo de relação afetiva com a vítima, enquanto 18 envolvidas com o tráfico de drogas foram assassinadas (GLOBO, 2013).

O relatório aponta uma pequena diminuição nos casos de violência doméstica. Em 2012, até o final de julho, 30 casos já haviam sido registrados, além de outras 53 tentativas de homi-

cídio, enquanto neste ano são 33 tentativas. Em 2013 outras 22 mulheres sofreram agressões físicas. Nos casos de estupro também se registrou uma queda nos índices. De janeiro a julho de 2012 foram 53 estupros, nove a mais do que no mesmo período deste ano.

Dessa forma, o índice de mulheres assassinadas na Paraíba em 2013 é motivo de preocupação para os poderes públicos responsáveis pelas políticas de enfrentamento a violência. Segundo, dados oficiais a Paraíba está entre os mais violentos no ranking nacional de mulheres assassinadas, com uma taxa de 6 mortes para cada 100 mil habitantes. No entanto, mesmo com índices exorbitantes é perceptível que muitas mulheres já tomaram a iniciativa de romper com a violência, denunciado seus agressores (GLOBO, 2013).

No município de Cuité a situação é semelhante, tendo média de 16 (dezesesseis) mulheres vítimas de violência doméstica, em período equivalente ao supracitado, segundo os dados do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS da cidade.

Dessa forma, a violência doméstica tem se apresentado como problemática social, que não respeita fronteiras, classe social, etnia, religião, idade ou escolaridade, esta se constitui no âmbito familiar. No entanto, a violência doméstica recebe esta nomenclatura por ocorrer no âmbito do lar e o agressor ser alguém que mantém uma relação íntima com a vítima, ou seja, na maioria das vezes a violência é gerada pelo próprio companheiro ou ex-marido.

2.4 Centro de referência especializado de assistência social - CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS é uma unidade pública integrante do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Neste sentido, o CREAS presta serviço especializado e continuados a indivíduos com seus direitos violados, desenvolvendo ações que priorizem a família, para que esta possa enfrentar as adversidades do cotidiano com autonomia e resiliência.

O CREAS oferece um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de relações interpessoais. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação.

Desta forma, a unidade presta serviços continuados a cidadãos e famílias em situação de risco pessoal e social por ocorrência de: negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas, psíquicas, discriminações sociais e violações dos direitos humanos e sociais. Objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para a efetivação da ação protetiva a família. Por isso, o CREAS conta com uma equipe multiprofissional: Pedagogos, Advogados, Assistentes Sociais e Psicólogos, com o intuito de promover a integração de competências, recursos e serviços para potencializar as ações a favor de seus usuários.

Deste modo, o CREAS exerce um trabalho voltado à prevenção e combate à violação de direitos, desenvolvendo ações especializadas, visando à orientação, proteção, acompanhamento psicossocial e jurídico individualizado a idosos, portadores de necessidades especiais, mulheres, crianças e adolescentes, especialmente as vítimas de abuso e exploração sexual (CREAS-MANUAL INFORMATIVO, 2010).

2.5 Educação e Economia Solidária como mecanismo de superação para mulheres vítima de violência doméstica

É fundamental refletir sobre a ligação da Educação de Jovens e Adultos com a Economia Solidária, abordando sobre a necessidade de desmistificar a concepção que a educação de jovens e adultos é destinada a pessoas analfabetas desprovidas de conhecimento, sem história e sem relações socioculturais, estigma que deve ser abolido, visto que jovens e adultos são pessoas que já trazem um acúmulo de saber decorrente da sua vivência no meio intrafamiliar e social, porém em detrimento de circunstâncias não tiveram acesso a percorrer os caminhos

da escolaridade no tempo oportuno. A educação de jovens e adultos oportuniza este público a reinserção ao ambiente escolar, dando condições para que os mesmos vinculem seus conhecimentos de mundo ao científico, para tornarem-se cidadãos de direitos e deveres.

O adulto inserido no mercado de trabalho precisa conciliar trabalho e educação, para tanto se faz necessário um ato relacional que se processe na interação entre os dois. Dessa forma, torna-se evidente que as motivações do adulto para com a educação estão interligadas não a um desejo abstrato de saber, mas a pretensões concretas como conseguir um trabalho que renda mais, que dê condições melhores de sobrevivência para sua família.

É importante pensar no ser humano e no trabalho emancipado, entendendo que o ser humano está sempre em processo de construção e autoconstrução, cuja natureza é, ao mesmo tempo, fixa e mutante, ou evolutiva, cujo ser é constituído de atualidade e potencialidade, de cotidianidade e historicidade, de individualidade e sociabilidade, cuja ação sobre o mundo não acontece de forma aleatória, mas de forma planejada, articulada, de modo a humanizá-lo sempre mais, como pessoa (ARRUDA, 2003).

O trabalho na economia solidária se caracteriza como uma ação transformadora, onde o trabalho deixa de ser uma prisão mercantil de um sistema capitalista, para se mostrar como oportunidade para a libertação da exploração do trabalho humano, garantindo a todos acesso aos bens públicos que pertencem ao coletivo e as relações harmônicas com o meio ambiente.

A Economia Solidária promove a educação não como fim em si, mas como via de empoderamento para mulheres vitimizadas, tornando-as gestoras dos seus empreendimentos cooperativos e protagonistas do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

Todavia, os entraves e dificuldades para tornar eficientes empreendimentos e as redes sociais são muitos, visto que há de se enfrentar um grande desafio o de enfrentar o domínio competitivo do mercado dominado pelo capital e o de construir relações de troca intercooperativa, onde deve prevalecer o planejamento participativo, a complementaridade, a partilha e solidariedade (ARRUDA, 2003).

Compreende-se que obstáculos e desafios sempre surgirão, principalmente quando algo novo é proposto, no entanto, se faz necessário, iniciativas que proporcionem tomadas decisões, que venham romper com a negação de direitos de cidadãos que há muito tempo tem sido esquecido pela sociedade capitalista e competitivista, que exalta o mais forte e reprime o mais fraco, excluindo-o de todas as possibilidades de superação.

Conforme FREIRE (1992, p. 126);

“A educação tem como tarefa, procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é a esperança que nos move”.

Contudo, a junção da Educação com a Economia Solidária se apresenta como uma nova perspectiva, para mudar esse paradigma criado pela sociedade, dando aos oprimidos e subjugados uma oportunidade de mudança, para que estes saíam desta condição de excluído e se apropriem do conhecimento formal, bem como desta nova alternativa de economia, visto que estes contribuem significativamente para o empoderamento de pessoas vitimizadas.

Considerando a importante relevância da Educação e da Economia Solidária como mecanismo de superação e inclusão social, somos levados a refletir sobre quais ações tem sido promovidas para subsidiar mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social a superarem os traumas vivenciados no lar, com dignidade e autonomia, visto que as mulheres por muito tempo tem sido marginalizadas, discriminadas, excluídas e subjugadas pela sociedade machista e desigual.

Desse modo, compreende-se que trabalho e educação estão intrinsecamente ligados como nos afirma SAVIANI(1994. p.148);

“É sabido que a educação praticamente coincide com a própria existência humana. Em outros termos, as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. A que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem. [...] Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como se produz sua existência”.

Acredita-se que através da inserção das mulheres na educação, essa situação poderá ser modificada, pois a educação tem a capacidade de transformar, ascender e fortalecer aqueles que a detém. E esta, vinculada a Economia Solidária oferece oportunidade de liberdade, tanto financeira, quanto moral, através do resgate da autoestima, do respeito, e da autoconfiança, sendo estes, via de empoderamento para mulheres que sofreram violência doméstica.

3 Metodologia

Foi realizado um artigo sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária como Mecanismo de Superação para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS do município de Cuité-PB, com o objetivo de apresentar ações voltadas ao empoderamento de mulheres vitimizadas pela violência doméstica a terem novas perspectivas de vida, através da EJA e da ECOSOL, para que as mesmas venham apropriar-se do conhecimento formal, bem como da aquisição de habilidades na produção e comercialização de objetos.

Para esse estudo foi escolhido uma amostra contendo apenas 04 (quatro) mulheres vitimizadas pela violência doméstica, visto que o referido público é seletivo, devido sua especificidade e vulnerabilidade. Estas tiveram sua identidade preservada, sendo identificadas nesta pesquisa, por nomes de pedras preciosas como; Esmeralda, Rubi, Safira e Jade. De acordo com Gil (2008), o universo ou população de uma pesquisa é um conjunto de elementos sobre o qual queremos obter alguma informação. Os critérios de seleção escolhidos para participar da pesquisa foram os seguintes: ser do sexo feminino, já ter sofrido alguma forma de violência doméstica e aceitar participar espontaneamente da pesquisa.

A pesquisa realizada é baseada numa abordagem qualitativa (GIL, 2008), uma vez que, ela oferece oportunidades para observar, descrever e compreender o objeto problematizado no sentido de conhecer suas características, visando obter informações significativas que podem auxiliar no processo de integração de mulheres vitimizadas na Educação de Jovens e Adultos e na Economia Solidária para superação de seus traumas. O instrumento utilizado para coleta de dados foram 02 (dois) questionários diferenciados, sendo um para coleta de dados no CREAS e na Delegacia de Polícia do município e outro para coleta de dados das mulheres vítimas de violência doméstica.

4 Resultados e discussão

O instrumento utilizado para coleta de dados foram 02 (dois) questionários diferenciados, sendo um para coleta de dados no CREAS e na Delegacia de Polícia do município de Cuité/PB e outro para coleta de dados das mulheres vítimas de violência doméstica, que se dispuseram a participar da pesquisa, objetivando identificar os elementos que pudessem contribuir para análise, no que se refere à identificação dos índices de violência doméstica contra mulheres no supracitado município, nos anos de 2011, 2012 e no primeiro semestre de 2013. E, sobretudo, para conhecer a realidade de mulheres que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência doméstica, para assim, apresentar ações que intervenham de forma significativa, para o empoderamento de tais mulheres (Tabelas 1-5).

Por questões éticas e para preservar a identidade dessas mulheres, seus nomes não serão explícitos no trabalho, sendo identificadas como: Esmeralda, Rubi, Safira e Jade, conforme a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

**Tabela 1 - Índice de Casos de violência
Contra Mulheres no Município de Cuité/PB.**

ANO	DELEGACIA DE POLÍCIA	CREAS
2011	14 CASOS	15 CASOS
2012	11 CASOS	58 CASOS
2013	04 CASOS	16 CASOS

De acordo com os dados verificou-se que muitas mulheres sofrem agressões no município de Cuité/PB, as quais em primeira instância procuram o CREAS, devido o órgão oferecer um acompanhamento com multiprofissionais como: Advogado, Assistente social, Pedagogo e Psicólogo, dando assim um maior suporte para vítima e para seus familiares. Vale salientar, que algumas destas mulheres procuram já de imediato a Delegacia para prestar boletim de ocorrência contra seus companheiros.

Tabela 2 - Formas de violência que mais se evidencia.

FORMAS DE VIOLÊNCIA	FÍSICA	PSICOLÓGICA	SEXUAL	PATRIMONIAL
DELEGACIA DE POLÍCIA		X		
CREAS	X	X		X

A violência psicológica é a que se evidencia de forma igualitária nas duas instituições, visto que está presente em todas as formas de violência, a mesma se caracteriza por interferir no comportamento, no desenvolvimento emocional e deixa consequências sérias.

Segundo o artigo 7º da Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

II- A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Tendo em vista as marcas e consequências deixadas pela violência psicológica, se faz necessário, ações que promovam o aumento da autoestima destas mulheres e que possibilite as mesmas a terem uma nova expectativa de vida, mostrando que elas são capazes de superar essa situação, construindo uma nova história para suas vidas. Por isso, a importância de unir tais mulheres, formar grupos de estudo com palestras informativas e de autoajuda conscientizando-as sobre a importância de retomarem seus estudos e também apresentar a Economia

Solidária como estratégia de fortalecimento e geração de renda em uma expectativa de solidariedade e cooperação entre o grupo, onde as mesmas poderão fabricar e comercializar, a partir de, uma empresa autogestionária, ou seja, não haverá patrão nem empregados, todas decidirão sobre os investimentos e os lucros, com autonomia e segurança.

Tabela 3 - Realização da Denúncia.

	VÍTIMA	PARENTES	VIZINHOS	TERCEIROS
DELEGACIA DE POLÍCIA	X			
CREAS		X	X	X

Na Delegacia de Polícia apenas as próprias vítimas fazem a denúncia, já no CREAS a denúncia é realizada por parentes, vizinhos e terceiros, devido à acessibilidade que a população tem ao serviço, bem como as campanhas preventivas e informativas ofertadas pela instituição. As pessoas podem realizar a denúncia anonimamente, para que os profissionais do CREAS tomem as devidas providências, que pode ser através da busca ativa, efetuando visita domiciliar, buscando informação que comprovem a denúncia, por meio de uma conversa dialogada com a vítima e com seus parentes mais próximos, ou mesmo por meio de encaminhamento da mulher em situação de vulnerabilidade e risco a Delegacia Pública, por não haver Delegacia Especializada de atendimento a mulher no município.

Tabela 4 - A instituição promove Projetos de Apoio às mulheres vítimas de violência doméstica?

Delegacia de Polícia	NÃO
CREAS	NÃO

A Delegacia de Polícia e o CREAS, afirmaram não desenvolver nenhum projeto específico para mulheres vítimas de violência doméstica. Todavia, é salutar que tais mulheres participem de Projetos Sociais que lhes propiciem empoderamento e alternativas de superação para os traumas vivenciados.

De acordo com os dados apresentados (Tabelas 1-4) há um índice elevado de violência contra mulheres no município de Cuité/PB. Contudo, isso implica que muitas mulheres atualmente não camuflam mais a violência que enfrentam no seu cotidiano, como acontecia no passado, hoje não apenas elas, mas toda a sociedade tem se conscientizado da importância de denunciar o agressor, para que este seja punido pelos seus atos violentos. Estes dados são muito importantes, pois mostram que a maioria das mulheres encontra-se encorajadas, a tomarem decisões que rompam com o ciclo de agressões que enfrentam todos os dias, dando-se uma nova oportunidade de recomeçar e reconstruir suas vidas.

As mulheres vitimizadas foram identificadas por nomes de pedras preciosas: Esmeralda, Rubi, Safira e Jade, como citado anteriormente. A análise dos dados da ficha identitária (Tabela 5) foi avaliada na perspectiva de encontrar sinalizações sobre os aspectos da violência doméstica contra mulheres e quais ações estão sendo desenvolvidas para dar apoio às vítimas, conforme orientação da Lei Maria da Penha (11.340/06).

Tabela 5 - Ficha Identitária das Mulheres que Participaram da Pesquisa.

	ESMERALDA	RUBI	SAFIRA	JADE
IDADE	26	35	32	19
ESTADO CIVIL	Casada	União estável	União estável	Solteira
Nº DE FILHOS	03	03	03	01
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental incompleto	Superior	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental incompleto
PROFISSÃO	Faxineira	Professora	Desempregada	Desempregada

A violência contra a mulher independe de idade, estado civil, escolaridade e profissão, e está implícita e/ou explícita na sociedade, visto que, as diferenças entre homens e mulheres muitas vezes não são vistas só como diferenças, mas como um tendo mais valor ou importância que o outro. Isso faz com que homens sintam-se no direito de exercer diferentes formas de violência para impor suas opiniões e decisões. Até hoje, na nossa cultura patriarcal e machista se espera que homens sejam fortes, sustentem a família e resolvam problemas. Das mulheres, espera-se que sejam carinhosas, cuidadosas, delicadas, compreensivas, donas de casa e que acatem as decisões dos seus pais ou maridos. Todas as vezes que se comete uma violência porque uma dessas expectativas não foi cumprida, denomina-se de violência de gênero. Ela não acontece apenas no âmbito da família, mas em toda a sociedade. No entanto, é de suma importância que haja equidade de gêneros, ou seja, que mulheres e homens sejam tratados de forma justa, de acordo com as respectivas necessidades. Pode-se incluir um tratamento que seja igual ou diferente, mas considerado equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades (BRASIL, 2008).

Portanto, quando perguntadas sobre **“Você foi vítima de qual forma de violência?”** As respostas obtidas foram:

Esmeralda: Todas as formas de violência, pois meu companheiro era usuário de drogas.

Rubi: Todas as formas de violência, mesmo meu companheiro não tendo nenhum tipo de vício, preservava um comportamento altamente agressivo.

Safira: Violência física e patrimonial. Ele bebia e chegava em casa quebrando tudo, batia em mim e nas crianças.

Jade: Violência física e psicológica, ele era terrível me batia e me humilhava todos os dias.

A maioria das mulheres respondeu ter vivenciado várias formas de violência, porém cada uma com sua particularidade, **Esmeralda e Rubi** afirmaram ter sofrido todos os tipos de violência, porém com peculiaridades distintas. O companheiro de **Esmeralda** é usuário de drogas o de **Rubi** machista e violento. **Safira e Jade**, de igual modo, foram vítimas de violência física, psicológica e patrimonial.

De acordo, com o artigo 7º da Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Infelizmente, muitos homens ainda agem dessa forma, subjugando e espancando suas mulheres.

Quando perguntadas sobre “**Quem realizou a denúncia**” as mesmas responderam;

Esmeralda: Vizinhos.

Rubi: Eu mesma.

Safira: Eu mesma.

Jade: Minha família.

Observando, as respostas das mulheres, referente a quem realizou a denuncia percebemos que **Rubi** e **Safira** enfrentaram o medo e o preconceito, quando denunciaram seus agressores. **Jade** e **Esmeralda** afirmaram que quem fez a denuncia foi familiares e vizinhos. Muitas mulheres ainda se calam diante de situações brutais de violência doméstica, por medo de represarias, vingança e até de serem mortas pelos próprios companheiros, que em sua grande parte fazem ameaças contra as vítimas, para que estas se calem. É aí, que familiares e vizinhos tomam a iniciativa de realizarem a denúncia temendo pelas vidas das vítimas. Já que a pessoa que sofreu a agressão pode apresentar sentimentos muito diversos, tais como vergonha, medo, humilhação, tristeza, raiva e preocupação em proteger seus familiares. As marcas físicas podem, por vezes, facilitar o contato com o outro, mas também dificultar e isolar ainda mais. Todavia, há familiares que aceitam, encobrem ou negam a situação de violência. Por isso, é importante que vizinhos, amigos e a sociedade não se cale diante da violência doméstica, mas denuncie!

Dar acolhida e atenção na escuta, oferecer informações sobre cuidados físicos, emocionais e jurídicos, ouvir sem tomar partido ou manifestar opiniões críticas ou acusatórias são atribuições do profissional do CREAS, que deve estar sempre pronto para prestar esse atendimento especializado à vítima e a seus familiares.

Neste sentido, para MARANHÃO (2000, p.120),

O cuidado humano seria a capacidade que temos, pela interação com outros humanos, de observar, de perceber e interpretar as suas necessidades e a forma como as atendemos. Nesse processo de cuidar do outro também nos envolvemos como seres capazes de termos empatia com o outro, de perceber nossas próprias necessidades e de desenvolver tecnologias para aprimorar tais cuidados.

Dessa forma, o mais importante no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, desenvolvendo habilidades, capacidades, aptidões, ou seja, ajudar o outro a descobrir a si mesmo e o mundo.

Nesta perspectiva, entende-se que o cuidado com a mulher em vulnerabilidade e risco social deve transcender o assistencialismo, está além de orientações, encaminhamentos e medidas emergenciais e protetivas, deve ser munido de políticas voltadas para superação e ascensão de tais mulheres, conscientizando-as da importância de retomarem seus estudos e de integrar-se no mercado de trabalho.

Em seguida, perguntamos “**Houve punição para o agressor?**”

Esmeralda: Sim.

Rubi: Não.

Safira: Sim.

Jade: Não.

Conforme, a citada Lei 11.340/06:

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Minis-

tério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Esmeralda e Safira, afirmam que seus agressores foram punidos, porém **Rubi e Jade** declaram que não houve punição para seus agressores. Diante das respostas obtidas através do questionário evidenciamos que mesmo depois de sete anos de Lei Maria da Penha, ainda há um grande número de agressores que continuam impunes. Diante disso, refletimos em que cuidado ter com quem foi o agressor? E o que leva uma pessoa a se descontrolar a ponto de agredir alguém? Embora não seja causa da violência, muitos fatores podem contribuir para agravar o comportamento agressivo: cansaço, desemprego, abuso de bebidas alcoólicas, uso de substâncias químicas, isolamento e humilhações. Esse isolamento pode ser pessoal, sentir-se sozinho, não se sentir escutado, ter dificuldade de se fazer compreender e não falar do que o incomoda, ou da família, quando esta se retrai por achar que seu problema não tem solução ou que só ela vive esse problema. Por isso, é importante procurar perceber e atuar com cada pessoa envolvida na situação de agressão. Buscar caminhos de aproximação, buscar compreender, articular redes, buscar ajuda.

Ainda perguntamos, “**Qual o seu grau de proximidade como agressor atualmente?**”

Esmeralda: Companheira.

Rubi: Nenhum.

Safira: Somos separados.

Jade: Nenhum.

Rubi, Safira e Jade não mantêm nenhum grau de aproximação com seus ex-companheiros. Todavia, **Esmeralda**, mesmo sendo vitimizada com várias formas de violência, ainda convive com o agressor. Muitas mulheres são subjugadas, e mesmo conhecendo, ainda que de forma superficial a Lei Maria da Penha continuam a mercê de seus agressores. Assim, por medo de sofrer uma violência maior e/ ou ser morta, dependência financeira, influência de familiares, ilusão de que o companheiro poderá mudar suas atitudes, ou até mesmo por falta de credibilidade no cumprimento da Lei, ou seja, na punição do agressor, por estes e outros motivos tais mulheres continuam a conviver com a violência.

De acordo com a supracitada Lei 11.340/06 ;

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Por fim, perguntamos “**Você já participou ou participa de algum Projeto Social?**”

Esmeralda: Não.

Rubi: Não.

Safira: Não.

Jade: Não.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), Capítulo I, das Medidas Integradas de Prevenção, Art. 8º afirma;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

É perceptível o quanto se faz necessário uma política de apoio a estas mulheres. Dessa forma, é salutar a implantação de Projetos Sociais com ações voltadas ao empoderamento de mulheres vitimizadas pela violência doméstica a terem novas perspectivas de vida, através da Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, para que as mesmas venham apropriar-se do conhecimento formal, bem como da aquisição de habilidades, na produção e comercialização de objetos. Assim, prestar esclarecimento a estas mulheres, por meio de uma formação sobre a importância da Educação e da Economia Solidária como mecanismo de superação, bem como regatar a autoestima através de palestras que abordem essa temática, promover momentos de interação entre elas, realizando atividades de grupo, onde as mesmas possam dividir suas angústias, compartilhar suas experiências e juntas traçarem metas para uma vida de mudanças, de expectativas, desafios e renovo. É imprescindível que sejam promovidos cursos profissionalizantes de artesanato, corte e costura, entre outros, que venham estimular a criatividade dessas mulheres, proporcionando oportunidade para que elas desenvolvam e comercializem seus trabalhos e produtos na perspectiva da Economia Solidária. Tornando-as livres e libertas de toda e qualquer forma de opressão.

Portanto, é salutar que estas mulheres tenham acesso à educação, sendo esta fonte de libertação, como ressalta FREIRE (1992, p. 100);

[...] inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inclusão, da limitação, da possibilidade não basta. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade.

Assim, não se liberta apenas pelo reconhecimento de uma realidade injusta e opressora. Além da elucidação da realidade, o sujeito precisa ser tocado nos seus sentimentos mais íntimos, precisa romper a barreira do subjetivismo e se identificar de alguma forma com as pessoas, com as mudanças, com os sentimentos e motivos. Precisa estar motivado por uma perspectiva de mudança, de transformação e de esperança. Desse modo, o fazer acompanhado da reflexão se reconhece como transformador e eleva a compreensão do sujeito, de sua realidade (FREIRE, 1992).

5 Conclusões

A violência intrafamiliar infelizmente tem se evidenciado de forma agravante em nossa sociedade. Ao longo do estudo percebemos que esta forma de violência está presente em muitos lares. Devido à baixa escolaridade, a dependência financeira e a falta de apoio por parte de familiares e até mesmo a ausência de informação, tais mulheres acabam se submetendo a situações de violência doméstica.

Tanto a Delegacia de Polícia, quanto o CREAS, não desenvolve nenhum projeto de apoio para mulheres vítima de violência doméstica, prestam apenas acompanhamento e assistência, no ápice da agressão. Logo depois as referidas mulheres continuam a viver no anonimato e na

subjetividade, sem perspectiva de melhoria de vida. Diante disso, muitas mulheres se submetem a reatar seu relacionamento com o cônjuge agressor, por não terem acesso a escolarização e preparação profissional, que lhes deem condições de superarem a situação de violência vivenciada. Então, por depender financeiramente do agressor, tais mulheres continuam a viver no ciclo de violência, pondo em risco suas próprias vidas e a de seus familiares.

Apresentar ações voltadas ao empoderamento de mulheres vítimas de violência doméstica a terem novas perspectivas de vida, através da Educação de Jovens e a Adultos e a Economia Solidária, para que as mesmas venham a apropriar-se do conhecimento formal, bem como da aquisição de habilidades na produção e comercialização de objetos, se faz necessário, para que as mesmas conquistem sua independência financeira e recuperem sua autoestima.

Para que haja transformação e mudança na vida das mulheres vitimizadas pela violência intrafamiliar, estas devem retomar seus estudos, bem como conhecer a Economia Solidária, já que esta alternativa de economia dará condições para que tais mulheres se agrupem, interajam, compartilhem conhecimentos e habilidades e participem juntas, produzindo e comercializando. Para isso, é necessário capacitação e/ou formação contínua, objetivando prestar esclarecimentos sobre a ECOSOL, e sobre seus princípios da igualdade, cooperação, colaboração e solidariedade.

Constitui-se de suma importância que o CREAS promova ações que resgatem a autoestima das mulheres vitimizadas, através de palestras motivacionais e informativas e cursos profissionalizantes, tais como: artesanato, corte e costura, entre outros, e que seja proporcionado oportunidade para que as mulheres se envolvam e comercializem seus produtos na perspectiva da Economia Solidária, bem como a promoção de momentos de interação entre as mesmas, por meio de atividades em grupo, visando o fortalecimento de vínculos e a partilha de experiência entre elas. Para posteriormente, estas mulheres, envolvidas nas ações supracitadas, possam se tornar multiplicadoras, repassando seus conhecimentos a novas integrantes do grupo.

6 Referências

ARRUDA, M. **Humanizar o infra- humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e Economia Solidária**. Petrópolis: vozes, 2003.

BRASIL, **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340/07 de agosto de 2007. Secretária Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2006.

BRASIL, **Ministério do Trabalho**. Esplanada dos Ministérios, Brasília, 2008.

BRASIL, **Secretária Especial de Políticas para Mulheres** - Presidência da República, Pavilhão das Metas, Zona Cívico- Administrativa- Brasília- DF, 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS, **Manual informativo** - João Pessoa-PB, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º Ed- São Paulo: Atlas, 2008.

JORNAL, O Globo. **Violência Doméstica na Paraíba**. 08 de Agosto de 2013. Disponível em: [http:// G1.com.br](http://G1.com.br) Acesso em: 20 de agosto 2013.

RANGEL, T. **Violência Doméstica**. Jornal da Paraíba Online. João Pessoa, 05 jun. 2012. Disponível em: <http://jornaldaparaiba.com.br>. Acesso em: 08 de Agosto 2013.

ROMÃO, J. E. Compromisso do educador de jovens e adultos. *In*: GADOTTI, M.;ROMÃO, J. E. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Portal Violência Contra a Mulher**. João Pessoa, 30 set. 2008. Disponível em: www.paraiba.com. Acesso em: 26 set. 2012.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETTI, C. et al. **Novas tecnologias**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1994.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

Implementação das diretrizes da economia solidária nos conteúdos programáticos da EJA

Jacilda Macêdo de Oliveira M. Costa
Marta Maria da Conceição

1 Introdução

A iniciativa da Incubadora da UFCG em disponibilizar um Curso de Especialização na área da Educação de Jovens e Adultos com foco em Economia Solidária da região do Semiárido Paraibano foi uma atitude arrojada, brilhante e essencial para o bom desempenho da modalidade, visto que a partir desta Especialização geram-se multiplicadores que poderão minimizar a problemática do desconhecimento por parte dos educadores. Em todas as discussões sobre a EJA percebe-se, por parte dos profissionais angústias, preocupações e interesse em buscar conhecimentos para realizar um bom trabalho, porém as informações não eram disponibilizadas.

Atualmente com a globalização, o desenvolvimento tecnológico, desemprego e falta de qualificação, torna-se necessário retornar à Escola, pois é através da educação que o indivíduo consegue o seu desenvolvimento e a sua qualificação para o mercado do trabalho.

Considerando que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), oportuniza um resgate de cidadania, melhoria da autoestima e relações interpessoais entre aqueles que por algum motivo tiveram que abandonar o ensino regular, faz-se necessário implementar no currículo desta modalidade o preparo para o mercado de trabalho, passando a ser o eixo principal.

A falta de uma estruturação programática que direcione os conteúdos a essa nova realidade e anseios dessa clientela, que no seu regresso a vida estudantil, não consegue adaptar-se aos conteúdos da estrutura regular, faz com que as estatísticas de evasão e desinteresse pela modalidade aumentem, tornando-a fragilizada e sem perspectivas de êxito.

Desta forma, a concepção da Educação de Jovens e Adultos tem que ser inovada, começando pela adequação de conteúdos que tenham relevância para o desenvolvimento de suas práticas econômicas, elencando conteúdos que valorizem e subsidiem as formas de geração de renda.

A Economia Solidária apresenta-se como alternativa para que esse jovem ou adulto se integre no mercado de trabalho de forma a atender suas necessidades de ser humano, sem sofrer as consequências do capitalismo.

Percebe-se que o diagnóstico sobre a clientela da Educação de Jovens e Adultos é essencial para que o docente possa programar seus conteúdos a serem ministrados na referida sala e a percepção por parte do docente para essa nova prática também é imprescindível; as mudanças só acontecerão se este for sensível quanto a essa necessidade, pois não adianta perceber o problema e não fazer nada para superá-lo.

Este artigo objetiva sensibilizar gestores e professores a adotarem metodologias que possibilitem o fortalecimento e melhoria da EJA com foco na Economia Solidária.

2 Fundamentação teórica

2.1 Décadas marcantes para EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino destinada aos que não tiveram ou não completaram os anos da educação básica ou ensino médio em idade apropriada.

O Seminário e I Conferência Internacional para Educação de Jovens e Adultos (DINAMARCA), eixo “Respeito aos direitos humanos e paz além das escolas” aconteceu na década

de 40. Houve a recomendação para que fosse uma educação aberta, sem pré-requisitos; que a educação seria desenvolvida com espírito de tolerância; que levasse em conta as condições de vida das populações de modo a criar situação de paz e entendimento.

Na década de 90 a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou à modalidade de educação básica. Nos primeiros anos desta década surgiram as primeiras políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, trazendo metodologias mais participativas e voltadas para o cotidiano dessa população. Em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, coloca à educação como um direito social. A implantação da Assembleia Nacional Constituinte em 1988, o retorno de Paulo Freire do exílio foram significativo para os movimentos políticos e sociais.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, onde foi fundamentado o direito à educação para todos, inclusive jovens e adultos, sem discriminações, a EJA vai se fortalecendo, juntamente com a elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em Hamburgo, Alemanha no ano de 1997 aconteceu a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, onde a UNESCO debate sobre a EJA.

O Conselho Nacional de Educação elaborou as Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos (CNE/CBE, nº 11/2000).

As diretrizes e metas para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas para o período 2001-2010 estão contidas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). No Brasil o Forum Potiguar sediou o XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), em Natal-RN no período de 10 a 13 de setembro 2013 e teve como tema “Políticas Públicas em EJA: Conquistas, comprometerimentos e esquecimento, cuja pauta foi Argumentos de inclusão, Seminário Estadual da EJA e Agenda Territorial.

2.2 Importância da educação na vida do cidadão

Em relação ao papel da educação na sociedade, dentro da perspectiva de Freire, Stephano e Bastos (2005) apontam que deve-se valorizar o analfabeto, como alguém capaz de produzir conhecimentos e que a educação deveria ter um caráter de diálogo e não ser resumida a uma relação cliente – banco.

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. “Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio” (FREIRE, 2000, p. 121).

Desta forma, tanto os que nunca tiveram acesso à escola quanto os cidadãos que deixaram seus estudos na faixa etária regular, ingressam e regressam embasados por lei através de uma modalidade que lhes acoberta, como trata a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 9.394/96, que apresenta essa modalidade de ensino nos artigos 37 e 38, assegurando metodologias e currículos adequados às necessidades dos alunos, tanto em nível fundamental quanto em nível médio. Em virtude do regresso do cidadão a vida estudantil, faz-se necessário que esta modalidade esteja projetada para atender aos anseios que já não são mais os mesmos da época do ensino regular, quer seja pela faixa etária ou pela condição de sua vida econômica ou familiar.

A abordagem dos conteúdos deve ser feita de acordo com o perfil socioeconômico de cada turma, o que faz necessário um diagnóstico, pois cada área de ensino deve elaborar o seu plano voltado totalmente para a realidade cotidiana do aluno e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois conhecimento da realidade desses jovens e adultos possibilitará uma educação de qualidade.

Elaborar um plano que contemple todas as diversidades será um pouco complicado, mas pode-se minimizar com algumas estratégias, dentre elas alguns pontos não podem deixar de ser levado em conta, tais como, formação de professores; planejamento de currículos; desenvolvimento de materiais apropriados e, a análise e revisão crítica das práticas vigentes.

Pretende-se alfabetizá-lo, mas, prioritariamente fazer o que todo cidadão necessita, preparação para a vida.

Paulo Freire dizia que a educação não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder, mas sim como um ato político de libertação e emancipação das pessoas. enxergava na relação pedagógica uma ação política. pois compreender o saber como mera transmissão ou como criação e recriação humana; tratar o educando como sujeito ou objeto do processo, faz uma grande diferença na vida das pessoas (pereira, 2006, p. 52).

Preparar o cidadão para a vida significa prepará-lo de maneira integral, ou seja, que ele possa ler, compreender o que está sendo trabalhado, de forma crítica, politizá-lo para lutar e garantir uma oportunidade no mercado de trabalho.

Desenvolver políticas que possibilitem entre os educandos a Economia Solidária, também deve fazer parte desta nova estrutura de educação de jovens e adultos, pois a união fortalece qualquer empreendimento. É a partir dessa nova visão de trabalho em conjunto, onde todos são iguais, lucros iguais ideias e opiniões partindo de todos para o bem do grupo que essa educação deve investir. É importante garantir aos alunos da EJA, mecanismos que possibilitem não somente técnicas de leitura, ortografia, mas sobretudo embasamento para o seu desenvolvimento econômico.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, uma educação contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação. E, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.

Espera-se que com um currículo inovador, planejado, elaborado, próprio para a modalidade da EJA, onde as necessidades, aspirações pessoais e econômicas do aluno sejam o eixo gerador das aulas, faça com que essa modalidade de ensino se fortaleça, tenha mais êxito, diminua a evasão escolar, o desinteresse pelas aulas e em especial, dê suporte para o desenvolvimento de uma economia solidária sustentável.

2.3 Perfil do educando da EJA

Quando a Educação de Jovens e Adultos surgiu, era apenas para as pessoas que estavam realmente fora de faixa etária, haviam se evadido do meio escolar por vários motivos, tais como problemas de saúde, dependência química, dessocialização, falta de tempo para o estudo em sua casa, deficiências em leitura, escrita e raciocínio lógico, busca da sua sobrevivência, entre outros.

Atualmente, com as novas diretrizes, os jovens ingressam na EJA, geralmente por duas razões: ou pela distorção idade/série ou por achar mais conveniente, ou seja terminar mais rápido, pois acham o curso mais condensado, o que garante a ele menos preocupação e um término mais rápido.

Por outro lado, encontramos também adultos, pais de adolescentes que estudam no ensino regular e que ingressam na EJA para recuperar o que foi deixado para trás, que desejam aprender a ler para poderem participar de estudos bíblicos, leituras diversas ou em busca de um certificado para viabilizar trabalho ou mesmo para melhoria da sua auto-estima.

2.4 Perfil do educador

A escolha dos docentes para lecionar na modalidade da EJA nem sempre é feita de forma coerente, observando-se o perfil do educador, mas disponibilizando aqueles que estão fora de sala de aula, em final de carreira ou apenas para complementar sua carga horária, dificultando o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Diante da diversidade de objetivos dos educandos da EJA, fica claro a necessidade do professor dispor de um conjunto complexo e integrado de saberes e habilidades para desenvolver seu trabalho, pois deverá atuar como mediador entre o aluno e os conhecimentos.

Convém admitir que lidar com o diferente não é fácil, embora, em nível de discurso, se proclame a importância da diversidade (...) Acreditar e apostar na riqueza das trocas e usar essa riqueza na organização das atividades na sala de aula é uma maneira de fazer frente à diversidade”. (Pimenta & Anastasiou, 2003)

2.5 Perspectivas de mudanças com a Economia Solidária na EJA

Hoje, faz-se necessário a inclusão das pessoas que estão fora do meio escolar, pois é fundamental que os jovens e adultos possam ter um certificado de conclusão de curso, mas, sobretudo que possam despertar para a possibilidade do desenvolvimento de uma economia solidária que fortaleça sua cidadania e estabeleça mecanismos de sobrevivência.

A Educação Popular acredita, adota e leva em conta os saberes construídos na prática cotidiana dos alunos. Para essa prática acontecer na educação de jovens e adultos é necessário transformar a sala de aula num lugar de pesquisa dos saberes, ou seja, de conhecimentos prévios, para então elaborar a prática pedagógica do professor.

O docente é um sujeito que constrói saberes através do seu cotidiano e de suas relações com os jovens e adultos, por entender que este sujeito possui uma prática cunhada na cidadania política e que revela, desta forma, a escola como sendo um lugar de opções; é então um espaço preenchido por opções políticas (FREIRE & NOGUEIRA, 2002).

Pensar em Economia Solidária para a EJA é incluir no seu plano de curso o empreendedorismo, é desenvolver atividades que enfoque o espírito coletivo, a visão de desenvolvimento mútuo, para que haja embasamento, fortalecimento de qualquer idéia.

Segundo Myrtes Vieira, (2009) “É importante o prevailecimento dos interesses coletivos dentro dos grupos, uma vez que isso contribui para o bom funcionamento das práticas solidárias, como também evita a existência de hierarquias que possam ameaçar a igualdade e o objetivo de cada um no contexto do trabalho e da cooperação”

A Economia Solidária vai muito além da geração de renda, traz propostas de mudanças com o meio ambiente e relações interpessoais. Cooperação, não competição, preservação dos recursos naturais, não exploração dos trabalhadores, igualdade de poder na tomada de decisões e responsabilidade com a comunidade local onde o empreendimento está inserido são princípios básicos que norteiam essa prática.(THAYS PRADO, 2008).

É importante frisar que a maioria dos profissionais que trabalham com a EJA, especialmente o professor, desconhece sua história, seus objetivos, suas leis e diretrizes, dificultando a elaboração de seu plano de curso, sua metodologia e, conseqüentemente, sua avaliação. A modalidade da EJA exige comprometimento, engajamento e sobretudo inovação, visto que a clientela são pessoas fora de faixa etária, sem muitas perspectivas e objetivos definidos, em virtude de sua própria história de vida.

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim, esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer

o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (CURY, 2000, p.50).

Cabe, desta forma, a quem compor a equipe da EJA, sair do estado de inércia e partir para buscar o diferente, o novo, atrativo e inovador com um currículo estruturado para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Educar Jovens e adultos, hoje, não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome. É oferecer-lhes uma escolarização ampla e com mais qualidade. Isso requer atividades contínuas, planejamento e dedicação. Além disso, a EJA não deve ser apenas para reduzir números e índices de analfabetismo. Deve ocupar-se de fato com a cultura do educando, com sua preparação para o mercado de trabalho e como previsto nas diretrizes curriculares da EJA a mesma tem como funções: reparar, qualificar e equalizar o ensino.

3 Metodologia

O estudo foi do tipo descritivo desenvolvido por meio de levantamento de dados e a apresentação de conceitos e informações mediante revisão de literatura.

3.1 Caracterização do local

A coleta de dados foi feita na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Roderick de Oliveira e Escola Estadual Terezinha Carolino de Souza com professores e alunos matriculados na EJA, turno noite, que aceitaram compor a amostra totalizando 70 questionários, sendo 20 professores e 50 alunos, tendo como pré-requisito fazer parte do quadro docente da EJA ou estar matriculado nesta modalidade, respectivamente.

Todos os participantes da pesquisa foram convidados a integrar este estudo voluntariamente e indagados nas referidas escolas no turno noturno, através de questionários.

4 Resultados e discussão

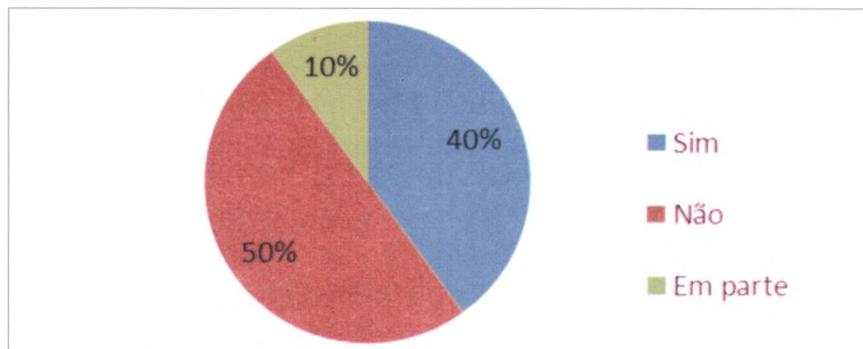
4.1 Análise e tratamento dos dados

Os dados analisados foram organizados mediante elaboração e estruturação de figuras, para facilitar a interpretação.

Em relação ao questionário aplicado aos Professores foi verificado o seguinte:

Quanto a sentir-se preparado para ensinar a modalidade de EJA, percebe-se que 10 professores (50%) não estão preparados, apenas 08 professores(40%) sentem-se totalmente preparados (Figura 1).

Figura 1 - Percentual dos sujeitos da pesquisa sobre sentir-se preparado para ensinar a modalidade EJA.



Os profissionais que atuam na formação de alunos de nível fundamental e médio, na maioria das vezes, são os mesmos que atuam com alunos da EJA. Afirmaram gostar de ensinar na EJA, muito embora, a maioria leciona nesta modalidade para fechar carga horária.

Como uma pedagogia determinada para um certo nível de educação pode ser aplicado a outro? Este é um dos problemas que a EJA enfrenta hoje (Arroyo, 2006).

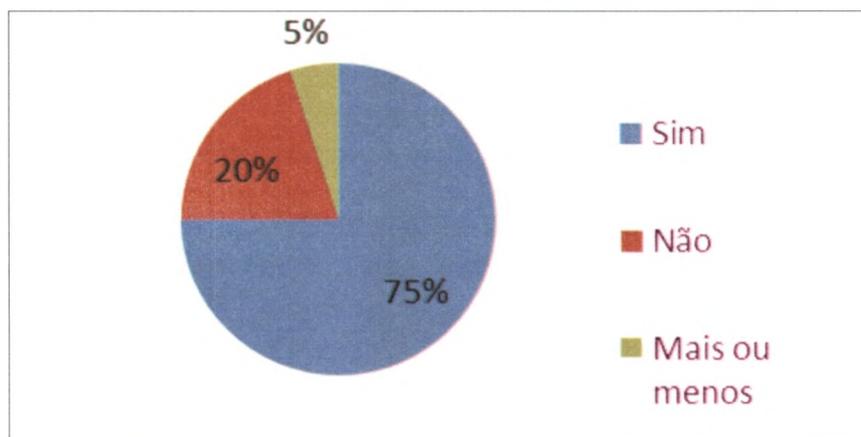
Percebe-se que são poucas as políticas oficiais públicas de EJA, e também poucos os Centros de Formação dos educadores da EJA, o que dificulta o docente a sentir-se preparado para desenvolver seus trabalhos nesta modalidade.

Quando se trata da formação de docentes, há relatos de sérios problemas. Segundo pesquisas da Fundação Vitor Civita (FVC), realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), a etapa de formação inicial pouco aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou seja apenas 1,5% do currículo. Desta forma, faz-se necessário o investimento em formação continuada e valorização para os professores que lecionam na EJA.

Soares (2007) ressalta que os resultados da sua pesquisa indicam que são raríssimos os cursos de Pedagogia que oferecem habilitação em Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De acordo com a Figura 2 observa-se que 15 professores (75%) relataram conhecer os objetivos da EJA. Apesar desta afirmativa, a prática docente deixa a desejar, pois funciona como uma adaptação do ensino regular, diferentemente de como deve ser conduzida.

Figura 2 - Percentual dos sujeitos sobre o Conhecimento dos Objetivos da EJA.

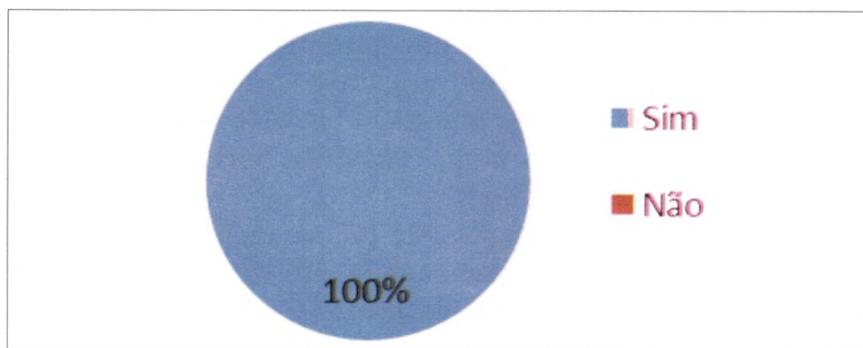


Kelly Camargo Pulice in Moll (2004, p. 140) esclarece bem o papel do educador EJA:

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno: conhecê-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isto possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada.

Analisando a Figura 3, observa-se que 20 professores (100%), demonstraram a necessidade de capacitação.

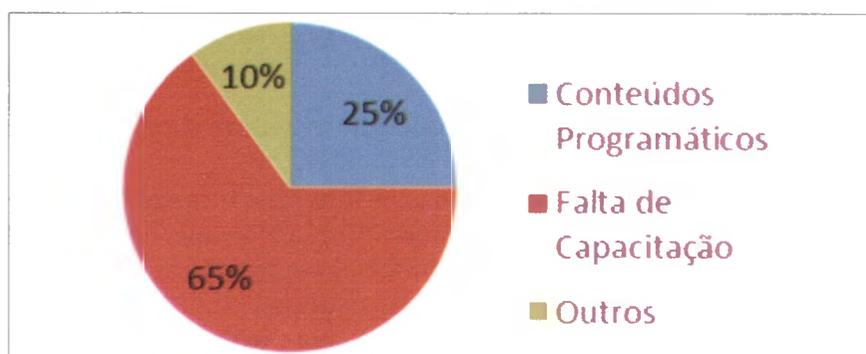
Figura 3 - Percentual dos sujeitos da pesquisa sobre Necessidade de capacitação.



As políticas públicas voltadas para o preparo dos educadores da EJA são poucas e representam uma das maiores dificuldades enfrentadas. Mas, é necessário que o professor discuta a didática que está sendo utilizada na EJA e busque subsídios para um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, incorporando uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeite os tempos de aprendizagem de cada aluno. Isto refletirá num avanço que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal, social e econômico, e de entender o educando como alguém que está em constante busca. Visualizar a EJA levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional (Arbache, 2001, p. 22).

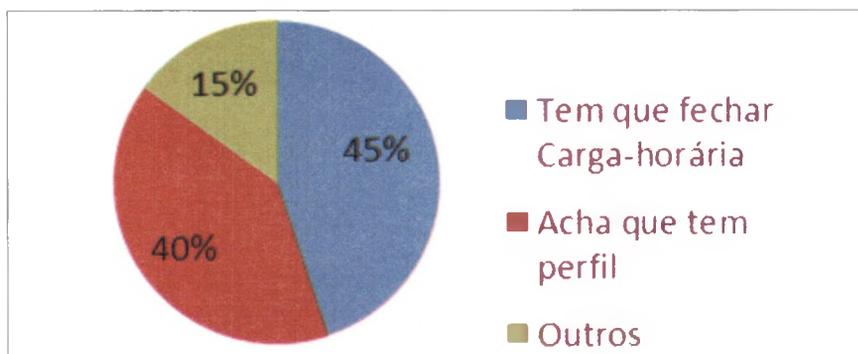
Quanto as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores na EJA 13 (65%) apontam falta de capacitação e 05 (25%) os conteúdos programáticos (Figura 4). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma atividade especializada e com características próprias, são raros os cursos de formação para professores e as Universidades que oferecem formação específica nesta modalidade de ensino. Não são muitos os subsídios escritos destinados a responder às necessidades pedagógicas dos educadores.

Figura 4 - Maiores dificuldades enfrentadas na EJA.



De acordo com os dados apresentados sobre porquê leciona na EJA, percebemos que 09 professores (45%) tem que fechar carga horária e 08 professores (40%) acha que tem perfil (Figura 5).

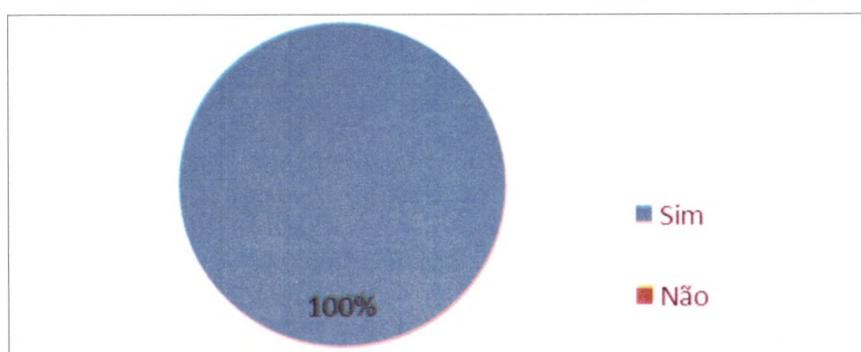
Figura 5 - Por que leciona na EJA?



A maioria dos professores começa a lecionar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) porque faltam turmas no ensino regular para fechar sua carga horária o que resultará em perda financeira, desta forma, sentem-se obrigados a complementar sua jornada de trabalho nesta modalidade, muito embora sentindo-se despreparados.

Diante da importância do direcionamento da EJA para o Empreendedorismo/Economia Solidária, entendida pelo professor, torna-se mais fácil incluir no currículo esta alternativa de desenvolvimento econômico, visto que contemplará a necessidade dos educandos (Figura 6).

Figura 6 - Importância do Direcionamento da EJA para o Empreendedorismo/Economia Solidária.

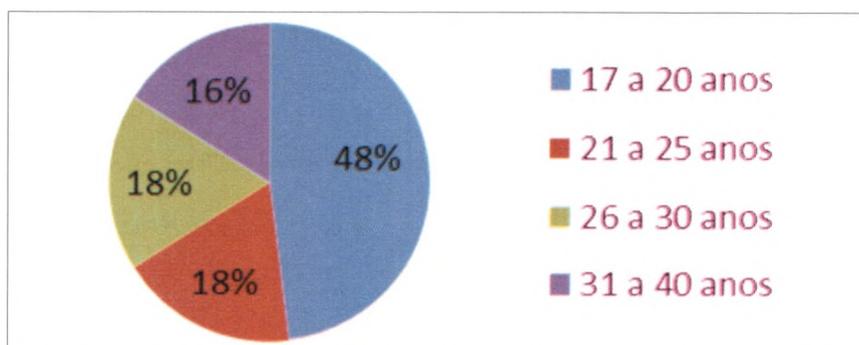


Para Tiriba (1998), a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e o trabalho. A Economia Solidária, nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

Em relação ao questionário aplicado aos alunos foi verificado o seguinte:

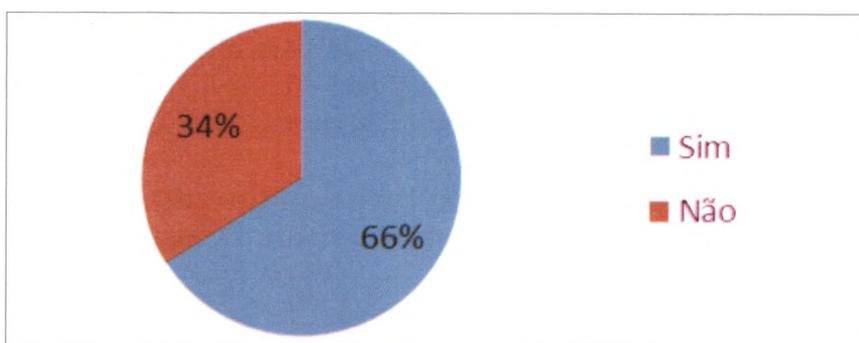
De acordo com os dados apresentados na Figura 7, percebemos a prevalência de alunos matriculados na EJA, sendo 24 alunos entre a faixa etária de 17 a 20 anos (48%).

Figura 7 - Faixa Etária dos Sujeitos da Pesquisa.



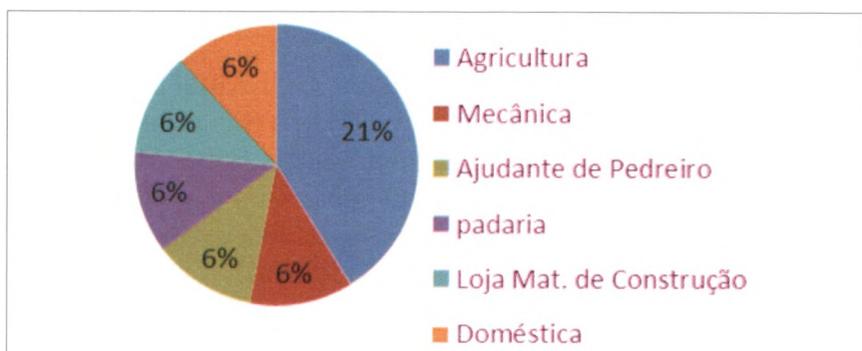
De acordo com a Figura 8, verificamos que 33 alunos (66%) referem trabalhar.

Figura 8 - Distribuição Percentual sobre Trabalho.



Quanto ao tipo de trabalho referido 07 alunos (21%) declararam trabalhar na agricultura (Figura 9). Observa-se que a maioria dos alunos da EJA trabalha e está acima dos 18 anos, desenvolvendo trabalho informal e temporário.

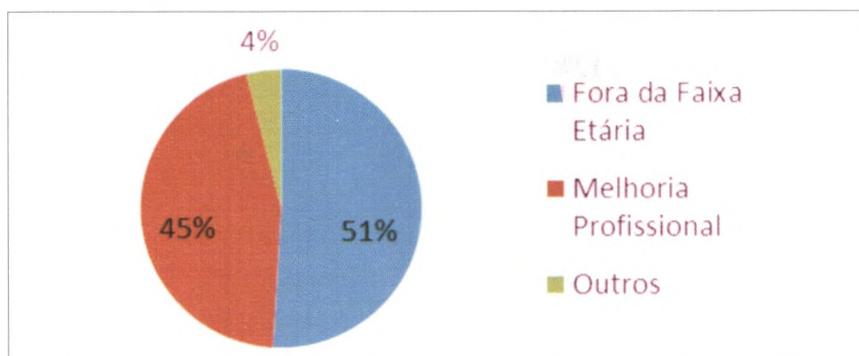
Figura 9 - Proporção sobre o tipo Trabalho.



Desse modo, a Economia Solidária é uma alternativa à precarização do emprego ou exclusão no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista (Ribeiro, 2002).

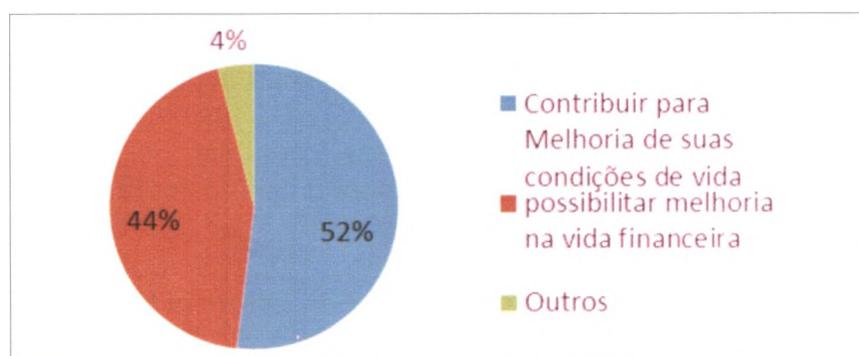
Analisando a Figura 10, observa-se que 26 (51%) dos entrevistados procuraram a EJA por se encontrar fora de faixa etária e 21 (45%) em busca de melhoria profissional.

Figura 10 - Motivos da Procura pela EJA.



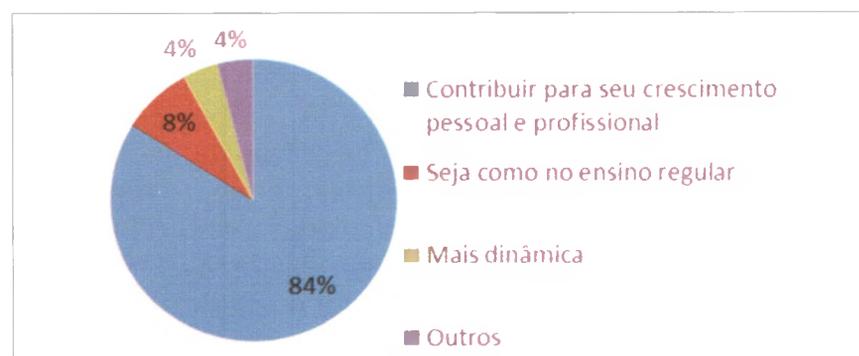
Quanto aos que os alunos esperam da EJA (Figura 11), observa-se que 27 alunos (52%) esperam que a EJA possa contribuir para a melhoria de suas condições de vida e 20 alunos (44%) possibilite melhoria na vida financeira.

Figura 11 - O que os sujeitos da pesquisa esperam da EJA.



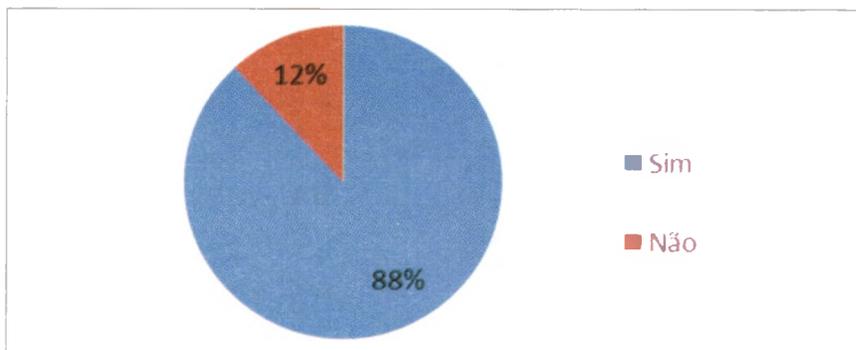
Os dados supracitados revelam o que os alunos da EJA espera do professor, 38 alunos (84%) que possam contribuir para o seu crescimento pessoal e profissional (Figura 12).

Figura 12 - Distribuição Percentual Referida pelos Sujeitos Entrevistados sobre o que Espera do Professor da EJA.



A educação ao longo da vida deve ser entendida como um conjunto de processos de aprendizagem que possibilite aos adultos o desenvolvimento de suas capacidades, o enriquecimento de seus conhecimentos e a melhoria de suas competências, técnicas ou profissionais, pois “estar no mundo implica necessariamente estar com o mundo e com os outros (Freire, 2002, p.20). Incluir o tema trabalho é imprescindível na modalidade de ensino da EJA na formação do cidadão trabalhador (Figura 13). Alfabetizar é construir a identidade libertária do trabalhador.

Figura 13 - A EJA deve Preparar para Vida Profissional.

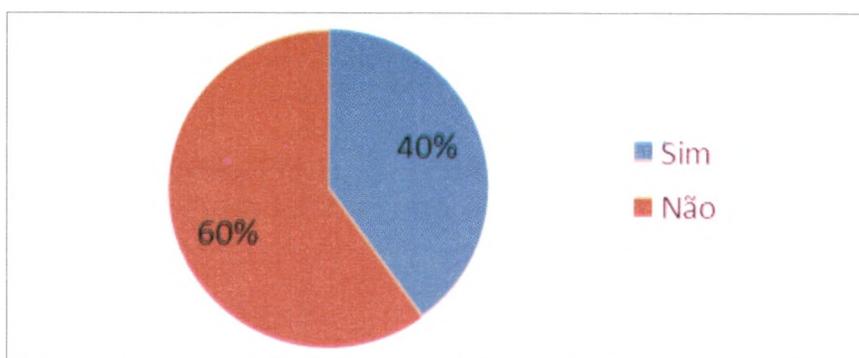


A Modalidade de Ensino de EJA, durante o processo educativo, deve implementar seus conteúdos programáticos com a inclusão do Empreendedorismo e Economia Solidária, contribuindo desta forma para a qualificação cidadã de seus educandos, formando sujeitos críticos, interventores, autônomos e solidários, e que realmente possam cumprir seu papel transformador nesse cenário global. A Economia Solidária, além de um movimento econômico deve relacionar-se com outros movimentos sociais em busca da melhoria de qualidade de vida da população em geral.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, artigos 37 e 38, assegura metodologias e currículos adequados às necessidades dos alunos, tanto em nível fundamental quanto em nível médio. Desta forma, nada mais justo do que essa reestruturação, visto que há uma necessidade e anseios por parte dessa clientela.

Quanto ao questionamento sobre o conhecimento do aluno em relação saber o que é Economia Solidária, 20 (40%) referem saber e 30 alunos (60%) que não sabem (Figura 14).

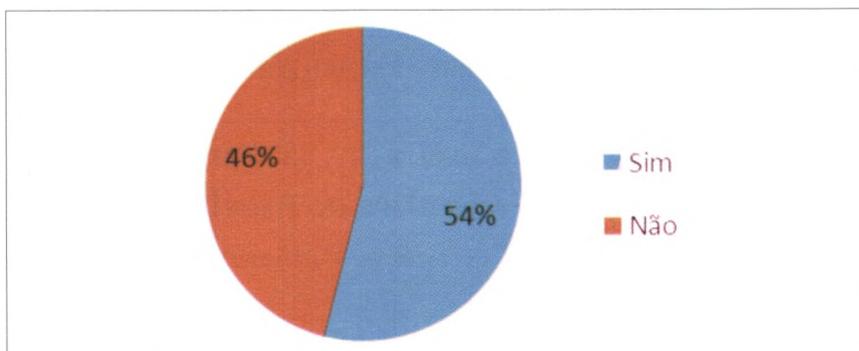
Figura 14 Conhecimento do que é Economia Solidária.



Segundo Sarria (2003), a formação enquanto Educação da práxis forma uma tríade indissociável, cujos objetivos são: a construção de empreendimentos formados por pessoas imbuídas do espírito cooperativo e solidário e das capacidades e conhecimentos para levar a prática uma economia da partilha, da justiça e da solidariedade; o desenvolvimento de cadeias produtivas e redes de colaboração solidária, que sirvam de contexto relacional cada vez mais determinante das atividades dos empreendimentos. A construção de um Sistema Orgânico de Economia Social que ganhe espaço na realidade e no imaginário da sociedade até tornar-se a forma mais desejável de relações sociais de consumo, produção e reprodução da vida.

De acordo com a Figura 15, observa-se que 27 alunos (54%) tem conhecimento sobre Empreendedorismo e 23 alunos (46%) não tem conhecimento. Percebe-se que a maioria dos alunos matriculados na EJA procurou esta modalidade por adequação de faixa etária, e esperam desta modalidade de ensino, bem como dos professores, que ambos possam contribuir para seu crescimento pessoal e profissional.

Figura 15 - Conhecimento sobre Empreendedorismo.



Nesse processo, o professor tem papel fundamental. Ele deve atuar como mediador do processo de construção do conhecimento, utilizando um “método que seja ativo, dialógico, crítico e criticista” (Freire, 1979, p. 39).

Têm-se consciência que não existe um método pronto, fechado para a EJA e Brandão (2006) nos esclarece isso através do método Paulo Freire. Apesar de parecer contraditório, o termo “método Paulo Freire”, na verdade, nos ensina que o professor o desenvolve a partir da turma e do meio que ele está inserido. A educação deve ser reconhecida como o meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constante busca.

Os alunos da EJA buscam melhorias profissionais e pessoais, para isto torna-se oportuno incluir nesta modalidade de ensino os princípios da Economia Solidária, orientá-los e incentivá-los para que isto se torne uma realidade exitosa.

5 Conclusões

Esse artigo revelou que a falta de capacitação e o direcionamento dos conteúdos a serem trabalhados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) representam as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores. Diante disto, torna-se necessário a realização de capacitações para os professores, a fim de que possam desempenhar seu papel de educador conforme exige esta modalidade de ensino.

Constatou-se que os educandos retornam à escola com expectativas de que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) venha contribuir para melhoria de suas condições de vida e possibilitar melhoria na vida financeira, esperam também que o professor possa contribuir para o seu crescimento pessoal e profissional.

Desta forma, torna-se oportuno a inserção das Diretrizes da Economia Solidária nos Conteúdos Programáticos da EJA, associando trabalho e educação. Para isso, precisa ser estruturado como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Cabe redesenhar o currículo desta modalidade de ensino adequando-os aos seus anseios concretos que são trabalhar de forma digna, humanizada e melhorar sua renda familiar, possibilitando uma qualidade de vida melhor.

Faz-se necessário a compreensão dos anseios dos alunos que retornam à escola na modalidade de EJA e o desprendimento e sensibilização para romper os paradigmas existentes e buscar um novo modelo para a EJA, onde o principal eixo deve ser o preparo do educando para o seu pleno desenvolvimento econômico através de práticas que possibilitem o conhecimento de uma nova prática: a Economia Solidária.

6 Referências

ARBACHE, A. P. B. **A Formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

- ARROYO, M. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2006.
- BASTOS, M. (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. 2^o ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. 27. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2006.
- CURY, C.R.J. (Relator). **Parecer CEB nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CNE, 2000.
- FORMAÇÃO INICIAL DO EDUCADOR DE JOVENS E ADULTOS: um estudo da habilitação de EJA dos cursos de pedagogia. *In*: GRACINDO, R. V. et al. (Org.). **Educação como exercício de diversidade: estudo em campos de desigualdade sócio-educacionais**. Brasília: Líber Livro Editora. 2007.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, Adriano. **Quefazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis, Editora Vozes, 7^a edição, 2002.
- FREIRE, P. **A Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 31^o ed. RJ: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 26^o Ed. RJ: Paz e Terra, 2002.
- MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 08 de outubro de 2013.
- MOLL, J. **Educação de Jovens e Adultos**/Jaqueline MOLL, (org) Sita Maria Lopes Sant'Anna...[et. al.]. Porto Alegre: Mediação, 2004. 144p. – (Série Projetos e Práticas).
- PEREIRA, D.F.F. **Revisitar Paulo Freire: Uma Possibilidade de Reencarnar a Educação**. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. DAS G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.
- Revista Eletrônica Nova Escola**. Disponível em: www.revista.escola.abril.com.br. Acesso em 08 de outubro de 2013.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 08 de outubro de 2013.
- RIBEIRO, M. Formação Cooperativa e Educação Escolar: realidades que se completam ou se contrapõem? *In*: VENPRAMINI, Célia Regina (Org). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Santa Catarina: NUP, 2002, p. 91-110.
- SARRIA, A. M.; Tiriba, L, 2003, Economia Popular. *In*: “**A Outra Economia**”, Veraz Editores, Porto Alegre
- TIRIBA, L. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org) **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.189-217.
- UNESCO, Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, (ANAIS), Brasília, p. 86-108, 1994.
- VIEIRA, A. M. de S. **Economia Solidária e sua contribuição para o desenvolvimento social**. Disponível em: www.adital.com.br. Acesso em 08 de outubro de 2013.

Mineração e relações de trabalho no contexto da economia solidária

*Maria Ferreira Marçal
Marta Maria da Conceição*

1 Introdução

O município de Picuí está localizado no Seridó Oriental da Paraíba – uma das áreas mineralógicas mais importantes do Nordeste. Destacando-se na extração de quartzo, turmalina, feldspato, mica, entre outros. Como a cidade situa-se numa região privilegiada quanta a extração e comercialização de minério, a atividade extrativista garante oportunidade de renda para alguns habitantes.

A mineração foi marco da história de Picuí desde a II Guerra Mundial, com a exportação para a Europa de minérios que serviam como matéria prima para a fabricação de explosivos. Atualmente a extração é voltada para a construção civil e elaboração de jóias entre outros (OLIVEIRA, 1981).

No mundo globalizado, competitivo e de rápidas mudanças nos sistemas que regem o país é necessário que todos estejam atentos às influências do mercado capitalista. É preciso proteger as comunidades contra as opressões nas relações de trabalho e as pressões dos lucros.

De acordo com Gadotti (2009) “a Economia Solidária, como uma forma cooperativa e competitiva de produzir nossa existência, tem um componente educativo extraordinário”. O autor afirma que a Economia Solidária é um empreendimento que contempla o grupo, não diferenciando as formas de mão-de-obra trabalhista, individualista e capitalista que englobam o esforço humano.

A Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino amplia as oportunidades de classe popular, universalizadas de ideais educativos, que não contempla os pressupostos ideológicos do sistema capitalista. Outrossim, a educação como ampliação de oportunidades para esse grupo de pessoas que não foram oportunizadas e inseridos na escola quando crianças. Nesse processo educativo o indivíduo será inserido na sociedade com integridade já que no seu currículo constará desenvolvimento que explicitará o histórico acadêmico.

Segundo Xavier (2008) “Uma nova base econômica, cuja hegemonia seja realizada pelos livres produtores associados de forma autogestionária, consiste num passo decisivo para a superação do capitalismo”. A economia solidária e o cooperativismo são aliados nas decisões e realizações de atividade econômica, no ato associativo e cooperativo e no acesso e posse de bens. Considerando o caráter recíproco que é específico de todo cooperado, assim possibilita a organização econômica autogestionária e estabelece relação de socialização dos meios necessária entre as pessoas envolvidas e da gestão democrática das decisões.

Para melhor compreender este tema, é preciso visualizar que a exploração do minério está vinculada à exploração do trabalhador. Ao estabelecer relações vinculadas ao que compromete as cadeias produtivas, a Economia Solidária e o Cooperativismo são ferramentas fundamentais para dar sustentabilidade ao trabalhador, articulando os nas decisões de atividades econômicas no sentido de cooperativismo e associativismo, portanto possibilita meios de produção que afastem os garimpeiros da exploração dos atravessadores.

Dentro desse contexto, o presente artigo busca analisar os contrastes de ordem econômica e social e a necessidade de difundir o conhecimento dos garimpeiros acerca do minério local como fonte de renda, na perspectiva de uma economia solidária. Além da sensibilização da comunidade para valorizar mais a riqueza mineralógica de forma que minimize o impacto ambiental e a precarização das condições de trabalho.

2 Fundamentação teórica

2.1 Minério e questão social em Picuí

2.1.1 Características do município de Picuí

O município de Picuí está situado na mesorregião da Borborema, microrregião do Seridó Oriental da Paraíba, com área medindo 734,1 km². Faz limite ao norte com os municípios de Campo Redondo e Coronel Ezequiel, ambos pertencentes ao Rio Grande do Norte. Ao sul com os municípios paraibanos de Pedra Lavrada e Nova Palmeira. Ao leste com Nova Floresta, Cuité e Baraúna e ao oeste com Frei Martinho-PB e Carnaúba dos Dantas-RN.

Segundo a classificação bioclimática de Gaussem, Picuí se enquadra no tipo subdesértico quente de caráter tropical-equatorial. A estação da seca varia de nove a onze meses. Em alguns trechos ocorrem os seguintes climas: termoxeraquimênico acentuada, seca tropical acentuada, com estação seca longa de sete a oito meses; e termomediterrâneo médio, que apresenta estação seca média de cinco a sete meses (SEBRAE op. cit).

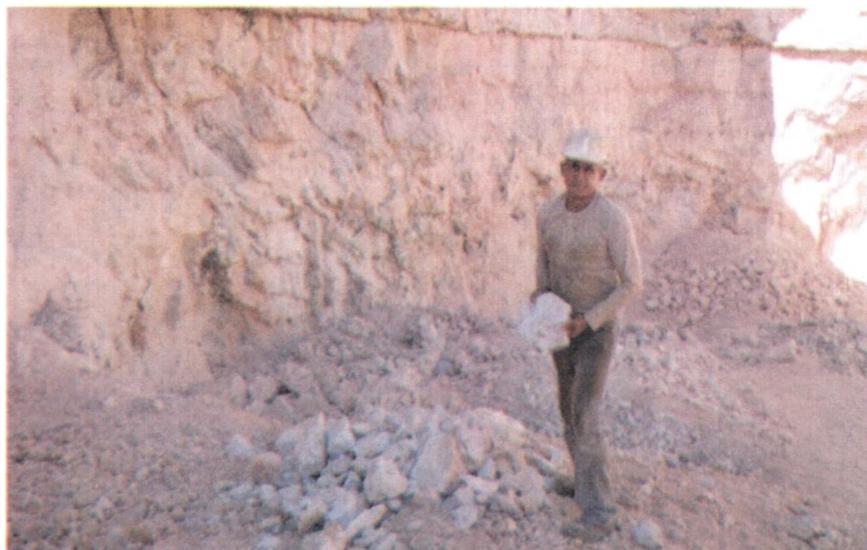
A cidade apresenta temperatura média de 26°C e amplitude térmica anual de 4°C. O município apresenta evapotranspiração média anual de 1400 mm. Esses fatores provocam deficiência hídrica média anual de 900 mm. A estação do verão é branda com os termômetros medindo máxima entre 28°C e 30°C e máximas absolutas de 34°C. No inverno chega a medir mínimas intercaladas entre 18°C e 20°C e mínima absoluta de 14°C.

2.1.2 Mineração e extração

A exploração de minério trata-se de um trabalho difícil e perigoso, que se realiza por meio de equipamentos rudimentares, com uso de guindaste manual que é empregado na retirada do material de dentro dos grandes túneis (SCLIAR op, cit, 1996). Essa realidade pode ser facilmente observada em nosso município.

Há incidências de acidentes ligados a explosões incorretas, deslizamentos e manuseios incorretos de equipamento, causando mutilações e até morte de mineradores. A atividade da mineração é exercida periodicamente, nos períodos de estiagem, a fim de garantir o sustento de muitas famílias. Já que a atividade está sempre ligada à informalidade, essas pessoas que deveriam estar asseguradas pela lei, trabalham de maneira desumana (Figura 1) e sem garantia de seus direitos como relata Pinto (1995).

Figura 1 - Jazida de feldspato, Mina Sitio Xique-Xique.



Quanto ao pessoal envolvido na atividade mineral no Nordeste, dados estatísticos fornecem informações mais acuradas, uma vez que os dados oficiais disponíveis só avaliam a quantidade de pessoal com vínculo empregatício dispensando-se assim a mão de obra utilizada nos garimpos e em áreas que não possuem qualquer forma legal de aproveitamento (PINTO, 1995).

2.1.3 Sustentabilidade e meio ambiente

Falando de sustentabilidade no meio ambiente, a extração do minério provoca uma grande problemática ambiental que está articulada às atitudes extrativistas, tendo em vista a contaminação do solo (que inviabiliza grandes áreas para o plantio), dos rios, dos lençóis freáticos entre outras variedades de prejuízos à população, como a contaminação com produtos químicos usados na lavagem desses minérios.

Qualquer atividade ligada ao extrativismo altera o meio ambiente, no entanto o impacto se tornará maior ou menor dependendo dos processos de utilização ou procedimentos, como tipo de depósito, tipo de exploração, os constituintes de rochas os tipos de beneficiamento. É visível e notório que a atividade mineradora causa impactos negativos ao meio ambiente modificando a paisagem e exterminando algumas espécies de animais e vegetação nativa. Segundo o artigo 225 da Constituição da Republica Federativa do Brasil:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

§2º Àquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

(Artigo 225 do Código de Mineração §1º, IV e §2º).

A falta de responsabilidade em recuperar as áreas degradadas pela exploração de minerais no município de Picuí, por parte das empresas resulta em gigantescas paisagens devastadas ocasionando mudanças climáticas e outras alterações ao meio ambiente. Além do que não são aplicadas na forma da lei.

2.1.4 Relação segurança e trabalho

Na grande maioria das minas de garimpagem, os garimpeiros atuam em péssimas condições de trabalho (de maneira rudimentar), pois são desprovidos de qualquer equipamento que garanta sua segurança, até mesmo quando vão explodir as áreas para serem exploradas. A atividade garante o sustento dos garimpeiros nos períodos de estiagem, impedindo que tenham que migrar para outros estados em busca de emprego. Mesmo diante desses problemas relacionados às condições de trabalho, a mão de obra que explora o pegmatito, migra periodicamente da agricultura para mineração e vice-versa, portanto permanecendo na região.

O trabalho voltado para extração de minerais constitui uma opção para a permanência dos agricultores-garimpeiros no semiárido. Picuí tem como base econômica a agricultura, a pecuária e a mineração. Em virtude da estiagem as atividades rurais são quase que totalmente afetadas, isso caracteriza um sinal de fuga para alguns agricultores, encontrando na atividade mineral a solução para suprir as suas necessidades, considerando os setores onde existe extra

ção de minério e havendo possibilidade de reter a população mesmo quando existem problemas de ordem estrutural.

Segundo GENTILI (2002), a forma como as instituições adotam as modalidades de ensino não contribui para inserir o indivíduo no mundo do trabalho, nesse contexto expressivo pelo qual a autora se posiciona, reflete na questão de educação e trabalho no universo neoliberal do capital humano nessa complexidade e exigências do mercado capitalista um grande número de pessoas serão remanescidas do mercado de trabalho.

As condições de trabalho dessas pessoas não mudaram quase nada desde os tempos mais remotos até os dias atuais. Os equipamentos de trabalho são improvisados (Figura 2), os acessórios de segurança não são utilizados (porque não estão disponíveis).

Segundo pesquisa do senso demográfico de 2010 publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Picuí–PB totalizou a população de 18.222 habitantes, apresentando um crescimento populacional significativo referente a outros municípios da mesorregião da Borborema, Agreste e Sertão que não possuem atividade mineral e que seus habitantes vivem basicamente da atividade agrícola e tiveram retração do contingente populacional em face dos longos períodos de estiagem ocorridos na década de 90 (IBGE, 2012).

Figura 2 - Guindaste artesanal.



No município de Picuí-PB os pegmatitos encontram-se na forma de veios subverticais, tornando a lavra mais profunda, o que dificulta a extração do minério. Em alguns casos torna-se inviável, por causa das limitações impostas pela falta de equipamentos que facilitem as escavações das rochas, impedindo que áreas exploradas possam ter maior proveito, inviabilizando o solo a outros proveitos.

Em busca de novos recursos para a sobrevivência, os garimpeiros degradam novas áreas, impactando o meio ambiente. Nota-se também a total falta de interesse, por parte das empresas que atuam no município de Picuí, em recuperar as áreas degradadas.

2.2 Economia Solidária

A economia solidária é uma ação vinculada ao trabalho, diversificando atividades econômicas que abrangem comercialização, consumo e finanças, estruturadas com base associativa,

cooperativa e de autogestão. Foi amplamente divulgada nas décadas de 1980 e 1990, em resposta aos esforços dos trabalhadores e às transformações no campo de trabalho.

A atual expansão da economia solidária vem ganhando destaque e passou a ser analisada cada vez com mais frequência. Contradizendo os movimentos sociais, a importância desse modelo é amplamente reconhecida na constituição de uma sociedade civil ativa.

De acordo com o professor e economista Paul Singer, a economia solidária atua na esfera de políticas públicas incapacitadas de construção de ordem econômica capaz de assegurar completamente a cidadania contida no processo de democratização com o objetivo de garantir um amplo espaço no universo de trabalho. Para o autor, “a economia solidária deve ser pensada como um modo de produção ideal para superar o capitalismo. Sendo assim, para entender a lógica da primeira é preciso examinar a do último” (SINGER, 2003).

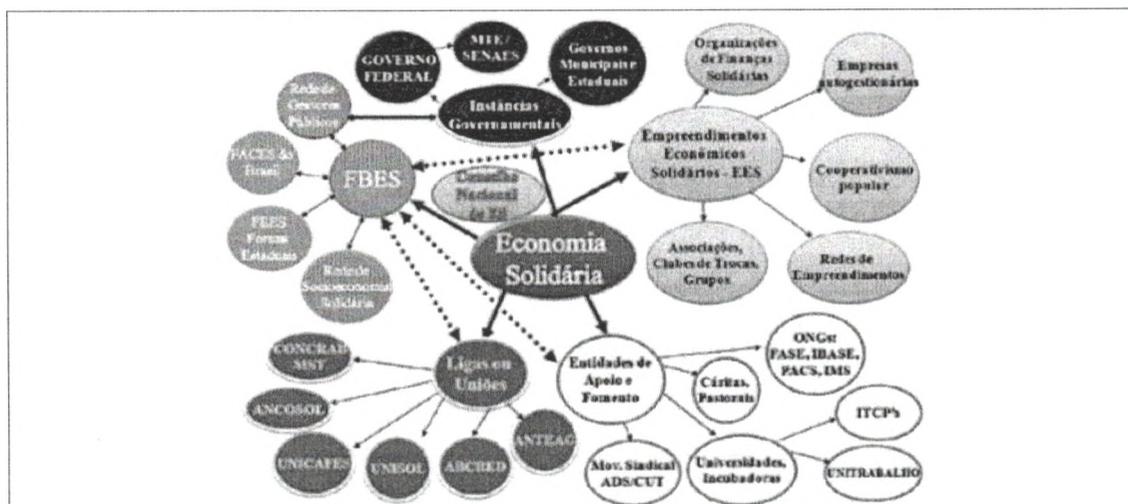
Segundo Singer, a economia solidária deverá estar contextualizada no campo da produção, potencializada para superar o mercado capitalista. Em todos os continentes, objetiva-se em assegurar a sobrevivência e a qualidade de vida da grande maioria de trabalhadores, focalizando a riqueza social (SINGER, 2003).

Em contrapartida, observamos que é preciso que ela seja planejada e muito bem estruturada, pautada para as organizações sociais que dependerão da participação na proporção das relações sociais de produção.

Atualmente, aqueles que estão a muito anos distantes ou excluídos do trabalho formal assalariado podem contar com o apoio de organizações sociais como igrejas, sindicatos, universidades, organizações não governamentais, movimentos urbanos e rurais. Com o apoio de agentes governamentais, criaram-se estruturas de políticas públicas e específicas. A partir de 2003, o Senaes/MTE foi responsável pelo programa Economia Solidária em Desenvolvimento nos Planos Pluri Anuais do Governo Federal 2004-2007 2008-2011 e contemplado pela articulação de outros órgãos federais. (Senaes, 2006).

A execução de políticas públicas nas relações não hierárquicas que envolvem indivíduos dentro e fora do Estado constitui uma das dimensões de análise para cursistas da área. As redes de políticas públicas envolvem organizações articuladas há muito tempo, caracterizada como comunidade restrita aos membros. É homogênea, embora exista aprendizado social e institucional que habilita novas organizações no espaço das políticas públicas ou execução de projetos que ligam redes e ou uniões de empreendimentos que debatem e executam as linhas das políticas públicas em parceria com as agências estatais, enfatizando fóruns que estabeleçam relações (Figura 3).

Figura 3 - Gestão Pública e Sociedade.



Fonte: BENINI, Édi [et al.].

A economia solidária em sua expansão se consolida gradativamente como organizações, em alguns casos como rede nacional que varia articulando na formulação e execução de políticas públicas federais. Nos processos de articulação da expansão de economia solidária na relação do trabalho, começa gradativamente se consolidar como organizações ou como redes de referência nacional, na forma e execução de políticas federais. Alguns empreendimentos de caráter solidário se relacionam direto com os órgãos públicos, vinculando-se de políticas ou projetos que fortaleça as decisões do grupo, ou seja, do coletivo.

2.2.1 Educação e a construção social do sujeito

É reconhecida a importância da educação enquanto instrumento de transformação do ser humano. Segundo Paulo Freire, ela torna o indivíduo mais virtuoso em suas atitudes:

“[...] é preciso que a educação dê carne e espírito ao modelo de ser humano virtuoso que, então instaurará uma sociedade justa e bela. Nada poderá ser feito antes que uma geração inteira de gente boa e justa assuma a tarefa de criar a sociedade ideal. Enquanto esta geração não surge, algumas obras assistenciais e humanitárias são realizadas, com as quais se pode inclusive ajudar o projeto maior.” (FREIRE, 1981, p. 23)

O autor idealiza uma situação onde todos sejam inteiramente frutos de um sistema educacional ideal, na esperança de uma sociedade mais justa e estruturada. Enquanto essa nação não se educa, é necessário que os poderes públicos planejem um modelo de educação inclusiva, na elaboração de projetos educacionais motivadores para os trabalhadores, especialmente aqueles incluídos no grupo de analfabetos, possam ser inseridos em cursos de profissionalização ou numa modalidade satisfatória e abrangente de ensino.

De acordo com Melo Neto, a situação de muitos trabalhadores no Brasil torna-se cada vez mais difícil, em decorrência dos avanços tecnológicos. Essas constantes mudanças é o que dá ênfase ao mercado de trabalho capitalista, viabilizando o ser humano como um todo na exploração produtiva (MELO NETO, 2004).

Segundo Pires (1986), o convívio social está atrelado às relações praticadas e realizadas no meio social. Os primitivos interagiam entre si, adquiriam conhecimentos e trocavam experiências uns com os outros. Então, os antigos repassam os costumes e os saberes acumulados pelas gerações. Assim, o conhecimento é sempre resultado de uma prática social, coletiva e progressiva.

O mesmo ocorre na nossa prática pedagógica do cotidiano. No momento em que nos relacionamos com outras pessoas sempre há troca de aprendizado. Nas relações sociais que abrangem família, escola, igreja e trabalho não são diferentes. O homem é produto do meio, tendo a escola o papel de educar e preparar o indivíduo para a vida (convivência social).

Portanto, considera-se que a educação é o elo que liga o ser humano ao trabalho. Uma pessoa educada torna-se mais consciente dos direitos do cidadão e a escola, juntamente com a família e outros grupos sociais, tem justamente a função de formar esses cidadãos. A socialização e a educação são processos sociais amplos, o convívio social estabelece regras e a escola prioriza o conhecimento prévio.

2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A análise das relações de trabalho dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivo buscar subsídios que possam melhorar as condições dos educandos, viabilizando meios que facilitem o ingresso desse trabalhador no campo educacional. A modalidade EJA é o caminho mais frequente escolhido pela maioria dos trabalhadores já que os mesmos geralmente possuem apenas o turno noturno livre, para se dedicar aos estudos.

Os educadores da EJA verificam a necessidade de mudanças na estrutura curricular, através de conteúdos que preparem os trabalhadores para exercer as relações de trabalho de forma organizada e estruturada, agregados a conhecimentos sobre cooperativismo. Através desse poema é possível expressar algumas contribuições dessa forma de ensino:

Estudar é tão necessário
Não importa a idade.
Bom mesmo é consciente
De seu papel na sociedade.
Porque ler é bom demais
É também uma necessidade.
Com a EJA e a ECOSOL
Para melhor nos capacitar
Ampliando visões e horizontes
De como à educação avançar
Teremos estímulos e conhecimentos
Para o nosso educando mediar. (Maria Marçal , 2012)

A educação não deve ser um privilégio de poucos, mas um direito de todos. É necessário que as pessoas não se sintam excluídas, não falem oportunidades nem tão pouco o estímulo. A EJA e a Economia Solidária são grandes aliadas para aqueles que desejam mudar de vida através de capacitação para exercer a autogestão de forma organizada e estruturada, agregadas em cooperativas ou não, sem se deixarem consumir pelo mercado capitalista.

Segundo Arruda (2003), a Educação de Jovens e Adultos é característica de países pobres. Ela existe, porque existem os excluídos, porque existem crianças que o direito de estudar foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar.

A Educação de jovens e Adultos no Brasil tem esse perfil, mas ainda segundo Arruda (2003), a EJA tem que casar trabalho e educação. Para que esse conjunto dê certo é preciso modificar o sistema tradicional de ensino onde facilite o ingresso e a permanência de aluno cansado de um trabalho exaustivo e que os mesmos possam garantir o sustento da família e continuar estudando e se capacitando para o exercício da autogestão.

A economia solidária é uma grande ferramenta para aqueles que querem mudar essa realidade de empregado no sentido de se capacitar se tornando mais pensante e consciente para exercer a autogestão de maneira mais organizada e estruturada agregada em uma cooperativa, sem se deixar consumir pelo mercado capitalista que move esse país.

Paul Singer (2009) afirma que “a Educação Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma prática social e o entendimento dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando”.

2.4 Cooperativismo e associativismo

O Cooperativismo é o ato de colaboração e a associação de um grupo de pessoa com o mesmo objetivo, considerando soma e lucros e bens de consumo de atividades econômicas, resultando no progresso social, dos cooperados ajudando-se mutualmente uns aos outros, somando esforços para garantir a sobrevivência no que se refere ao fator econômico. A prática do cooperativismo é vigente na redução de custos e de produção.

No Brasil, as relações de trabalhos foram regulamentadas pela a lei nº1269 de 19 de julho de 2012 e no ano que foi omissa, pela lei nº 5764 de dezembro de 1916 e pelo o código civil brasileiro. A Constituição Brasileira de 1988 foi o primeiro texto constitucional do Brasil a mencionar o assunto artigo 5º, inciso XVIII, artigo 21174, 187 e 192.

Falar de cooperativismo é tratar de cooperação é tratar das relações que os homens estabelecem entre si, para alcançar um objetivo. A ideia de cooperar sugere a noção de auxílio mútuo, união de esforços, o que é um princípio da própria vida em sociedade. (ROSSI, 2008)

Segundo Rossi (2008), o cooperativismo é o parâmetro que rege a cooperação do ponto de vista econômico. É importante compreender o relevante poder do cooperativismo na contribuição das associações. Para obter melhor resultado com o cooperativismo é necessário inserir os associados no método de aprendizagem que os contemplem, numa modalidade de ensino voltada para educação cooperativista, norteados em princípios e valores solidários como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

“(...) é preciso saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso lutar pelos os ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da tarefa da autogestão”. (Shulgin apud Freitas, 2009 p. 30)

O associativismo é a ideia de associar interesses comuns a partir de iniciativas, na perspectiva de cooperativa de desenvolvimento local e social. Já que os discursos ganharam consistência, sob novas concepções, os quais emergiram os fatores responsáveis por essas mudanças de paradigmas norteados no contexto nacional e internacional abrangendo as variáveis econômicas nos sentidos culturais, políticos, sociais e ambientais.

O primeiro registro de cooperativa no Brasil foi em 1889 na cidade de Minas Gerais. Outros registros, na Colônia Alemã, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, no ano de 1902 onde a comunidade imigrante fundou na pequena Reiffensense nos modelos tradicionais sociedade de ajuda mútua.

De acordo com Pereira (2007) esse modelo econômico “é uma sociedade de pessoas, com forma e natureza própria, de natureza civil não sujeita a falência, constituídas para prestar serviços aos seus associados.” Como afirma a autora o cooperativismo é um instrumento de característica vital que insere uma comunidade com os mesmos objetivos na ótica da expressão social, política, ambiental e econômica, me busca de alternativas que solucione os problemas na produção e na autogestão e na comercialização dos produtos.

Os princípios da autogestão para as cooperativas são baseados na solidariedade a partir do contexto histórico, social, econômico e cultural de projetos sociais e políticos que integrem-se na sociedade. Os princípios do cooperativismo são: viver melhor, poupar sem sofrimento, suprimir os parasitas, combater o alcoolismo, interessar as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar o acesso á propriedade reconstruir uma propriedade coletiva, estabelecer o justo preço, eliminar o lucro capitalista, abolir os conflitos.

3 Metodologia

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário, o qual foi aplicado a cinco garimpeiros em uma jazida de minério no sítio Alto do Urubu, município de Picuí - PB. Os minérios extraídos são albita, prego de albita, mica, cristal colombita e tantalita os mesmos são comercializados para as empresas regionais e ou internacionais, reprimindo o lucro de quem os extraem e ressaltando o lucro das grandes empresas e atravessadores.

A coleta de dados foi iniciada com visitas em algumas minas, as quais realizam extração mineralógica no município de Picuí. O contato com os garimpeiros foi bastante satisfatório, pois transmitiram as informações com clareza, como também autorizaram a publicação das informações e imagens.

4 Resultados e discussão

O trabalho na garimpagem não é um serviço fácil de executar exige muito esforço físico e o lucro não é satisfatório, assim relataram os entrevistados. Nos períodos de estiagem os trabalhadores não dispõem de outros meios de sobrevivência, já que os garimpeiros são também agricultores. Partindo de depoimentos dos entrevistados percebeu-se a deficiência instrucional e a necessidade da inserção do trabalhador em uma modalidade de ensino.

Os entrevistados são 100% do sexo masculino, 70% com idade entre 18 a 46 anos, apenas 30% dos trabalhadores tem idade entre 46 a 67 anos. A maioria é provedor da renda familiar, o que corresponde a 99%. Alguns exercem a profissão de agricultor nos períodos chuvosos, 90%, os demais (10%) trabalham na garimpagem em tempo integral (Tabela 1).

Tabela 1 - Condição de vida dos entrevistados.

Trabalhador	Sexo masculino	100%
Idade entre.	18 a 46 anos	70%
Idade entre.	46 á 67 anos	30%
Provedor da família.	46 á 67 anos	99%
Trabalha no período chuvoso.		90%
Tempo Integral		10%

Quanto ao grau de instrução dos homens, cursaram o primário 94%, o ensino fundamental 2% e os que nunca frequentaram a escola são 4% (Tabela 2).

Tabela 2 - Grau de escolaridade dos entrevistados.

Trabalhador	Sexo masculino	100%
Idade entre.	18 a 46 anos	70%
Idade entre.	46 á 67 anos	30%
Provedor da família.	46 á 67 anos	99%
Trabalha no período chuvoso.		90%
Tempo Integral		10%

Os entrevistados disseram que não se interessam em estudar, deixaram de estudar muito cedo para ingressar no trabalho infantil, na profissão de agricultor e em outras atividades econômicas. A garimpagem é um complemento na renda, desse lucro tem que pagar a conga (percentual de dez por cento) para o proprietário da terra. Não tem interesse pelos estudos, devido falta de incentivo, mas reconhecem que o mercado de trabalho formal não ofertará emprego para eles, devido à ausência de qualificação.

Após responderem os questionários os garimpeiros da Mina Alto do Urubu mostraram o local de extração (minas) para apresentar o equipamento improvisado, denominado bondinho (Figura 4) que os auxiliam a transportar os minérios da parte baixa, ou seja, da mina para o reservatório que fica na parte alta.

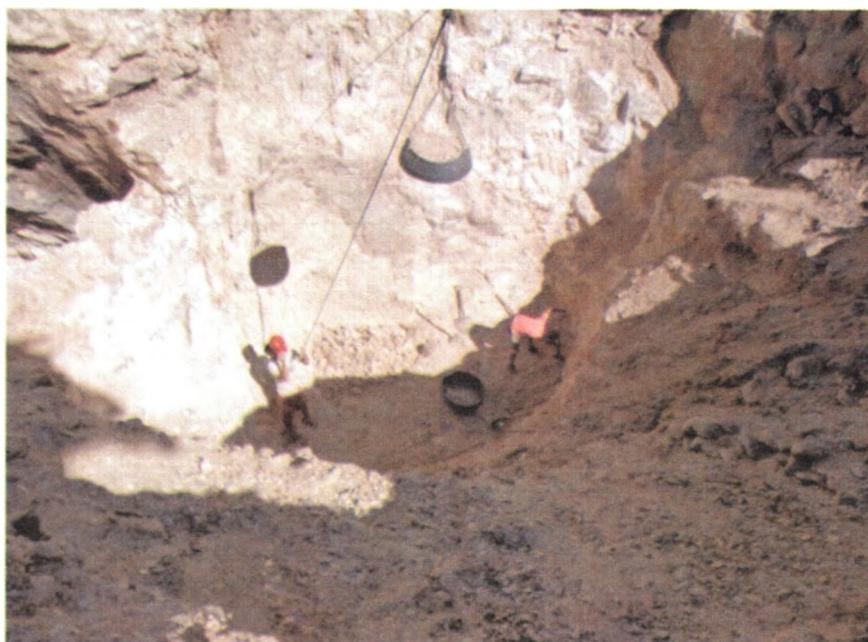
Como educadores pretende-se inserir os garimpeiros em uma modalidade de ensino que possa suprir a necessidade dessa classe trabalhadora. É preciso encontrar subsídios para incluir essas pessoas no universo educacional, de maneira que sejam estimulados a saírem do quadro de analfabeto ou analfabeto funcional. Para isso, é necessário reivindicar do poder público a implantação de cursos que capacitem e valorizem o profissional, além de mostrar novos potenciais: segurança no trabalho, manuseio de explosivos, apicultor, eletricitista.

A prática da Economia solidária não é desenvolvida no município de Picuí, por falta de conhecimento no contexto da formalidade, mas alguns trabalhadores realizam atividades de economia solidária.

Os minérios extraídos são vendidos para a cooperativa do município e os lucros são divididos com os componentes do grupo, exercendo assim a prática da economia solidária mesmo sem terem o conhecimento específico dessa prática.

A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientem o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável (GADOTTI 2009).

Figura 4 - Garimpeiros na banquetta.



A cooperativa do município de Picuí foi fundada em fevereiro de 2011, localizada na Rua José Patrício Dantas, 62, Bairro Pedro Salustino. Iniciou seus trabalhos com 25 associados e atualmente conta com 38 participantes.

Em entrevista concedida pelo diretor presidente da Cooperativa Picuí-PB, constatou-se a importância da organização da cooperativa de mineração para favorecer a atividade garimpeira, com prioridade na autorização para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas.

Segundo Toledo (1949) o cooperativismo é uma das organizações mais úteis planejadas pelo homem. A cooperativa tem que diminuir os impactos alarmantes do capitalismo humanizando mais as condições de trabalho dos garimpeiros. Portanto, mesmo em condições de cooperados, há mais recursos financeiros com relação a garantia de compras e utilização de máquinas tornando a mão de obra menos cansativa e rudimentar.

4.1 A condição de trabalho do minerador

Em virtude da estiagem que assola a região do Seridó paraibano, os agricultores se encontram prejudicados financeiramente. Sem opção de uma fonte de renda, procuram na garimpagem a alternativa de trabalho para sua sobrevivência (Figura 5), por causa dos desequilíbrios ambientais ficaram na impossibilidade de desenvolver a agricultura familiar.

Figura 5 - Acampamento para refeições.



Os garimpeiros têm que executar árduo trabalho, mesmo sabendo dos riscos e das desvantagens que a extração do minério pode trazer. Verificou-se a precariedade do trabalho no garimpo, devido às péssimas condições de trabalho e relações sociais de produção:

- A clandestinidade intensifica a desvalorização do trabalho humano;
- A informalidade do trabalho exercido no garimpo é fator marcante;
- Falta de equipamentos de proteção adequados, que poderiam evitar ou minimizar os riscos de acidentes e de deficiências no garimpeiro;
- As doenças comumente desenvolvidas são: silicose e antracose – doenças que comprometem o sistema respiratório e que em curto prazo podem levar a invalidez ou óbito;
- A falta de orientação técnica tornando o trabalho exaustivo por depender apenas da força humana e colaborando com a degradação do meio ambiente.

O trabalho de extração mineral, ainda é uma atividade desenvolvida no universo da informalidade. Os trabalhadores não dispõem de uma representação sindical. Portanto, a categoria é desassistida nos seus direitos trabalhistas, não havendo reconhecimento desse setor pelas autoridades locais.

No evento do dia 20 de julho de 2013, em comemoração ao Dia nacional do garimpeiro, realizou-se o IV seminário em prol das sete cooperativas existentes na região. Representantes do governo durante o seminário assinaram o termo de recursos financeiros para a compra de equipamentos para beneficiar os associados das cooperativas regionais.

O município de Picuí-PB dispõe de uma valiosa reserva subterrânea, o grande problema ainda são os atravessadores que aparecem providos de capital para comprarem o principal produto do mercado que é “tantalita”. O minério tem grande valor econômico e resulta em

elevados lucros para os exploradores do garimpeiro, os quais vivem em condições precárias rendidas ao capital especulativo. Essa interferência aumenta o nível de pobreza, impedindo os trabalhadores de desfrutarem do valor econômico real do minério.

Em entrevista um garimpeiro relatou que recentemente quando estava trabalhando na mina Alto do urubu um barranco enorme desmoronou, mas por sorte eles tinham saído do local para o lanche a poucos minutos: “Foi Deus que nos livrou da morte”, relatou o mesmo. Percebe-se então que os problemas do garimpo não são apenas de ordem econômica, mas comprometem a saúde física, mental e até a vida dos garimpeiros.

A garimpagem é difícil e perigosa, pois sempre que os garimpeiros estão trabalhando há risco de desmoronamento de terrenos ou fragmentos de lavras, colocando em perigo a vida.

“Esses depósitos minerais, de qualquer modo, têm concorrido para o amparo, defesa e garantia dos pobres e sacrificados trabalhadores dos garimpos empíricos, que arriscam a vida à ganância dos aventureiros da fortuna”. (ABILIO CESAR, 1963)

Essa é a realidade de muitos trabalhadores que não têm outros meios para sobrevivência, sem escolaridade submetem-se ao garimpo, sem retorno financeiro suficiente.

Outros aspectos verificados no momento da entrevista foram os impactos ambientais gerados, primeiro pelos italianos que ali já haviam explorado os pegmatitos mais valiosos, e dado continuidade de extração com a garimpagem atual.

O trabalho árduo do garimpeiro do município de Picuí tem a dimensão da desigualdade social. A economia solidaria promove o trabalho humano como uma ação transformadora que emancipa o trabalhador em relação a repressão mercantil, centralizada no sistema capitalista no que se refere a mão de obra do trabalhador assalariado.

Quanto ao trabalho desenvolvido na garimpagem, constatou-se a necessidade de conscientizar as empresas ou tornar obrigatório recuperar as áreas exploradas pela garimpagem. Assim garante-se a renovação dos recursos naturais, que promoverão a subsistência das futuras gerações.

5 Conclusões

Quanto às condições econômicas do município, a agropecuária ainda é a base da economia no período chuvoso. Portanto a mineração se torna o suporte da economia regional.

O setor mineral mesmo desprovido de mecanização vem gerando recursos para a região. O trabalhador ainda utiliza técnicas rudimentares na exploração das lavras pegmatitas que vem sendo explorados a longas décadas. Os minerais de maior valor comercial são: Tantalita, Feldspato, Mica, Albita e Quartzo.

A exploração e comercialização das riquezas do subsolo desse município deveriam ser um instrumento para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. No entanto, observa-se o desequilíbrio de varias áreas, tanto na lavra como no beneficiamento, ou no assoreamento dos reservatórios hídricos. Percebe-se, os impactos na flora e na fauna, sem esquecer da condição sub-humana de quem executa esse trabalho.

Através dessa análise pode-se compreender melhor a complexidade das relações sociais de produção e a cadeia produtiva mineral do município. Ciente que, quem lucra com a extração mineralógica da região são as empresas nacionais, regionais ou estrangeiras. Como o trabalhador não tem outras alternativas como meio de produção, fica rendido ao capitalismo.

Para melhorar esta realidade verifica-se a importância da implementação de metodologia educacional e aplicação de princípios da economia solidária. Visando desenvolver estratégias significativas, com ênfase no conhecimento e nas mudanças sociais através da Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Economia Solidaria.

6 Referências

- ANDRADE, M. C. **O Minério de tungstênio no Nordeste do Brasil**. Mossoró. FUNDAJ/CNPq, 1990.
- ANDRADE, M. C. **Mineração no Nordeste: depoimento experiências**. Brasília: CNPq, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987.
- ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano no íntegro humo evolutivo práxis e Economia Solidária**. Petrópolis: vozes. 2003.
- BENINI, É. et al. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- BRASIL. **Código de Mineração e Legislação Correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
- FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GOMES, M.M.C ; Araújo; I. O; Souza, S.L.T.A. **Garimpo: Precarização do Trabalho no Junco do Seridó Paraibano**. IX Jornada do Trabalho,UFG/ Catalão:GO, 2008.
- HENRIQUES NETO, A. **Voz de um homem rude**. Picuí, 2001.
- KRUPPA, S. M. P. **Sociologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MELO, A. S. T.; RODRIGUES, J. L. **Paraíba: Desenvolvimento econômico e questão ambiental**. João Pessoa: GRAFSET, 2003.
- OLIVEIRA, A. C. **Riquezas do Subsolo: Município de Picuí**. Brasília: CNEC, 1981.
- PEREIRA, M. I. **Cooperativa de trabalho: impacto no Setor de serviços**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning ,2003.
- PIRES, A. do C. S. **Cooperativismo: a luz dos princípios Constitucionais**. 1 ed. Curitiba; Juruá Editora, 2008.
- PINTO, C. A. M. **Recursos Minerais do Nordeste**. Recife: SUDEMA, 1995.
- ROSSI, A. C. S. **Cooperativismo: a luz dos Princípios Constitucionais**. Ed. Curitiba; Juruá Editora, 2008
- SCILAR, C. **Geopolítica das Minas do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- SINGER, P. Economia Solidária. *In*: CATTANI, Antonio D. (org.) **A Outra Economia**. Porto alegre: Veraz, 2003.
- SOUSA, G. M. D.; JADSON, H. **Pesquisa relacionada a materiais existente no município de Picuí**. Picuí: IFPB.
- IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Professor Marciano Dantas blogs pot.12/12/Paraiba.html. 2010. SHULGIN, Apud Freitas. *In*_____ PISTRAC, M. M. (org.) **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

O perfil e a trajetória dos alunos da EJA de 6º a 9º ano do município de Cuité-PB

Sandra Sueli de Oliveira Santos
Ramílton Marinho Costa

1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de Educação sobre a qual muito se tem discutido muito nos últimos tempos por diversos educadores e pesquisadores. Dentre estes estudos destaca-se o de Arroyo (2000), que afirma que a modalidade ainda traz em sua história diversas marcas da negação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB nº 9394 de 1996, que configura a EJA como uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, ainda não foi o suficiente para assegurar aos jovens e adultos uma educação atendendo às suas especificidades. Encontramos respaldo em Arroyo (2007, p.19) quando este considera ser característica marcante do momento vivido pela EJA “a diversidade de tentativas de configurar sua especificidade”.

Buscar conhecer o aluno constitui-se um referencial para proporcionar aulas mais atrativas e significativas em que educador e educando constroem junto o saber tornando o momento da escola mais atrativo e prazeroso. Um trabalho com jovens e adultos é antes de tudo um desafio, tendo em vista as diversas dificuldades que irá enfrentar. Buscar inovar e procurar métodos que facilitem a aprendizagem dos alunos da EJA é um dos desafios dos professores, que muitas vezes se desdobram entre uma escola e outra para poder sobreviver.

Pretendemos, através desse trabalho, apresentar um pouco da trajetória de vida desses alunos da EJA, buscando conhecê-los, e analisando quais os motivos que fizeram retornarem para escola. Com base nisso, esse trabalho visa identificar as condições socioeconômicas em que estão inseridos e as suas expectativas em relação ao futuro. Pois sabemos, é comum encontrarmos alunos de EJA desestimulados muitas vezes com baixa estima provocada pelas várias situações de fracasso escolar. A sua passagem pela escola, na maioria das vezes, foi marcada pela exclusão e/ou insucesso escolar. É nesse contexto que muitos retornam à escola, revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal diante dos novos desafios que irão enfrentar.

É importante conhecer os motivos que fizeram esses alunos retornarem a sala de aula e, a partir daí, construir um projeto de ensino que atenda as suas reais necessidades.

Desse modo, esse trabalho tem o intuito de compreender melhor quem são esses jovens e adultos que frequentam as salas da EJA em busca de formação e quais são as expectativas que esses alunos trazem ao *retornarem a escola*. Foi a partir desses questionamentos que nasceu o desejo de desenvolver essa pesquisa.

Escolhemos para o estudo de caso um grupo de alunos das escolas Municipais Tancredo de Almeida Neves e Elça Carvalho da Fonseca, localizadas em Cuité - PB.

2 Fundamentação teórica

Perceber o jovem e adulto no contexto da escolarização é considerar um traço cultural relevante que é a sua condição de excluídos da escola regular. E esta situação de exclusão contribui para delinear a especificidade dos jovens e adultos como sujeitos de aprendizagem. Outro fator que merece ser mencionado é adequação da escola para um grupo que não é o “alvo original” da Escola Básica regular. A teoria do déficit e da diferença cultural, atribuídos como fatores determinantes do fracasso escolar, no cotidiano escolar, pode ser compreendida:

(...) inadequação da escola decorre muito mais de sua má qualidade, da suposição de que os alunos pobres não têm habilidades que na realidade muitas vezes possuem, da expectativa de que a clientela não aprenda ou que o faça em condições em vários sentidos adversas à aprendizagem, tudo isso, a partir de uma desvalorização social dos usuários mais empobrecidos da escola pública elementar. É no mínimo incoerente concluir, a partir de seu rendimento numa escola cujo funcionamento pode estar dificultando, de várias maneiras, sua aprendizagem escolar (PATTO, 2000, p. 407-408)

De acordo com Gadotti (2001) esses jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego e os baixos salários comprometem o processo de alfabetização desses jovens e adultos, fazendo-os muitas vezes desistir de frequentar as aulas. Dessa forma, de acordo com Maia (2001), o educador que vai trabalhar com os alunos da EJA deve relacionar os conteúdos com a vida dos alunos, com sua realidade existencial, pois na maioria dos casos eles sofrem com questões familiares, profissionais, conjugais, preconceito entre outras. Diante disso é indispensável que o professor além de mediador de informação também seja um estimulador a prática escolar para que a evasão não seja vista de maneira normal para que diminua essa prática tão frequente nas salas de aula de Eja.

A EJA não deve ser uma reposição da escolaridade perdida, como normalmente se configuram os cursos acelerados nos moldes do que te sido o ensino supletivo. Deve construir uma identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino e propiciando terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino regular. (GADOTTI, 2008, p.121)

De acordo também com Oliveira (1999):

O adulto, para a educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar séries do ensino supletivo.

De acordo com Haddad:

[...] trazem no corpo e na fala as marcas de outras regiões, sinais identificadores de seu grupo social. A cor da pele, as marcas das dificuldades, a maturidade de quem foi obrigado a precocemente entrar no mercado de trabalho caracterizam o grupo social do curso noturno de maneira diferenciada aos bem-nascidos dos cursos regulares diurnos (HADDAD, 1997).

A educação é um procedimento de longo prazo e contínuo, é um conhecimento para a democracia e a cidadania entre outras práticas. Quando a escola perde essa função ela passa a representar a negação de um direito constitucional para o cidadão, decorrentes de um conjunto de dificuldade sociais. As dificuldades são muitos e não únicos da educação, pois o descompromisso é crescente na saúde, moradia, segurança, trabalhos, neste processo, constataram cada vez mais contingentes de sem-teto, sem-emprego, sem-terra, entre outros, não seria fora de propósito acrescentar que neste quadro descrevem que eles também estão ligados à esfera do não acesso à escolarização.

Sobre isso Gadotti afirma:

“Tão importante quanto o direito à escola é garantir que todos aprendam com uma educação de qualidade. Neste sentido, não são os nossos sistemas educacionais que tem direito a certos tipos de alunos. É o sistema escolar de um país que tem que se ajustar para satisfazer as necessidades de todos os alunos. É necessário tornar a aprendizagem mais significativa para todos, terem propostas alternativas que estejam comprometidas com uma educação de qualidade para esses jovens e adultos.” (MOACIR GADOTTI 2008)

A questão curricular traz uma metodologia oficial de elaboração de um documento formal, onde podemos destacar como guia curricular é uma forma de compreensão que não pode deixar de fora a técnica de produção sociocultural, o processo de efetivação da Educação permanente, que considere as necessidades e incentive as potencialidades do educando; promova a autonomia dos jovens e adultos, para que sejam sujeitos da aprendizagem; educação vinculada ao mundo do trabalho e às práticas sócias; projeto pedagógico com flexibilidade curricular e conteúdos curriculares pautados em 3 princípios: contextualização, reconhecimento de identidade pessoal e das diversidades coletivas (Parecer CEB 11/2000).

Em função destes princípios, novas funções são estabelecidas para a Educação de Jovens e Adultos: Reparadora ao reconhecer a igualdade humana de direitos e o acesso aos direitos civis, pela restauração de um direito negado; Equalizadora ao propor igualdade de oportunidade de acesso e permanência na escola e, qualificadora ao viabilizar a atualização permanente de conhecimentos e aprendizagens contínuas (Parecer CEB 11/2000).

De acordo com Diniz:

“O processo de alfabetização das turmas de EJA esta ancorado em práticas indispensáveis de leitura e escrita que também são desenvolvidos com crianças nas séries iniciais. Isso não quer dizer que o professor vá trabalhar lançando mão dos mesmos materiais e estratégias com públicos tão distintos. Não faz sentido. Esse é um dos motivos que levam os mais velhos a fracassarem e abandonar a escola”. (DINIZ, 2009)

Acreditar no potencial desse jovem é essencial para estimular a sua capacidade de aprender, criar, propor e escolher, dando-lhe oportunidade de se expressarem livremente, de refletirem e criticarem, pois a educação é um trabalho de trocas, em que se ensina e se aprende dos dois lados, é um ato de amor, solidariedade e coletividade. Como afirma Freire (1980), a educação é a conscientização pelo desvelamento da realidade pelo estabelecimento de um projeto de transformação da mesma e pelo compromisso histórico de execução desse projeto que deve visar à libertação de todos os homens e sua inserção na construção da sociedade e na direção da mudança social, substituindo a realidade mágica por uma mais crítica, baseada no diálogo e modificando o conteúdo dos programas de educação para a contextualização da realidade desses jovens e adultos.

A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável. Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica:

O projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na

direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais. (Arroyo, 2006, p. 53)

Hoje, a economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da *solidariedade*, da *sustentabilidade*, da *inclusão social* e da *emancipação*. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta. Uma das características mais marcantes da economia solidária é o seu sistema de gestão, nitidamente distinto do setor privado capitalista. A gestão capitalista está ligada ao acúmulo do capital e ao lucro, ao passo que a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados, ao empreendimento econômico solidário, a um modo de vida sustentável e ao bem viver da população. São princípios ético-políticos antagônicos aos da gestão dos negócios capitalistas que não beneficia a todos, mas a seus proprietários.

Segundo Paul Singer (2002, p. 10), a economia solidária é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Na empresa capitalista, os salários são desiguais: diretores ganham mais do que gerentes e estes, mais do que os técnicos e vendedores. Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas sim retiradas que variam conforme a receita obtida. “Alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos”.

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias. As empresas solidárias, por seu caráter, devem ser autogestionárias.

3 Resultados e discussão

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, amparada por Lei voltada para aquelas pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade própria. O objetivo é atender a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pelo número inferior de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de Educação de Jovens e Adultos. Por isso, o professor de Educação de Jovens e Adultos deve também ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. No perfil do professor de Educação de Jovens e Adultos a característica essencial para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto é o comprometimento com o jovem que vê no seu professor como um modelo a seguir. Na prática o que acontece é totalmente o contrário. São professores desqualificados que na maioria das vezes já estão com uma carga horária superlotada que usam o ensino de EJA apenas para completar suas aulas.

A sociedade entenda a complexidade desse tipo de aluno que traz características bem diferentes do aluno do ensino e idade regular. O aluno de Educação de Jovens e Adultos vivencia problemas como discriminação, preconceito, vergonha, críticas, dentre tantos outros vivenciados tanto no âmbito escolar, quanto familiar e também na vida em comunidade.

Com o intuito de compreender melhor essas características do aluno da EJA foi realizada esta pesquisa. Inicialmente, a pesquisa apontou que quanto ao gênero podemos perceber que os homens são maioria nas salas de aula de EJA, mostrando que as mulheres (casadas), mesmo de forma inconsciente, ainda estão atreladas à cultura de cuidar do marido e das obrigações domésticas. Enquanto as solteiras são mais acomodadas ou não se preocupam em terminar os estudos. Quanto às mulheres 80% das pesquisadas são donas de casa recebem algum benefício do governo e o restante trabalha no comércio ou na agricultura.

Aproximadamente 50% das jovens mulheres entrevistadas, salientaram a gravidez precoce ou casamento como motivo fundamental para o abandono dos estudos na escola regular. Estas respostas nos remetem à vulnerabilidade social dos jovens e a desinformação em relação aos conteúdos relacionados com o contexto social do mesmo.

O acesso limitado à educação de qualidade e a fragilidade na manutenção dos sistemas escolares, a inequação da qualificação para o mundo do trabalho, envolvimento com drogas e a inexistência de oportunidades de lazer também aparecem como outros fatores de abandono. Esses dados levam a constituição do grupo mais vulnerável da população.

Nesse sentido, Ferreira (2007), nos discutindo sobre escolarização feminina aponta que:

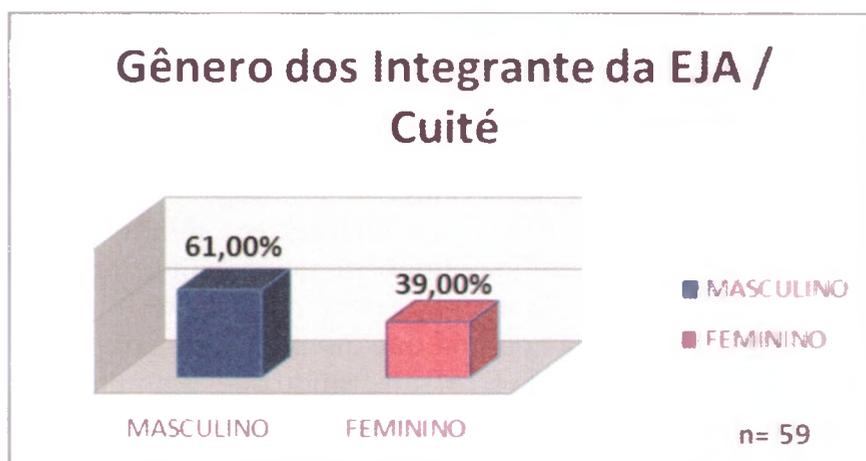
[...] por tradição histórica, a mulher teve sua existência atrelada à família, o que lhe dava a obrigação de submeter-se ao domínio masculino, seja pai, esposo ou mesmo o irmão. Sua identidade, segundo esses estudos, foi sendo construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privada-doméstica, fora dos muros dos espaços públicos. E por essa tradição, construída historicamente, a mulher se viu destituída de seus direitos civis. Não podia participar de uma educação que fosse capaz de prepará-la para poder administrar sua própria vida e de ter acesso às profissões de maior prestígio. Assim, por um longo período histórico, a família, a igreja e a escola, elementos inerentes a esse processo, enquanto instituições, vão sustentar esse projeto moralizador, tutelando a mulher ao poder econômico e político do homem brasileiro (FERREIRA, 2007, p. 15).

Analisando outros motivos para a não conclusão do ensino fundamental os alunos, em geral, salientaram as condições financeiras e a necessidade de trabalhar para o sustento da família como principais motivos. O depoimento de dona Maria aluna da 8ª série exemplifica bem essa questão: “Parei de estudar porque eu só levava a vida em trabalhar, antes não tinha muita oportunidade, hoje está muito diferente, tudo é mais fácil”.

Apoiamo-nos em Gaudêncio Frigotto para afirmar que:

“Uma característica marcante dos jovens pertencentes a programas de inclusão é que estes são, em sua grande maioria, filhos de trabalhadores e moradores de bairros populares ou, ainda, moram em acampamentos ou assentamentos. Ainda nossos resultados, ainda que prévios apontam para particularidades e especificidades destes alunos, tais como amadurecimento e entrada no mercado de trabalho precoces.”

Gráfico 1 - Gênero.

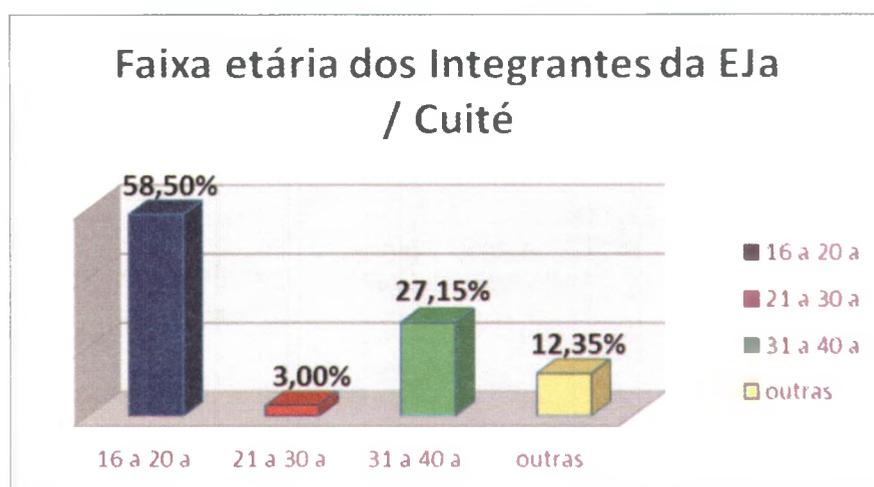


Com relação à idade podemos observar que a maioria dos alunos que compõem a EJA, hoje, são jovens que tem entre 16 e 20 anos que pararam de estudar pelos vários motivos acima

elencados ou ainda àqueles que tiveram sucessivas reprovações no ensino regular, ou ingressam na EJA para concluir mais rápido o Ensino fundamental. Nessa faixa etária, o principal motivo de estar na EJA é pelo fato de ter sido reprovado várias vezes no ensino regular e acreditam que terminando mais rápido terão mais chance de melhorar de vida. Como relata Marcelo aluno pesquisado: “Minha expectativa é estudar e ter um bom emprego”

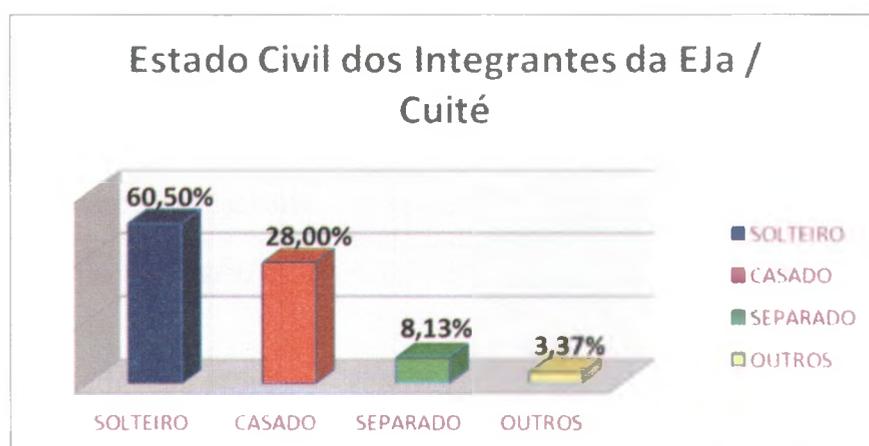
Esta faixa etária é considerada como problema pela sociedade. Atualmente esta tende a ver a juventude como sinônima a problemas e, por isso se constitui como forte motivo de preocupação quanto ao futuro do País. São duas as imagens da juventude que predominam hoje nos meios de comunicação e na opinião pública. De um lado, nas propagandas e nas novelas, estão os jovens bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados que oferecem modelos de vida e de consumo aos quais poucas pessoas reais têm acesso. De outro, nos noticiários, estão os jovens envolvidos com problemas de violência ou comportamentos de risco, que são, na maior parte das vezes, negros e oriundos dos setores populares (MANUAL DE ORIENTAÇÕES GERAIS do Projovem, 2007, p. 16).

Gráfico 2 - Faixa etária.



Analisando a questão familiar observa-se que a maioria dos entrevistados, cerca de 60% é solteira e mora com a família. Família esta, composta pelos mais diversos personagens tais como: pai, mãe, filhos e seus padrastos, irmãos, tios, avós, sobrinhos e aproximadamente 70% tem uma renda igual ou inferior ao salário mínimo.

Gráfico 3 - Estado civil.

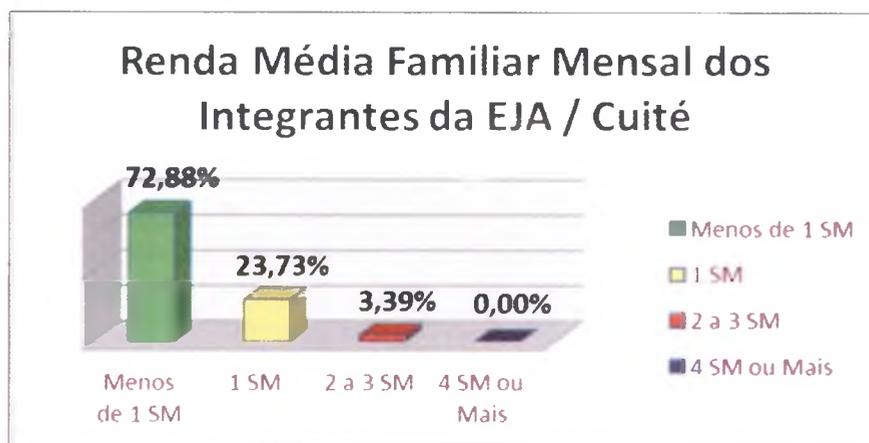


Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios.

Friedrich e Canavarro Benite afirmam que:

“A concepção de família para ele consiste em um agrupamento constituído de parentesco. Dessa forma também reforça o contexto social de diversidades em que o aluno está inserido. Defendemos que para compreender melhor o público que compõe esse tipo de programa de inclusão é preciso buscar o entendimento do que é viver a juventude na atualidade e no contexto dos modos de produção vigentes. A percepção da juventude neste espaço torna-se imprescindível visto que são grupos diversos que mantêm relações com outros grupos sociais, mas que constituem particularidades intrínsecas”.

Gráfico 4 - Renda média familiar.



Verificamos que a maioria deles (aproximadamente 65%) não possui casa própria, ao responder no questionário que este seria o seu maior sonho. Podemos perceber também, que esses jovens e adultos convivem com as mais diversas dificuldades financeiras e almejam, além disso, um emprego para suprir suas necessidades básicas.

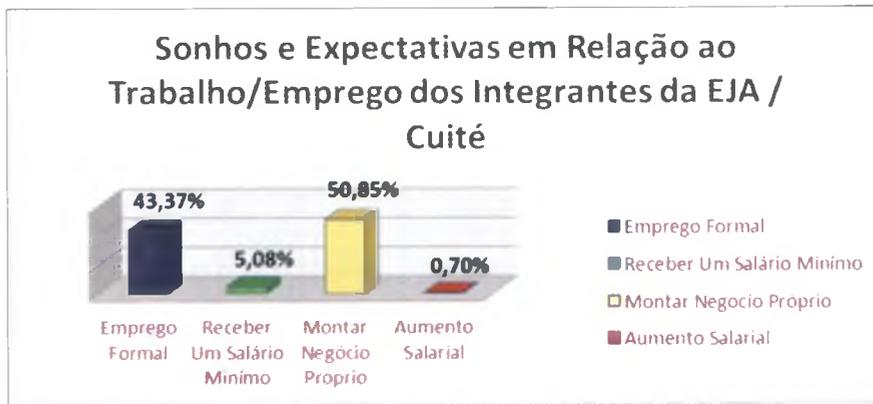
Os alunos de EJA têm traços de vida, origens, idade, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos muito diferentes. São pessoas que vivem em uma sociedade que prevalece o capitalismo, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, ambiente e realidade cultural em que estão inseridos e nada disso deve ser relevado no processo educacional.

Arroyo assim afirma que:

“essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo possível. quando só os mestres tem o que falar não passa de um monólogo. os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores, mestres e alunos (as), quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial.” (arroyo, 2006, p.35).

Com relação aos sonhos expectativas dos jovens em relação ao trabalho/emprego a maioria deles respondeu acerca do desejo de montar um negócio próprio e outros conseguir um emprego formal. Os jovens almejam uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho para buscar melhorar sua qualidade de vida, e ter acesso aos bens produzidos pela sociedade.

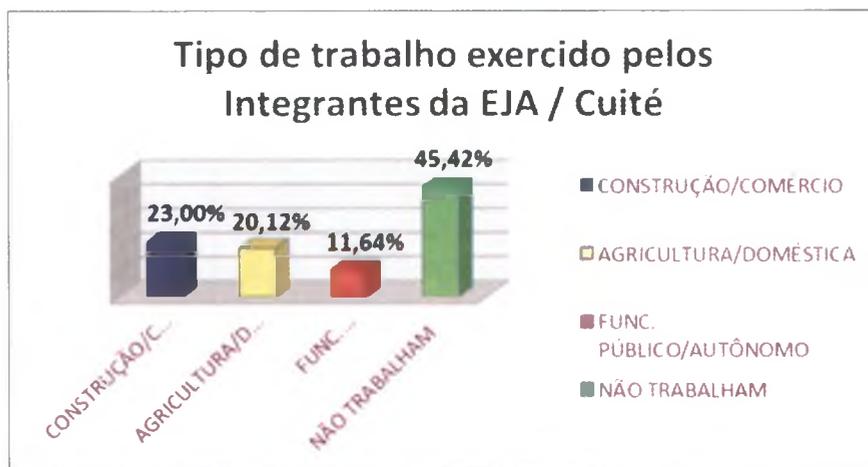
Gráfico 5 - Sonhos e expectativas.



Com relação ao tipo de trabalho exercido pelos entrevistados, a grande maioria dos homens solteiros está no trabalho informal ou não trabalham. Muitos fazem os chamados “bicos” para ajudar na renda familiar. A maioria é ajudante de pedreiro, outros ajudam no comércio como entregador ou despachante e ainda alguns que trabalham na agricultura.

Quando questionados sobre o conhecimento de uma associação ou cooperativa todos os entrevistados foram categóricos nas respostas e responderam que “não”.

Gráfico 6 - Tipo de trabalho.



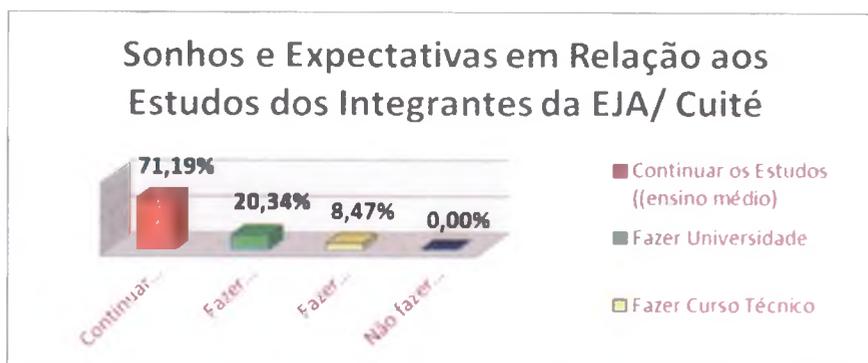
Ao escolherem o retorno para a escola, os jovens e os adultos têm como principal objetivo promover o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Buscam, através da escola, melhorar sua capacidade intelectual. Trata-se de uma decisão que envolve outras pessoas como família, o patrão, etc. Ir à escola, para um jovem ou adulto, é, antes de tudo, um desafio, um projeto de vida. O depoimento de um jovem de 17 anos exemplifica esse pensamento: “Agora me interessa em concursos e sempre tento aprender o que é ensinado para facilitar em um possível ENEM” (Marcelo Machado)

O objetivo da volta à escola, segundo os alunos pesquisados, é para continuar os estudos almejando um futuro melhor, satisfação pessoal, voltar ao meio social ou um diploma, e mais comum, que é conseguir um trabalho melhor e mudar a situação econômica atual.

Mesmo diante de várias situações de direitos negados, existem diferentes e inusitados fatores que motivam os alunos, uma vez afastados da escola, a retornarem. Em conversa informal com uma aluna, ela informou que havia parado de estudar na infância, casou e vivia razoavelmente bem, mas, voltou a estudar pra sair da monotonia, fazer amizade.

Um fato que merece destaque é com relação às expectativas dos estudantes no que diz respeito ao término dos estudos. A maioria não apresenta expectativas para cursar uma universidade no futuro. Apenas relatam que tem o desejo de concluir a EJA. Estes alunos são justamente àqueles que passaram por várias repetições no ensino fundamental e se mostram bastante desestimulados com relação aos estudos.

Gráfico 7 - Sonhos e expectativas.



Interpretação dos Dados

O perfil dos alunos da EJA foi se modificando com o passar dos anos. O seu objetivo inicial era alfabetizar trabalhadores, na sua grande maioria rural, que não tiveram oportunidade e tempo de estudar. Essas salas eram compostas muitas vezes, por pessoas que mesmo cansadas, depois de um dia de serviço tinham interesse e muita vontade de aprender a ler e escrever. Hoje, a maioria das salas de aula de EJA é composta por jovens que acumulam em seu currículo diversas repetências do ensino regular e muitas vezes são rejeitados nessas salas por vários motivos. Acabam ingressando na EJA, sem nenhum estímulo, sem nenhuma perspectiva e terminam desistindo depois de poucos meses de aula. Essa realidade é constatada pelo fato de como as salas de aula da EJA iniciam, às vezes com as turmas superlotadas e acaba o ano com um número muito reduzido de alunos.

Na sala de aula de Educação de Jovens e Adultos evidencia-se a timidez dos alunos, atitudes de irreverência e transgressão. Esses alunos e alunas demonstram vergonha em perguntar ou em responder perguntas, nervosismo exagerado nas situações de avaliação, ou então, mostram-se agitados e indisciplinados. O papel do professor é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. Um caminho seguro para diminuir esse sentimento de insegurança é valorizar os saberes que os alunos trazem para a sala de aula, suas habilidades profissionais, pois isso trará o resgate da autoimagem positiva, ampliando sua autoestima.

Dessa forma, entendemos que valorizar os saberes desses alunos é trazer para o contexto escolar situações vivenciadas no dia-a-dia. Inserir no plano de aula conteúdos que estejam relacionados com a realidade dos mesmos. Propor atividades que incentivem os alunos a perceberem a importância de estudar e como isso pode mudar a sua vida. Significa contemplar na escolarização, e especificamente na organização curricular, discussões sobre a função do trabalho na vida humana e as competências cognitivas necessárias a EJA, a partir das mudanças estruturais das novas formas de produção. Analisar e propor novas possibilidades de organização do trabalho pedagógico para esta modalidade de ensino, em atendimento ao perfil dos alunos da EJA.

Uma alternativa interessante para transformar a atual realidade desses jovens e adultos seria propor um projeto que buscasse valorizar os conhecimentos e experiências vividas por eles através da Economia Solidária, uma vez que, foi constatada que a maioria é desempregada e al-

meja montar um negócio próprio. Sabendo que o mundo do trabalho faz parte do seu contexto é importante identificar as habilidades de cada grupo social para geração de novas oportunidades de inserção social buscando principalmente a valorização das relações de cooperação, uma melhor distribuição de renda e o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

Diante do exposto, e de acordo com Gadotti (2009), que trata do Plano Setorial de qualificação social e profissional em Economia Solidária, alguns elementos metodológicos são essenciais para a concepção de uma nova educação:

“Uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, Social, regional e de gênero; Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas de trabalho e da cidadania para, para propiciar ao educando uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política” (GADOTTI, 2009)

Podemos exemplificar usando uma aula de matemática em que explore as quatro operações através de preços de produtos: primeiro pesquisar o preço das mercadorias, em seguida propor exercícios que envolvam adição, subtração, multiplicação e divisão.

De acordo com Paulino José Orso (2002):

Cabe ao professor, por meio do trabalho que realiza, portanto, ajudar a preparar os alunos, que em sua maioria, também são trabalhadores, para uma nova sociedade; a ajudar ao aluno transitar do estado de consciência alienada para a superação de seu estado de classe; servir de ponte entre a realidade atual e a que se quer construir.

É importante destacar alguns pontos importantes que levam esses alunos ao fracasso escolar como a forma como esses interagem com o ambiente escolar, modo como estabelecem relações com o saber e com o aprender, seu relacionamento com os professores e com colegas, suas relações familiares e os vínculos que constrói com o conhecimento. Em relação à escola, os motivos são o modelo pedagógico, perfil dos professores, falta de material, dentre outros. No âmbito social, o fracasso fica por conta das políticas públicas de educação e a secular desigualdade econômica e social da sociedade brasileira.

Talvez os profissionais ainda não se deram conta que o trabalho com esses alunos precisa ser diferenciado. A escolha de conteúdos adequados e a forma de repassá-los, com metodologias específicas são fundamentais para os alunos da EJA. Paulo Freire (1986) diz:

“Educadores e grupos populares descobriram que a Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância: refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar na direção de objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em Possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua compreensão do mundo. Dessa forma são tão importantes para a formação certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que façam de sua realidade concreta.”

Os profissionais da EJA precisam ter clareza e segurança quanto aos objetivos e conteúdos educativos que integram um projeto pedagógico, definindo as melhores estratégias para prestar uma ajuda eficaz aos alunos, devem ter uma especial sensibilidade para trabalhar com a diversidade, já que numa turma poderá encontrar educandos com diferentes bagagens culturais e que possuem alguns conhecimentos sobre o mundo letrado, que adquiriram em breves passagens pela escola ou na realização de atividades cotidianas. Segundo Ribeiro (2001) é inegável, entretanto, que a participação dessas pessoas nessas atividades é muito precária, limitada e dependente; outro fator relevante é que a exclusão do conhecimento que se adquire

na escola marca essas pessoas profundamente pela imagem que fazem de si e pelo estigma que a sociedade lhes impõe. Este é um dos motivos pelo qual muitas delas, mesmo tendo outras responsabilidades no trabalho e em casa decidem estudar.

É essencial acreditar nesse jovem, na sua capacidade de aprender, criar, propor e escolher, dando-lhe oportunidade de se expressarem livremente, de refletirem e criticarem, pois a educação é um trabalho de trocas, em que se ensina e se aprende dos dois lados, é um ato de amor, solidariedade e coletividade. Como afirma Freire (1986), a educação é a conscientização pelo desvelamento da realidade pelo estabelecimento de um projeto de transformação da mesma e pelo compromisso histórico de execução desse projeto que deve visar à libertação de todos os homens e sua inserção na construção da sociedade e na direção da mudança social, substituindo a realidade mágica por uma mais crítica, baseada no diálogo e modificando os programas de educação para a contextualização da realidade desses jovens.

Pensando nisso a inclusão de conteúdos na grade curricular que tratem da economia solidária seria uma forma de incentivar e apresentar para os jovens e adultos uma nova e diferente forma de transformar as suas habilidades em um empreendimento que busque valorizar o meio em que estão inseridos.

4 Considerações finais

Durante mais de dez anos em que as Escolas Elça Carvalho da Conceição e Tancredo de Almeida Neves ofereceram a educação para jovens e adultos, muitos alunos já passaram pelos bancos dessas escolas. Foram muitos alunos que nesse processo de idas e vindas, optaram por retornar e concluir os estudos. E agora, diante dessa pesquisa, podem-se entender os motivos que os fizeram decidir pelo retorno.

Diante das análises das respostas dos alunos, foi possível inferir que eles consideram que a educação é o meio mais importante e até mesmo o mais acessível para se conseguir trabalho e reconhecimento na sociedade. E que apesar das dificuldades passadas e presentes, os alunos ainda veem a escola com olhar de esperança. Esperança de conseguir um “emprego melhor”, ou até mesmo de conseguir o “primeiro emprego” e, assim, poder ter melhores condições de vida.

Assim a EJA se configura como possibilidade de elevação de escolaridade e também elevação da qualificação dos alunos trabalhadores ou dos que venham a ser. E dessa forma pode-se inferir que é por isso que à escola retornam, pois há sempre esperanças de mudar, de superar a condição de excluídos. Para outros alunos, a escola é aprendizado, é a forma de ser inserido na sociedade e até mesmo no convívio familiar.

Nas análises teóricas percebeu-se o quanto é importante a formação dos professores para atuarem com esse público da EJA. O quanto é importante se os mesmos tivessem essa preparação teórica, que buscassem base em diversos autores com o intuito de mudar o olhar sobre esses alunos, enxergando na profissão não só mais uma maneira de “ganhar a vida”, mas, sim, como possibilidade de resgatar vidas.

Faz-se necessário um novo olhar em que novas alternativas de produção e economia estejam presentes.

Nesse sentido a Economia Solidária poderia ser introduzida como uma alternativa que destacasse o potencial à formação desses jovens. Numa perspectiva que buscasse situar a formação dos alunos em processos de desenvolvimento local.

Nesse sentido, encontrar alternativa para mudança de atitude em tempos difíceis em que os jovens veem na escola lugar de novos horizontes, faz-se necessárias novas propostas de organização para atuar na mesma.

Dessa forma é preciso que o sujeito passe por uma reeducação onde o poder da competição seja transformado em uma nova forma de pensar. Ainda segundo Paul Singer que discutia a dificuldade de usar da prática da solidariedade em uma sociedade capitalista:

Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados.

Estando ciente que nesse contexto de turmas em que o trabalho faz parte do seu mundo se torna essencial um olhar diferenciado com propostas inovadoras que proporcionem práticas de mudanças para o meio social e profissional. Pensando na famosa frase de Paulo Freire em que “Ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos”.

Enquanto ato pedagógico, isso se aplica inteiramente à Economia Solidária. Docentes e discentes são igualmente inexperientes. Os primeiros possuem conhecimentos teóricos, os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um auto-aprendizado mútuo. Somos todos autodidatas, pois não há aprendizado verdadeiro em que a curiosidade do aprendiz não tenha papel crucial.

Diante disso, podemos dizer que a função permanente da EJA é propiciar a todos a atualização de conhecimento que tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial e desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares e não escolares. Mais do que nunca ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

Nesse processo de formação coletivo são necessários jogos pedagógicos que possibilitem aproveitar as ideias nomeadas individualmente, num processo que preserve a igualdade de condições entre os trabalhadores, com direito a diferentes pontos de vista.

Na verdade, o que observamos em diversas falas de professores em conversas informais do dia-a-dia é que os mesmos gostam de atuar com o público de mais idade, consideram gratificante presenciar o crescimento e a formação dos alunos que se dá continuamente, mas com relação aos adolescentes eles alegam ser complicado e preocupante obter um resultado satisfatório, pois a grande maioria deles não apresenta nenhum interesse para estudar. Vão para a escola totalmente desmotivada, sem nenhuma perspectiva de futuro.

O que se pretendeu foi destacar os motivos que fizeram os alunos desistirem da escola, e quando não relacionados, ao trabalho, a família, os motivos são de ordem pessoal. Tanto do retorno, quanto da desistência. A escola pode interferir sim, tanto de maneira positiva, quanto negativa. Logo, é preciso estar atentos com nossas práticas no nosso processo de ensinar.

5 Referências

ALMEIDA, M. L. S. Sujeitos não-alfabetizados: sujeitos de direitos, necessidades e desejos. *In*: SOARES, L. (org.). **Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARROYO, M. G. (org.). Da escola carente à escola possível. *In*: Kezia Costa Souza. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, ISSN 2179- 6955, v. 02, nº. 2, p. 61 a 76, 2012. São Paulo: Edições Loyola, 2003

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: Kezia Costa Souza. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

ARROYO, M. G. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. *In*: Leônicio(org.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BEISIEGEL, C. de R. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Jan./Abr.1999. 4, p.26-34.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL). **Parecer Nº. 11/2000** - CEB - Aprovado em 10de maio de 2000.

- BRASIL. **Lei nº 9.394**. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000.
- CONFITEA (Conferência Internacional sobre Educação de Adultos). **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. 1999. Brasília: SESI/UNESCO. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: jul. 2013.
- FERREIRA, M. J. de R. Escolarização e gênero feminino. Um estudo de caso no EMJAT/CE-FETES. *In*: Jaqueline Cardoso. **Inclusão e exclusão: o retorno e a permanência dos alunos**. ES, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra. 31ª Ed. 1996.
- HADDAD, S. e DI PIERRO, M.C, Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Mai/Jun/Jul/Ago. 2000, nº
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15/09/2013.
- KAEFER e SILVA, M. T. Um olhar sobre a postura do educador da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva freiriana. **Revista da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: www.reveja.com.br. Acesso em setembro de 2013.
- KAWAHARA, V. K. **O perfil dos jovens e adultos em processo de escolarização na rede pública em diferentes contextos**. Curitiba, 2008.
- LEÃO, G. M. P. **Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- MEIRA, M. de C. **Fracasso Escolar: de quem é a culpa?** Disponível em: www.divinopolis.uemg.br. Acessado em 20 de agosto de 2013.
- O QUE É CIDADÃO? Disponível em: www.codic.pr.gov.br. Acesso em 25/09/2013.
- OLIVEIRA, E. C. Sujeitos-professores da EJA: visões de si mesmos em diferentes contextos e práticas. *In*: Jaqueline Cardoso. **Inclusão e exclusão: o retorno e a permanência dos alunos**. ES, 2012.
- OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. Anped: jul/agot/set de 1999. nº 12.
- ORSO, J. P. **As possibilidades e os limites da educação: história e atualidade**. São Paulo: Editora Ícone, 2002.
- PAIVA, J. **Direito à Educação para quem?** Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em 20 Setembro de 2013.
- PATTO, M. H. S. (2000). **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casado Psicólogo Livraria e Editora Ltda.
- SINGER, P. A economia Solidária como ato pedagógico. *In*: Sônia M. Portella Kruppa, **Economia Solidária** (org.) INEP. Brasília, 2013.

Poesia e educação: combinação perfeita na busca por autonomia

*Maria Gorete de Macedo Lira
Marta Maria da Conceição*

1 Introdução

Diante do contexto socioeconômico vivido hoje no Brasil, fazem-se necessárias novas políticas administrativas e, sobretudo, novas políticas educacionais que agreguem o aluno e a realidade socioeconômica e política de seu país, transformando-o em um cidadão atuante no exercício pleno da democracia. Sabemos que a escola é essencial na formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres e, através dos conhecimentos nela adquiridos, pessoas que se constituirão como agentes transformadores da sociedade e de si mesmos. Dessa forma, precisamos urgente de uma nova educação, que se oponha ao sistema de exploração fundado pelo capitalismo. No entanto isso só será possível se houver um processo revolucionário que priorize os valores que legitimam a superação de uma sociedade calcada na diferenciação social, marcada pela posse de bens materiais, por outra que valorize o trabalho coletivo e o bem-estar social. Neste sentido, eis que surge a Educação Popular, fundamentada no referencial teórico-metodológico de Paulo Freire, “ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (FREIRE 1996)

Nesta perspectiva, é necessário se libertar das amarras impostas pelo capitalismo, através do processo de democratização econômica, denominado Economia solidária, cuja forma de produção, consumo e distribuição de riqueza está centrada na valorização do ser humano e não do capital. Uma economia que tem como base o associativismo e o cooperativismo, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo auto gestor, tem como finalidade a reprodução ampliada da vida envolvendo a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural.

Embora nas últimas décadas, muito se tenha falado sobre a importância da leitura como mecanismo para o desenvolvimento da cultura de um povo, sob a crença de que, através dela, se adquire conhecimento e se desenvolve o senso crítico, na prática, grande parte de nossa sociedade ainda enxerga o livro como um simples manual de instruções necessárias ao aprendizado exigido pela escola. O ato da leitura por puro prazer ainda se encontra em um plano utópico, subsistindo na imaginação de alguns amantes da poesia que lutam com as últimas forças que dispõem, para manter viva a chama do fazer poético tão desvalorizado nos dias atuais.

Neste contexto, este artigo objetivou promover a conciliação entre três eixos de sustentação de mecanismos que traduzem o desenvolvimento das pessoas: Educação, Poesia e Economia solidária, avaliando e difundindo os conhecimentos acerca das relações de leitura e poesia na Educação de Jovens e Adultos.

2 Fundamentação teórica

2.1 A Educação de Jovens e Adultos

“Se a educação sozinha não transforma o mundo, sem ela nenhuma transformação acontecerá” (PAULO FREIRE)

Estudos comprovam que as políticas educacionais têm-se modificado diversas vezes ao longo da história. Contudo, apesar de fazer parte de todas essas políticas, a Educação de Jovens

e Adultos não se constituiu ainda, na prática, como “direito de todos”, conforme estabelece o Art. 208 da Constituição Federal de 1988. Tal fato desperta a crença de que, infelizmente, o sistema de educação como um todo, não despertou ainda para a possibilidade de uma significativa transformação do ser humano através desta modalidade de ensino.

Verificando a Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Artigo 37, encontrar-se-á o seguinte decreto na Seção V que trata da Educação de Jovens e Adultos:

A educação de Jovens e Adultos destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (LDB, nº 9.394/96)

Encontra-se ainda, no Artigo 38 da mesma Lei, a seguinte confirmação:

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental para os maiores de 15 anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio para os maiores de 18 anos.

§ 2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (LDB, nº 9.394/96)

Segundo Soares (2002), ainda que a LDB 9.394/96 tenha sido uma colcha de retalhos ao tentar conciliar interesses governistas, privatista e publicistas, nos arts. 37 e 38, que dizem respeito diretamente à Educação de Jovens e Adultos, a lei incorporou a mudança conceitual de EJA que se dava desde o final dos anos de 1980. A mudança de “ensino supletivo” para “educação de jovens e adultos” não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação. Soares considera que há um avanço significativo quanto à LDB anterior ao superar a ideia de ensino supletivo para cursos, como também a fixação da idade de 14 anos para ingresso em cursos de EJA do ensino fundamental e de 17 anos para o ingresso em cursos de EJA do ensino médio. Nesse sentido entende-se que, a partir do estabelecimento da nova LDB, muda-se o conceito de alfabetização para letramento, onde a EJA já não tem a função única de compensar a escolaridade perdida conforme mencionado na legislação anterior. Temos agora na EJA, três funções principais que são a função reparadora (restauração de um direito negado); a função equalizadora (mais igualdade e maiores oportunidades) e por excelência da EJA, a função qualificadora (necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas).

Em artigo publicado na Revista Contrapontos, (MOURA 2007), busca identificar as contribuições de ideias do Educador Pernambucano Paulo Freire e do Psicólogo Russo Lev Vygotsky à Educação de jovens e adultos. A autora identifica pontos fundamentais entre as duas teorias, embora cada uma estivesse engajada com o seu mundo, o seu tempo e a sua realidade. Ambos preocupavam-se com os problemas que afetavam a população: a fome, a miséria, as injustiças, a opressão, e dentre todas estas formas de exclusão social, o analfabetismo.

Enquanto Freire considera o analfabetismo como uma forma de “castração” dos sujeitos, Vygotsky o interpreta como uma “interrupção no processo de desenvolvimento”. Em suma, um

fenômeno constituído como resultado de uma sociedade desigual e injusta. Dois pensadores que buscam a gênese histórica do analfabetismo e as suas consequências na vida dos sujeitos, procurando de forma contundente analisar as causas político-pedagógicas para o fracasso escolar das crianças, traduzido na repetência, na exclusão, e na expulsão precoce, que resulta no analfabetismo adulto. Ambos acreditam que as causas do analfabetismo não se relacionam tão-somente a problemas de ordem política, econômica e social, mas também a fatores pedagógicos.

Nesse sentido, desnudam as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, criticando a forma como as escolas e os professores concebem a alfabetização: ato mecânico de aquisição de um código alfabético, a forma como concebem e ensinam a linguagem escrita e a forma como tratam os alunos, como planejam, desenvolvem e utilizam os métodos, técnicas e recursos didáticos e, principalmente, a sistemática de avaliação que utiliza, o tratamento que dão à questão dos erros e a excessiva preocupação que têm com as questões relacionadas às “competências e desempenhos”, aos pré-requisitos e à “maturidade”, traduzidas como formas de “prontidão” para a aprendizagem. Para a autora, escolas assim prestam um desserviço às classes populares, possuindo uma grande responsabilidade pelos altos índices de evasão, expulsão e deserção das crianças, trazendo como consequência os elevados números de analfabetismo entre os jovens e adultos.

[...] Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo. (Rubem Alves).

Partindo do princípio de que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhe um conteúdo pronto, dar-se-á a necessidade de repensar as estruturas para garantir uma educação de qualidade que atenda plenamente aos anseios do público ora estudado. Neste contexto, retoma-se a filosofia de Paulo Freire, segundo a qual: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. A educação popular, fundamentada no referencial teórico-metodológico de Paulo Freire, concebe uma educação que se realiza por meio de processos contínuos e permanentes de formação, cuja intencionalidade é transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos, neste sentido “ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (FREIRE, 1996).

Segundo Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire e Professor da Universidade de São Paulo, a educação popular como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada em todos os continentes, manifestada em concepções e práticas muito diferentes. Como concepção geral da educação, ela passou por diversos momentos epistemológico-educacionais e organizativos desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências. Moacir afirma que a educação popular como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos, impulsionada pela educação estatal, e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Para este pedagogo, um dos princípios originários da educação popular tem sido criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.

De acordo com Marcela Tchimino a educação popular emergiu em tempos difíceis de perseguição e atropelo aos direitos fundamentais. E é justamente nesse contexto que surgiu a necessidade de trabalhar pela liberdade, de gerar uma consciência coletiva da capacidade

transformadora e libertadora que nos permite quebrar as cadeias da opressão. Para impulsionar o desenvolvimento educacional dos setores populares no contexto da política de inclusão e de rechaço as formas de discriminação, é preciso fazer alianças estratégicas com os estados nacionais, a fim de facilitar a evolução de políticas públicas de governo a de Estado.

2.2 Economia Solidária

Paul Singer (2005) define a Economia Solidária como um modo de produção ideado para superar o capitalismo. Sendo assim, para entender a lógica da primeira é preciso examinar a do último. A pedra de toque do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, mas não de qualquer meio de produção. Trata-se especificamente dos meios “sociais” de produção, ou seja, dos que só podem ser operados coletivamente.

Para este socialista e professor, a propriedade privada de meios “individuais” de produção caracteriza a pequena produção de mercadorias, não o capitalismo. Agricultores familiares, garimpeiros, artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores, que possuem seus próprios meios de produção, não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a Economia Solidária. É o que acontece quando se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar à autonomia de produtores individuais ou familiares.

Um trabalho de pesquisa realizado pelo professor da Universidade Federal da Paraíba, José Francisco de Melo Neto (2006), vem comprovar quão notória é a situação em que vivem trabalhadores e trabalhadoras em todo mundo, em decorrência da onda de desemprego e do avanço das tecnologias criadas e reorientadas para interesses, nada coletivos, sob o controle do atual modo de produção capitalista que se baseia na acumulação de capital, na propriedade privada e no endeusamento do mercado. Um modo de produção que impõe, a cada dia, mais exploração humana. Por sua vez, à classe trabalhadora resta organizar as relações sociais e produtivas com outras perspectivas entre os humanos e estes com a natureza, sendo que o movimento da economia solidária popular vem se apresentando como um caminho rico de possibilidades.

Segundo Marcus Arruda (2006), para falar de estratégias de formação, temos, portanto, que ter claro que toda atividade formativa, na perspectiva emancipadora, deve focalizar o auto-desenvolvimento integral e sempre mais pleno da pessoa da trabalhadora e do trabalhador, do seu coletivo familiar e de trabalho e, mais adiante, das coletividades humanas mais abrangentes, até a Nação e o planeta. O objetivo abrangente é, portanto, triplo:

- a. A construção de empreendimentos formados por pessoas imbuídas do espírito cooperativo e solidário e das capacidades e conhecimentos para levar à prática uma economia da partilha, da justiça e da solidariedade.
- b. O desenvolvimento de cadeias produtivas e redes de colaboração solidária, que sirvam de contexto relacional cada vez mais determinante das atividades dos empreendimentos.
- c. A construção de um sistema orgânico de economia social que ganhe espaço na realidade e no imaginário da sociedade até tornar-se a forma mais desejável de relações sociais de consumo, de produção e de reprodução ampliada da vida.

2.3 Poesia popular

O termo poesia, apesar de ser complexo no seu contexto mais amplo, trata-se de um gênero que desperta gosto pela leitura e pela produção, enquanto causa encantamento e magia.

“Eu acredito que a poesia tenha sido uma vocação, embora não tenha sido uma vocação desenvolvida conscientemente ou intencionalmente. Minha motivação foi esta:

tentar resolver, através de versos, problemas existenciais internos. São problemas de angústia, incompreensão e inadaptação ao mundo.” (DRUMMOND).

Reconhecendo-se como bons nordestinos, impossibilita-se a ideia de esquecer a Literatura Popular, especificamente, do cordel. Se a poesia não encontra muito espaço nas nossas escolas, imagine a poesia popular... Apesar de o cordel já ter sido reconhecido como poesia e ter se tornado objeto de estudo em muitas universidades, ainda é marginalizado por ser visto como uma literatura de pobre e de analfabeto.

Ignez Ayala (2003, p. 98) critica a postura de muitas pessoas da universidade que acreditam que aquilo que iletrados e semiletrados fazem não é arte, não é cultura, nem literatura. Por isso, quando estudam a cultura popular, após encontrarem algum vínculo com o passado da cultura europeia, insistem em nivelá-la e compará-la pelas técnicas empregadas ou por seus elementos formais mais evidentes. Assim, alguns estudiosos descartam “os contextos socio-culturais, o sentido que as atividades culturais, as práticas, os processos têm para as pessoas que as fazem, as escolhem, as elegem por gosto, por costume, por preceito ou por qualquer outro motivo” (AYALA, 2003, p. 98). Desse modo, percebemos que a autora toca numa questão fundamental na relação entre a cultura popular e a erudita, na qual a primeira, geralmente, descarta o contexto sociocultural do fazer do povo, como se fosse possível isolar um do outro, expondo as manifestações da cultura popular como peças de museu.

A partir de 1960, segundo Ignez Ayala (1988), os poemas narrativos populares mais curtos foram divididos em três grupos: poemas declamados, poemas cantados e canções. Eles são impressos em folhas avulsas e reunidos em publicações semelhantes aos folhetos de feiras, constando em livros e em discos de repentistas.

A distinção entre poemas declamados, cantados e canções é complicada e poucos impressos a fazem. Nesse contexto, o público costuma usar o termo POEMA para as composições declamadas, designando CANÇÃO a qualquer composição cantada. Assim, os poemas são compostos por estrofes que obedecem às características dos gêneros da cantoria (sextilhas, septilhas, décimas, etc.), cantados nas toadas próprias do gênero, cujos temas mais recorrentes são o amor e os problemas sociais. Estes diferem dos folhetos por serem composições curtas, equivalentes a duas ou até quatro páginas, tratando-se de um gênero que não é criado de improviso.

Um dos gêneros da poesia declamada é o POEMA MATUTO, cujo foco narrativo é o matuto, caracterizado por certas peculiaridades do falar sertanejo, enfatizadas pelo exagero e pela comicidade. Alguns estudiosos e muitos cantadores depreciam esse gênero pelo fato de usar intencionalmente a grafia não padrão das palavras para evidenciar os supostos “erros” do linguajar sertanejo.

Outro elemento recorrente na poesia popular é o processo de hibridização, como na própria cultura popular e em outras culturas, pois não há manifestações culturais que possam ser consideradas “puras”, homogêneas, uma vez que convivem e se influenciam mutuamente. Como afirma Ayala, a literatura popular, como outras práticas culturais populares se nutrem da mescla, e esse processo de hibridização talvez seja um dos componentes mais duradouros e característicos. O sério se mesclando com o cômico; o sagrado com profano; o oral com escrito; elementos de manifestação cultural, transpostos para outra (AYALA, 1997, p. 168).

3 Metodologia

Buscou-se aprimorar os conhecimentos acerca das relações de leitura e poesia na educação de jovens e adultos, através de um questionário composto de doze questões abertas, aplicado a nove poetas residentes no município de Picuí-PB, que segundo resultados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE possui 18.222 habitantes, dos quais mais de trinta por cento são analfabetos.

Foram entrevistadas nove pessoas, sendo sete do sexo masculino e duas do sexo feminino, com idade que varia entre 21 e 88 anos. No que diz respeito à profissão, declararam-se: 04 aposentados; 01 agricultor; 01 amparada social; 01 professora; 01 estudante de direito e 01 poeta/cantador. Em termos de escolarização declarou-se 01 de nível superior completo; 01 estudante universitário, 05 que não completaram o ensino fundamental e dois são ex-alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Para manter o sigilo da identidade dos entrevistados, os mesmos serão denominados como poeta A, poeta B, poeta C, poeta D, poeta E, poeta F, poeta G, poeta H e Poeta I.

4 Resultados e discussão

É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que “chegam” em sua geração. E não fundadas ou fundadas em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões. (FREIRE, 2000, p.53)

Buscando conhecer melhor a real situação socioeconômica e educacional dos poetas populares residentes no Município de Picuí – PB, bem como fazer uma análise da concepção da poesia, mais precisamente poesia popular, na sociedade atual realizou-se investigação onde foram ouvidas nove pessoas que, seja por sobrevivência ou puro prazer, insistem em manter viva a cultura popular através da arte da poesia. De princípio, a pesquisa buscou investigar aspectos sociais, que envolvem elementos como idade, sexo, profissão e escolaridade:

- a) Embora a idade dos entrevistados varie entre vinte e um e oitenta e oito anos; apenas quatro destes poetas estão abaixo dos sessenta anos;
- b) Das nove pessoas entrevistadas, apenas duas são do sexo feminino;
- c) Em relação à profissão têm-se quatro aposentados; um agricultor; uma amparada social; uma professora; um estudante de direito e um poeta/cantador.
- d) Apenas dois dos entrevistados tiveram acesso ao nível superior (um estudante de direito e uma pedagoga), cinco não conseguiram completar o ensino fundamental. Apenas dois declararam ter frequentado a Educação de Jovens e Adultos.

Percebe-se a falta de escolarização da maioria dos entrevistados, justificada pela falta de oportunidades característica de suas infâncias e juventudes. Quanto ao fato da predominância do masculino como poetas populares, este trabalho não verificou nenhum aspecto no mundo da poesia popular, que possa inibir a inclusão de pessoas do sexo feminino. Em relação à qualificação profissional, os poetas de Picuí são, em sua maioria, pessoas de baixo poder aquisitivo, que sobrevivem como agricultores ou aposentados, utilizando a poesia como satisfação pessoal que alimenta o sonho de, um dia, vir a ser reconhecido pela sociedade. Apenas o poeta F declarou sustentar sua família com rendimentos advindos do ofício de poeta/cantador, o qual poderia ser incentivado a aplicar a Economia Solidária.

Percebe-se que, embora predomine a homogeneidade na forma como os entrevistados concebem o sentido da poesia, há divergências notáveis (Figuras 1-12), tendo em vista que:

Tanto a cultura de um povo quanto a consciência de um homem não são apenas vagos produtos de uma época da história. Elas representam construções pessoais, interativas e sociais de significados. São construções culturais de modos de ser, viver e pensar, edificadas entre os erros e os acertos determinados pelos limites da sociedade. (BRANDÃO, 2008).

Figura 1 - De que forma a poesia entrou em sua vida?

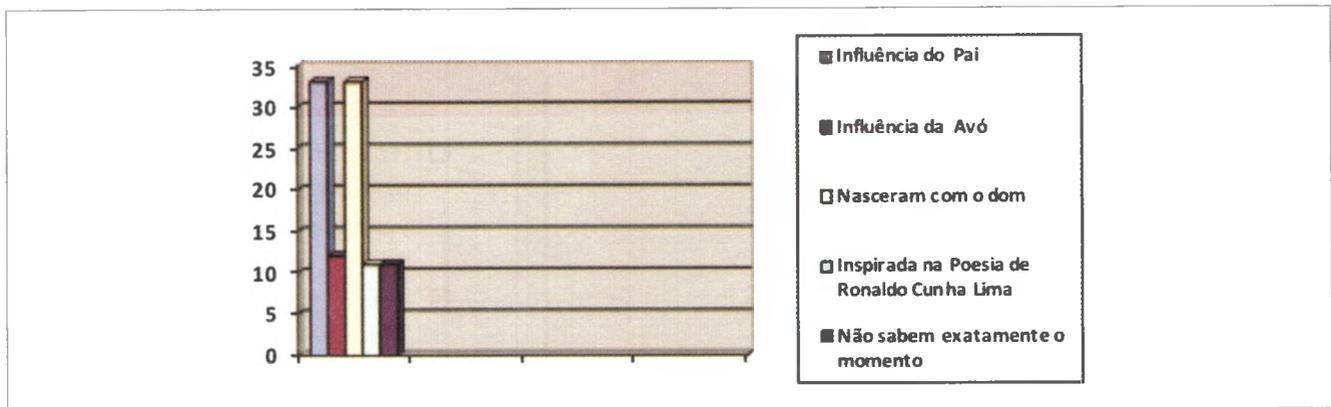


Figura 2 - O que significa a poesia para o Senhor (a)?

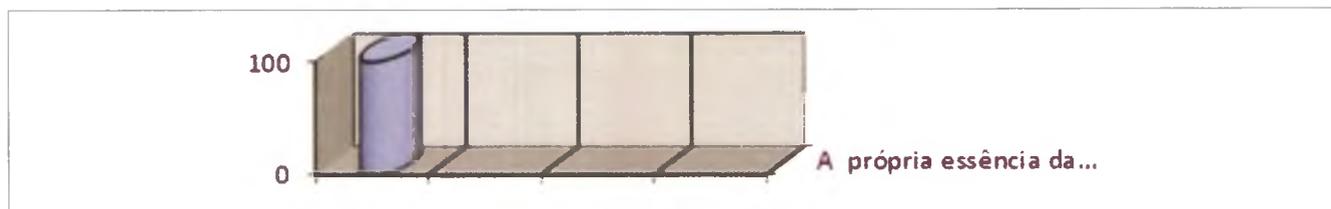


Figura 3 - Quais os meios utilizados para divulgação do seu trabalho?

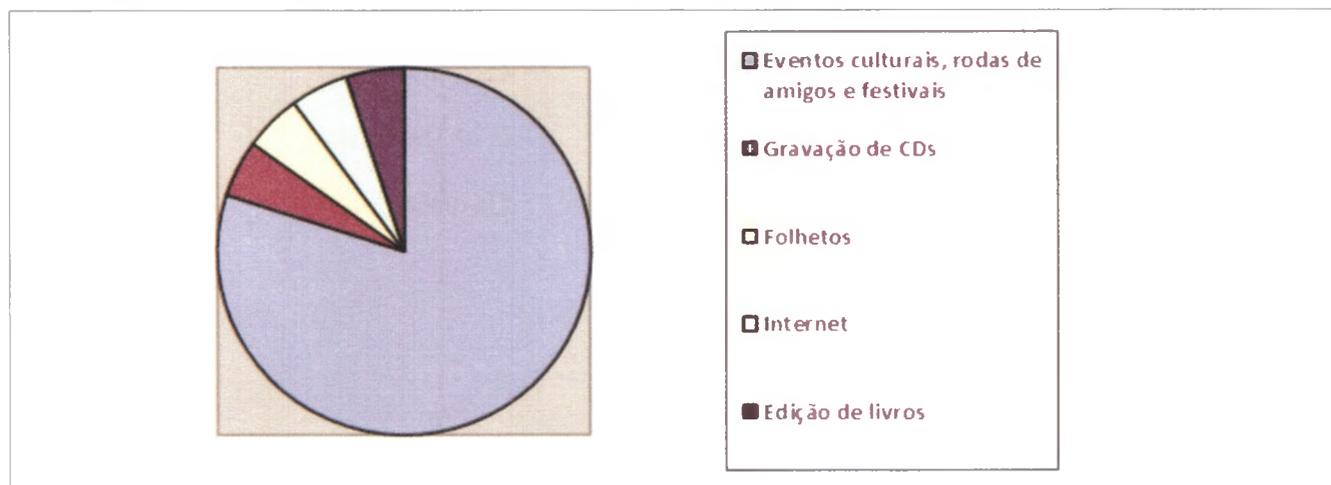


Figura 4 - Acredita que poesia pode contribuir para a construção de uma sociedade melhor?

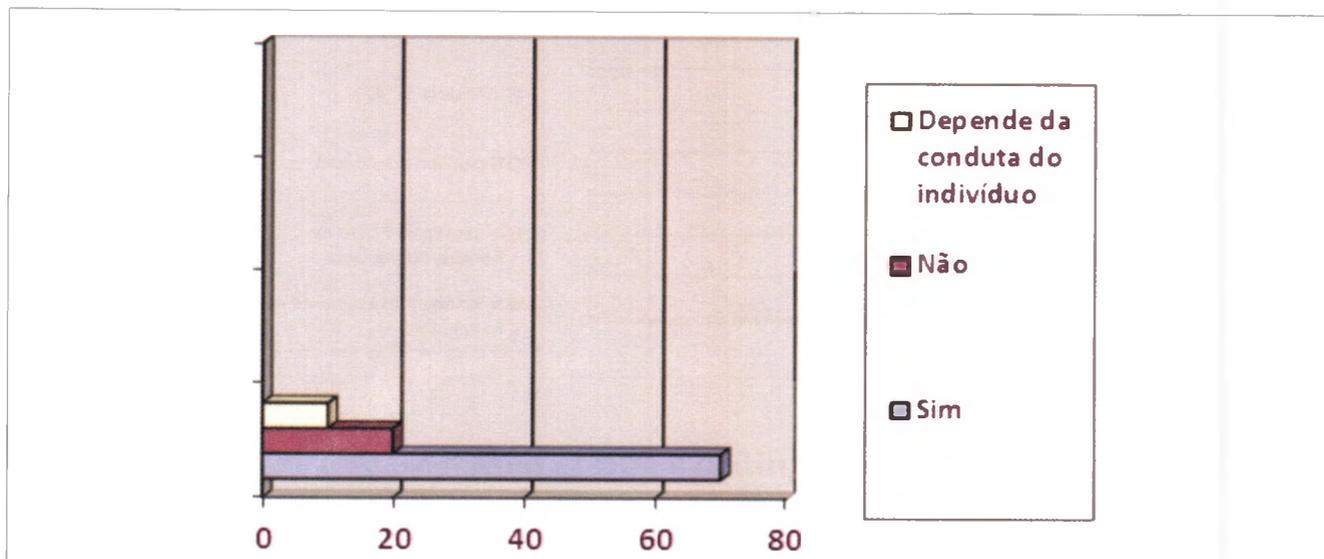


Figura 5 - Quais os saberes necessários ao poeta para que ele possa desenvolver bem o seu trabalho?

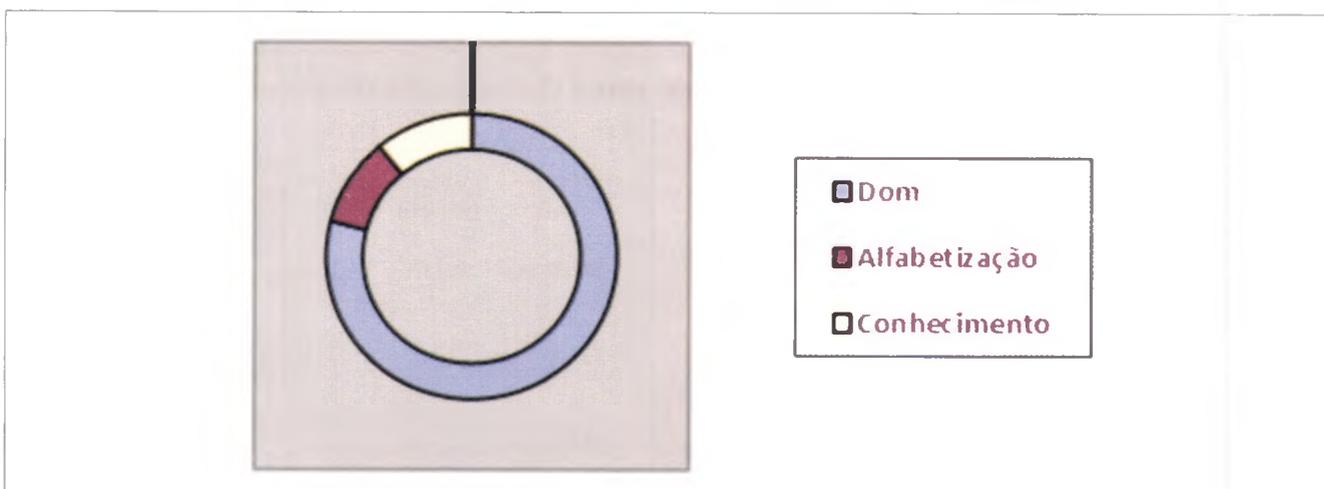


Figura 6 - Acredita que a formação escolar possa contribuir para o engrandecimento da cultura popular?

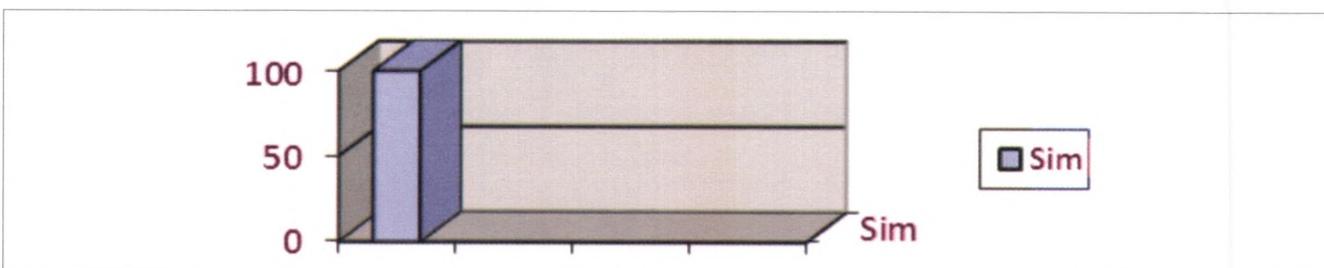


Figura 7 - De que forma a educação pode ser útil na vida do poeta popular?

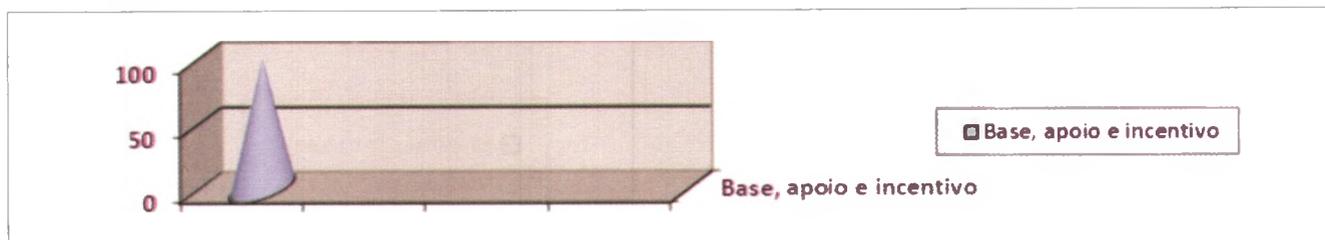


Figura 8 - Faz parte de algum grupo, movimento ou associação de poetas? Qual?

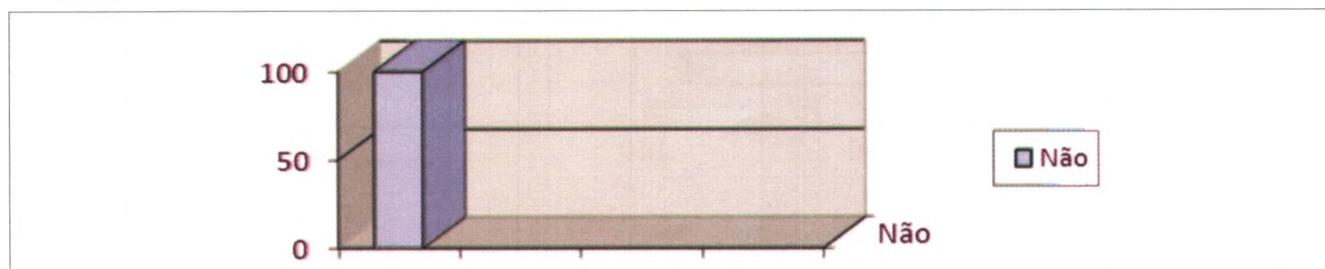


Figura 9 - Em algum momento chegou a negociar sua arte? De que forma?

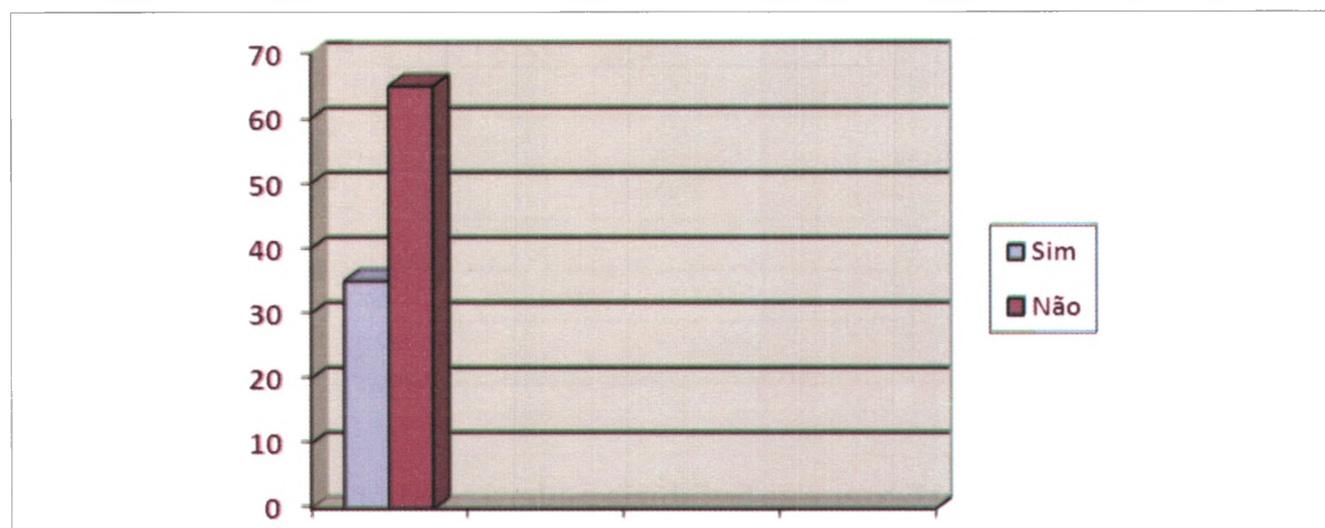


Figura 10 - Gostaria de ver o seu trabalho reconhecido pelo público?

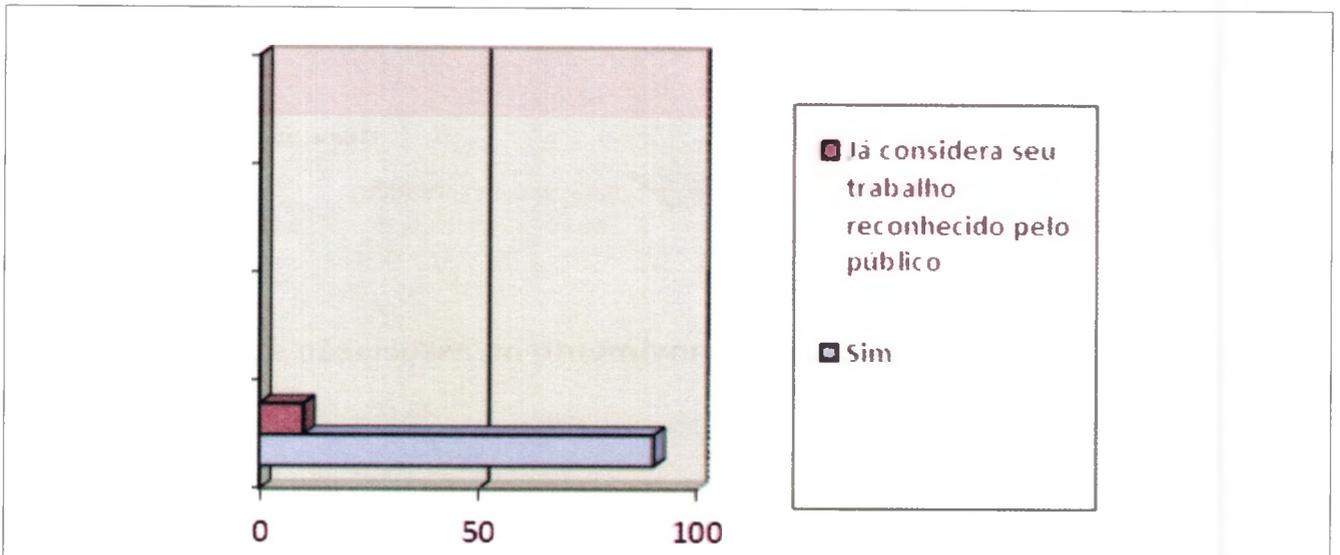


Figura 11 - Já ouviu falar em Economia Solidária?

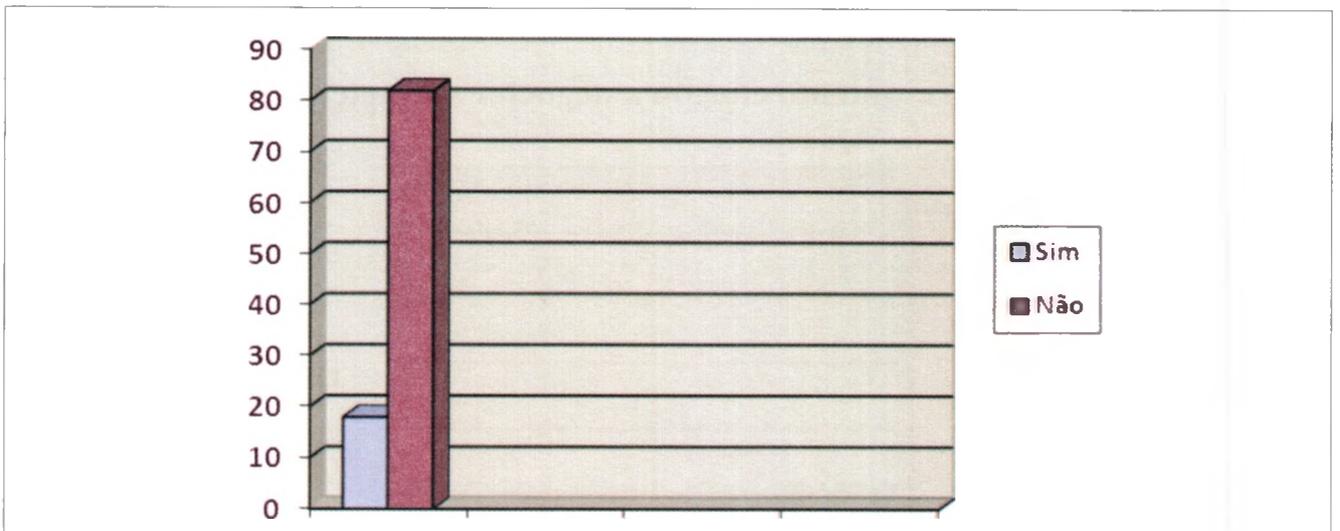
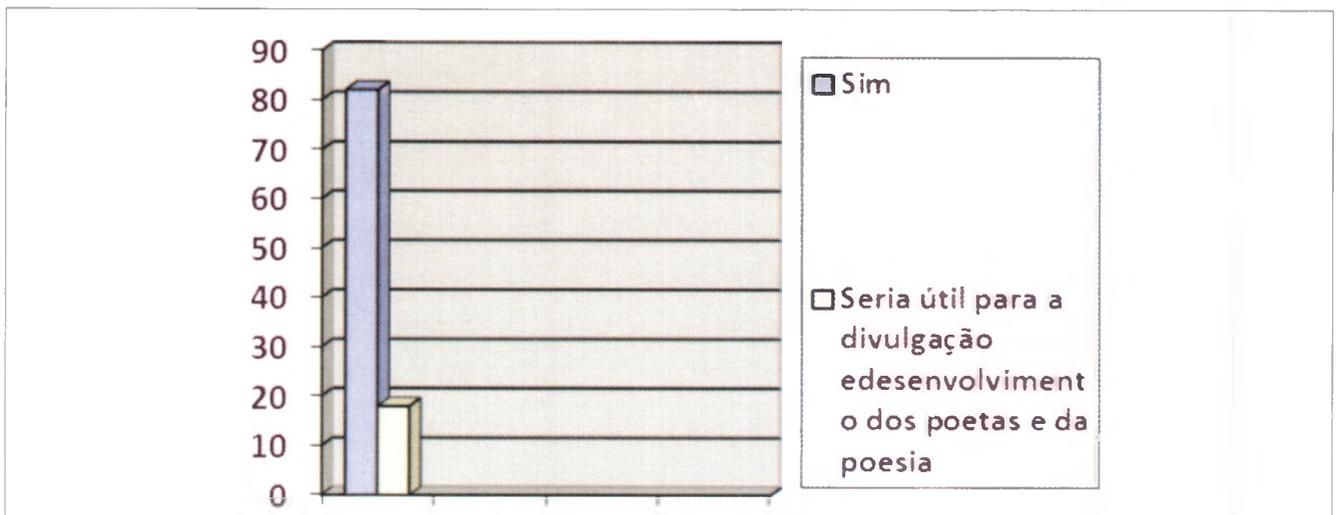


Figura 12 - De que forma a Economia Solidária poderá colaborar com seu trabalho?



As ideias de que “a pessoa não aprende poesia com ninguém” ou de que “o poeta popular já nasce poeta, mesmo sem saber ler”, felizmente, não se configura como pensamento predominante. Mesmo que boa parte das pessoas ouvidas possua baixo nível de escolarização, foi enfática ao assegurar que a formação escolar é essencial para o desenvolvimento da poesia popular, a exemplo do Poeta E: “a educação é de fundamental importância para a vida do poeta. Pois para escrever bem ele precisa ter conhecimento acerca da linguagem não apenas oral, mas escrita”. Quanto à questão que versa sobre a possibilidade de a poesia contribuir para a formação de uma sociedade melhor, destaca-se a resposta poeta B, o mais jovem dos entrevistados: “Não tenho dúvidas quanto a isso, a poesia lhe sensibiliza para as coisas mais puras e belas da vida, e se a sociedade lê-se um pouco mais, talvez pensasse antes de sair votando em qualquer um ou atitudes do tipo”.

Necessário se faz evidenciar que, apesar de o cordel já ter sido reconhecido como poesia e ter se tornado objeto de estudo em muitas universidades, ainda é marginalizado por ser visto por muitos como uma literatura de pobre e de analfabeto. Neste sentido, o presente trabalho sinaliza o prenúncio de mudanças ao considerar o grau de instrução de dois dos entrevistados acima referidos. Contudo não há como negar a desvalorização e a falta de oportunidades expressas unanimemente nas respostas.

Sobre a questão da poesia, ficou claro o que ela representa para cada um dos entrevistados: beleza, harmonia, natureza, ou a essência da própria vida.

Mas o que vou dizer da poesia? O que vou dizer destas nuvens, deste céu? Olhar, olhá-las, olhá-lo e nada mais. Compreenderás que um poeta não pode dizer nada da poesia. Isso fica para os críticos e professores. Mas nem tu, nem eu, nem poeta algum sabemos o que é poesia (GARCIA LORCA).

Percebe-se, também, a preocupação com os aspectos formais do poema (versos, ritmo, estrofes, rimas). Embora esteja comprovado que todos esses aspectos estruturais não devem ser encarados como um fim em si mesmo, ou seja, metrificar ou identificar as rimas não são a razão precípua da análise do texto poético. Na verdade, são componentes da estrutura artística e, da mesma forma que podem dizer muito sobre o texto, também podem ser pouco relevantes do ponto de vista do conteúdo. Neste sentido evidencia-se o fato de que, muitos dos humildes entrevistados utilizam sua poesia na composição de versos em homenagem (por vezes póstumas), a figuras ilustres da sociedade, tais como políticos, comerciantes, religiosos, etc.

Dessa forma, o poeta popular, inconscientemente, alimenta o sonho de pertencer a uma classe julgada superior a sua: uma classe “dominante” que não valoriza a poesia, que não dispõe de sensibilidade, tampouco de conhecimentos suficientes para fazer distinção entre o sentimento poético e a arte de fazer versos. Uma sociedade dita “moderna” que desagrega valores; que julga o comportamento humano pelos bens materiais que possui; que abre portas para uns em detrimento de outros; que rotula, exclui e silencia aos que rompem barreiras tais como falta de escolarização, de infraestrutura e de suporte financeiro, na tentativa de manter viva a cultura popular através dos dons que possuem. Eis o que diz o poema Maratimba:

Maratimba, tu te calas. Ninguém aqui vai te ouvir.
Tua história, Maratimba, aos nossos não interessa.
Teu mundo não nos pertence. Maratimba, por que pressa?
Correrás a vida toda, jamais chegarás aqui.
Maratimba, mal sabemos do ninho onde tu nasceste,
Que sobrenome carregas, tampouco do sangue a cor.
Quem são teus pais, Maratimba? Tu não surgiste da flor!
Tua origem condenou-te a todo mal que viveste.
Maratimba, não adianta o que nos livros aprendestes.
Escola não apaga marcas que se impregnam na alma.

Impossível vir pra cá. Maratimba tenha calma
Teu feito não nos convence. Esta batalha perdestes.
Teu perfil politizado, Maratimba não agrada.
Teu currículo de operária com todas tuas conquistas
Não nos serve Maratimba. És alheia à nobre lista
Dos que nasceram pra ser parte desta caminhada.
Maratimba, Maratimba! Serás sempre Maratimba.
Possuis rótulo inviolável de maratimba, somente.
O mundo que te ensinou não te fez da minha gente.
Já sabes bem que sinto: Sinto muito, Maratimba!
(Gorete Lira).

A maioria dos poetas de Picuí escrevem seus versos à mão, em cadernos ou folhas de ofício que ficam soltas e, muitas delas acabam se perdendo, mas alguns poetas possuem seus trabalhos catalogados através de apoio da família. Poucos asseguram dispor de um livro pronto, esperando apenas alguém que se interesse pela edição e divulgação do mesmo. Quanto à produção de livretos de cordel, trata-se de uma prática discreta neste universo. Os poetas C e D declararam possuir publicação desse tipo de literatura, no entanto percebe-se em seus discursos, certo sentimento de desmotivação, dada a falta de apoio por parte da sociedade em geral. Neste sentido, o poeta A confessou ter ganhado algum dinheiro com a venda de três livros de poesia que conseguiu editar com ajuda de um parente que reside em João Pessoa-PB. Pela diversidade inerente a toda sociedade, encontra-se entre os entrevistados, os poetas F e G que divulgam seus trabalhos através de canções: o poeta F se aventura pelos programas de rádio, cantorias de viola e venda de CDs, enquanto o poeta G atua como vocalista de uma banda de forró, a qual oportuniza a divulgação de suas composições, contudo, apenas o poeta F, tem conseguido, até agora, condições suficientes para sobreviver de sua arte.

Necessário se faz uma intervenção por parte de algum órgão não governamental, no sentido de sensibilizar esse grupo de pessoas que se encontra disperso, cuja arte, anseios e dificuldades se assemelham. Retoma-se o texto de Melo Neto (2006), segundo o qual a filosofia do trabalho, nos marcos da economia solidária popular, possibilitará o exercício do trabalho intelectual e manual problematizando, sistematizando e avaliando as experiências em empreendimentos voltados à valorização humana; na qual pelo exercício da problematização, os envolvidos em ações organizativas de projetos solidários populares passam a lidar com a subjetividade dos participantes por meio dos questionamentos de suas situações vividas e que, pela sistematização, estarão encontrando as causas e relações entre as situações presentes e o contexto maior, temporal e espacial, com o possível encontro de respostas aos seus porquês.

A maior parte dos entrevistados nunca ouviu falar em Economia Solidária, tampouco faz parte de alguma associação de classe. No entanto alimentam um sonho comum de vêem seus trabalhos reconhecidos. Inclusive, alguns externaram o desejo de ser desenvolvido um projeto de incentivo aos poetas por parte dos órgãos governamentais, denominado “Casa do Poeta”: local de apoio para os amantes da poesia, que poderia servir, além de abrigo para os advindos da Zona Rural ou de outras cidades, como espaço para interação onde pudesse acontecer cantorias e outros eventos de divulgação da cultura popular.

Dessa forma, sob a crença dos entrevistados, romper-se-ia a barreira do anonimato, haja vista o poder de persuasão que as classes menos favorecidas atribuem aos que estão sob o comando da máquina pública. Em outras palavras, os poetas de Picuí acreditam que se o poder público resolver investir na divulgação de seus trabalhos, a sociedade que até então os discrimina e rejeita, passará a olhá-los com outros olhos. Sobre esse ponto de vista, necessário se faz uma análise sobre os benefícios que projetos como esse poderiam trazer a poesia.

O projeto, fruto de ideias de pessoas colocadas à margem da sociedade, que sonham, acima de tudo vêem seus trabalhos reconhecidos, poderá ser aproveitado como base estrutural

para o surgimento de um pensamento coletivo, onde o humano passará a exercitar-se no papel de sujeito de sua própria história, ao invés de mera engrenagem do sistema. Um projeto, cujo objetivo seja gerar autonomia, igualdade e democracia. Um recomeçar a vida, independente da idade cronológica que se tem, utilizando metodologia motivadora às pessoas e ao grupo para que possam chegar ao sucesso de suas iniciativas por meio de dinâmicas apropriadas.

[...] Eu meio sem graça falo
Que o mundo da poesia
Enxerga bem mais além.
Pois a alma do poeta
Vive a buscar frases certas
Pra falar do querer bem. (Gorete Lira)

Constituindo-se como sujeito de sua própria história, livre estará o poeta para cantar seus amores, suas dores, suas flores ou seus horrores, contanto que possua conhecimento acerca do tema que se submeteu abordar. Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996) diz “A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca (...)”. Em outras palavras, o conhecimento pode ser visto como uma fonte inesgotável que nunca chegará a nos saciar.

5 Conclusões

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, muito precisa ainda ser feito para que seja colocada em prática o que diz o art. 208 da Constituição Federal de 1988. A “Educação como direito de todos”, ainda permanece em plano utópico, apesar dos envolvidos no sistema de educação, apresentar seus discursos embasados em teorias que esbarram nas dificuldades inerentes a essa modalidade de ensino. Apesar de ser considerado um país privilegiado por ser berço do inenarrável Professor Paulo Freire que concebe a Educação através de uma prática progressista, renovadora e democrática, ainda estamos muito presos a um sistema educacional cujos problemas estão profundamente enraizados nas condições globais da sociedade.

No que diz respeito à Economia Solidária, embora seja um novo modelo de economia que vêm se apresentando, em todo mundo, em condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à grande parte da população trabalhadora, às margens da riqueza social, ainda se constitui como utopia aos olhos dos que conduzem o “destino” dos habitantes do município de Picuí-PB. Apontar o desenvolvimento humano através de uma dinâmica emancipadora e democrática requer ainda alguns anos de dedicação e trabalho em busca de conquistar a confiança de um povo que, há mais de um século, reconstrói diariamente a barreira que se ergue entre os que podem tudo e os que não podem nada.

Comprovou-se que, em meio a um cenário de desvalorização, preconceito, descaso e falta de incentivo, alguns poetas sobrevivem. Tomando-se por base a idade da maior parte deles, poder-se-ia alimentar a crença de que a poesia popular, em breve silenciará em nossa cidade. Contudo, apesar da aparente aridez do terreno, eis que surgem novos rebentos: dois jovens letrados, conscientes de seu papel na sociedade, que não se envergonham de manter viva a poesia popular, reconhecidamente necessária ao desenvolvimento intelectual e humano de uma sociedade que define pela desvalorização de seus bens culturais.

6 Referências

ALVES, R. **Gaiolas ou Asas**. Rio de Janeiro. Edições Asas, 2004.

ANDRADE, C. D. Disponível em: www.pensador.uol.com.br. Acesso em 31/08/2013.

- AYALA, M. I. N. Riqueza de pobre. *In: Literatura e Sociedade*. Revista de teoria literária e literatura comparada, n. 2. São Paulo, 1997.
- BRANDÃO, C. R., Formação de Educadores de Jovens e Adultos (EJA): Desafios e perspectivas. *In: _____. Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Maria Margarida Machado*. — Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008, p.17.
- BRASIL; MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394** de 20/12/96.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GADOTTI, M.; FREIRE, P. e a Educação Popular. **Revista Trimestral de Debate da Fase**. Disponível em: www.fase.org.br. Acesso em 31/08/2013.
- LORCA, F. G. Disponível em: www.kdfrases.com. Acesso em 31/08/2013.
- MELO NETO, J. F. de. Educação Popular em Economia Solidária. *In: XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação*, 2006, Caxambu - MG. **Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade - desafios e compromissos**, 2006.
- MOURA, T. M. M. Contribuições de idéias de Paulo Freire e Vygotsky Alfabetização de Jovens e Adultos. *In: Revista Contrapontos* - volume 7 - n. 3 - p. 537-548 - Itajaí, 2007.
- SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In: _____ KRUPPA, Sonia M. Portella. Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília. INEP/MEC, 2005 (p.13-200).
- SOARES, L. J. O contexto em que surgem as diretrizes nacionais para EJA. *In: _____ Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (p.07-23).
- TCHIMINO, M. Os desafios da educação popular frente à diversidade e à exclusão. *In: _____ Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas*. — Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

Este livro foi diagramado na fonte Georgia e impresso em papel Avergaminhado 75 grs., na RDS Gráfica e Editora Ltda., no mês de agosto de 2015, em Fortaleza - Ceará - Brasil